

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-Reitor

Prof. Mario Sergio Alves Carneiro

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Lincoln Tavares Silva

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Profª. Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis

Profª. Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais

Profª. Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Ciências Sociais

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Prof. Fernando Lattman-Weltman

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof. Paulo D'Ávila Filho (Coordenação Geral)

Profª. Maira Covre (Coordenação Adjunta)

Profª. Lia Rocha (Coordenação Acadêmica)

DOI: 10.12957/irei.2021.62478

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 23 número 2
setembro de 2021

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções **Revista de Estudos Interdisciplinares**

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Maria Claudia Coelho, Paulo D'Ávila e Waleska Aureliano

Assistente Editorial

Thayz Guimarães

Estagiária

Thaissa Cabral

Revisão de Texto

Dayse Lúcia Mendes

Tradução

Marcelo Burgos

Diagramação

Sigaud Gestão e Capacitação Empresarial

Publicação Quadrimestral – 2021.2

Conselho Editorial

Anália Torres Torres, Instituto Universitário de Lisboa
Antônia Pedroso de Lima, Instituto Universitário de Lisboa
Bernardo Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Cecília Loreto Mariz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Araújo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Cristina Jost Mafra (*in memoriam*)
Clarice Ehlers Peixoto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Claudia Barcellos Rezende, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Cristina Rocha, Western Sydney University, Sydney, Austrália
Cynthia Sarti, Universidade Federal de São Paulo
Guy Bellavance, Universidade de Quebec
Hector Leis, Universidade Federal de Santa Catarina
Helio R. S. Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ítalo Moriconi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
João Trajano Sento-Sé, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Reginaldo Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Josué Pereira da Silva, Universidade Estadual de Campinas
Jurandir Freire Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Eduardo Soares, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Flavio Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Luiza Heilborn, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Marjo de Theije, Universidade Livre de Amsterdã
Mark Harris, University of St Andrews, Escócia
Maurício Tenório-Trillo, Universidade de Chicago
Myrian Sepúlveda dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Nélida Archenti, Universidad de Buenos Aires
Paul C. Freston, Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontário, Canadá
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Universidade Federal de Pernambuco
Ricardo Benzaquen de Araújo (*in memoriam*), Brasil
Roberto DaMatta, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sahra Gibbon, University College London
Sergio Costa, Universidade Livre de Berlim
Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas
Susana Durão, Universidade de Lisboa
Susana Margulies, Universidad de Buenos Aires
Susana Narotzky, Universidade de Barcelona
Valter Sinder, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 23, n.2 (2021) –
– Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000), Quadrimestral (2019)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;
CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;
LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;
EBSCO;
OPEN EDITION / Revues.org;
Cengage-Learning;
DOAJ – Directory of Open Access Journals

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

Negociando com os homens e entregando a Deus: notas sobre as mulheres pescadoras de Quissamã/RJ.....	277
Luceni Hellebrandt	277
DOI: 10.12957/irei.2021.62482	
<i>“Getting the Facts Right”</i> : escalas entre o cotidiano e a governança da migração internacional de senegaleses	296
Filipe Seefeldt de Césaró	296
DOI: 10.12957/irei.2021.62483	
Refugiados climáticos, aquecimento global, desertificação e migrações: reflexos globais e locais.....	318
Annahid Burnett; Ângela Maria Cavalcanti Ramalho; Hermes Alves de Almeida; Cidoval Moraes de Sousa	318
DOI: 10.12957/irei.2021.62484	
Drama social, experiência e a resistência geraizeira em performances de desencurralamento	334
Jonielson Ribeiro de Souza; Mônica Celeida Rabelo Nogueira.....	334
DOI: 10.12957/irei.2021.62486	
Sobre seringas e cuidados: o papel do HIV no desenvolvimento da política de redução de riscos para usuários de drogas na França	360
Camille Porto	360
DOI: 10.12957/irei.2021.62487	
Mierle Ukeles entre a arte e o trabalho de manutenção.....	382
Carolina Gallo Garcia	382
DOI: 10.12957/irei.2021.62488	

Memoriais

Memorial..... 408

Valter Sinder 408

DOI: 10.12957/irei.2021.62489

Memorial..... 429

Maria Josefina Gabriel Sant’Anna 429

DOI: 10.12957/irei.2021.62491

Memorial..... 484

João Trajano Sento-Sé..... 484

DOI: 10.12957/irei.2021.62492

Contents

Articles

Negotiating with Men and Leaving it to God: Notes on the Fisherwomen in Quissamã/Rio de Janeiro State	277
Luceni Hellebrandt	277
DOI: 10.12957/irei.2021.62482	

<i>"Getting the facts right": scales between the everyday life and the international migration governance of the senegalese</i>	296
Filipe Seefeldt de Césaró	296
DOI: 10.12957/irei.2021.62483	

Climate refugees, global warming, desertification and migrations: global and local reflections_.....	318
Annahid Burnett; Ângela Maria Cavalcanti Ramalho; Hermes Alves de Almeida; Cidoval Morais de Sousa	318
DOI: 10.12957/irei.2021.62484	

Social drama, experience and the Geraizeiro resistance in de-corralling performances	334
Jonielson Ribeiro de Souza; Mônica Celeida Rabelo Nogueira.....	334
DOI: 10.12957/irei.2021.62486	

About syringes and care: the HIV's role on France's development of a risk reduction policy for drug users	360
Camille Porto	360
DOI: 10.12957/irei.2021.62487	

Mierle Ukeles between the art and the maintenance work.....	382
Carolina Gallo Garcia	382
DOI: 10.12957/irei.2021.62488	

Memorials

Memorial..... 408

Valter Sinder 408

DOI: 10.12957/irei.2021.62489

Memorial..... 429

Maria Josefina Gabriel Sant’Anna 429

DOI: 10.12957/irei.2021.62491

Memorial..... 484

João Trajano Sento-Sé..... 484

DOI: 10.12957/irei.2021.62492

Artigos

Negociando com os homens e entregando a Deus: notas sobre as mulheres pescadoras de Quissamã/RJ

Luceni Hellebrandt¹

Resumo

Este texto aborda aspectos do cotidiano de mulheres pescadoras de Quissamã, no norte fluminense, a partir de entrevistas com 10 mulheres envolvidas com a atividade pesqueira artesanal do município. As entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto “Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas” e apontam elementos que caracterizam a atividade de pequena escala desse município pela ótica das mulheres que dela participam. Negociações com fazendeiros para o acesso aos ambientes de pesca e enfrentamentos de violências simbólicas provocadas por pescadores homens se cruzam com a fé em Deus para sobreviver aos ventos fortes e à insegurança alimentar. As notas aqui apresentadas refletem também sobre os impactos no território pesqueiro advindos de diferentes interesses econômicos de exploração da região e a consequente escassez de pescado.

Palavras-chave

Gênero e pesca. Mulheres na atividade pesqueira artesanal. Pesca artesanal de Quissamã.

Abstract

The text addresses aspects of the daily lives of fisherwomen of Quissamã, in the north of the State of Rio de Janeiro, based on 10 interviews with women who are involved with the artisanal fishery activity in that town. The interviews were during the development of the research project "Women in the fishing: map of socio-environmental conflicts in cities from the North Fluminense and Baixadas Litorânea" highlighting the elements of characterization of the small-scale fishery activity of Quissamã, through the lens of the women who participate in it. Negotiations with owners of agribusiness to access the fishery environment and the coping with the symbolic violence caused by the fishermen intersect with the faith in God to survive strong winds and the food insecurity.

¹ Luceni Hellebrandt é doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), atualmente em estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel) e pesquisadora vinculada ao Laboratório Interdisciplinar MARéSS da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: luceni.hellebrandt@gmail.com.

These notes reflect the impacts on the fishing territory due to the different economic interests in exploring the area and the consequent scarcity of fish.

Keywords

Gender and fishery. Women in the artisanal fishery activity. Artisanal fishery in Quissamã.

Introdução

O presente artigo é uma versão revisada após discussões com colegas do Grupo de Trabalho “Antropologia Marítimo-Costeira: enfoques teóricos-metodológicos em contextos Sul-Americanos”, ocorrido durante a XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, entre os dias 22 e 25 de julho de 2019. Na ocasião, discutíamos, entre as contribuições, o crescente espaço que perspectivas teóricas, considerando abordagens de gênero, passam a constituir dentro dos estudos de comunidades haliêuticas. Junto a outros daquela sessão, este texto é um exemplar de reparação aos anos em que insistimos em fazer pesquisa sobre pesca, considerando apenas metade das pessoas envolvidas nesse universo. Ellen Woortmann já atentava a essa falácia, lá nos idos de mil novecentos e noventa e poucos. Dizia ela que “o próprio discurso acadêmico relata ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (WOORTMANN, 1992, p. 44), corroborada por Edna Alencar, sua orientanda à época, descrevendo que “muito da ‘invisibilidade’ da mulher em atividade de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo” (ALENCAR, 1993, p. 66). Algumas décadas passadas, a questão da invisibilidade das mulheres no universo pesqueiro permanece uma pauta para quem pesquisa as relações entre gênero e pesca. Por exemplo, em 2016, a rede global para promoção e revitalização da pesca de pequena escala denominada *Too Big To Ignore* (TBTI) publicou um relatório² em que analisou pesquisas, projetos e publicações sobre pesca de pequena escala e constatou que mesmo os textos com abordagens socioculturais sobre essa atividade raramente tratam temas relacionados à identidade e gênero.

² O relatório referido pode ser encontrado em <<<http://toobigtoignore.net/state-of-the-art-in-small-scale-fisheries-new-volume/>>> Acesso em: 16 nov. 2016.

Muitos fatores podem ser elencados para contribuir com a discussão sobre a invisibilidade das mulheres no universo da pesca, e alguns deles já abordei em um texto anterior³, tais como a gestão pesqueira dispendendo pouca importância à etapa de beneficiamento de pescados e a grande deficiência em dados reais sobre a estatística pesqueira brasileira. Ademais, muitas atividades pesqueiras desenvolvidas por mulheres são realizadas próximo ou no âmbito doméstico, no espaço da casa, uma vez que, na maioria das vezes, as mulheres estão conciliando atividades produtivas oriundas da pesca com trabalhos domésticos, obedecendo à lógica da divisão sexual do trabalho em que nossa sociedade patriarcalmente orientada opera, nos quais papéis de gênero designam o cuidado da casa e das pessoas às mulheres (KERGOAT, 2009). Se observada com pouca atenção, a forma de organização operacional das comunidades pesqueiras apresenta um modelo bipolar e dualista, opondo ambientes de domínio dos homens – o mar –, e das mulheres – a terra (ALENCAR, 1993; MOTTA-MAUÉS, 1999), bem como situando-os como ambientes produtivos e reprodutivos, respectivamente, mas qualquer observação interessada e mais atenta ao cotidiano das comunidades pesqueiras logo constata que essas linhas não são tão demarcadas e excludentes⁴. Contudo, neste sentido, Maneschy (2013) observa que “o fato de elas combinarem atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes no mesmo tempo e lugar, também contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora” (p. 42).

Destacam-se, ainda, as dificuldades de reconhecimento legal dessas mulheres junto ao Estado, implicando, sobretudo, na precariedade de acesso à previdência social. Neste sentido, vale relembrar o processo tardio de reconhecimento de direitos às mulheres, pois, como descreve Maneschy (2013), trata-se de uma “herança histórica da legislação social pré-Constituição de 1988”. Essa autora cita Brumer (2002) para assinalar a influência da cultura patriarcal sobre a divisão sexual do trabalho no meio rural, pois “a trabalhadora rural, incluindo a pescadora, era definida como dependente do cônjuge, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários” (MANESCHY, 2013, p. 42). Soma-se a esse cenário a relação histórica com as Colônias de Pesca – entidades representativas da pesca artesanal. Conforme

³ Fiz parte desta discussão em um texto denominado “O que torna as mulheres invisíveis na pesca?” (HELLEBRANDT, 2019) a partir da revisão bibliográfica sobre o tema que utilizei como suporte à minha pesquisa de doutoramento.

⁴ Alguns exemplos são relatados nas etnografias de Rose Mary Gerber com pescadoras embarcadas de Governador Celso Ramos/SC (GERBER, 2015) e de Liza Bilhalva Martins da Silva, com pescadoras embarcadas da Lagoa dos Patos/RS (MARTINS DA SILVA; ADOMILLI, 2020).

Leitão (2010), as Colônias de Pesca, até recentemente, eram tuteladas pela Marinha de Guerra, instituição que não admitia mulheres em seu quadro, impossibilitando-as de se cadastrarem nas Colônias. Segundo a autora, “o primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, assinado sob a forma de aviso, proveniente da Marinha. A instituição não aceitava em seu quadro as mulheres e consequentemente não aceitava que as pescadoras oficializassem sua atividade em instituições por ela tuteladas.” (LEITÃO, 2010, p. 3 - nota 8).

Para essas linhas a proposta é a de desconstruir um pouco da postura acadêmica que invisibiliza a importância das mulheres no universo pesqueiro, quando produz pesquisas *gender-blind* (BENNET, 2005), que simplesmente ignoram a presença e importância delas nas/para as atividades pesqueiras artesanais. Assim, este texto aborda aspectos do cotidiano de mulheres pescadoras de Quissamã, no norte fluminense, como contribuição aos estudos sobre gênero e pesca. Esses aspectos serão apresentados a partir de reflexões sobre observações do campo de pesquisa, dialogando com dados quantitativos e literatura sobre a região de estudo. Essa conversa entre campo, dados prévios e bibliografia desenha um caminho explicativo do cotidiano de mulheres que têm como modo de vida a pesca artesanal, mais do que isso, propondo indicativos da permanência delas nessa atividade.

A caracterização da pesca artesanal no município de Quissamã, RJ, é um bom ponto de partida para esse desenho. Contudo, a caracterização que proponho aqui vai além da descrição das artes de pesca e espécies capturadas. A proposta é de caracterizar a atividade pesqueira em Quissamã a partir de algumas relações, como os conflitos socioambientais advindos de diferentes atividades econômicas e as relações de gênero no universo pesqueiro. Para isso, a primeira parte do texto traz breves linhas sobre o projeto “Mulheres na pesca”, que possibilitou essas reflexões, seguida da descrição dos conflitos socioambientais identificados em Quissamã pelo projeto.

A próxima parte do texto apresenta as interlocutoras da pesquisa, e a parte final do texto traz dois caminhos explicativos para a permanência dessas mulheres na pesca: por um lado, aborda as negociações que permeiam as relações de gênero no universo pesqueiro de Quissamã, por outro, alguns apontamentos sobre a fé e a relação com Deus para sobreviver em meio a condições adversas.

1. Caracterização da pesca artesanal de Quissamã a partir do projeto “Mulheres na Pesca”

O projeto de pesquisa “Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas”⁵ foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF), abrangendo sete municípios da região: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Quissamã. Atuei no projeto enquanto pesquisadora de pós-doutorado, conduzindo, entre outras atividades, os trabalhos de campo em São Francisco de Itabapoana e Quissamã.

A pesquisa foi iniciada em abril de 2017, com recursos financeiros oriundos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a empresa Chevron Brasil e o Ministério Público Federal, Agência Nacional de Petróleo e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, com gestão financeira do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO, 2017). O TAC, por sua vez, remonta aos vazamentos de petróleo no Campo de Frade, Bacia de Campos/RJ, ocorridos em novembro de 2011 e março de 2012. A Chevron Brasil foi uma das empresas responsáveis pelo derramamento, impactando o ambiente e, consequentemente, as populações que dele dependem para sobrevivência. Como observa Herculano (2012), as populações cujo modo de vida é atrelado à atividade pesqueira artesanal são as mais vulneráveis aos impactos produzidos pela indústria de petróleo e gás natural.

Dado o contexto de pesquisa do projeto “Mulheres na pesca”, as investigações em Quissamã buscaram identificar como os conflitos socioambientais afetam as atividades pesqueiras nesse município, observando esses conflitos através de lentes de gênero. Identificamos dois principais conflitos, nas comunidades de Barra do Furado e Beira de Lagoa (Figura 1).

⁵ A realização do projeto Mulheres na Pesca é uma medida compensatória pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF / RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

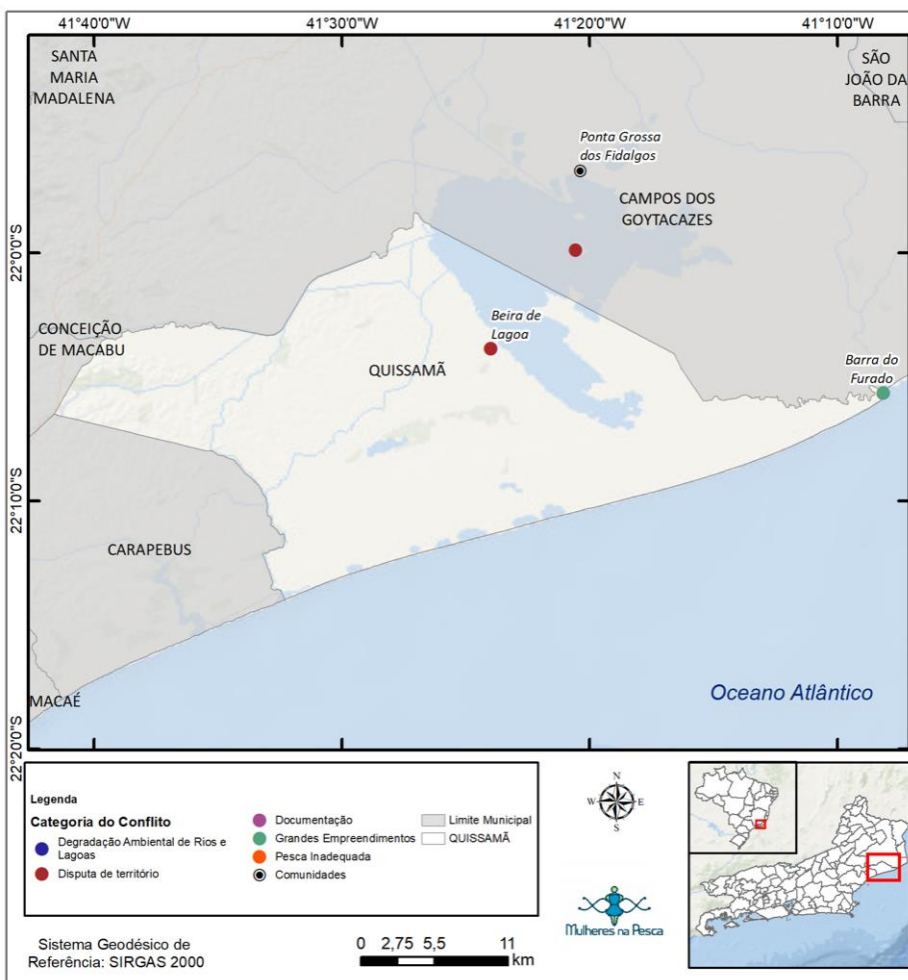


Figura 1 – Localização das comunidades pesqueiras Barra do Furado e Beira de Lagoa, em Quissamã, RJ.

Fonte: Projeto "Mulheres na Pesca".

1.1. A atividade pesqueira artesanal em Barra do Furado

A comunidade de Barra do Furado dista 38 km do centro de Quissamã, à beira do Oceano Atlântico. As pescarias acontecem tanto em ambiente marítimo como em águas interiores de rio e manguezais. Em estudo realizado em 2015, foram identificados 238 moradores da comunidade envolvidos na atividade pesqueira (PESCARTE, 2016).

No trabalho de campo realizado pelo projeto “Mulheres na pesca”, identificamos que a participação de mulheres na captura se dá somente nas águas interiores, mas elas atuam no processamento de pescados, tanto de água salgada quanto de água doce. São diversas espécies citadas nas entrevistas: Camarão sete barbas (mar); Pescadinha; Robalo; Camarão pitu; Xerelet; Salema; Tainha – tainha paraty; Anchova; Sarda; Cação; Peroá; Pargo; Peixe batata; Olho de cão; Tilápia; Traíra; Corvina, Acará; Linguado; Carateba; Bagre-Urutur; Lagosta; Manjuba (tinha e não se encontra mais). As artes de pesca relatadas pelas interlocutoras também são diversas: Tarrafa (desembarcada e dentro da canoa); Linha; Gaiola; Arrasto; Puçá; Cata de caranguejo com a mão; e Pesca de buraco.

Durante as entrevistas, o fato de a Manjuba “não se encontrar mais” e o relato da pesca de buraco despertaram minha atenção, pois guardam relação com o que identificamos, no projeto “Mulheres na pesca”, como um conflito ao qual nomeamos de “Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado” (HELLEBRANDT, 2019a)⁶.

Esse conflito está atrelado aos ciclos de desenvolvimento econômico da região, inicialmente motivado pela indústria sucroalcooleira e, a partir da década de 1980, com o descobrimento de petróleo na Bacia de Campos (CRIBB, A.; CRIBB, S., 2008). Ambas as atividades econômicas motivaram diversas alterações nos ambientes aquáticos dos quais a população pesqueira depende. À época auge das fazendas de cana de açúcar, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) – atualmente extinto – realizou várias obras de mudança de curso de corpos hídricos, incluindo a instalação de comportas para o controle das trocas de água doce e água salgada, favorecendo, sobretudo, os donos das fazendas em detrimento da atividade pesqueira (VALPASSOS, 2003; CARNEIRO, 2004; SOFFIATI, 2005). Depois, em função da Indústria de Petróleo, iniciou-se o projeto de construção de um estaleiro naval em Barra do Furado, denominado Complexo Logístico Naval Farol-Barra do Furado. As obras iniciaram em 2010, prometendo gerar em torno de 15 mil empregos para a região, o que não aconteceu (RODRIGUES; LEMOS, 2011). Ao invés dos empregos, a população de Barra do Furado teve como saldo da movimentação constante de caminhões e das etapas de perfuração da obra rachaduras nas

⁶ O projeto “Mulheres na pesca” propõe um mapeamento de conflitos socioambientais e, para cada conflito identificado, é gerada uma ficha de caracterização. A ficha do conflito “Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado” bem como as fichas dos outros conflitos podem ser conferidas na íntegra na página do projeto: <<http://mulheresnapesca.uenf.br>>

casas, que nunca foram indenizadas pelas empresas responsáveis (HELLEBRANDT, 2019a).

Assim, a pesca artesanal em Barra do Furado pode ser caracterizada a partir da relação conflituosa com as indústrias sucroalcooleira e do petróleo, atividades econômicas privilegiadas pelo poder público local, que levaram à alteração do território pesqueiro da comunidade. Algumas consequências dessas alterações:

- Diminuição da pesca em geral, dificultando o acesso a antigos pesqueiros e assoreando canais;
- Os empreendimentos que se instalaram (frigorífico, cais, estaleiro) modificaram a paisagem ao fazerem dragagens sem planejamento, arrancando a vegetação e aterrando pesqueiros;
- Fim da “pesca de buraco” (os buracos foram aterrados) - atividade que era desenvolvida por crianças, de forma recreativa, mas marcava uma forma de transmissão de conhecimento e valorização da cultura pesqueira artesanal. (HELLEBRANDT, 2019a)

1.2. A atividade pesqueira artesanal em Beira de Lagoa

A comunidade de Beira de Lagoa dista 15km do centro de Quissamã, à beira da Lagoa Feia, a segunda maior lagoa de água doce do Brasil. Lagoa Feia é localizada parte no município de Campos dos Goytacazes e parte no município de Quissamã, com diversas comunidades pesqueiras em seu entorno, em ambos os municípios. Na comunidade de Beira de Lagoa, em 2015, foram identificados 51 moradores envolvidos na atividade pesqueira (PESCARTE, 2016).

As mulheres que pescam nessa comunidade, interlocutoras no projeto “Mulheres na pesca”, relataram que as artes de pesca da região são Rede de espera e Anzol de boia, utilizando barcos a remo e com motor, para capturar Bagre; Traíra; Cumatan; Piaba; Corvina; Robalo; Traíra; Acará e Tilápia. O conflito identificado no trabalho de campo do projeto foi denominado “Cercamento da Lagoa”, o qual descrevo brevemente:

A comunidade pesqueira de Beira da Lagoa, assim como a de Barra do Furado, sofreu consequências das obras empreendidas pelo DNOS:

Com o início da atuação do DNOS na região, o ecossistema da Lagoa Feia sofreu as maiores alterações de sua história. Pântanos foram aterrados, lagoas drenadas e rios retificados. A abertura do Canal das Flechas “rebaixou o valor médio das cotas máximas dos níveis de água da lagoa

em cerca de 80 cm e também o das cotas médias mínimas em torno de 90 cm". A diminuição destes valores representou uma enorme perda da área lacustre, pois, com a redução de seu volume as águas recuaram, deixando secas grandes extensões de terra. A desobstrução de rios e canais, além de afetar a fauna e flora, teve outra importante consequência: o assoreamento da Lagoa, pois o material retirado dos rios acabava por ser depositado em seu interior. (VALPASSOS, 2003).

Essas obras favoreciam os fazendeiros do entrono da Lagoa Feia, que iam ampliando a extensão de suas propriedades ao construir diques para impedir o alagamento de suas plantações e aterrando outras áreas alagadiças (VALPASSOS, 2003). Para além da diminuição do espelho d'água e o consequente impacto na atividade pesqueira, o controle sobre o território da Lagoa Feia por parte de fazendeiros atinge as pessoas da comunidade também através da forma de barreira física. As fazendas no entorno da Lagoa possuem cercas com fios de alta tensão, impedindo o acesso da população pesqueira à Lagoa (HELLEBRANDT, 2019b), conforme pode ser visto na Figura 2.

Desta forma, a pesca artesanal em Beira de Lagoa pode ser caracterizada a partir da relação conflituosa entre pessoas que desenvolvem a atividade pesqueira e proprietários rurais, por diversas formas de controle do território, inclusive a de uma barreira física com risco (de choque ou "bala") para quem a ultrapassa sem permissão.



Figura 2 – Propriedade rural cercando e impedindo o acesso à lagoa em Beira de Lagoa
Fonte: Acervo pessoal.

2. As interlocutoras e as relações de gênero no universo da atividade pesqueira artesanal em Quissamã

Nesta parte, apresento as mulheres entrevistadas pelo projeto “Mulheres na pesca” em Quissamã, trazendo breves reflexões sobre a relação entre pesca e gênero⁷.

Foram 10 mulheres entrevistadas em Quissamã: uma delas desenvolve pesquisa voltada à atividade pesqueira no município, atuando num projeto de educação ambiental e como pesquisadora vinculada ao projeto “Mulheres na pesca”. Ela foi nossa informante-chave para acessar as comunidades e apresentar o contexto da pesca em Quissamã. A partir dessa interlocutora, conhecemos e entrevistamos a presidente da Colônia de Pescadores Z-27 e 8 mulheres pescadoras e trabalhadoras da pesca de Quissamã.

As pescadoras e trabalhadoras da pesca, como a FAO vem denominando a partir do lançamento das “Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza” (FAO, 2015) são Luciana, Tia Lu, Rosânia, Zélia, Marília, Roseni, Leia e Dona Geralda. Com exceção de Luciana, todas as outras 7 atuam na captura.

Luciana trabalha somente com o processamento de pescado do núcleo familiar, seguido da ida ao centro da cidade em carro próprio, para vender o pescado. Começou na atividade pesqueira em 1996, quando passou pela *“necessidade de visualizar no peixe uma renda, uma oportunidade de sair e vender”*, ao ser mãe pela segunda vez, então com 19 anos. Saía de Barra do Furado *“no ônibus de 7 horas da manhã e voltava no ônibus de 4 horas da tarde [pois] só tinha esses dois horários”*, para ir *“entregar a mercadoria”* a compradores residentes no centro de Quissamã.

Tia Lu (Figura 3) e Rosânia (Figura 4) são irmãs em uma família de 7, sendo 6 mulheres e um homem. A maioria de mulheres fez com que o pai as levasse para o acompanhar na atividade pesqueira, quando estavam por volta dos 10 anos de idade. A rotina de pesca na infância foi assim descrita por elas: *“não tinha hora para pescar, era a hora da maré. Tipo assim, 2 horas da manhã era a hora de dar o lance. Às vezes, era de madrugada, às vezes era de tarde, às vezes era muito tarde da noite. Não tinha assim, um horário pra gente sair”*. Independentemente das

⁷ As reflexões expostas aqui serão breves, pois já foram abordadas em outros momentos, tanto por mim como por outras autoras, como exemplos: Alencar (1993); Maneschy *et al.* (2012); Leitão (2013); Hellebrandt *et al.* (2016); Hellebrandt (2017).

condições climáticas, pois “*chovendo ou não a gente tinha que ir pescar, não tinha esse negócio de tá chovendo a gente não vai. Tinha que ir*”. Também relembram o esforço de trabalho realizado: “*como na época não existia motor, era mais sacrificado porque era muito peso, era muita rede e a gente tinha que fazer o sacrifício de puxar a canoa com o pai da gente quando a correnteza tava contra*”.



Figura 3 – Tia Lu demonstrando parte de sua pescaria do dia
Fonte: Projeto "Mulheres na Pesca".



Figura 4 – Rosânia com suas redes de pesca
Fonte: Projeto "Mulheres na Pesca".

Zélia pesca com o filho: “*nós começamos juntos, eu e meu filho. Meu filho era até de menor. Ele estudava e depois na parte da tarde, nós ia pro brejo, pra lagoa*” e comenta a divisão de tarefas no barco: “*eu pegava no chumbo e meu filho na cortiça, entendeu? Que ele ficava mais na parte do remo, do motor*” de suas rotinas de pesca, assim descrita: “*nós soltava a rede, aí no outro dia ia colher. Tirava tudo de novo. Limpava as redes, de tarde colocava de novo. Porque se não limpasse a rede, como é que pegava o peixe? E era assim todo dia*”.

Marília, Roseni e Leia (Figura 5) pescam com os companheiros. Nas palavras de Marília: “*meu marido começou a pescar, eu sempre gostei de pescar de vara, com pai e mãe, desde criança. Aí ele me chamou: vamo, filha, vamo pescar de vara? Eu falei: bora! Chegou lá botamo rede. E eu já gostava da bagunça. Então entrei nessa. Já tem mais de oito anos.*” Já Roseni e Leia pescavam juntas antes de passar a pescar com os companheiros, como explica Roseni: “*eu e Leia, a gente pescava sozinha, a gente pescava os brejo... ela tinha um barquinho pequeno, a gente pescava. Quando esse pessoal aí começou a pescar a gente já pescava há muito tempo*”. Hoje, com o companheiro Cidinho, Roseni reforça a importância da atividade para o sustento da família: “*a gente vive do peixe, tipo eu e ele, o trabalho que a gente tem é só do peixe, se pegar cê vai ter dinheiro, se não pegar cê não tem o dinheiro, é o único meio que a gente tem*”. E Leia, que hoje pesca com o companheiro, também prepara o pescado capturado pelo casal para vender no restaurante que montaram em Beira de Lagoa. Assim descreve a rotina de pesca e restaurante, junto ao companheiro: “*Se for de ir sozinha eu vou mesmo mas só que ele gosta também de pescar. Vai nós dois, a gente pesca de segunda a quinta. A gente trabalha aqui também, às vezes chega alguém para almoçar na hora do almoço aí não tem como a gente ir*”.



Figura 5 – Leia em seu restaurante, com o cardápio oferecido descrito no quadro
Fonte: Projeto "Mulheres na Pesca".

Dona Geralda saiu do Ceará com três filhos pequenos, atrás do marido que tinha ido tentar uma vida melhor no Rio de Janeiro. Descreveu assim as desilusões que levaram à separação e a sua entrada na pesca: *“ele ia para os forró tudo quando recebia o dinheiro dele, quando era no outro dia, ria falando que tinha tomado duas caixas de cerveja com mais fulano, mais fulano. Quando saía eu, ele e as crianças, a criança pede uma garrafa de água ele disse que não tem dinheiro, para comprar a garrafa de água para a criança. Aí eu digo: um dia eu vou sair dessa vida um dia eu vou ser pescadora, vou dar as coisas para o meus filhos”*. Então começou a pescar, descrevendo assim sua rotina: *“eu pescava de domingo a domingo, era de domingo a domingo, não tinha esse negócio de hoje eu não vou na lagoa não. Era com chuva, trovoada, com relâmpago, de qualquer jeito eu tinha que está lá dentro, porque se o dia que eu não fosse acontecia de ter o peixe e estragar ou carregarem as minhas redes, entendeu?”*.

Essas breves linhas de apresentação das interlocutoras do projeto “Mulheres na pesca” em Quissamã destacam a relevância de marcar os lugares das mulheres na atividade pesqueira. Como discuti em Hellebrandt (2018), o universo pesqueiro é socialmente e legalmente percebido como um ambiente masculino⁸, no qual as mulheres são invisíveis. Nesse contexto de ambiente masculino, ser mulher pescadora e trabalhadora da pesca exige uma constante negociação das relações. No trecho abaixo, Tia Lu descreve mais sobre sua

⁸ Confira nota de rodapé n.6 para referências que abordam esta questão.

rotina de pesca e sobre o que significa ser mulher num ambiente masculino e lidar, inclusive, com violências simbólicas:

Às vezes a gente chegava assim 4 horas da manhã em casa, 3 horas da manhã em casa e quando fosse pra lá tinha que ir pra lá 3 horas da tarde, 4 horas da tarde pra que ninguém tomasse o nosso lugar. Pra mulher isso não era nada fácil. Ficar num lugar que só tem homens de madrugada tem que ter muita coragem também! Não só disposição, mais muita coragem também e não temer a nada! A gente pescava no meio de homens, homens que vinham sei lá de onde! E eles achavam que, como por a gente ser mulher, de repente era mais fácil tomar alguma coisa da gente. Ficava jogando conversa fiada, ficava fazendo xixi na frente da gente, aquelas coisas todas.

3. Permanecendo na pesca em Quissamã

Além de negociações permeadas por relações de gênero para permanecerem na pesca, são constantes também as negociações nas relações conflituosas com outras atividades econômicas (descritas no item 2). Permanecer na pesca em Quissamã implica negociar com os fazendeiros para poder pescar e ter fé de que Deus irá garantir a pesca e o retorno seguro à casa.

3.1. Negociando com os homens - ultrapassando cercas para pescar

Para acessar a Lagoa Feia e poder pescar, as interlocutoras do projeto “Mulheres na pesca” precisam negociar com o fazendeiro “dono” da propriedade que margeia a Lagoa. Precisam pedir passagem para não correrem o risco de choque elétrico nos arames eletrificados. Reproduzo trechos de algumas entrevistas que descrevem as negociações:

Para entrar nessa lagoa ninguém tem entrado nela, para passar dentro do que é dos fazendeiros que eles tomaram conta de tudo que aí pra gente não poder passar eles botam cadeado nas cercas, cerca elétrica. É maior sufoco para a gente poder entrar de madrugada na lagoa se quando panhava o peixe, tinha que levar aquelas coisas toda na cabeça, o maior sufoco pra a gente tirar um peixinho da lagoa Os fazendeiros não deixam entrada para ninguém, depois fica acusando todo mundo de ladrão, não querem dar a chave para ninguém. (Dona Geralda)

Chegou na cancela passou [...] o pessoal já está acostumado já conhece os pescadores, já deixa passar né ai alguém de fora tem pedir né, não conhece vai chegando vai entrar assim né, vai ter que pedir [...] eles só pedem para não deixar a cancela aberta porque tem animal né pode ir para a rua dá problema mas a maioria do pessoal passa ali. (Leia)

O dono, se ele quiser trancar, ele pode. [...] A gente entra, assim... Só que a gente avisa, né? Antes. Primeiro, a gente... primeiro, avisa. Que aí eles já ficam sabendo que a gente entrou. E sai. Cê não chega entrando a primeira vez. [...] Tem que chamar o rapaz pra poder pedir autorização pra entrar. Eles deixam entrar, mas tem que chamar, lá é fechado. (Roseni)

3.2. Entregando a Deus – os ventos e a insegurança alimentar

As observações a partir do trabalho de campo e das entrevistas realizadas me levam a refletir que a negociação não é somente com os homens. Colaço (2019) reflete sobre um “eixo divino”, orientador dos pontos de vista dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, sobre “sua própria condição de ‘estar no mundo’”. (COLAÇO, 2019, p. 239). Ponta Grossa dos Fidalgos fica em Campos dos Goytacazes e é outra comunidade pesqueira no entorno da Lagoa Feia, portanto, com contexto pesqueiro guardando semelhanças ao de Beira de Lagoa. O autor reflete sobre o “eixo divino” para pensar este como um dos eixos que os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos utilizam para negociar com o perigo. No caso de Colaço, o perigo descrito é o do embate com os órgãos de fiscalização, mas o “eixo divino” pode ser aplicado também à relação com os perigos advindos das “condições ambientais, impostas por Deus”, como o autor descreve a partir de sua pesquisa.

Peixoto e Belo (2016) analisam o grau de confiança de populações pesqueiras em diversas instituições. A área de análise dos autores corresponde aos mesmos municípios em que o projeto “Mulheres na pesca” desenvolveu a pesquisa. Os resultados apresentados pelos autores apontam que a confiança de pescadores na igreja é superior a outras instituições, inclusive aquelas diretamente relacionadas à pesca, como Colônias e Associações de pescadores, ou Capitania dos Portos.

Dados de confiança sobre a igreja não são necessariamente dados de confiança em Deus, mas apontam uma direção para a compreensão da presença de Deus nos discursos relacionados aos perigos e à permanência das interlocutoras do projeto “Mulheres na pesca” na atividade pesqueira de Quissamã. É Deus que está presente nos enfrentamentos de condições

ambientais adversas, assim como é Deus quem garante a boa pesca, livrando do perigo da insegurança alimentar:

[relato sobre a morte de um pescador e pergunta sobre a causa da morte]
Por causa do vento. Aquele tempo que da ventania que arrancou um cado de coisa aí e matou o rapaz lá de Ponta Grossa, disse que o remo caiu dentro da água, ele foi tenta, estava ele e a mulher dele pescando, ele foi tenta tirar não conseguiu, ele caiu dentro e a mulher dele deitou dentro do barco, acharam a mulher e depois acharam ele morto. [E a senhora nunca teve medo assim dessas coisas?] Tinha medo mas entrego a Deus. [A senhora sabe nadar?] Sei não. Deus toma conta da gente, eu tô falando que aquelas marola altona, você pensa que está aqui, quando você vê tá em cima da água, você já tá voada por cima do calão, menina é muito sofrimento. [...] a vida de pescador é muito sofrida. É só Deus mesmo, tem que botar Deus na frente e acompanhar Deus, pra poder ele livrar a gente.

[Q]uando estava menstruada, sentia mas tinha de ir, ou quando chegasse o final de semana não ia ter dinheiro para comprar o arroz e o feijão as coisa pra comer em casa com os filhos, não tinha esse negócio de lengalenga não, tinha que chegar. E a ventania, você se gruda aqui na beirada do barco, senta aqui e Deus leva. E quando assim que não tinha motor tinha que ir no remo, só marcava o rumo e tinha vez que estava muito escuro e você não enxergava.

Teve um tempo aí, eu não sei se era preocupação, muita coisa na cabeça. Aí parece que a gente entra em depressão sei lá o que é. Aí você sente dor até no lugar que não existe. Agora, graças a Deus que eu não sinto mais dor de nada. Eu acho que é preocupação, a gente deve, preocupação com comida para as crianças, e não sei o que, mas agora, graças a Deus que passou tudo. (Dona Geralda).

Os trechos relatados por Dona Geralda sintetizam a relação com a fé em Deus para lidar com as incertezas da atividade pesqueira, seja pelos ventos fortes e a fé no retorno seguro à sua casa, seja com a fé em uma boa pescaria, para garantir que o retorno seguro seja também com pescado para venda e alimentação dos filhos.

Considerações finais

As informações apresentadas neste texto se originam das reflexões do trabalho de uma pesquisa realizada com mulheres da atividade pesqueira artesanal. A análise de gênero, aplicada aos estudos sobre pesca, intenciona expressar como esta, dentre tantas outras relações de poder, se dá. Através das narrativas das mulheres de Quissamã que fizeram parte desta pesquisa, engrossamos o coro que afirma com evidências que mulher pesca sim, além de desenvolver outras atividades produtivas no universo pesqueiro, como diversos outros estudos sobre gênero e pesca vêm demonstrando.

Nas narrativas também foi possível perceber como os impactos sofridos pela pesca artesanal nas relações conflituosas com outras atividades econômicas afetam essas mulheres, bem como algumas formas de lidar com eles e permanecer na atividade pesqueira. Negociam com homens pescadores pelo direito de estar no mesmo espaço, tendo que arcar com violências simbólicas constantes, como o caso relatado por Tia Lu dos pescadores que urinavam próximo a ela, na intenção de intimidá-la. Negociam com os fazendeiros que se apropriam de um bem da União colocando cercas e impedindo essas mulheres nos seus direitos de ir e vir com vida, para realizarem suas atividades de pesca. Negociam com Deus para assegurar suas vidas enquanto pescam, bem como para uma garantia de segurança alimentar para sua família.

Assim permanecem na atividade pesqueira de Quissamã, num constante jogo de negociar, seja com homens, seja com Deus. Permanecem, mulheres pescadoras e trabalhadoras da pesca de Quissamã.

Referências

- ALENCAR, Edna F. (1993) Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.
- BENNET, Elizabeth. (2005) Gender, fisheries and development. *Marine Policy*, vol. 29 issue 5. p. 451 – 459.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. (2004) Água e conflito na Baixada dos Goytacazes. *REGA - Revista de Gestão de Água da América Latina*. vol. 1, n. 2. jul/dez, 2004.
- COLAÇO, José. (2019) Costume e Resistência: elementos para uma política do enfrentamento entre pescadores artesanais da região norte-fluminense. In: José Colaço. (Org.). *Pesca Artesanal no Norte Fluminense: estudos de caso sobre meio ambiente, conflitos e resistência de*

- um modo de vida. Rio de Janeiro: Autografia, p. 237-255.
- CRIBB, André Yves; CRIBB, Sandra Lucia S. P. (2008) Gestão cooperativista e verticalização agroindustrial: estratégias para a agricultura familiar. *Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária*. Dezembro de 2008. p. 110 -119.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations.
(2015) Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication. Rome. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i4356en/I4356EN.pdf>
- FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.
(2017) *Website* Disponível em: <http://www.funbio.org.br>
- GERBER, Rose Mary.
(2015) *Mulheres e o mar*: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC.
- HELLEBRANDT, Luceni.
(2019) O que torna as mulheres invisíveis na pesca? Reflexões a partir de pesquisa com mulheres da Colônia Z3 – Pelotas / RS. In: MARTÍNEZ, Sílvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni. (orgs.) *Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF. p. 267 – 280.
- HELLEBRANDT, Luceni.
(2019a) *Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado*. In: MARTÍNEZ, Sílvia Alicia (coordenadora). Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>
- HELLEBRANDT, Luceni.
(2019b) *Cercamento da Lagoa*. In: MARTÍNEZ, Sílvia Alicia (coordenadora). Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>
- HELLEBRANDT, Luceni.
(2018) Apontamentos iniciais do projeto “Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas”. In: 18th Iuaes World Congress, 2018, Florianópolis. *Conference Proceedings 18th Iuaes World Congress/Anais 18º Congresso Mundial de Antropologia*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 3749-3759.
- HELLEBRANDT, Luceni.
(2017) *Mulheres da Z3* - o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. 173 p.
- HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade.
(2016) Pesca e Gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas/ RS - Brasil). *Vivência: revista de antropologia*. UFRN/DAN/PPGAS v. I., n. 47 (jan/jun. de 2016). Natal: UFRN p. 123 - 136.
- HERCULANO, Selene.
(2012) Pesca e Petróleo no Litoral Fluminense. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, v. 1, n. 5, p. 01-14.
- KERGOAT, Danièle.
(2009) Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP. p. 67 – 76.
- LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade.
(2010) Gênero e pesca: 30 anos de registro geral da pesca. *Fazendo Gênero 9*, Florianópolis, SC. 23 a 26 de agosto de 2010.
- LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade.
(2013) Gênero, Pesca e Cidadania. *Amazônica. Rev. Antropologia*. (Online) vol. 5, n. 1, p. 98-115.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ALVARES, Maria Luzia Miranda.

(2012) Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista. Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737.

MANESCHY, Maria Cristina

(2013) Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Para: In: NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento políticos*. Niterói: Alternativa. p. 42 – 64.

MARTINS DA SILVA, Liza Bilhalva.; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller.

(2020) “Mulher pesca sim!” Desigualdade, invisibilidade e conflitos socioambientais em contextos lagunares no Rio Grande do Sul. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 379–399, 2020. DOI: 10.14295/remea.v37i3.11006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11006>. Acesso em: 9 jul. 2021.

MOTTA-MAUES, Maria Angélica.

(1999) Pesca de homem/peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre pescadores no Brasil. *Etnográfica*, v.3, n.2, p.377-399.

PESCARTE

(2016) *Banco de Dados*. PEA-PESCARTE Projeto de Mitigação Ambiental PETROBRAS/IBAMA/UENF.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; BELO, Diego Carvalhar.

(2016) Capital social em populações tradicionais: confiança e participação nas comunidades de pescadores artesanais da Bacia de Campos dos Goytacazes. *Agenda Social*. vol. 9, n. 1. 2, p. 190 – 214.

RODRIGUES, Rejane Cristina de Araújo; LEMOS, Linovaldo Miranda.

(2011) Logística e território no Brasil - os complexos portuários do norte fluminense. *Revista Geográfica de América Central* - Número especial EGAL, 2011 - Costa Rica - II Semestre 2011. p. 1 - 16.

SOFFIATI, Arthur.

(2005) DNOS: uma instituição mítica da República Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 61, nov. 2005. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/145/129>>. Acesso em: 11 jun. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2005v7n2p61>.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura.

(2003) Redução do Espelho d'Água da Lagoa Feia – RJ e Mudanças nas Práticas de Pesca. *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*. 01 a 05 de setembro de 2003, UNICAMP, Campinas/SP.

WOORTMANN, Ellen.

(1992) Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.18. p. 1 – 31.

Recebido em

maio de 2020

Aprovado em

julho de 2021

“*Getting the Facts Right*”: escalas entre o cotidiano e a governança da migração internacional de senegaleses

Filipe Seefeldt de César¹

Resumo

O presente artigo aborda, a partir de uma literatura antropológica sobre governança de populações e práticas escalares, a relação entre tecnologias quantitativas de governo e a migração internacional de senegaleses. O objeto principal de discussão é uma das perspectivas que ordenam e, assim, tornam esse fluxo migratório cognoscível às principais instituições que o governam. Trata-se de algumas das escalas padronizadas no recente contexto de produção estatística conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Estado senegalês. As fontes empíricas são de duas ordens: (i) documentos disponíveis para acesso público *on-line*, entre páginas oficiais e publicações de posicionamento metodológico ligados a essa articulação inter-regional; (ii) trabalho de campo em observação participante e conversas informais conduzidas desde março de 2019 junto à comunidade senegalesa estabelecida na cidade de Porto Alegre (RS). Para a comparação teórica entre esses universos, tomo como posição uma articulação entre algumas reflexões sobre as noções de “práticas escalares”, “indicadores” e “*benchmarking*”. O argumento etnográfico desenvolvido é o de que esse contexto de produção estatística sobre a migração senegalesa opera por (i) noções de “migrante” e de “Estado de origem” enquanto entidades individualizadas, envolvidas em uma (ii) historicidade linear e evolutiva, bem como numa (iii) concorrência interestatal – pretensamente objetiva – sobre o desempenho na contenção de fluxos emigratórios.

Palavras-chave

Migração internacional. Escalas. Cotidiano. Governança.

Abstract

Informed by some of the anthropological literature on the governance of populations and scalar practices, the present article deals with the relation between quantitative technologies of governance and the Senegalese international migration. The subject of discussion is one of the perspectives that order and thus make such migratory flow cognizable to the institutions that govern it. Namely, I deal with some of the scales standardized by the recent context of conjoint statistical production among the United Nations Organization (UN), the Economic Community of

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). E-mail: fsdecesaro@gmail.com.

West African States (ECOWAS) and the Senegalese State. The empirical sources are twofold: (i) documents available online for public access, among official websites and publications of methodological positioning related to such interregional articulation; (ii) fieldwork in participant observation and informal conversations conducted since March 2019 with the Senegalese community established in the city of Porto Alegre (RS). For the theoretical comparison between these two universes, I take as a position an articulation between some proposals made by Summerson Carr and Michael Lempert, Sally Merry, and Isabelle Bruno, respectively, regarding the notions of "scalar practices", "indicators" and "benchmarking". The ethnographic argument developed is that such context of statistical production about the Senegalese migration operates within (i) notions of "migrant" and "State of origin" as individualized entities, involved in a (ii) linear and evolutionary history, and in a (iii) interstate competition – claimed to be objective – about the performance in the containment of emigratory flows.

Keywords

International migration. Scales. Everyday life. Governance.

1. Introdução

Como o sujeito migrante quantificado se protege da chuva dos olhares da todopoderosa “visão de Deus” (HARAWAY, 1988) que sobre ele recai pelas mais diversas governanças? Questões como essas são suscitadas pela obra de Yvonne Lee, reproduzida como capa do Manual de Proteção de Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), publicado em 2010²:

² Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iomdataprotection_web.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.



Fonte: Manual de Proteção de Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2010)³.

Ao leitor que contempla a imagem, tal escolha de capa poderia indicar uma discussão sobre a clássica distinção epistemológica objetividade *vs.* subjetividade. Mas essa possível expectativa não é atendida. No silêncio sobre o tema, as páginas seguintes constroem um quadro normativo em que a única possibilidade de ocorrerem efeitos inesperados do conhecimento quantitativo produzido sobre populações migrantes emerge de algum descuido metodológico na coleta, estocagem ou análise de dados pessoais. Se os requisitos forem atendidos, insinua-se que não há como haver ingerência de pesquisadores sobre os dados ou efeitos políticos posteriores dos mesmos. Os interlocutores aparecem apenas à luz de direitos individuais sincrônicos que, diferentemente do que nos conta a ilustração, assegurariam que a lógica dos números construirá os guarda-chuvas inquebrantáveis dos quais os objetos da numeração se apossarão. Será mesmo esse o caso?

O presente trabalho ensaia uma reflexão sobre essa pergunta à luz do caso da migração internacional de senegaleses. Como objeto da discussão principal,

³ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iomdataprotection_web.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

tomo uma das perspectivas que ordenam e, assim, tornam cognoscível esse fluxo migratório. Nomeadamente, trato de algumas das escalas padronizadas no recente contexto de produção estatística conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Estado senegalês. As fontes empíricas consultadas são as de materiais disponíveis para acesso público *on-line*, entre páginas oficiais e publicações de posicionamento metodológico que fornecem *insights* sobre essa articulação inter-regional e, em especial, sobre os indicadores de governança e *benchmarking* utilizados. Como ponto de partida, tomo uma posição específica no interior de algumas reflexões de Summerson Carr e Michael Lempert (2016), Sally Merry (2011) e Isabelle Bruno (2015), respectivamente, sobre as noções de “práticas escalares”, “indicadores” e “*benchmarking*”.

O desenvolvimento da base teórica e da proposta analítica está disposto, respectivamente, nas próximas duas seções. Na seção 2, a posição teórica é construída tendo por referência algumas vivências de uma pesquisa etnográfica de doutorado junto a vendedores de rua senegaleses atuantes na cidade de Porto Alegre (RS). Esse empreendimento permite situar uma porção da discussão antropológica sobre números e tecnologias de governo, fundamental ao presente ensaio, na área dos Estudos Migratórios. O objetivo da pesquisa mencionada, e cujo trabalho de campo inspira o presente artigo, é o de compreender como imigrantes senegaleses ocupados com a venda de rua agenciam (CALLON, 2013) esse ofício que é irregular na cidade desde 2008⁴. Para isto, além das calçadas em que os imigrantes atuam, tenho me inserido em: (i) atividades da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre e da *dahira* Mouhatimatoul Hitma⁵ (DIOP, 1981; GLOVER, 2007); (ii) viagens dos vendedores para reposição de estoque e atuação em feiras/férias/feriados; (iii)

⁴ A lei nº 10.605/2008 proíbe a venda de rua na região do chamado “Centro Popular de Compras”, instituído pela lei nº 9.941/2006. Inaugurado em 2009, o prédio foi uma tentativa de regularizar todos os trabalhadores informais em um espaço comercial fechado. Mesmo com a lei nº 17.134/2011, que retoma a possibilidade de regularidade nas calçadas pela via do Alvará de Localização e Funcionamento, a venda de rua senegalesa permanece proibida e não passível de regularização por conta de seu envolvimento majoritário com produtos “pirateados”, pelos quais não se gera nota fiscal.

⁵ Termo em *wolof* - língua e alcunha de grupo étnico da África Ocidental - que designa um espaço de prática da religiosidade *murid*, de sociabilidade entre seus adeptos e de manutenção dos laços de reciprocidade que tradicionalmente unem os *talibés* (discípulos) aos *marabouts* (mestres) e califas. “*Murid*” é referente ao que pertence ao mouridismo, irmandade muçulmana criada no Senegal durante a segunda metade do século XIX. Para aprofundamento inicial no tema, ver citações feitas no corpo do texto e logo após o número indicativo da presente nota.

instâncias principais de regulação do tema pelo poder público porto-alegrense, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE).

Pretendo o presente artigo como passo importante para evitar a continuidade de uma limitação que proponho perdurante na área dos Estudos Migratórios no Brasil e, sobretudo, nos esforços dessa junto à imigração senegalesa. Trata-se do hábito consolidado de reunir cifras absolutas, porcentagens e linhas evolutivas de diferentes fontes como meros adereços a justificarem, contextualizarem e/ou evidenciarem os objetos migratórios de cada estudo etnográfico, ao invés de fazerem parte analítica do último. Minha intenção a seguir, então, é semelhante à de Bruno Latour (2003, p. 4) em suas análises das “controvérsias abertas”⁶ e seus processos por trás das “caixas pretas” das verdades tecnocientíficas (LATOURE, 2003, p. 4). Questiono-me: qual o contexto histórico-político atual da produção estatística sobre a migração internacional de senegaleses? Na seção 3, desenvolvo o argumento central do texto: o de que os indicadores de governança e *benchmarking* padronizados na articulação ONU-CEDEAO-Estado senegalês estão sujeitos a escalonar este e outros fluxos migratórios em termos de (i) noções de “migrante” e de “Estado de origem” enquanto entidades individualizadas, envolvidas em uma (ii) historicidade linear e evolutiva, bem como numa (iii) concorrência interestatal – pretensamente objetiva – sobre o desempenho na contenção de fluxos emigratórios.

2. Escalas, indicadores e *benchmarking* à prova da etnografia

Há um amplo espectro de possibilidades para a crítica antropológica no tema da produção estatística em contexto contemporâneo. Pode-se, por exemplo, circular “de uma ponta a outra” da atuação das tecnologias de governo (ROSE, 2001), ou seja, problematizando tanto a produção metodológica quanto os efeitos-cascata das narrativas endossadas por categorias e números. Para seguir fiel às propostas deste artigo, não pretendo alcançar o que fazem trabalhos como os de Jean Segata (2019) ou Leonardo Pedrete (2019), capazes de tocar o poder presente tanto “antes” quanto “depois” dos números. Ao invés disso, mantenho-me na possibilidade de identificar na migração internacional de senegaleses um dos objetos de um mapeamento quantitativo mais amplo de populações, informado por um esforço multilateral de escolhas metodológicas

⁶ Todas as citações diretas de textos referenciados em edições de língua inglesa são traduções minhas.

que, espero demonstrar, são tão políticas quanto científicas. Não se trata tanto, então, de olhar para como os números se espriam, quase assumindo uma “vida própria” cada vez que validam dado argumento sobre um fluxo de mobilidade humana, mas sim investigar a seletividade etnograficamente questionável presente em sua produção. Dada essa escolha, começo agora a tecer minha posição teórica.

Os deslocamentos que tenho acompanhado junto aos vendedores de rua senegaleses em Porto Alegre têm me levado a pensar em questões de escala. Como esses sujeitos escalonam o espaço e o tempo de sua experiência enquanto vendedores de rua em condição migratória? Qual o sentido etnográfico de certas categorias caras aos Estudos Migratórios, como as de “global”, “local”, “transnacional” e “multiescalar” (SAHLINS, 2003; BAUBOCK; FAIST, 2010; SCHILLER; ÇAGLAR, 2018), se forem levadas ao escrutínio empírico sem qualquer reflexão sobre as tipologias escalares que carregam consigo? Aproximo-me de dúvidas desse tipo com o esforço “de deixar para trás distinções escalares e, ao invés disso, traçar empiricamente como os atores sociais esculpem e cortam – ou escalonam – os seus mundos” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 4). Para a relevância dessa tarefa em meu caso, vale destacar a relação entre certas experiências de campo vividas ao longo do segundo semestre de 2019.

Às vezes, as instâncias que tomamos como “fora de campo” surpreendem e fazem repensar o quão limitante é a concepção até então assumida da redoma empírica em investigação. De dentro de um táxi, partindo da rodoviária de Porto Alegre ao prédio no qual moro, vivi tal dimensão do trabalho etnográfico, interpelado pelo senhor que dirigia. Do clima, fomos às nossas biografias recentes, e disso, à minha pesquisa de doutorado. “AN-TRO-PO-LO-GIA?”, indagou. Expliquei, chegando a um ponto final de costume, que apostei dar concretude ao que faz o pesquisador da área para quem a desconhece: “daí eu faço uma pesquisa com os vendedores de rua senegaleses aqui em Porto Alegre, acompanho o trabalho e outros espaços do cotidiano deles, e tal...”. O senhor não demorou a dar suas impressões sobre tal realidade.

Branco, como eu, e já grisalho do alto dos sessenta e poucos anos de idade que estimei, dizia conhecer imigrantes negros de diferentes nacionalidades, e saber quais dessas são formadas por sujeitos mais e menos trabalhadores. Segundo ele, os senegaleses são “do tipo que prefere sentar na rua aí e ficar ali de boa, no celularzinho”. Empolgado, complementou:

E não sei viu, lá na Assis Brasil [avenida] tem um monte, e a gente dos táxis tem um ponto lá, *então a gente conhece bem esse pessoal*, tenta conversar e tal... mas tchê, os caras *são* fechados, não falam, não querem saber, *parece que tão escondendo alguma coisa...* eu não sei, viu, acho que tem político por trás disso, aquelas repúblicas lá que eles moram tudo junto... isso aí eles ganham um kit de produtos já pronto e vão vender, *não sei que esquema tem aí por trás...* (Diário de campo, grifos meus).

A essa altura, dei vazão à vontade de discordar, e, já ao final da corrida, provoqueei: “mas os caras tão apanhando na rua, não é bem assim pra trabalhar de vendedor irregular, porque eles iriam querer isso?”. Com o dedo em riste e o rosto de negação, pausou a contagem do dinheiro em suas mãos e retrucou: “Tão!? Eu não tô sabendo, acho que não, hein...”. Não se convenceu com a menção que fiz dos vídeos comumente postados em redes sociais. Nos registros ali veiculados, a cena mais comum se tornara, ao longo de 2019, a de vendedores senegaleses sendo agredidos durante a tomada de seus produtos, sob os gritos de transeuntes de tom tipicamente salvacionista: “tão batendo em cachorro morto de fome” é um exemplo enfático.

De minhas incursões a campo junto à Associação dos Senegaleses de Porto Alegre, notei que as tentativas de negociação da comunidade senegalesa com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico têm tido pouco rendimento. Mor Ndiaye, presidente da Associação, relatou-me que o mais comum tem sido a não renovação dos alvarás dos imigrantes senegaleses desde o início de 2019, sob o pretexto de que o poder público já teria dado “uma chance”, nos anos anteriores, para que os vendedores de rua dessa comunidade lucrassem no ofício e se formalizassem. Ademais, outra demanda não atendida é a referente à violência com que a mais recente intensiva fiscalização tem ocorrido, considerando a possibilidade sempre latente de racismo institucionalizado nesse tema (NDIAYE, 2019). O presidente também enfatizou, repetidas vezes, que o inédito convênio estabelecido entre a Brigada Militar e o braço fiscalizador da secretaria para intensificar as operações não constava na legislação de referência, e menos ainda a possibilidade de que agentes da primeira fossem os responsáveis pela retirada de mercadorias da posse dos vendedores.

“Ele tá pedindo pra todo mundo que tem fotos ou vídeos da Brigada fazendo apreensão de mercadorias, que mande pra gente mostrar lá”, explicou Mor, traduzindo o que era dito em *wolof* via microfone por um dos membros mais proeminentes da *dahira*, cuja cerimônia, nessa ocasião, foi realizada na Praça XV de Novembro. O presidente da Associação se referia à nova tentativa

de negociação em futura reunião com representantes da SMDE, na qual a ilegalidade do novo formato de apreensões seria materializada pelos vídeos. Construía-se ali uma forma coletiva de esperança a partir de imagens e sons dolorosos. De possíveis fontes da vergonha que alguns vendedores me relataram em relação à família deixada no Senegal – comumente a responsável por financiar boa parte do projeto migratório –, as cenas registradas em vídeo passavam a recurso político circulante de fora para dentro da comunidade.

É como se o discurso colonial (BHABHA, 1998) de uma *chance dada e não aproveitada pelos senegaleses, por motivo de algo incógnito que está “por trás” desses sujeitos a despeito de “os conhecermos bem”*, ressoasse de um canto a outro de meu trabalho de campo, do taxista indignado ao funcionário público cuja fala foi relatada pela frustração na voz de Mor. Seguindo essa cadeia de relações e representações, as instâncias institucionais da comunidade senegalesa buscam investir nas “margens do Estado” (DAS; POOLE, 2014), cuja morosidade fechada ao diálogo é capaz de agravar o sofrimento social de populações inteiras (VICTORA, 2011).

Uma circunstância de campo como essa torna evidente a necessidade de repensar as fronteiras da venda de rua, isto é, perceber que as mesmas são agenciadas (CALLON, 2013) para além do tempo das calçadas do trabalho e por trabalhadores imigrantes e nacionais em constante relação com as representações político-religiosas da comunidade em Porto Alegre. Ao ligar o táxi, o ponto de venda, a família deixada no Senegal, a *dahira* em praça pública, a Associação, os celulares de fieis *murids* e um escritório do poder público a partir de anseios situacionais relatados pelos interlocutores, construo a proposta etnográfica de uma escala de materialidades, espaços, pessoas e tempos em que a “diferença” (M’CHAREK, 2010) não se apresenta tão diametral e evidente quanto sugerem noções como as “cidade” e “rua”, “nacional” e “transnacional”, ou mesmo “lugar” e “fluxo” (APPADURAI, 2000; HANNERZ, 1997).

Trata-se de um traçado de eventos que é *específico em forma* àquela circunstância social, *mas regular na lógica alternativa* que dá à interação entre tais categorias difundidas sobre a migração e a urbe. Não se trata apenas de identificar, então, o que é fixo e ou que não é, como que mapeando caminhos e obstáculos da vida dos interlocutores: é, antes disso, “conhecer as experiências relacionadas ao tema do trabalho nos tempos cotidianos vividos daqueles que narram suas ações em uma inteligibilidade reflexiva temporal” (ECKERT; ROCHA, 2015, p. 32).

A especificação dessa posição teórica no presente ensaio se dá pela ordenação analítica que penso para os indicadores de governança e *benchmarking*: proponho que atuam como instrumentos privilegiados de operacionalização de escalas. Essa é a minha escolha porque tanto a “genealogia dos indicadores”, proposta por Merry (2011, p. 89), quanto o “ciclo de *benchmarking*”, do qual fala Bruno (2010, p. 44), têm por enfoque a incorporação pública de um *ethos* corporativista de teoria e prática sobre o mundo social, mas deixam de explorar a dimensão ontológica dessa concepção concorrencial-avaliativa de sociedade. Ou seja, tais categorias não atentam para as escalas que dão impulso ao uso estatístico e às políticas resultantes desse, que “não apenas [...] codificam normas e valores sociais, e articulam princípios organizadores fundamentais da sociedade”, como “também contêm modelos implícitos (e, às vezes, explícitos) de sociedade” (SHORE; WRIGHT, 1997, p. 6).

Disso se depreende, em segundo lugar, uma falta de reflexão sobre as escalas alternativas, contra hegemônicas e/ou silenciadas pelas instituições com as vozes mais altas na quantificação e comparação de populações e governanças. Naquele “deslumbramento etnográfico” (STRATHERN, 2014) causado pelo choque entre o meu “projeto de criação de escalas” (TSING, 2005, p. 57) e o dos interlocutores, opto por me aproximar mais da noção de “práticas escalares” (CARR; LEMPERT, 2016). Essas se definem como esforços empreendidos por diferentes atores em delimitar fronteiras e canais da vida social em diferentes níveis, de modo consciente ou não, e se enredando situacionalmente (LATOUR, 1993; CALLON, 2013) em outras práticas escalares paralelas.

Se Merry (2011, p. 92) define os indicadores como “uma tecnologia política que pode ser usada para vários propósitos diferentes”, e Bruno trata do *benchmarking* (2010, p. 42) como um “dispositivo de avaliação comparativa de resultados nacionais que procede à definição, à quantificação e à comparação de indicadores comuns de performance”, escolho aqui dar utilidade a ambas as categorias como fenômenos decorrentes de práticas escalares, sejam elas trazidas a público ou não, consideradas por relatórios estatísticos oficiais ou não. O esforço é por se manter crítico “quando atores ou analistas naturalizam o que eles alegam cruzar, dobrar ou saltar, como se tais escalas já estivessem lá, esperando para serem habitadas, manipuladas ou atravessadas” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 7).

Dessa perspectiva teórica, torna-se visível um universo de dados específicos ligado às “migrações na migração”, do qual a comum classificação por indicadores e padrões de desempenho normatizados não dá conta.

Observemos esses como pontos de referência inicial para o mapeamento de movimentos migratórios, e não como fontes de verdade científica transparentes a ponto de dispensarem a necessidade de problematização epistemológica (GUPTA, 2012; BRUNO, 2015). Há perspectivas teóricas, processos metodológicos e indicadores alternativos que são estrategicamente silenciados (MCGOEY, 2012), pois disso depende a legitimidade pública dos critérios normatizados para interpretar e atuar sobre a mobilidade humana. Em suma, certas escalas têm menor valor na economia hegemônica dos indicadores e do *benchmarking*, pois valoradas como anedotas incapazes de vocalizarem qualquer história minimamente generalizável (GUHA, 2002). Isso significa que retomar o olhar etnográfico há pouco exercitado permite evidenciar práticas escalares dissonantes das naturalizadas por indicadores comuns no tratamento da migração em arranjos estatísticos contemporâneos de governança global. Pensar indicadores a partir de escalas, então, é necessariamente questionar como os mesmos traduzem contextos em números, isto é, “informação qualitativa convertida” (MERRY, 2011, p. 86).

O caminho teórico etnograficamente informado que construí até aqui traz a pergunta: como a migração internacional de senegaleses tem sido narrada no recente contexto de articulação entre a OIM, a CEDEAO e o Estado senegalês? Quais indicadores selecionados são enfatizados junto a seus números e categorias, e quais fenômenos antropológicos não o são em cada caso? E por quê? Seguindo nesse horizonte, questionemos, agora, “[...] a contínua aderência à distinção macro-micro e a tendência a atribuir economia política à primeira, e interações face a face à segunda” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 8). Entretanto, dessa vez o foco está em alguns indicadores multilaterais.

3. O *migration governance framework* e seus emaranhados à luz do caso senegalês

O campo da governança global dos movimentos migratórios teve um de seus importantes episódios recentes em 2015, com a elaboração do *Migration Governance Framework* (MiGOF) pela OIM. Pretendendo-se o modelo mais adequado para o conhecimento e a prática multilateral sobre a migração no mundo, esse quadro emerge em um contexto histórico em que “a confiança em representações numéricas simplificadas de fenômenos complexos começou em estratégias de governos nacionais e análise econômica e recentemente migrou à regulação de ONGs e direitos humanos” (MERRY, 2011, p. 83). Como Estado-

membro desse órgão da ONU bem como da parceira Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Senegal tem aderido à concepção de uso estatístico que se torna mais evidente à medida que descemos a escada estrutural desse *framework*⁷.

A insuficiência do Estado senegalês em medir e governar o deslocamento de seus cidadãos para fora do país foi marcada por um relatório de 2018⁸, publicado pela *Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie* (ANSD) em parceria com a OIM, e financiado pela União Europeia e CEDEAO. Dentre outras recomendações do documento, destaco a de “harmonizar os métodos de coleta de dados para os mesmos tipos de migrantes (grupos-alvo), bem como os planos de análise em conformidade com as recomendações da CEDEAO”. Coletar para comparar e governar, em suma, parece a mensagem do slogan “*Getting the facts right*” visível na página on-line⁹ do Suporte à Livre Circulação de Pessoas e à Migração na África Ocidental, programa da OIM que reúne a operação específica do MiGOF nessa região do mundo. Dos seis domínios metodológicos que formam o *framework*, o segundo inclui especificamente o tema da coleta de dados:

⁷ O detalhamento de todas as seis dimensões do MiGOF, responsáveis por construir e estruturar os fenômenos que os indicadores estatísticos medem está disponível em: <https://migrationdataportal.org/overviews/mgi#0>. Acesso em: 21 maio 2020. É dessa mesma fonte que retiro muitas das citações utilizadas ao longo do texto acerca do MiGOF. Opto por essa mesma decisão no que toca aos demais documentos citados no corpo do texto, evitando poluí-lo com citações que se tornariam demasiadas.

⁸ Disponível em: <http://www.ansd.sn/ressources/publications/ANSD-OIM%20-%20Profil%20Migratoire%20du%20Senegal%202018.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁹ Disponível em: <https://fmmwestafrica.org/regional/>. Acesso em: 21 maio 2020.

2: WHOLE OF GOVERNMENT APPROACH

Indicators in this domain look at:

- Institutional framework
- Migration strategy
- Legal framework
- Institutional transparency and coherence
- Migration data

Indicators in this domain assess countries' institutional, legal, and regulatory frameworks related to migration policies. Domain 2 also reviews the existence of national migration strategies that are in-line with development, as well as institutional transparency and coherence in relation to migration management. This domain also investigates the extent to which governments collect and use migration data.

Fonte: Migration Data Portal (2020)¹⁰.

Essa versão específica do caminho “dados-metas-meios”, que é atualizada desde a “nova gestão empresarial” dos anos 1990 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), foi regionalmente difundida. Os órgãos estatísticos nacionais envolvidos, como a ANSD, protagonizaram o movimento conjunto de publicar dados sobre as características emigratórias de seus países em estrita coordenação com esse arranjo suprarregional. Para materializar essa condição histórica de produção de dados sobre migração na África Ocidental, consolidou-se um único processo modelado em quatro etapas lineares para a incorporação nacional dos chamados *Migration Governance Indicators* (MGI): “o primeiro passo do processo é o de organizar uma reunião com funcionários de governo para explicar o que os MGI envolvem, e para assegurar a sua *adesão completa*”¹¹ (grifo meu). Essa aceitação total pelos administradores públicos é seguida pela coleta e análise de dados, que só então é sucedida por negociações interministeriais sobre a publicação do relatório final.

A gradual tomada desses passos a partir de 2015 levou à atualização da Abordagem Comum da CEDEAO em Matéria de Migração (2014)¹², de modo

¹⁰ Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org/overviews/mgi#2>. Acesso em: 21 maio 2020.

¹¹ Esse e os demais passos do modelo de incorporação dos MGI são apresentados e aprofundados em: <https://gmdac.iom.int/migration-governance-indicators>. Acesso em: 21 maio 2020.

¹² Disponível em: https://fmmwestafrica.org/wp-content/uploads/2017/02/MOD-1_-ECOWAS_COMMON-APPROACH-ON-MIGRATION.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

que os relatórios antes publicados em nível nacional exclusivamente com recursos de financiamento internos, via órgãos como os de controle de fronteira, passam a ser classificados como insuficientes, já que limitados em seus dados sobre o tema e, por consequência, inadequados segundo as novas categorias estatísticas. O tão repetido lema de que este e os demais domínios do MiGOF têm por objetivo “ajudar a definir o que uma ‘política migratória bem administrada’ pode significar no nível nacional” lida com a pretensão de que, até o alinhamento nacional com os MGI, “nada se construiu”, mesmo que o complexo fenômeno da migração internacional já esteja compartimentalizado em prioridades específicas, como as do domínio ilustrado na imagem e a sua “adesão completa” pelos Estados. Essa aura de neutralidade tem discurso análogo na repetição de que “os MGI não têm o objetivo de ranquear países sobre a produção ou implementação de políticas migratórias”, ainda que a agência privada de pesquisa financiada pela OIM (*The Economist Intelligence Unit*) para a tarefa tenha atuado, com a publicação do *2016 Global Migration Index*¹³, pelo que nomeou como “métrica da governança migratória”. Nesse índice, por exemplo, 15 países-piloto considerados representativos de cada região territorial tiveram suas políticas migratórias escalonadas entre “nascente”, “emergente”, “desenvolvido” e “maduro”, com os representantes do Norte Global na dianteira. Se o objetivo não é ranquear, por que há *rankings*?

Vemos aqui que “o *benchmarking* não é uma técnica tão universal quanto defendem seus teóricos” (BRUNO, 2010, p. 57), e que expressar a intenção de não ranquear desempenhos pouco resolve a problemática política de indicadores – e, portanto, escalas – apresentados como universais. Nessa mesma esteira, o *Global Migration Data Analysis Centre*, órgão especializado da OIM, publicou em 2017 o relatório da *Gallup World Poll* (GWP)¹⁴, pesquisa encomendada à *Gallup*. Atuante no mesmo ramo que a *The Economist Intelligence Unit* (EIU), tal agência realizou questionário em 160 países, com o mínimo de 1000 entrevistados em cada. O foco foi gerar taxas de “potencial de migração” verificáveis em comparação aos fluxos migratórios registrados no mesmo período (2010-2015) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Reivindicando em sua página *on-line* uma “expertise no entendimento do comportamento humano”¹⁵, a empresa

¹³ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/migration_governance_index_2016.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://gmdac.iom.int/gmdac-data-briefing-measuring-global-migration-potential-2010-2015>. Acesso em: 21 maio 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://www.gallup.com/analytics/211988/right-analysis.aspx>. Acesso em: 21 maio 2020.

operou por um esquema tripartido de investigação, que corresponde a um modelo de ator racional apartado entre “desejos”, “planos” e “preparações” para a tomada de decisão:

Table 1: Survey questions regarding potential migration in the GWP

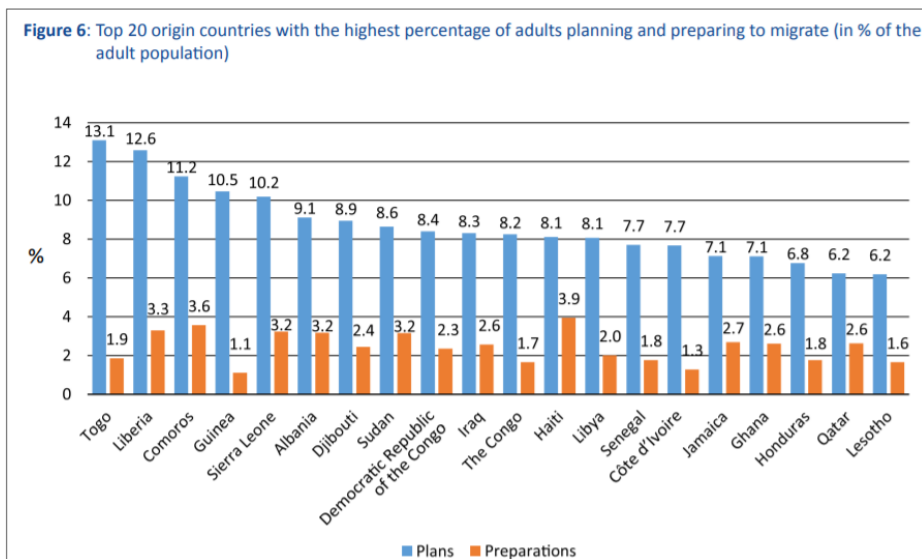
Type of migration potential	Survey question
Migration desires	“Ideally, if you had the opportunity, would you like to move permanently to another country, or would you prefer to continue living in this country?”
Migration plans	“Are you planning to move permanently to another country in the next 12 months, or not?” (asked only of those who would like to move to another country)
Migration preparations	“Have you made any preparation for this move?” (asked only of those who are planning to move to another country in the next 12 months)

Fonte: Global Migration Data Analysis Centre (2017)¹⁶.

Como no índice da EIU, opera-se por uma escala unidirecional cujos indicadores e subindicadores são informados por um modelo eurocentrado de ação humana. *Desejar, planejar e preparar* como termos de transparência intercultural evidente e, portanto, passos sequenciais que levam da abstração à concretude, da especulação anedótica ao fato com potencial preditivo. E a má definição conceitual no relatório acaba por servir ao propósito dessa ontologia: afinal, qual a capacidade analítica da categoria de “preparações” no campo da migração internacional, quando exclusivamente definida por ações “*tais quais* solicitar um visto, guardar dinheiro para a viagem ou aprender a língua da destinação desejada” (grifo meu)? Permanecem silenciadas as interações deste *survey*, com os contextos culturais, de classe, raça e gênero capazes de significar e temporalizar de modos específicos o processo da decisão de migrar, cuja variação é vagamente isolada a “restrições políticas, falta de recursos ou mudança na situação pessoal”. “Os indicadores tipicamente não vêm com uma discussão de tais decisões ou uma análise das implicações da escolha”, e, caso contrário, como nos documentos aqui analisados, geralmente anexam consigo “uma explicação de uma página sobre o índice e um cuidado acerca de seu escopo limitado” (MERRY, 2011, p. 86-87). Esses pequenos atos de decoro em nada alteram a impressão de onisciência dos dados sobre espaços, tempos e fluxos humanos publicados em primeiro plano como fonte de verdade rápida e democrática.

¹⁶ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/gmdac_data_briefing_series_issue_9.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

No caso do Senegal, que aparece na GWP na 14ª posição do *Top 20* dos países com maior porcentagem de adultos planejando ou preparando o deslocamento, esses indicadores e sua escala deixam de captar a significância religiosa *murid* (FALL, 2017) da migração aos camponeses senegaleses jovens, bem como a relação de reciprocidade que essa inaugura com família e líderes religiosos (DIOP, 1981; GASPARETTI, 2011). Isto evidencia que “escalonar [...] pode organizar não só relações espaciais, mas também espaço-temporais” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 2):



Fonte: Global Migration Data Analysis Centre (2017)¹⁷.

É como se o “fato social total” que Abdelmalek Sayad (1998) identifica na mobilidade humana fosse fatiado para uma melhor digestão dos números, isto é, reduzido à ideia de que as pessoas que sinalizam a vontade de migrar provavelmente o farão, com a exceção dos casos em que são impedidas pelos obstáculos estruturais típicos do *homo economicus*. Por essa visão estreita das “violências estruturais” (FARMER, 1997) que impulsionam a migração, 7,7% dos adultos senegaleses “planejam” migrar, mas apenas 2% chegam ao estágio de “preparar” o ato. Desse mapeamento dos países que mais produzem massas migratórias, cujas preferências são reveladas pelo mesmo relatório como sendo

¹⁷ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/gmdac_data_briefing_series_issue_9.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

Estados Unidos e/ou União Europeia, a *Gallup* descreve como plausível a predição dos cenários migratórios futuros e, assim, a “noção de que se pode melhorar - e controlar - uma subpopulação desviante pela enumeração e classificação” (HACKING, 1990, p. 3). De tomadores de decisão em política internacional a opinião pública nos países de recebimento, trata-se de um enquadramento metodológico específico que produz números tendentes a individualizar nos Estados de origem a responsabilidade pelos fluxos humanos típicos de crises, como a vivida no Mar Mediterrâneo até hoje.

Esse conjunto de publicações produzidas por tal aparato de governança da OIM, então, apresenta uma estrutura espiralada entre domínios, objetos de medição, indicadores e pontuações como realidades *a priori* em relação a qualquer interferência interpretativa sobre a realidade migratória local. No contexto do MiGOF, atravessado por pesquisas como as que mencionei, um único quadro compreensivo sobre a migração internacional é importado à África Ocidental. O atendimento multilateral dos direitos de livre circulação humana entre os países da CEDEAO passa, então, a ser narrado como dependente da meta 10.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elaborados pela ONU em Assembleia Geral de 2015 para alcance em 2030: “facilitar a migração ordenada, segura, regular e responsável e a mobilidade humana, inclusive por meio da implementação de políticas migratórias bem administradas”. Um dos dois indicadores fundamentais produzidos para medir avanços nessa meta é o 10.7.2: “número de países com políticas migratórias para facilitar a migração ordenada, segura, regular e responsável e a mobilidade humana”. Vale ressaltar os dois subindicadores selecionados pela *The Economist Intelligence Unit* como formas de pontuação que diretamente informam esse indicador no âmbito do MiGOF:

Institutional capacity

Indicator	Rationale	Sub-indicators and scoring scheme
1.5 Data gathering and information availability	In order to ensure that migration is safe and orderly, it is important to have a better understanding of migration trends worldwide. This requires reliable data on migration, including the number of migrant deaths. This information must be made available to the wider public.	a) Migration data Scoring: Does the government collect and publish data on a regular basis (e.g. on a quarterly or annual basis) on incoming migrants' deaths? If not, please specify in the comments whether a different organisation (e.g. an NGO) collects this information. [Yes / No / Somewhat] b) Migrant deaths Scoring: Does the country collect and publish data on a regular basis (e.g. on a quarterly or annual basis) on incoming migrants' deaths? [Yes / No / Somewhat]

Fonte: The Economist Intelligence Unit (2016)¹⁸.

Por que a existência de um “mecanismo para assegurar que a política migratória é informada por dados” é medida pela EIU exclusivamente por meio dos dados nacionais disponíveis sobre a mortalidade de imigrantes¹⁹? E a coleta de dados sobre a mortalidade na emigração, que também teria muito a dizer sobre a capacidade institucional nacional sobre o tema medido, considerando a estreita imbricação entre o imigrar e o emigrar na economia dos deslocamentos humanos pelo globo (SAYAD, 1998)? Ademais, salta aos olhos que as alternativas de resposta “yes”, “no” e “somewhat”, necessariamente relacionadas às intenções conjunturais de cada Estado na política internacional (VERTOVEC, 2011), não passam por qualquer problematização metodológica. Em suma, permanecem ocultos dois aspectos dessa escolha estatística: (i) aquela escala que há pouco descrevi, e com a qual se interpreta a decisão por uma ou outra resposta no âmbito da consulta aos governos nacionais; (ii) a justificativa para o uso da mortalidade imigrante como única variável para medir até que ponto as políticas migratórias de cada caso são baseadas em evidência.

É à luz de caminhos epistemológicos como esse que proponho haver um caráter tautológico no esforço constante das publicações ligadas ao MiGOF em narrar o seu conjunto de indicadores e subindicadores como capazes de definir contextualmente o que significa uma “política migratória bem gerida”,

¹⁸ Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/our_work/EIU-Migration-Governance-Index-20160429.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

¹⁹ Pode-se presumir que a existência de dados nacionais sobre a mortalidade imigrante seja priorizada aqui por conta de sua maior acessibilidade, tendo em vista o controle em fronteira das entradas e o número de óbitos de não nacionais. Ainda assim, tal ponto não é dado como justificativa no documento, e continua reduzindo o indicador “coleta de dados e disponibilidade de informação” à variável da quantificação da mortalidade imigrante.

relegando a falibilidade dos dados e escores a meros apêndices textuais. Com seus pontos fracos assumidos desde a Constituição da OIM, mas não problematizados, a metodologia segue naturalizada, como se os obstáculos possíveis à sua precisão surgissem apenas *depois dela*, via desvios e insuficiências de aplicação conjunturais. Os indicadores e subindicadores, informados por aquela escala, criam as condições discursivas de sua própria eficácia, de modo que “disputas políticas acerca do que significam os direitos humanos ou responsabilidade corporativa e o que constitui a conformidade aos mesmos são submergidos por questões técnicas de medição” (MERRY, 2011, p. 88).

A relação de produção estatística estabelecida entre OIM e Estado senegalês acerca dos fluxos migratórios senegaleses pelo mundo se consolida, então, neste contexto histórico-político mais amplo, pela ideia de que indicadores específicos servem de critério para uma política internacional da mobilidade humana que não foge às assimetrias de poder persistentes entre Sul e Norte Globais desde o fim dos regimes neocoloniais. Depois dos arranjos de acordo bilateral típicos do período imediato às libertações nacionais africanas (AYOGB, 1995; TOGMAN, 2002), que tratavam a migração negra à Europa à luz das reconstruções econômicas pós-Segunda Guerra, o atual período de crises humanitárias, variabilidade de destinações e restricionismos atualiza um discurso tipicamente colonial que carrega consigo uma noção de escala. Homi Bhabha (1998) o define pela coexistência contraditória entre fetiche e fobia em relação ao Outro: os números de migrantes senegaleses pelo mundo fazem conhecimento e colaboração multilateral, e, ao mesmo tempo, fazem xenofobia e afastamento de órgãos internacionais em relação aos Estados com reiterado “baixo desempenho” na governança de seus fluxos emigratórios.

Dáí é que esses mesmos números reiteram outra dimensão escalar: ora o migrante é mais um ator econômico a calcular o mundo como um apanhado de fronteiras e tempos ditadas por sua necessidade imediata, ora é refém da incompetência estatal com seus efeitos negativos sobre o “*push and pull*” (PIORE, 1979) de pessoas nas fronteiras e tempos oficiais da nação. Isto é, não há espaço nessa metodologia estatística para o migrante das “combinações interescalares” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 13-14), aquele que, como os interlocutores de minha pesquisa, fala em ruas, cidades e países como tais, mas os significa e vivencia como se não existissem nessa ordenação. O protagonista aparece como o migrante “bom” ou “ruim” de enumerar e governar, nunca como o migrante-pessoa e sua complexa vida.

Assim, uma hierarquia meritocrática emerge como um horizonte político pelo qual os “números confiáveis” (HIRATA *et al.*, 2019, p. 37) dos relatórios podem circular com maior facilidade. Um exemplo é a persistência de teses como a do “*seuil de tolerance*”, difundida na França desde a década 1970, para propor o caráter maléfico de uma presença imigrante superior a 10% da população nacional²⁰. Com os cenários para o futuro, as origens e destinações demarcadas, bem como o desempenho concorrencial dos Estados envolvidos, pode-se demandar responsabilização de um ou outro país de acordo com o que os números falam sobre a sua performance no “dever de casa”²¹ moldado pela OIM e traduzido regionalmente. Em poucos golpes de olhos, vê-se “quem mais produz migrantes” no mundo e se toma por dada uma verdade capaz de guiar futuras intervenções políticas. Tal verdade, procurei propor, possui como âncora uma escala que concebe atores migrantes e estatais, bem como os territórios e tempos em que atuam, como entidades lineares e evolutivas, despidas de complexidade e diacronia por indicadores e técnicas de *benchmarking*, que repetem uma velha alteridade colonial.

4. Considerações finais

No presente artigo, tomei por objetivo central uma reflexão sobre “como eventos-fronteira e relações sociais são forjadas, figuradas e ordenadas por atores por meio de sua prática discursiva” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 9), considerando práticas escalares relacionadas a dados de meu trabalho de campo junto à comunidade senegalesa estabelecida em Porto Alegre e a alguns indicadores estatísticos de governança relacionadas a esse fluxo migratório. Em um diálogo específico entre algumas reflexões de Carr e Lempert, Merry e Bruno, encontrei meu argumento principal: os caminhos da venda de rua senegalesa em Porto Alegre são traçados por práticas escalares que escapam às distinções espaço-temporais operantes nos indicadores e seu *benchmarking* multilateral da mobilidade humana. A partir de uma experiência etnográfica representativa até o momento atual de minha pesquisa, ensaiei algumas

20 Sobre a ressonância histórica atual desse discurso e seu contexto original de formulação: <https://www.lemonde.fr/blog/antiracisme/2016/09/06/le-seuil-de-tolerance-pretexte-au-renoncement-republicain/>. Acesso em: 21 maio de 2020.

21 Instrumentos privilegiados nesse sentido são os mapas interativos, de amplo acesso público *online* no *Migration Data Portal*. Um exemplo é o que representa a emigração ao longo do primeiro semestre de 2019, disponível em: https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_origin&t=2019. Acesso em: 21 maio de 2020.

diferenças entre as contribuições consideradas para cada um daqueles três conjuntos de autores centrais. Em seguida, situei-me nesse cenário por meio da identificação de usos conceituais estabelecidos na antropologia da migração que não têm dado conta de minhas vivências empíricas.

Tendo em vista que é do campo que vem a preocupação em como manejar analiticamente a noção de “escala” e seus derivados, mantive-me em maior proximidade teórica de Carr e Lempert, cujo nível de reflexão precede aquele de Merry e Bruno: em suma, indicadores de governança e técnicas de *benchmarking* são ambos instrumentos de poder ancorados em escalonamentos espaço-temporais. Com esse quadro, procurei demonstrar que as escalas traduzidas em números por categorias de medição e *rankings* de performance narram uma migração diferente daquela vivida e contada pelas “pessoas de carne e osso”. Um possível aspecto crítico de minha análise parece ser, então, o de identificar quais versões são as mais ouvidas para a tomada de decisão política, elaborando uma contrapartida etnográfica àquela tríplice tendência colonial de atomizar os sujeitos migrantes, despi-los de uma existência complexa e diacrônica, e torná-los objeto de uma competição por desempenho estatal. “Porque há muitas histórias para contarmos - histórias que, por sua complexidade, têm pouco a ver com o discurso estatista, e que são completamente opostas a seus modos abstratos e simplificadores” (GUHA, 2002, p. 20).

Referências

- APPADURAI, Arjun.
(2000). *Modernity at Large*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- AYOUB, Mohammed.
(1995). *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System*. London, Lynne Rienner Pub.
- BAÜBOCK, Rainer; FAIST, Thomas (Orgs.).
(2010). *Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- BHABHA, Homi.
(1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève.
(2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BRUNO, Isabelle.
(2015). Défaire l'arbitraire des faits. De l'art de gouverner (et de résister) par les “données probantes”. *Revue Française de Socio-Économie*, v. 5, n. 2, p. 213-227.

- BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel.
(2013). *Benchmarking: L'État sous pression statistique*. Paris, La Découverte.
- BRUNO, Isabelle.
(2010). La dérouté du "benchmarking social". La coordination des luttes nationales contre l'exclusion et la pauvreté en europeu. *Revue Française de Socio-Économie*, v. 1, n. 5, p. 41-61.
- CALLON, Michel.
(2013). *Sociologie des agencements marchands* - Textes choisis. Paris, Presses des Mines.
- CARR, Summerson; LEMPERT, Michael (Eds.).
(2016). *Scale: Discourse and Dimensions of Social Life*. Oakland, University of California Press.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.).
(2014). *Anthropology in the margins of the State*. New Delhi, Oxford University Press.
- DIOP, Momar-Coumba.
(1981). Fonctions et activités des dahira mourides urbains (Sénégal). *Cahier d'études africaines*, v. 21, n. 81, p. 79-91.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana da. (Orgs.).
(2015). *Etnografias do trabalho, narrativas do tempo*. Porto Alegre, Marcavísal.
- FALL, Papa.
(2017). *Des francenabe aux modou-modou: l'émigration sénégalaise contemporaine*. Dakar, L'Harmattan Sénégal.
- FARMER, Paul.
(1997). On Suffering and Structural Violence: a View from Bellow. In: KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Orgs.). *Social suffering*. Londres, University of California Press.
- GASPARETTI, Fedora.
(2011). Relying on Teranga: Senegalese migrants to Italy and their children left behind. *Autrepart*, v. 1, n. 57, p. 215-232.
- GLOVER, John.
(2007). *Sufism and jihad in modern Senegal: the murid order*. New York, University of Rochester Press.
- GUHA, Ranajit.
(2002). *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona, Crítica.
- GUPTA, Akhil.
(2012). *Red Tape: Bureaucracy, structural violence and poverty in India*. London, Duke University Press.
- HACKING, Ian.
(1990). *Taming of chance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HANNERZ, Ulf.
(1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 7-39.
- HARAWAY, Donna.
(1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599.
- HIRATA, Daniel; COUTO, Maria; GRILLO, Carolina; OLLIVEIRA, Cecilia.
(2019). Échanges de tirs: La production de données sur la violence armée dans des opérations de police à Rio de Janeiro. *Statistique et société*, v. 7, n. 1, p. 31-39.
- LATOUR, Bruno.
(2003). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, Harvard University Press.
- LATOUR, Bruno.
(1993). *We Have Never Been Modern*. Cambridge, Harvard University Press.
- M'CHAREK, Amade.
(2010). Fragile differences, relational effects: stories about the materiality of race and sex. *European Journal of Women's Studies*, v. 17, n. 4, p. 1-16.

- MCGOEY, Linsey.
(2012). The logic of strategic ignorance. *The British Journal of Sociology*, v. 63, n. 3, p. 553-576.
- MERRY, Sally.
(2011). Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance. *Current Anthropology*, v. 52, n. 3, p. 583-595.
- NDIAYE, Gana.
(2019). Mobility and Cultural Citizenship: The Making of a Senegalese Diaspora in Multiethnic Brazil. In.: MEERZON, Yana, DEAN, David; MCNEIL, Daniel (Eds.). *Migration and Stereotypes in Performance and Culture*. Londres, Palgrave.
- PASSERON, Jean-Claude.
(1995). *O Raciocínio Sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis, Vozes.
- PEDRETE, Leonardo.
(2019). *Crônicas invisíveis da judicialização da saúde e da burocratização da justiça na capital brasileira da judicialização da saúde*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PIORE, Michael.
(1979). *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSE, Nikolas.
(2011). Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*, v. 26, n. 1, p. 33-57.
- SAHLINS, Marshall.
(2003). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SAYAD, Abdelmalek.
(1998). *A imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- SEGATA, Jean.
(2019). El mosquito-oráculo y otras tecnologías. *Tabula Rasa*, v. 32, n.1, p. 103-125.
- SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayse.
(2018). *Migrants & City-Making: Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration*. Londres, Duke University Press.
- SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina.
(1992). Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 645, n. 1, p. 1-24.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan.
(1997). *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. New York, Routledge.
- STRATHERN, Marilyn.
(2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify.
- TOGMAN, Jeffrey.
(2002). *The Ramparts of Nations: Institutions and Immigration Policies in France and the United States*. London, Greenwood Publishing Group.
- TSING, Anna.
(2005). *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, Princeton University Press.
- VERTOVEC, Steven.
(2011). The Cultural Politics of Nation and Migration. *Annual Review of Anthropology*, v. 40, n. 1, p. 241-256.
- VICTORA, Ceres.
(2011). Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo: Contribuições a Partir da Antropologia. *R. Eletr. de Com. Inf. Inov*, v. 5, n. 4, p. 3-13. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em: 21 maio 2020.

Recebido em

maio de 2020

Aprovado em

junho de 2021

Refugiados climáticos, aquecimento global, desertificação e migrações: reflexos globais e locais

Annahid Burnett ¹

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho ²

Hermes Alves de Almeida ³

Cidoval Moraes de Sousa ⁴

Resumo

Nas últimas décadas as mudanças climáticas que derivam no aquecimento global estão exacerbando as catástrofes ambientais e transformando populações inteiras em refugiados climáticos. O objetivo deste artigo é de fazer uma revisão literária atualizada sobre a problemática das migrações climáticas, problematizar o conceito de refugiado climático e fazer uma reflexão sobre o agravamento das áreas em desertificação, deslocamento de populações inteiras, resultando em migrações permanentes e transformando migrantes em refugiados climáticos. Como enfoque metodológico, analisaremos os relatórios dos órgãos das Nações Unidas referentes ao aquecimento global, aos refugiados ambientais, como também a literatura pertinente à migração, desertificação, mudança climática, globalização e desglobalização. Concluímos que a globalização é um dos fatores mais importantes que contribuem com o aquecimento global e consequente aceleração das áreas em processo de desertificação. Observamos que um movimento em direção à desglobalização já foi iniciado nos países do capitalismo central e que a atual crise sanitária causada pela Covid-19 vem acelerando esse processo.

Palavras-chave

Refugiados ambientais. Aquecimento global. Desglobalização.

Abstract

In the last few decades, the climate changes that have resulted in global warming are exacerbating environmental catastrophes and turning entire populations into climate refugees. The purpose of

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. *E-mail:* aburnett8@gmail.com.

² Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. *E-mail:* angelamcramalho@gmail.com.

³ Doutor em Agronomia pela UNESP. *E-mail:* hermes_almeida@uol.com.br.

⁴ Doutor em Geociências pela UNICAMP. Estudos de Pós-doutoramento em Sociologia da Ciência e da Tecnologia na UFSCar. *E-mail:* cidovalmoraes@uepb.edu.br

this article is to make an updated literary review on the issue of climate migration, to problematize the concept of climate refugees and to reflect on the worsening of areas with desertification, displacing entire populations, resulting in permanent migrations and turning migrants into refugees. With a methodological approach, we will analyze the reports of the United Nations bodies regarding global warming, environmental refugees, as well as the literature pertinent to migration, desertification, climate change, globalization and deglobalization. We conclude that globalization is one of the most important factors that contribute to global warming and the consequent acceleration of areas in the process of desertification. We observe that a movement towards deglobalization has already started in the countries of central capitalism and that the current health crisis caused by Covid-19 is accelerating this process.

Keywords

Environmental refugees. Global warming. Deglobalization.

Considerações iniciais

Todo ano milhões de pessoas ao redor do planeta são obrigadas a fugir do seu *habitat* natural por causa das intempéries climáticas relacionadas a problemas ambientais extremos. A mudança climática parece ser o indutor desses deslocamentos, por estar aumentando a intensidade e a frequência desses fenômenos causadores dos deslocamentos, como as secas, inundações e outros eventos climáticos extremados (THE NANSSEN CONFERENCE, 2011).

As migrações surgem como uma estratégia normal de adaptação humana. De acordo com estimativas científicas, o número de migrantes climáticos devido à elevação das águas, aumento da escassez hídrica, desertificação, estiagens prolongadas e consequente falta de comida e empobrecimento, entre outros fatores, ficará na faixa de 50 a 350 milhões de pessoas até 2050 (CLIMATE CHANGE DISPLACEMENT AND INTERNATIONAL LAW, 2010; REPORT UN, 2009).

Num mundo de mudanças, a definição tradicional e o entendimento dos conceitos de “proteção” e de “refugiados” carecem de adaptação para acomodar novas situações e circunstâncias que surgem. O cerne da questão é que, enquanto refugiados políticos e de guerra são protegidos pelas leis internacionais, as pessoas em deslocamento por causa de eventos climáticos extremos não estão protegidas pelas convenções e políticas públicas internacionais. Essa nova categoria de refugiados precisa encontrar

urgentemente seu lugar nos novos acordos internacionais de prevenção e apoio, para serem incluídos como os demais refugiados (THE NANSSEN CONFERENCE, 2011).

Este trabalho tem o objetivo de promover uma reflexão sobre o aquecimento global, o agravamento das zonas de desertificação, a consequente mudança de *status* das populações de migrantes climáticos para refugiados climáticos, como é o caso da população do semiárido do Nordeste do Brasil, e das novas tendências do pensamento sobre a *desglobalização*. Como metodologia, analisaremos os relatórios dos órgãos das Nações Unidas referentes ao aquecimento global, aos refugiados ambientais, como também a literatura pertinente à migração, desertificação, mudança climática, globalização e desglobalização. Este artigo está estruturado em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte trata da evolução histórica do conceito “refugiados ambientais”, a segunda é sobre os elementos que levam à migração climática, a terceira parte discute a mudança climática e a desertificação, a quarta reflete sobre a desertificação no semiárido paraibano, e a quinta parte debate as novas correntes do pensamento sobre a *desglobalização*. Concluímos que o aquecimento global iniciou um movimento de *desglobalização* a partir dos países centrais, o qual está sendo reforçado agora, neste contexto de pandemia, e que, muito provavelmente, poderá contribuir para reverter o processo de desertificação do semiárido e evitar que sua população passe de emigrantes climáticos a refugiados climáticos.

A evolução histórica do conceito “refugiados ambientais”

O termo “refugiados ambientais” foi primeiramente utilizado na década de 1970, pelo *World Watch Institute*, no período em que a literatura seguia a linha de pensamento neomalthusiana dos grupos do Clube de Roma, refletindo as discussões sobre as migrações, resultado do crescimento populacional excedendo os limites ambientais (MORRISSEY, 2009). De acordo com Morrissey (2009), em 1985, Essam El-Hinnawi publicou um artigo tratando o debate sobre os “refugiados ambientais” como uma definição formal e tipificando as pessoas ambientalmente deslocadas em sua heterogeneidade.

Desde então, o termo vem sendo mundialmente utilizado tanto no âmbito político como no âmbito acadêmico (CASTLES, 2002). O aumento da preocupação da comunidade internacional com as consequências da migração, resultado da degradação ambiental, foi reforçada em 1990 com a publicação do primeiro relatório intergovernamental das Nações Unidas sobre mudanças

climáticas, afirmando que os efeitos mais graves do aquecimento global seriam a migração de milhões de pessoas (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 1990). De acordo com o respeitado ambientalista britânico Norman Myers, até o fim do século XXI, teremos 150 milhões de refugiados climáticos, com a migração em massa, configurando, assim, uma das maiores crises humanitárias do nosso tempo (MYERS, 1993, 1997).

A definição mais apropriada para os refugiados climáticos, segundo Myers (1995), se refere às pessoas que perderam sua morada segura nos seus lares tradicionais por causa de fatores ambientais drásticos, como seca, desertificação, desmatamento, erosão do solo, escassez hídrica, mudança de clima, e também desastres naturais, como ciclones, tempestades e inundações. Porém, para evitar o termo “refugiado”, o Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas resolveu adotar o termo “pessoas ambientalmente deslocadas”, ou seja, aquelas pessoas que foram deslocadas ou obrigadas a deixar seu local habitual de residência, porque suas vidas, habitações e bem-estar foram colocados em sério risco, resultado de processos e eventos climáticos, ecológicos ou ambientais adversos.

Fatores considerados como elementos que levam à migração climática

Na observação de Lonergan (1998), são cinco os fatores mais importantes que provocam deslocamento ambiental:

1. Desastres naturais.
2. Projetos de desenvolvimento que envolvem mudanças no meio ambiente.
3. Evolução ambiental progressiva.
4. Acidentes industriais.
5. Consequências ambientais devido a conflitos.

Nessa perspectiva, o Relatório de Sir Stern (2006) assinala que a grande escassez de recursos, a desertificação, os riscos de secas e inundações e o aumento das águas dos oceanos podem levar milhões de pessoas a migrarem.

Eventos climáticos extremos estão previstos devido ao aumento das temperaturas globais (IPCC, 2007). Tal fenômeno é considerado como um potencial poderoso que leva à migração (MYERS, 1993, 1995, 1997, 2002). Eventos como secas, inundações, tempestades tropicais, tornados se tornam extremos fatores estressantes que vão causar migração em massa.

A literatura sobre mudança ambiental e migração ligada à seca, desertificação e migração é bastante extensa, principalmente os estudos na região do Sahel, na África. Desertificação e seca como produto da mudança climática têm uma produção significativa notadamente nos trabalhos de Jacobson (1998), Apeldoorn (1981), Mortimore (1989) e Findley (1994).

Nas últimas décadas, o número de pessoas afetadas pela seca tem sido comparável ao de vítimas de terremotos e inundações. Os últimos relatórios do IPCC apontam para o aumento de escassez hídrica na África em 2020, além de que, em toda a Ásia, a disponibilidade de água potável diminuirá drasticamente por causa de mudança climática, crescimento populacional e aumento dos padrões de estilo de vida, podendo, possivelmente, afetar mais de um bilhão de pessoas até 2050. Há muitos casos na literatura sobre deslocamento climático massivo em todos os continentes, especialmente na América Latina, particularmente na Argentina e no Brasil. Neste artigo, interessa-nos investigar sobre as áreas secas do semiárido brasileiro em processo de desertificação, podendo transformar essas populações em futuros refugiados climáticos, impactando diretamente o desenvolvimento humano da região.

Mudança climática e desertificação

As Nações Unidas consideram que desertificação é a definição de terra degradada em áreas áridas, semiáridas e áreas subúmidas secas, podendo resultar de muitos fatores, incluindo variações climáticas e atividades humanas (UNCCD, 1994). A degradação da terra é uma tendência negativa na condição da terra, causada por processos diretos ou indiretamente induzidos pela atividade humana, incluindo mudança climática antropogênica, expressada como redução a longo termo ou perda de, no mínimo, um dos fatores: produtividade biológica, integridade ecológica ou valor humano. Apesar de a degradação da terra poder ocorrer em qualquer lugar do mundo, quando acontece em terras secas, é considerada desertificação.

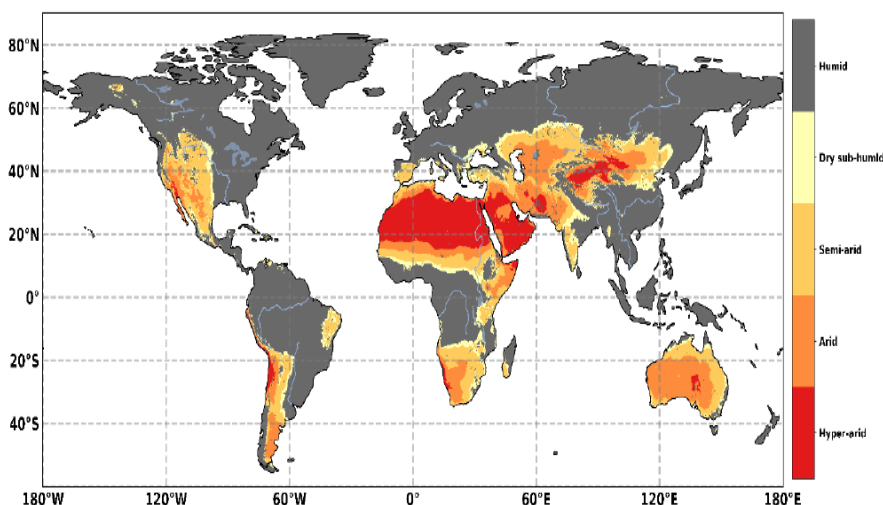


Figura 1 – Distribuição Geográfica das terras secas, delimitação baseada no Índice de Aridez AI
Fonte: Abatzoglou *et al.* (2018).

Neste sentido, Leighton (2006) assinala que as secas periódicas e o processo de desertificação que assolam o Nordeste do Brasil contribuíram para os fatores que causaram a emigração de 3.4 milhões de pessoas entre 1960 e 1980. Por outro lado, o prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (1981), como também outros pesquisadores que compartilham o mesmo ponto de vista, argumentam que, em geral, a fome é apenas o resultado marginalmente direto de fatores ambientais, mas os principais fatores que levam à migração são políticos. Nessa perspectiva, McLeman *et al.* (2007) argumentam que as diversas respostas políticas durante os mandatos dos presidentes Hoover e Roosevelt, nos Estados Unidos, foram importantes para influenciar o retorno migratório. Por outro lado, nas investigações de McLeman e Smit (2006) na região do Sahel, na África, a literatura mostra que as migrações causadas pela seca costumam ter, historicamente, padrões migratórios mais longos e permanentes.

Além dos problemas da seca, algumas pesquisas (MCLEMAN; SMIT, 2006; MCLEMAN *et al.*, 2007) apontam para o tamanho das terras cultivadas, as práticas e os arranjos estabelecidos pela agricultura dominante como fatores relacionais importantes na geração da decadência da lavoura, levando a uma migração forçada. Assim, a literatura sugere que a seca tem a capacidade de induzir a migração de maneiras variáveis. Por conseguinte, uma análise mais detalhada do contexto social, econômico e cultural dos grupos sociais

impactados pelas secas e pela desertificação deve fornecer significados mais úteis para discernir o grau no qual a migração possa constituir uma consequência à mudança climática.

Mudança climática e desertificação no semiárido paraibano

Temos como referência clássica os estudos de Euclides da Cunha, no fim do século XIX e começo do século XX, os quais já observavam os processos de desertificação. Na sua obra-prima *Os Sertões* (2006 p. 70), assim descreve Euclides da Cunha a caatinga:

A caatinga abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos entorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante...

A caatinga é a vegetação típica do semiárido brasileiro localizado na Região Nordeste do Brasil, onde se encontra 11% da população brasileira. As Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) se encontram no, atualmente, chamado bioma caatinga, que recobre o semiárido nordestino. Segundo Alves (2007, p. 60):

Os meios semiáridos caracterizam-se pela ocorrência de uma crise climática sazonal que repercutem em todos os elementos que compõem o seu complexo sistema físico-natural e humano. Com a introdução do homem no sistema semiárido, aborda-se, obrigatoriamente, o problema das pressões que suas atividades diretas e indiretas exercem sobre ele, que deixa de ser um complexo de relações entre componentes bióticos e abióticos e se transforma em um geossistema, isto é, como um complexo natural, histórico e social.

Assim, de acordo com o PAN Brasil 2005, o estado da Paraíba, com 93,27%, está em quarto lugar em relação aos Estados do Nordeste, com maior número de municípios vulneráveis nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), tendo em primeiro lugar o Estado do Ceará, com 100%. Esses espaços suscetíveis à desertificação recobrem um total de 1.482 municípios do Nordeste, dos quais

38,42% apresentam um nível de degradação ambiental “severo” ligado à monocultura; 5,86% em condições de “muito grave”.

Sobre as áreas submetidas ao processo de desertificação, Vasconcelos Sobrinho (1983, p. 25) explica:

Apresentam-se com uma fisionomia típica denunciadora, facilmente percebida. Nas áreas afetadas, a vegetação se apresenta de porte reduzido, algumas espécies com sintomatologia de nanismo e concentração diluída, ou seja, com maior permeabilidade do que nas demais áreas, geralmente coincidindo com a presença da caatinga hiperxerófila. Nesse tipo de caatinga e solo a desertificação pode surgir espontaneamente, havendo, pois, a possibilidade de sua preexistência no Nordeste, antes do aparecimento do colonizador.

Nessa perspectiva, constatamos que o bioma caatinga do semiárido brasileiro é um ecossistema frágil, sensível, singular, o qual necessita de um cuidado especial e de um modelo de desenvolvimento específico, apropriado e adaptado às intempéries cíclicas, característica peculiar desse “complexo natural, histórico e social”. Neste sentido, observamos que os modelos de desenvolvimento adotados através da história não foram adequados ao perfil da região e aceleraram o processo de desertificação.

De acordo com Alves *et al.* (2009, p. 147):

As causas da desertificação na Paraíba não diferem das que são encontradas em outros estados nordestinos. Elas são decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, de práticas agrícolas inapropriadas e, sobretudo de modelos de desenvolvimento macro e microeconômicos de curto prazo. Um outro grave aspecto a considerar são as práticas agrícolas tradicionais, geralmente associadas a um sistema concentrado de propriedade da terra e da água conduzindo a graves problemas socioeconômicos que se aprofundam quando sobrevêm as secas.

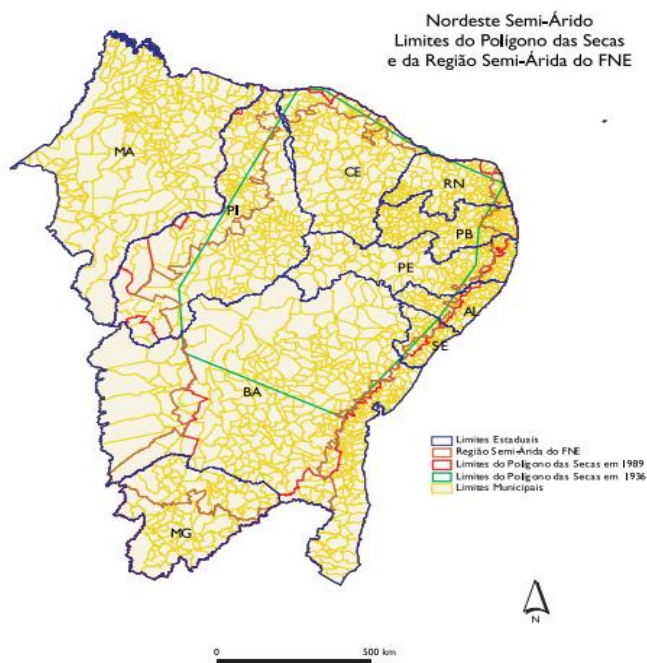


Figura 2 – Mapa do Nordeste Semiárido
Fonte: PAN Brasil (2005).

Observamos nesse mapa que a região denominada semiárido se expandiu durante o século XX, e seus problemas também, reflexo da reprodução de modelos de desenvolvimento globalizados, os quais são inapropriados para a realidade do Nordeste brasileiro e que são agravados pela tradicional concentração de terra e consequente desigualdade socioeconômica.

A atual globalização da sociedade de mercado atingiu um patamar de escopo único, levando a uma crise profunda do capitalismo causada pelo fundamentalismo de mercado (DICKEN, 2015). No entanto, estudiosos da globalização encontram muita similaridade entre o liberalismo do século XIX, o qual levou à queda da bolsa de Nova Iorque em 1929, à depressão socioeconômica da década de 1930 e consequente emergência das correntes de ideologia de ultradireita, tais quais nazismo e facismo. Por conseguinte, pesquisadores dessa linha de pensamento convergem para uma perspectiva de *desglobalização*.

Em direção a uma *desglobalização*

Na análise de Andreas Novy (2017), depois da Segunda Guerra Mundial, estudiosos como Karl Polanyi e seus seguidores esperavam que houvesse uma ordem mundial baseada na cooperação regional (POLANYI, 1977; SUM; JESSOP, 2013; SPASH, 2017). Suas pesquisas na América do pós-guerra tinham como objetivo investigar arranjos institucionais diferentes do modelo atual centrado no mercado (POLANYI, 1990). Estudos antropológicos mostram uma diversidade de economias antes da atual economia de mercado, as quais tinham um denominador comum: a economia era específica no tempo e no espaço, regulada por diversas instituições e impregnada na sociedade e na natureza. Nessa perspectiva, Novy (2017) argumenta que a história da globalização do capitalismo mostra que não há um processo de aumento da integração planetária, mas um movimento dialético de tendências contraditórias.

Estudiosos apontam a *globalização* como uma das principais causas do aquecimento global, visto que as mercadorias percorrem milhares de quilômetros para atingir os mercados consumidores, num sistema de transporte alimentado pela energia fóssil, principal emissor de gás carbônico no planeta. *Globalização* como conceito acadêmico ganhou notoriedade na década de 1990. Um dos estudiosos mais sérios no assunto é o britânico David Harvey, realçado na sua obra *Condição Pós-moderna* de 1989. Os autores australianos Joseph Camilleri e Jim Falk usaram o termo *globalização* definitivamente no livro *O fim da Soberania? A política de um mundo encolhido e fragmentado*, de 1992. Em meados da década de 1990, o conceito *globalização* se tornou um tema central no meio acadêmico. O pesquisador francês Manuel Castells trabalhou as concepções *global*, *globalista*, *globalizado*, ligadas ao conceito de *globalização* na sua obra *Sociedade em rede* de 1996.

Os pilares da *desglobalização*, de acordo com o Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e professor da Universidade de Berkeley na Califórnia, Walden Bello, na sua obra *Desglobalização: Ideias para uma nova Economia Mundial* de 2002, são:

1. A produção para o mercado doméstico deve novamente se tornar o centro da gravidade da economia, ao invés da produção para exportação.
2. A produção local e nacional deve ser incentivada, se pode ser feito a custo razoável para preservar a comunidade.

3. As políticas de trocas comerciais, cotas e tarifas devem ser usadas para proteger a economia local da destruição pelas corporações de *commodities*.
4. As políticas industriais, incluindo subsídios, tarifas e trocas devem ser usadas para revitalizar e fortalecer o setor manufatureiro.
5. Medidas de longa duração para redistribuição de renda e de terra (incluindo a urbana) devem ser usadas para criar um mercado interno vibrante, que poderá servir como âncora da economia e produzir recursos financeiros locais para investimento.
6. O desenvolvimento e a difusão de tecnologia ambientalmente adequada deve ser encorajada.
7. Decisões econômicas estratégicas não podem ser tomadas pelo mercado ou por tecnocratas. Ao invés disso, o escopo de decisões democráticas na economia deve ser expandido para que todas as questões vitais, tais como desenvolvimento da indústria ou orçamento para a agricultura, se tornem objeto de discussão e escolhas democráticas.
8. A sociedade civil deve monitorar constantemente e supervisionar o setor privado e público, um processo que deve ser institucionalizado.
9. O complexo de propriedade deve ser transformado numa economia mista que inclua cooperativas comunitárias, empresas privadas e públicas, excluindo corporações transnacionais.
10. Instituições globais centralizadas, como o IMF e o Banco Mundial, devem ser substituídas por instituições regionais que não sejam construídas a partir do mercado livre e da mobilidade do capital, mas nos princípios de cooperação que transcendem a lógica do capitalismo.

Alguns analistas consideram que a atual recessão global, a pior desde a depressão há setenta anos, colocou o último prego no caixão da *globalização*. Evidências mostram que a pobreza e a desigualdade aumentaram em níveis globais. A maioria dos países mais pobres teve pouco ou nenhum crescimento econômico. A *globalização* tem sido terminantemente descreditada nos últimos anos. O tão anunciado processo de interdependência financeira e comercial funcionou de maneira reversa e se transformou num processo, não de prosperidade, mas de crise e colapso.

O livro de Peter van Bergeijk, professor de Economia e Macroeconomia Internacional do Instituto Internacional de Estudos Sociais na Universidade de Erasmus, na Holanda, intitulado *Desglobalização 2.0 – Comércio e Abertura durante a Grande Depressão e a Grande Recessão*, publicado em 2019, veio para

enterrar a *globalização* e não para elogiá-la, pois o argumento básico é de que fases de forte *globalização* carregam consigo as sementes de sua autodestruição. O autor argumenta que o Brexit e Trump são sintomas e não causas de uma longa sequência de fases de alternância da *globalização e desglobalização* impulsionadas pelo crescimento da desigualdade de renda e da retração de um estágio global por uma hegemonia contestada. Investiga similaridades e diferenças entre a Grande Depressão de 1930 e a Grande Recessão a partir da redução do comércio e produção globais. O pesquisador enfatiza a urgência real da *desglobalização* através do processo de novas políticas públicas e de gestão.

Sobre estas similaridades, estudiosos como Ulrich Beck (1999, p.277) afirmam que, “se um novo *New Deal*⁵ não acontecer, se o fatalismo dos pós-modernos e do globalismo neoliberal se converter em profecia autorrealizadora, será realmente fatal.” Por conseguinte, já existe um projeto de lei no Congresso americano denominado *Green New Deal*, apresentado pela congressista Alexandria Ocasio-Cortez de Nova Iorque e pelo senador Edward Markey de Massachusetts, do partido democrata. O projeto propõe que os Estados Unidos saiam da dependência das energias fósseis e controlem as emissões de gases de efeito estufa que estão causando o aquecimento global do planeta através da economia, garantindo empregos com melhores salários nas indústrias de energia limpa (*The New York Times*, 21 de fevereiro de 2019).

O objetivo do *Green New Deal* é reduzir as emissões de gases de efeito estufa para evitar as piores consequências da mudança de clima e, ao mesmo tempo, tentar reparar problemas sociais, como desigualdade econômica e injustiça racial. O projeto está fundamentado nos relatórios registrados pelas Nações Unidas em 2018 e em relatórios de cientistas federais, os quais advertiram que, se as temperaturas globais continuarem a subir, o mundo terá ondas de calor mais intensas, mais incêndios e secas. As pesquisas mostram que os Estados Unidos podem perder bilhões de dólares até o fim do século por causa da mudança climática. Portanto, o mundo inteiro necessita chegar a zero emissão

⁵ *New Deal* refere-se a uma série de programas implementados nos Estados Unidos na década de 1930, pelo presidente Roosevelt, durante a Grande Depressão causada pelo *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929, que resultou numa massa de indigentes no território americano. O foco era investimentos em obras públicas, como barragens, pontes, hospitais e escolas para criar novos empregos; destruição do estoque agrícola, como trigo, milho e algodão (*commodities*) para conter a queda dos preços; controle sobre os preços e produção para evitar superprodução; diminuição da jornada de trabalho, salário mínimo, seguro-desemprego e seguro-aposentadoria. Tais programas também foram adotados pela Alemanha e racionalizados por Keynes, economista britânico, valendo-lhe assim, o prêmio Nobel de economia. Esta foi a semente do *Welfare State*.

de gás carbono até 2050 para poder neutralizar os efeitos. Já estamos presenciando este cenário concretamente com o novo pacote *keynesiano* anunciado pelo presidente americano, John Biden, bem ao estilo do modelo do *New Deal* de Roosevelt na década de 1930, mas com o engajamento e compromisso ao acordo multilateral de Paris para a redução de gases de efeito estufa.

Em contrapartida, de acordo com o professor da Universidade de Columbia e diretor do BRIClab, Marcos Troyjo (2017), as transições mundiais da “Globalização Profunda” para a “Desglobalização”, como políticas econômicas baseadas em uma “Doutrina do Conteúdo Local”, como eixo central, trouxe como consequência a diminuição do desempenho da economia global. Troyjo observa a trajetória da globalização nos últimos 25 anos e como o mundo se projeta nos cenários até 2030, como a “profunda globalização” possibilitada pelo fim da Guerra Fria, o período guiado pelos valores da economia de mercado e da democracia representativa, o destaque dos Estados Unidos, a ascensão da Ásia liderada pelo Japão e a lógica da integração econômica e política regional. Segundo Troyjo, com a crise de 2008 e o início da “Grande Recessão”, agora corremos o “risco da desglobalização”, o Ocidente em xeque, os Estados Unidos em crise existencial, o surgimento da China e o renascimento do Estado-nação como ator dominante no cenário global. Troyjo sugere que o advento de uma “Nova Era do Talento” – como forças que supostamente guiam o mundo a uma Era de “Reglobalização”, com prognóstico de que as nações “emergentes” e “maduras” podem ser afetadas pelos novos parâmetros de poder, riqueza e influência. Portanto, neste argumento, a “reglobalização” só pode ressurgir se os países se afastarem do “conteúdo local” e se aproximarem de uma interdependência produtiva gerando bens “feitos no mundo”.

Considerações finais

Considerando que o movimento da *globalização* do capitalismo é um processo centrífugo (do centro para a periferia) e se caracteriza pela transformação da organização do trabalho, mobilidade do capital produtivo, novas tecnologias de comunicação, fim da política, redução dos estoques, terceirização, novos modos de produção, mundialização das finanças e deslocalização das empresas (CHESNAIS, 1994), observamos que a disseminação de uma epidemia como a da Covid-19 também segue os passos da *globalização* do capital, do centro para a periferia.

Verificamos que o processo de *desglobalização* já havia sido iniciado no centro do capitalismo mesmo antes da pandemia e está sendo intensificado pós-coronavírus. A “deslocalização” das empresas já está se transformando num processo de “relocalização”. O *made in China* está sendo substituído pelo *made in France, made in Italy, etc.* O *fast food* está dando lugar ao *slow food*, a gastronomia exige produtos sazonais, locais e orgânicos. A preferência pelo trem e carros elétricos para substituir o transporte aéreo, que é extremamente poluente, também está na pauta da *desglobalização*.

Considerando que a história socioeconômica do Nordeste desempenhou um papel periférico para alimentar os impérios coloniais, com um modelo de desenvolvimento dependente e baseado na produção de mercadorias primárias, agroexportadora, o qual se reproduz até os dias atuais, impactando o bioma caatinga e acelerando o processo de desertificação, observamos que será necessário refletir sobre a implantação de um modelo de desenvolvimento mais adequado à realidade da região.

Consideramos que esse movimento em direção a um processo de *desglobalização* supostamente será adequado para evitar que o semiárido do Brasil se torne um deserto e sua população se transforme de migrantes climáticos a refugiados climáticos.

Referências

- ABATZOGLOU, J. T.; DOBROWSKI, S. Z.; PARKS, S. A.; HEGEWISCH, K. C.
(2018). TerraClimate, a high-15 resolution global dataset of monthly climate and climatic water balance from 1958–2015. *Scientific Data*, 5, 170191.
- ALVES, J. J. A.
(2007). Geoeologia da Caatinga no Semiárido do Nordeste Brasileiro. *Revista Climatologia e Estudos da Paisagem*. v. 2, n. 1. Rio Claro, UNESP.
- ALVES, José Jakson Amancio; SOUZA, Edílson Nóbrega; NASCIMENTO, Sebastiana Santos do Nascimento.
(2009). Núcleos de Desertificação no Estado da Paraíba. *R. RA'E GA*. n. 17. Curitiba: Editora UFPR. p. 139-152.
- APELDOORN, G.
(1981). *Perspectives on drought and famine in Nigeria*. London: George Allen & Unwin Ltd.
- BECK, Ulrich.
(1999). *O que é Globalização?* Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra.
- BELLO, Walden.
(2002). *Deglobalization: Ideas for a New World Economy*. London: Zed Books.
- BERGEIJK, Peter A. G. van.
(2019). *Deglobalization 2.0 – Trade and Openness during the Great Depression and the Great Recession*. UK: Edward Elgar Publishing.

- CAMILLERI, J.; FALK, J.
(1992). *The end of Sovereignty? The Politics of a Shrinking and Fragmenting World*. Melbourne: Edward Elgar Publishing.
- CASTLES, Stephen.
(2002). Environmental Change and Forced Migration: making sense of the debate. *New Issues in Refugee Research* – UNHCR Working paper 70.
- CASTELLS, Manuel.
(1996). *The Rise of the Network Society*. UK: Blackwell Publishing.
- CHESNAIS, François.
(1994). *La Mondialisation du Capital*. Paris: Syros.
- CUNHA, Euclides da.
(2006). *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret.
- DICKEN, P. Global Shift.
(2015). *Mapping the Changing Contours of the World Economy*. London: SAGE.
- FINDLEY, S.E.
(1994). Does Drought Increase Migration? A Study of Migration from Rural Mali during 1983–1985 Drought. *International Migration Review*, 28, pp. 539–553.
- HARVEY, D.
(1989). *The Condition of Postmodernity*. London: SAGE.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change.
(1990). *Policymakers' summary of the potential impacts of climate change* (Report from Working Group II to IPCC). IPCC – Secretariat, Geneva.
- IPCC. Synthesis report.
(2007). *Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JACOBSON, J.
(1998). *Environmental refugees: A yardstick of habitability*. Washington D.C.: World Watch Institute.
- LEIGHTON, Michelle.
(2006). Desertification and Migration in P.M. Johnson; K. Mayrand; M. Paquin (eds). *Governing Globe Desertification*. London: Ashgate.
- LONERGAN, Steve.
(1998). The Role of Environmental Degradation in Population Displacement. *Environmental Change and Security Project Report* 4 5–15.
- MCLEMAN, R.; MAYO, D.; STREBECK, E.; SMIT, B.
(2007). Drought adaptation in rural eastern Oklahoma in the 1930s: lessons for climate change adaptation research. *Mitig Adapt Strat Globe Change*, 13, pp. 379–400.
- MCLEMAN, R.; SMIT, B.
(2006). Migration as an adaptation to climate change. *Climatic Change*, vol. 76, n.1–2, pp. 31.
- MORRISSEY, James.
(2009). *Environmental Change and Forced Migration*. Refugee Study Center, Oxford Department of International Development, Queen Elizabeth House, University of Oxford.
- MORTIMORE, M.
(1989). *Adapting to drought: Farmers, famine and desertification in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MYERS, Norman.
(2005). Environmental refugees and emergent security issue, *13th Economic Forum*, 23–27.
- (1993). Environmental refugees in a globally warmed world. *Bioscience*. 43. 752–761.
- (1995). *Environmental Exodus, An Emergent Crisis in the Global Arena*. Project of the Climate Institute, Washington DC.
- (1997). Environmental refugees. *Population and Environment*. 19. 2. 167–182.

- NOVY, Andreas.
(2017). Emancipatory Economic Deglobalization: a Polanyian Perspective. *Revista Brasileira de estudos urbanos Reg.*, Recife, v.19, n.3, p.554-575.
- PAN BRASIL.
(2005). *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, p. 213.
- POLANYI, K.
(1977). *The Livelihood of Man*. Studies in Social Discontinuity. New York: Academic Press.
- POLANYI LEVITT, K.
(1990). The Origins and Significance of The Great Transformation. In: POLANYI, K. (Ed.). *The Life and Work of Karl Polanyi*. Montréal: Carol Rose. p. 111-124.
- REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL.
(2009). *Climate change and its possible security implications*. UN Doc A/64/350 Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/4ad5e6380.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- SEN, Amartya K.
(1981). *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press.
- SIDE EVENT TO THE HIGH COMMISSIONER'S DIALOGUE ON PROTECTION CHALLENGES.
(2010) *Climate Change Displacement and International Law*. (Palais des Nations, Geneva) Disponível em: <http://www.unhcr.org/4d05ecf49.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- SPASH, C. (Ed.).
(2017). *Routledge Handbook of Ecological Economics: Nature and Society*. London: Routledge.
- STERN, Sir Nicholas.
(2006). *The Stern Review on the Economic Effects of Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SUM, N-L.; JESSOP, B.
(2013). *Towards a Cultural Political Economy*. Putting Culture in its Place in Political Economy. Cheltenham: Edward Elgar.
- THE NANSSEN CONFERENCE.
(2011). *Climate Change and Displacement in the 21st Century*. Oslo, Norway. Disponível em: <http://d2530919.hosted213.servetheworld.no/expose/global/download.asp?id=2280&fk=1633&thumb=>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- THE NEW YORK TIMES.
(2019). Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/29/books/review/the-aoc-generation-david-freedlander.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- TROYJO, Marcos.
(2017). *The Clash Between Deglobalization and Reglobalization*: Megatrends now shaping the future of “re-emerging markets”. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/the-clash-between-deglobalization-reglobalization_b_586e8e2de4b0a5e600a78907. Acesso em: 25 abr. 2021.
- UNCCD.
(1994). *United Nations Convention to Combat Desertification*. Paris, France.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J.
(1983). *Processos de desertificação no Nordeste do Brasil*: sua gênese e sua contenção. Recife: SUDENE.
- Recebido em**
em julho de 2020
- Aprovado em**
junho de 2021

Drama social, experiência e a resistência geraizeira em performances de desencurralamento

Jonielson Ribeiro de Souza ¹

Mônica Celeida Rabelo Nogueira ²

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre performances culturais em comunidades geraizeiras em meio a processos de retomada territorial, proteção de bens naturais (com ênfase sobre a água) e afirmação identitária. Tais performances se desenvolvem em um contexto de resistência à situação de ameaça à existência física e social dessas comunidades, gerada pelos empreendimentos econômicos implantados em seus territórios a partir dos anos 1970, levando-as a uma situação de expropriação territorial e encurralamento. Na esteira dos conceitos de "drama social" e de "experiência", as performances aqui analisadas se configuram como um esforço para engendrar ações reparadoras ao drama vivenciado. Elas são redefinidas aqui como "performances de desencurralamento", em reconhecimento à sua capacidade formativa e transformativa da ação, da autorrepresentação e da realidade social geraizeira.

Palavras-chave

Comunidades geraizeiras. Performances culturais. Conflitos socioambientais.

Abstract

This article presents reflections on cultural performances in Geraizeiro communities in the context of the processes of territorial recovery, protection of natural assets (with an emphasis on water) and identity affirmation. Such performances are developed in a context of resistance to the situation of threat to the physical and social existence of these communities, generated by the economic enterprises implemented in their territories from the 1970s, leading them to a situation of territorial expropriation and corralling. In line of the concepts of "social drama" and "experience" evoked by Victor Turner, the performances analyzed here constitute an effort to engender reparative actions to the drama experienced. They are redefined here as "de-corralling performances", in recognition of their formative and transformative capacity for action, self-representation, and the Geraizeiro social reality.

Keywords

Geraizeiro Communities. Cultural performances. Socio-environmental conflicts.

¹ Dotorando em Performances Culturais (PPGPC/FCS/UFG). Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS/UnB). *E-mail*: jonielsondesouza@gmail.com.

² Doutora em Antropologia Social e professora da Faculdade UnB Planaltina (FUP), da Universidade de Brasília. *E-mail*: celeida@unb.br.

Introdução

A leitora ou o leitor alguma vez já tentou prender um gato? Já se arriscou a capturá-lo em um saco ou confiná-lo em um lugar estreito, de modo a cercear seus movimentos e possibilidades de fuga? O que tende a acontecer nesses casos é uma transformação radical do comportamento do bichano, que pode levar seu algoz a sofrer uma experiência bastante desagradável com os golpes de unhas e dentes que o animal desferirá contra ele, se não estiver devidamente precavido. Era com essa imagem que o senhor Arcílio Elias³, geraizeiro da comunidade Vereda Funda (município de Rio Pardo de Minas, MG), falecido há alguns anos, se referia às atitudes de geraizeiros em reação à expropriação de seu território e deterioração das condições básicas de sobrevivência nos Gerais⁴, provocadas pelos monocultivos de eucalipto.

Diante dos impactos socioambientais advindos daqueles empreendimentos, incluindo a falta de água e o cerceamento da liberdade, surgiram, ao longo das últimas décadas, diversas reações desses moradores dos Gerais. Elas se caracterizam por atitudes comportamentais, física e emocionalmente alteradas, que expressam indignação e revolta, mas também desespero devido à falta de saídas para a resolução dos problemas que surgem após a chegada do eucalipto. É como se o geraizeiro – tal como o gato – se transformasse radicalmente nessas ocasiões. Tais alterações comportamentais se contrapõem ao modo de ser preponderantemente “calmo”, “pacífico” – ou em termos hoje correntes, “na dele” – atribuído aos geraizeiros em seu dia a dia, o que se assemelharia à serenidade do gato em situações normais, no entendimento do senhor Arcílio.

As transformações, individuais e coletivas, observadas entre os geraizeiros, a partir das performances mobilizadas diante do conflito com o monocultivo do eucalipto, constituem a matéria de interesse deste texto. Não obstante a analogia com o gato, cabe fazermos a ressalva de que as transformações aqui consideradas vão além das alterações emocionais e corporais que se dão, na maior parte das vezes, de modo repentino ou momentâneo. Buscamos analisar também as transformações duradouras – ainda que essas possam muitas vezes

³ Reproduzimos aqui o caso relatado por Aldinei Leão, geraizeiro e pesquisador da comunidade de Monte Alegre (Rio Pardo de Minas, MG), que o registrou em entrevista realizada com o senhor Arcílio Elias.

⁴ Categoria local para designar genericamente as paisagens de Cerrado na região do Norte de Minas Gerais, historicamente habitadas por comunidades geraizeiras. Por vezes, o termo gerais também se refere especificamente às áreas de chapada (NOGUEIRA, 2017).

ser impulsionadas ou influenciadas por aquelas – relacionadas ao cotidiano, à identidade e ao modo de vida das comunidades geraizeiras em reação à expansão dos monocultivos de eucalipto sobre seus territórios.

Os conflitos territoriais e socioambientais nos Gerais estão associados ao modelo econômico adotado pelo regime ditatorial militar (1964 – 1985), de orientação desenvolvimentista⁵, que acarretou fortes impactos em dezenas de comunidades geraizeiras, no norte do Estado de Minas Gerais. Durante a década de 1970, governos federal e estadual implantaram diversos programas de apoio a monocultivos de eucalipto nos territórios dessas comunidades, impedindo a continuidade de práticas tradicionais de subsistência e causando séria devastação ao meio ambiente local (DAYRELL, 1998; BRITO, 2013). Para os geraizeiros, tal situação foi caracterizada como sendo de *encurralamento* (NOGUEIRA, 2017).

O encurralamento é uma categoria própria dos geraizeiros para referir-se à experiência de confinamento vivenciada por suas comunidades, após a chegada do eucalipto na região. A força dessa categoria reside justamente no acionamento da ideia de que os geraizeiros, então, estariam na condição do gado, sendo tangidos para o confinamento pelo avanço da eucaliptocultura, uma experiência marcada, portanto, pela perda de espaço e liberdade e pelo exercício da força dessa monocultura sobre o cotidiano e modo de vida geraizeiro. Com a expropriação dos espaços de chapadas (altiplanos de serras e morros), em que preponderam os monocultivos, eles foram confinados nas partes baixas, veredas ou grotas, que eram usadas para moradia, quintais e pequenos cultivos. Tradicionalmente, as chapadas eram usadas de modo comum pelos geraizeiros, onde mantinham práticas extrativistas de frutos, lenha e solta de gado, fontes complementares de renda e subsistência, as quais perderam a liberdade de acessar (NOGUEIRA, 2017). Em diversas comunidades, como Sobrado e Água Boa 2 (município de Rio Pardo de Minas, MG), tal situação foi agravada pela degradação causada por empresários locais, a partir de meados da década de 1990, após terem se apossado de imóveis situados em locais ambientalmente sensíveis nos seus territórios geraizeiros (SOUZA, 2019 a).

⁵ O desenvolvimentismo no Brasil define-se, grosso modo, como modelo econômico e de ideologia, que postula a aceleração do crescimento econômico como via para o desenvolvimento, sob a promoção do Estado. Os governos militares implementaram uma agenda desenvolvimentista de moldes autoritários, apoiando a expansão de fronteiras econômicas e de infraestrutura associada (rodovias, hidrelétricas, portos etc.).

A consequência mais drástica dos impactos ambientais causados por esses empreendimentos foi a intensificação do processo de escasseamento da água vivenciada pelos geraizeiros no final dos anos 1990, com o secamento de nascentes, córregos e rios, fontes anteriormente perenes em seus territórios. Essa crise hídrica é considerada como estopim no desencadeamento da reação de diversas comunidades, quando iniciam um processo de organização e enfrentamentos a partir do ano 2000 (SOUZA, 2017). É um movimento motivado pela retomada territorial e restauração da biodiversidade local e das fontes naturais de água.

Este texto apresenta reflexões sobre ações de resistência e enfrentamentos de comunidades geraizeiras a tal situação, entendendo-as como *performances de desencurralamento*. As análises partem de leituras realizadas no primeiro ano do doutoramento em Performances Culturais⁶ de Jonielson Ribeiro de Souza, tendo como base dados de pesquisa realizada no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), concluído em 2017⁷. A pesquisa, que se deu por meio da participação observante⁸, mobilizou técnicas etnográficas e participativas, como rodas de conversas, entrevistas e caminhadas pelos territórios das comunidades, com moradores e lideranças, com a qual foi possível participar de momentos reflexivos e organizativos, como reuniões das associações, ações diretas, conferências, cultos religiosos e festividades, cujas observações foram registradas em caderno de campo. As discussões deste artigo referem-se a atos de resistência das comunidades Raiz, Água Boa 2 e Sobrado, todas do município de Rio Pardo de Minas, norte do Estado de Minas Gerais, que possuem, assim como dezenas de outras da

⁶ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (PPGIPC/FCS/UFG), em curso de 2019 a 2022.

⁷ Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável – Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS/UnB), sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Sauer. Na ocasião do mestrado, o foco da pesquisa se circunscreveu à análise dos impactos socioambientais e fundiários do monocultivo de eucalipto sobre a realidade das comunidades geraizeiras (texto completo em SOUZA, 2017).

⁸ “Participação observante”, diferentemente de “observação participante”, visa demarcar a inserção de Jonielson Ribeiro de Souza nos processos comunitários pesquisados, seja pelo autorreconhecimento identitário do autor – como geraizeiro, cuja origem familiar é da comunidade Sobrado –, seja pela militância. Essas condições precedem a pesquisa realizada ao longo do mestrado, entre os anos 2015 e 2017. A pesquisa abrangeu a realização de duas rodas de conversas nas comunidades Moreira e Raiz; entrevistas gravadas com cinco pessoas das comunidades Moreira, Raiz e Sobrado; uma caminhada em Moreira e três em Sobrado; uma oficina de iniciação teatral em Sobrado além de participação em reuniões, festividades e processos formativos e organizativos das três comunidades. Em Sobrado, a pesquisa foi iniciada anteriormente, em 2012, durante a especialização em Direitos Sociais do Campo (UFG).

mesma região, quase vinte anos de luta contra empreendimentos econômicos degradantes sobre seus territórios.

Na primeira parte do artigo, analisamos as ações de auto-organização coletiva que, por meio de performances variadas, evocam sentidos de autorrepresentação com intencionalidade política de resistência. A trajetória das comunidades geraizeiras envolvidas nesse conflito socioambiental converge com a descrição de “drama social” formulada por Victor Turner (2005, 2008), configurando-se como “uma experiência”, também conforme os termos desse autor, para enfatizar a natureza aberta e processual da vida social e de como determinados eventos disruptivos, nos quais uma ação ou movimento antiestrutura se opõe ao *status quo*, podem abrir possibilidades de transformação efetiva. Na segunda parte, buscamos desenvolver a categoria analítica de “performances de desencurralamento”, partindo de reflexões sobre as relações entre atos performativos e as situações emancipatórias construídas pelas comunidades geraizeiras, no contexto de resistência e enfrentamentos pela retomada de seus territórios tradicionais.

O drama social geraizeiro como “uma experiência”

Os conflitos socioambientais vivenciados pelas comunidades geraizeiras, desde a década de 1970, podem ser analisados sob perspectivas apontadas pelo conceito de drama social, de Victor Turner. Inspirado nas três fases do processo ritual desenvolvidas por Van Gennep (separação, transição, reintegração), Turner (2008) complexifica a análise das situações desarmonicas que ocorrem no processo social e propõe um olhar sobre quatro fases distintas: ruptura, crise e escalada da crise, reparação e, por último, reintegração ou reconhecimento da cisão.

Desde a invasão da eucaliptocultura nos territórios das comunidades, nos anos 1970, até o desenvolvimento de atos e práticas de resistência e os mais recentes resultados alcançados pelo movimento geraizeiro, podemos identificar fases análogas àquelas definidas por Turner (2008) como constitutivas de um drama social: a ruptura do território e do modo de vida geraizeiro, como sendo a primeira etapa; as consequências socioambientais dos monocultivos, o encurralamento e escassez hídrica, perfazendo a etapa de crise e sua escalada; a manifestação dos conflitos com o movimento de reação e resistência como a etapa de reparação; e, por fim, algumas conquistas e resultados obtidos nesse processo, como sendo a última etapa – devendo se destacar aqui que esses conflitos ainda não chegaram a um desfecho definitivo.

O “drama social” configura-se como um tipo específico de unidade de experiência grupal, que se caracteriza justamente pela quebra da ordem cotidiana propiciada tanto pelos ritos como por conflitos sociais. Dado o seu caráter liminar, na fronteira do estabelecido, essas situações favorecem processos de incidência sobre a realidade, nas quais as sociedades se desafiam, surpreendem-se a si próprias, fazendo emergir novos conhecimentos e práticas. A liminaridade prevê uma suspensão das estruturas hierárquicas da sociedade, trazendo à tona o que não é revelado no cotidiano (TURNER, 2008). O autor aponta características liminares nas fases de crise do drama, pois revelam uma situação de transição de “um antes” e “um depois” no grupo: “Cada crise pública possui o que eu agora chamo de características liminares, uma vez que se trata de um limiar entre fases relativamente estáveis do processo social, embora não seja um ‘límen’ sagrado, cercado por tabus”. (TURNER, 2008, p. 34, grifo do autor).

Momentos críticos (como são os conflitos) geram então um espaço – fora ou nos interstícios das estruturas sociais e, por isso, liminares – que podem ensejar processos de transformação e mudança. A ideia de liminaridade é, portanto, fundamental para o modelo analítico de Turner e a articulação do drama social à performance. Se para o autor o drama social é um tipo de experiência, cabe à performance completá-la (2005). Dito de outro modo, a performance se realiza como o processo criativo de subjetivação, pelo qual se organiza o vivido, atribuindo-lhe significado e expressando-o.

As performances de resistência, aqui consideradas como uma tentativa de dirimir ou amenizar as consequências do encurralamento, são manifestadas por meio de atos individuais e coletivos diversos que não faziam parte do cotidiano das comunidades geraizeiras em épocas anteriores ao conflito e surgem não por meios estruturais, ou seja, formais, baseadas em regras ou costumes anteriormente acordadas no grupo. Surgem a partir do drama social, da constatação da situação de opressão, seguida do sentimento de revolta e insurgência. As comunidades em movimento realizam enfrentamentos, protestos, ocupações, “paradas de máquinas”, rituais, caminhadas, autodemarcações territoriais, processos de autorreconhecimento identitário, dentre outros. Essas movimentações algumas vezes têm como fim interpor-se sobre questões imediatas, por exemplo, a “parada de máquina”⁹, para evitar,

⁹ “Parar máquina” é uma tática, geralmente realizada por algumas dezenas de pessoas, com a finalidade de barrar, mesmo que temporariamente, o funcionamento de máquinas e veículos em serviço no cultivo do eucalipto, por exemplo, no desmate, destocamento, transporte, corte etc. As pessoas entram na frente do veículo, obrigando o maquinista a interromper o serviço, com o intuito

naquele momento, a degradação de uma área ambiental. Outras vezes têm o intuito de formação e organização coletiva de médio prazo, como os processos de autorreconhecimento. Mas em todos esses momentos se preza por relações não hierarquizadas, baseadas em interesses comuns, concomitantemente ao fato de gerarem transformações, individuais ou coletivas, através das performances ocorridas nesses momentos.

Tendo em conta formulações teóricas de Wilhelm Dilthey, Turner (2005) enfatiza o caráter distinto dessas experiências de ruptura com o fluxo cotidiano, engendrando "iniciações em novos modos de vida" (p. 179). Nesse sentido, não se trata de mera experiência, mas de "uma experiência", porque preenhe de novas perspectivas expressas na ação simbólica. A situação liminar vivenciada pelas comunidades gerazeiras, em face da opressão exercida pelas empresas plantadoras de eucalipto, estabelece a arena para que a "estrutura de uma experiência" (termo que Turner toma de empréstimo de Dilthey) possa se consumir por meio da performance. Se o drama social, enquanto situação liminar, oferece oportunidades de iniciação no novo, de ruptura com a norma e o cotidiano, cabe reiterar: a experiência se consuma por meio da performance. Referindo-se à experiência, Turner afirma: "ela não tem um início ou um fim arbitrários, recortados do fluxo da temporalidade cronológica, mas tem o que Dewey chamou de 'uma iniciação e uma consumação'". (2005, p. 179).

É, afinal, a partir da performance que as comunidades gerazeiras podem experimentar verem a si mesmas sob outros ângulos e, em um estado de subjuntividade, desenvolverem ações reparadoras em face da opressão sofrida. Toda a movimentação gerazeira mobiliza também uma rede de significados e ressignificações, de símbolos partilhados e produzidos historicamente que, além de contribuir na aglutinação coletiva, dão fundamento à reivindicação territorial e à afirmação identitária dessas comunidades. Revivem-se ou valorizam-se vivências, situações e símbolos comuns, construídos no passado das comunidades, que evocam todo um arcabouço cultural baseado nos costumes, saberes, festejos, enfim, modos de fazer e viver tradicionais que referem a identidade coletiva gerazeira (SOUZA, 2017).

Se tomarmos as considerações de John Dawsey (2005) sobre *erfahrung* em Walter Benjamin, em contraste com *erlebnis*, noção acionada por Turner (2005)

de forçar negociações com os representantes da empresa. O ato gera discussões e acirramentos. Às vezes, com a vinda de órgãos responsáveis, como a polícia ambiental, gera-se um boletim de ocorrência, que ora frisa o crime ambiental cometido pelo responsável, o que atende aos objetivos dos manifestantes, ora gera criminalização do próprio movimento, quando quem faz o registro entende que são os manifestantes que estão causando problemas à empresa.

em diálogo com as proposições de Dilthey, então a experiência geraizeira aproxima-se mais da primeira noção, por distinguir-se da vivência imediata para se constituir como experiência coletivamente compartilhada, inclusive entre diferentes gerações de geraizeiros.

Esse é um aspecto particularmente importante, visto que no movimento de reação dessas comunidades estão inclusos processos de autorreconhecimento, pelos quais os geraizeiros passam a perceber e expressar sua identidade e modos de viver construídos historicamente, tendo como base as relações tradicionais estabelecidas com o território no qual se originaram e vivem¹⁰. Nessas relações, estão implicadas questões referentes a “processos de territorialização”¹¹, que implicam interposições de sentidos, para além dos aspectos concretos de ocupação física de um espaço, ou mesmo aspectos produtivos, econômicos e jurídicos, e alcançam níveis sensoriais, sentimentais ou simbólicos (NOGUEIRA, 2017). Assim, os processos organizativos de resistência das comunidades geraizeiras se baseiam em reflexões dos próprios comunitários sobre os elementos expressivos e simbólicos que manifestam a cultura e a identidade geraizeira em suas relações com o espaço ocupado historicamente por essas comunidades, os *Gerais*¹², e pela articulação do passado com o presente, na produção de significados e na criação expressiva, por meio das performances.

Dentre os elementos tradicionais acionados nesses processos, observa-se a seleção de aspectos relativos à religiosidade popular, às relações de parentesco, às práticas produtivas e aos saberes associados à biodiversidade, como a medicina tradicional, dentre outros, que vêm sendo (re)vivenciados e valorizados nas suas interfaces com expressões de territorialidade. Não havendo espaço aqui para detalhar e analisar cada um desses aspectos, enfocaremos um elemento impulsionador dos processos de resistência, que

¹⁰ As reuniões e encontros ocorridos durante os processos de autoafirmação identitária contam com a participação de moradores da comunidade de diferentes faixas etárias, incluindo os anciões, que são convidados a expressarem, verbalmente ou na prática, essas informações e saberes relativos ao passado e ao presente do grupo, que são registrados em dossiês.

¹¹ Expressão usada por Almeida (2008), para quem o processo de formação territorial implica questões de ordem não somente físicas e espaciais, mas também simbólicas e sociopolíticas. Corroboram com esta perspectiva autores como Little (2002) e Porto Gonçalves (2006), para quem a definição de território se traduz pela ação histórica que cada grupo humano, da forma específica como ocupam, usam, controlam e se identificam com determinado espaço geográfico.

¹² Esta denominação pode ser encontrada também em outros locais, como Oeste da Bahia e norte de Goiás (NOGUEIRA, 2017).

agrega significados do passado à realidade atual e que de alguma forma ordena ou articula diretrizes das ações geraizeiras: a água.

A insurgência do movimento das comunidades geraizeiras ocorre, de modo mais intenso, organizado e amplo, ao perceberem o secamento drástico das fontes hídricas. A importância da água enquanto elemento movente e significativa para as comunidades pode ser percebida na fala de dona Clemência, geraizeira da comunidade Raiz:

Antes dessa empresa chegar a gente tinha muita coisa, a gente tinha muita fruta, pequiizeiro, mangabeira, rufãozeiro, muita fruta nativa da chapada, depois que essa firma chegô, cabô tudo, hoje existe algum pé n'algum lugar. E sobretudo é a água, o que mais me deixa triste com a chegada dessa firma é a água, porque no tempo que não tinha essa firma aqui, todo lado que nós oiasse aqui tinha nascentezinha de água, inclusive aonde que eu moro era um lugar tão rico de água, tão rico, e hoje a gente óia [...] não tem nada de água, o lugar que era o rio pode plantar, inclusive tem um pedaço lá que eu plantei capim dentro do corgo, desse anapiê, tá lá a moitona de capim dentro do corgo, aonde o povo via água, tinha água, tinha peixe, nós pescava... e foi na devoração deles é que a água cabou, porque eles pego e desmatô, e gradeô terra, e aí veio a chuva, e as enxurrada desceu as barrancada de terra tudo pra dentro das nascente, que nunca mais nós vimo água, acabou com os pequiizeiro, cabou com as fruta natural que tinha, cabô tudo... (SOUZA, 2017, p. 141-142)¹³.

A fala de dona Clemência remete a um passado de fartura, tanto de água quanto de frutos nativos no território, que, por sua vez, propiciavam a existência de práticas tradicionais voltadas à subsistência das famílias. As transformações se deram, por exemplo, nas práticas e espaços de cultivos dos moradores, que são forçados a plantarem no leito de córregos, agora redutos de umidade, onde passam a correr água somente no tempo “das’água”¹⁴. Em tal situação, podemos identificar elementos que articulam as necessidades e conflitos do presente com lembranças do passado, reforçando significados identitários. A água, como elemento vital para as sociedades humanas e para a biodiversidade como um todo, é também expressão simbólica e sagrada de ordenamento de um *modus vivendi* geraizeiro: além de matar a sede, permite a colheita, a coleta, a pesca, o banho de rio, a liberdade.

¹³ Entrevista concedida em 16 de outubro de 2016.

¹⁴ No semiárido norte mineiro, o período chuvoso concentra-se entre os meses de novembro a março, sendo chamado pelos geraizeiros de “tempo das’água”.

Se no início do movimento o elemento territorial comandava as intencionalidades e aspectos simbólicos e concretos de organização, a água e/ou a sua falta passou a se tornar elemento-chave, definidor nessas circunstâncias, de modo que a luta por sua recuperação passou gradualmente a ser confundida com a identidade geraizeira, como se pode observar no relatório antropológico da comunidade Moreira (CAA/NM, 2017), no registro da fala de um morador: “Ser geraizeiro é, atualmente, lutar pela volta da água”. O fato é que, para haver o acesso livre e irrestrito a esse “bem”, e uma gerência de modo autônomo e independente de forma satisfatória e que atenda a todas as demandas, no entendimento dos geraizeiros, isso só seria possível com a retomada territorial. Para Turner (2005), todos os atos humanos possuem significados, mesmo que possam ser interpretados de forma ambígua ou fugaz. Os significados aparecem quando se estabelece uma relação entre o que a cultura e a língua cristalizaram do passado com o que pensamos, sentimos, desejamos no presente. Diz Turner (2005, p. 177) que,

retomamos as conclusões que nossos ancestrais estabeleceram como modos culturais que classificamos hoje, dentro da tradição ocidental, como “religiosos”, “morais”, “políticos”, “estéticos”, “proverbiais”, “aforísticos”, de “senso comum” etc., para ver como e em que medida essas conclusões iluminam ou se relacionam com as nossas questões, dificuldades, problemas, ou alegrias individuais do presente. (grifos do autor).

Para o autor dessas fricções e contradições entre saberes e conclusões do passado com os do presente, surgem situações potencialmente dramáticas. E do processo de ressignificação do passado com o presente entre as comunidades geraizeiras – que também não deixaria de apontar suas fricções e contradições – podemos depreender que surge um sujeito político coletivo, com identidade e voz próprias – o que, por sinal, seria um exemplo que atestaria a suspeita de Turner (2005) de que não haveria confronto absoluto entre um passado coletivo e o presente. Como nos diz Susan Langer (2003), o drama provém de um passado e cria uma experiência total e iminente, pois estabelece um presente prenhe de um futuro ou um destino que organiza a ação.

As transformações processuais, ocorridas a partir dos conflitos, são entendidas então como a vivência de “uma experiência”, como queria Wilhelm Dilthey (TURNER, 2005). No caso geraizeiro, o sujeito que a vivência não só se torna capaz de discernir o drama social em que vive, resultado de um contexto

político e econômico global, próprio do capitalismo moderno, como também se torna cômico de sua própria força para engendrar o seu futuro, enquanto protagonista na construção e acesso a direitos. Na comunidade Sobrado, cujo conflito fora deflagrado em decorrência da contaminação e escassez das fontes de água gerenciadas por empresário local, foram registradas as seguintes falas¹⁵:

LUCIANA – Primeiro é o vislumbre do emprego [...], ele chegou começou oferecer trabalho pra todo mundo, pagava bem, né Zé? Muito trabalho, então todo mundo vislumbrou, todo mundo achava aquilo uma maravilha, ninguém se preocupou [...] Quando foi recuperar a consciência, recuperar não, ter um pouquinho, né? Que agora, agora todo mundo já tem, mas na época foi criar um pouco, a gente criou essa consciência, diz que quem não vai pelo amor vai pela dor, a gente foi a partir da dor mesmo.

ZÉ MELO – Teve gente aí que veio pela dor, meu fi, veio pela dor, que quando viu coando água...

LUCIANA – Cheia de areia...

ZÉ MELO – pra beber, pra pôr no arroz, na panela – que geralmente ês não tem reservatório de água, tem umas pessoa aí que não tem reservatório de água, vem direto da rede – Quanto ês sentiu na pele que ês tava coando água no coador pra pôr na panela, aí que veio ver ondê que nós tava lutando, mas antes era contra nós, xingava, achava que a gente tava correndo atrás...

LUCIANA – Querendo tomar coisa que era dos outro, que a gente não tinha nada a ver [...] O que revolta a gente, que dói, é que essa briga que a gente faz aqui, não é uma briga minha, é uma briga pra todos, porque isso não vai beneficiar só a mim, vai beneficiar a todos, todo mundo tava prejudicado, [...] Eu fiquei com pena, fiquei chateada, mas quando eu vi a reação da mulher, foi que ela falou que, era contra essa briga da gente aqui, que se não quisesse deixar água pra ela, que ela ia pegar água no córrego. Eu falei ‘E que córrego que vai existir se a gente não preservar isso aqui?’ Olha pro cê vê a consciência onde é que tá, né? Então a gente tem que ir com calma, ir conversando aos poucos e continuar lutando. De maneira nenhuma, é tanto que tá aí a chácara, ninguém vem aqui colher nada¹⁶, ninguém pega nada, porque a gente não quer ocupar o lugar, a

¹⁵ Registro audiovisual durante caminhada realizada em agosto de 2012, com algumas lideranças locais.

¹⁶ Referência à antiga sede da fazenda, onde foi registrado este trecho da entrevista, durante uma pausa da caminhada. O lugar contém uma casa e plantios de café e outros cultivos deixados pelo

gente quer preservar. Nós tomamos posse nisso aqui com intuito de preservar tanto pra nós quanto pras gerações futuras... É isso que a gente quer. (SOUZA, 2017, p. 176).

Essas falas foram registradas aproximadamente dois anos após a saída do empresário do lugar, após mais de uma década de luta da comunidade pela recuperação da biodiversidade local. O parcial e lento retorno da fauna, flora e das fontes naturais de água após essa saída, fortalece o sentimento de que a luta tem valido a pena e que tem sido uma experiência capaz de associar elementos do passado, do presente e do futuro.

No drama do Sobrado, chama a atenção a questão da água barrenta que sai das torneiras. A dor de não poder coar um café devido à sujeira da água – ou tendo, aliás, que coar a própria água primeiramente, para separar a sujeira, antes de qualquer outro uso – seria o momento ápice também de uma performance de crianças e adolescentes da comunidade, o esquete teatral “Salve, Salve nossa Terra!”¹⁷: é o momento em que uma das personagens avança atônita e lentamente em direção à plateia, segurando um vasilhame contendo a água que tirara da torneira para coar o café, para e despeja no chão o líquido grosso e amarronzado, quase pastoso.

Para Turner (2005), Dilthey realiza uma distinção entre “mera experiência” e “uma experiência”. A primeira tem caráter de passividade, resignação e aceitação. A segunda é caracterizada por etapas de iniciação e consumação. São formativas e transformativas: possuem sequências distinguíveis (por exemplo, em um rito como o casamento) e situações de “efervescência social” (como uma campanha política). Portanto, têm estrutura temporal e processual, com estágios distinguíveis. São situações que envolvem não somente “estruturação do pensamento humano, mas a totalidade do repertório vital humano que inclui pensamento, vontade, desejo e sentimento” (TURNER, 2005, p. 179). Tais experiências formativas, que podem ser de caráter individual ou partilhadas em grupo, interrompem os comportamentos rotineiros e repetitivos, iniciam-se com choques de dor ou prazer, mas invocam experiências e sensações do passado, de forma consciente ou inconsciente, na forma de esboços revividos. De toda forma, resgatando a etimologia da palavra, experiência é um arriscar-

empresário. A ideia das lideranças é tornar o lugar um centro de referência para formação ambiental e pouso para visitantes, a ser implantado assim que tiverem a posse legal do lugar.

¹⁷ O esquete é resultado cênico de uma oficina teatral ministrada por Jonielson Ribeiro de Souza, durante a pesquisa de mestrado referida, tendo estreado em novembro de 2016. Para mais detalhes do processo, ver SOUZA, 2017 e SOUZA, 2019 b.

se ao ir além dos eventos cotidianos, transportar-se numa situação de perigo (TURNER, 2005).

Se considerada a proposição de Turner (2005; 1986) de que as sociedades tradicionais (agrárias ou “tribais”, nos termos do autor) se distinguem das ditas sociedades complexas (marcadas pela Revolução Industrial) – já que nas primeiras a atribuição de valores e significados é realizada preponderantemente pelo coletivo ao qual se pertence, enquanto nas sociedades complexas os sujeitos são instigados (ou obrigados) a atribuir valores por conta própria, ou individualmente, pode-se então depreender que há uma implicação política nesse aspecto. Fazer essa relação significativa entre passado e presente de modo coletivo não só fortalece sentimentos relativos à identidade histórica, como faz surgir ou demandar consequências em termos de formação e organização coletiva e, no caso de povos e comunidades tradicionais expropriados territorialmente, de acesso a direitos e a políticas públicas. Nesse sentido, a experiência geraizeira se aproxima da noção de *erfahrung* – tomada de empréstimo de Walter Benjamin por Dawsey (2005) –, enquanto experiência coletiva e transmitida entre gerações, capaz de recriar um universo social e simbólico pleno de significado.

Ao referir relações tradicionais, em processos conscientes e organizativos comunitários, tem-se em vista aquilo que tem significado para um grupo ou sociedade de modo atualizado, no presente. Essa busca por significados ocorre por meio da cognição: o cognitivo prevalece sobre as emoções no surgimento do significado (TURNER, 2005) e, nesse sentido, não se trata de algo meramente relativo aos valores do grupo. A emoção e o desejo, guiados pelos valores, promovem o impulso no início, mas estão desconectados significativamente, só se transformando em significado após uma assimilação responsável pela razão. Para o autor, também não entra em questão se as referências do passado são reais ou míticas, morais ou amorais, mas sim se significados são operados nesse encontro entre passado e presente. Notadamente no caso geraizeiro, pode se observar que, por meio do “drama social”, as comunidades concebem uma forma de autorrepresentação de si e da história coletiva, processo que contribui, afinal, para a atualização de sua identidade social, por meio da performance. O conflito deflagrado pela expropriação territorial e a escassez de água é, então, apropriado como um mecanismo produtor de unidade social entre comunidades geraizeiras.

Performances de desencurralamento

O Brasil reproduziu historicamente uma lógica de ordenamento territorial que desconsidera sua diversidade cultural e fundiária e não leva em consideração as especificidades dos modos de vida dos mais diferentes povos e comunidades tradicionais que compõem sua população (LITTLE, 2002). Preponderou, desde a colonização, um modelo homogeneizante de controle e uso da terra, tratando-a especialmente como um bem mercadológico e/ou de exploração irresponsável de recursos. Tal mentalidade se sobrepôs aos modos coletivos de grupos autóctones e tradicionais de se relacionarem com a terra, gerando expropriações, expulsões, esgotamento de recursos nos territórios de diversos povos, como os indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais (SOUZA, 2017).

O aparelhamento estatal hegemônico nacional até hoje dicotomiza as relações territoriais entre público ou privado, seguindo sua “razão instrumental”, como colocado por Little (2002). Em contraposição a tal ideologia, tem-se uma “razão histórica” dos movimentos emancipatórios de grupos tradicionais (LITTLE, 2002), que lutam pela retomada territorial cujo sentido político é reforçado por Almeida (2008), trazendo à tona sua conotação também enquanto “novos movimentos sociais”¹⁸. Nos termos do autor, as formas associativas desses coletivos,

[...] agrupam e estabelecem uma solidariedade ativa entre os sujeitos, delineando uma “política de identidades” e consolidando uma modalidade de existência coletiva [...], correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e asseguram sua reprodução física e social. [...] Tal relação, de certa maneira, está refletida na diversidade de figuras jurídicas verificadas nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos. (ALMEIDA, 2008, p. 72).

Porto-Gonçalves (2006) reafirma a importância de buscar territorialidades emancipatórias, que serão encontradas justamente nos grupos subalternos, como os indígenas e afrodescendentes. As performances aqui consideradas

¹⁸ O autor utiliza o termo “novos movimentos sociais”, anteriormente usado em Hobsbawm (1995), para nominar os movimentos por reapropriação territorial surgidos em meados dos anos 1980. Dentre esses movimentos, Almeida (2008) cita: Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento Nacional dos Pescadores, Movimento dos Fundos de Pasto, dentre outros.

estão circunscritas justamente em processos de luta pela retomada territorial pautados por meio de uma lógica tradicional que se contrapõe ao sentido mercadológico e exploratório da terra. O movimento das comunidades geraizeiras reivindica parte de seus territórios tradicionais na busca por formas coletivas e sustentáveis de usufruto do espaço, cujos recursos possam ser utilizados livremente pelas famílias em modelos comunitários de gestão territorial que promova, concomitantemente, a restauração e proteção dos bens naturais, tendo a água como elemento central.

O caráter de subalternidade das comunidades geraizeiras foi ocasionado por um processo de invisibilização histórica, que facilitou a implantação de políticas e empreendimentos que desestabilizaram seus modos de vida e aprofundaram os aspectos de pobreza e marginalidade (SOUZA, 2017). Tal aspecto só foi e é enfrentado estruturalmente quando uma atitude de aceitação se transforma em reações protagônicas contra a situação vivenciada. Essas transformações têm caráter diverso no seio comunitário, individual e coletivamente. Às vezes, tais reações são sinalizadas ou iniciadas por momentos de alta intensidade emocional, culminando em possibilidades potenciais de agressões físicas que não se efetivaram na prática¹⁹, como vemos na fala de um morador da comunidade Raiz:

Dentro dessa opressão que a gente sentia da firma lá, tinha de toda modalidade que cê pensar, tinha um homem, por exemplo, de Taiobeiras, que morava dentro da sede da empresa, que criava uns gado na sede da REPLASA, e como a comunidade tinha o costume de criar as criação na solta, aí quando um gado da gente chegava lá ele pegava e fechava no curral, sabe? Inclusive meu tio, por exemplo, aconteceu duas ou foi três vezes, a vaca pariu lá no mato, na chapada, desceu pra beber água, e aí ele pegou e prendeu a vaca e aí o bezerro morreu de fome na chapada, porque a vaca ficou presa no curral não conseguiu ir lá dá de mamã ao bezerro néh? Três dias, o suficiente pro bezerro morrer (...) Um dia esse véi (o funcionário da empresa, apelidado pelos moradores de Ravengar) tava passando (a cavalo), ele (o tio do entrevistado) segurou no cabresto dele e falou com ele 'Ravengá dos inferno, cê num passa aqui mais não,

¹⁹ Durante as pesquisas, não foram registrados atos de agressões físicas ocorridas entre as partes nesses enfrentamentos, apesar da carga emotiva envolvida. Não obstante, estão contidas nos relatos ameaças à integridade física e de morte. Há relatos de lideranças de suas tentativas de colocar fogo em máquinas, tendo chegado a transportar o combustível necessário para tal, com alguns defendendo que o ato se cumprisse com o inimigo amarrado à referida máquina. O fato não se efetivou, por razões de abrandamento e diálogos, movidos pelos militantes mais “serenos” que conseguem convencer os mais “nervosos” a se conterem. No entanto, lideranças garantem que o algoz em questão só se livrou do fato por ter conseguido fugir pelo matagal.

que se não eu te dou um tiro e te mato' (risos), é que tipo assim a raiva que o povo tinha era demais, (...), todo mundo tinha bronca, mas a gente não tem aquele negócio de brigar, aquele negócio de brigar não é do povo, não é tradicional da gente geraizeiro. (José G. Dias, entrevista concedida em 27 de abril de 2016).

A fala reforça a analogia com o gato, feita pelo senhor Arcílio, quanto ao temperamento normalmente pacífico do geraizeiro, mas que nas situações de opressão vê-se alterado. Contudo, na continuidade de sua narrativa, o morador relata que o sentimento e as atitudes de revolta evoluíram para ações organizadas coletivamente: “O primeiro passo foi a gente demarcar o território, e aí começou o conflito cara: parar máquina, por exemplo, a gente foi parar máquina foi um monte de vez [...] foi umas 8 ou 10 vezes” (José G. Dias, entrevista concedida em 27 de abril de 2016).

No contexto de enfrentamentos e resistência de diversas comunidades em movimento, além da autodermarcação territorial e paradas de máquinas, são realizadas ocupações, processos de autorreconhecimento identitário, construção de projetos de leis, intercâmbios comunitários (para além da esfera religiosa, pois esses já ocorriam anteriormente) protestos e ações diretas diversas, valorização de práticas e simbologias tradicionais, dentre outras, que não faziam parte de sua rotina antes do movimento de resistência e passam a fazer parte das agendas das comunidades ou de suas organizações.

A autodemarcação territorial, por exemplo, uma estratégia cujos precursores no Brasil foram os povos indígenas e que surge como resposta à morosidade, lentidão, excesso de burocracia e ineficiência do Estado na demarcação de terras indígenas, tem sido acionada por outros povos e comunidades tradicionais, como os geraizeiros, com vistas a promover a formação sobre seus direitos, sobretudo territoriais, e sobre processos de autorreconhecimento e construção identitária. Com princípios metodológicos horizontais de participação, os processos de autodemarcação são baseados no protagonismo de comunitários, e, com apoio de equipes técnicas, é realizado um trabalho de mapeamento do território, relacionando a história e a identidade do grupo, para sua posterior demarcação e georreferenciamento (ROCHA *et al.*, 2016)²⁰.

Outras performances de resistência, como a “parada de máquina” e as ocupações, são corriqueiras nos processos de enfrentamento. Esses atos,

²⁰ Mais detalhes sobre os princípios metodológicos e formativos e os direitos reivindicados nesse processo estão contidos em Rocha *et al.* (2016).

comumente acionados por militantes como forma de demarcar oposição à situação vivenciada, deflagram o conflito e seus resultados, reavivados pela memória, seja cotidiana ou em outros momentos organizativos, reafirmam a situação liminar de possibilidades de transformação, além de demarcar uma identidade individual e coletiva de disposição ao enfrentamento, de contrariedade à situação vivida e em defesa de modos de vida tradicionais.

O ato de “parar máquina”, enquanto arma de combate à invisibilidade, por meio da presença física, num corpo a corpo em tensão diante do “opositor”, procura chamar a atenção de autoridades ao conflito existente e sobre a realidade das comunidades, possibilitando aos geraizeiros o registro formal de crimes ambientais e a reivindicação de direitos, quando há o comparecimento de órgãos responsáveis ou da imprensa. O mesmo ocorre com os atos de ocupação²¹. Um pouco de seu sentido está registrado em outra fala de José G. Dias:

[...] nessa ocupação botou esse homem [funcionário da firma, apelidado de Ravengar] pra correr e correu com esse povo que tinha lá dentro tudo (sede da empresa REPLASA), aí o povo ficou numa alegria danada, (...) e tinha uma cerca lá eles abriu essa cerca tudo, os gado misturou tudo lá dentro que é o jeito que o pessoal gosta de ser, né?, misturado. A gente ficou vendo como é que funcionava, a luta pelo território aí fomos pra cima... (SOUZA, 2017, p. 151)²².

Nesse relato, o morador associa o ato de enfrentamento com a prática tradicional da criação à solta, pela qual o gado de todos ficava misturado, sem cercamento, o que fortalece o simbolismo comunitário numa referência à identidade e ao modo de vida a ser defendido, que tem por princípio o uso coletivo daquele território.

Performances de resistência também ocorrem em situações religiosas. Em setembro de 2014, dezenas de pessoas se concentravam no salão comunitário de Água Boa 2, aguardando a saída em caminhada para a IV Romaria do Areião²³, uma peregrinação realizada anualmente pela comunidade. Em um ato que reúne religiosidade e reafirmação identitária (DAYRELL, C.;

²¹ As ocupações geralmente envolvem entrada e permanência, durante certo tempo, de um aglomerado de militantes em espaços estratégicos, em posse das empresas, reconfigurando o local como área de organização de enfrentamentos ou mesmo para cultivos de produtos alimentícios (SOUZA, 2017).

²² Entrevista concedida em 27 de abril de 2016.

²³ Os autores acompanharam presencialmente o evento em questão.

DAYRELL, L., 2012), os moradores, juntamente com pessoas de outras comunidades, saem da igreja e seguem a pé por aproximadamente cinco quilômetros, subindo as encostas de uma serra, até o centro da chapada do Areião. Durante a preparação para a saída, ocorre um momento de concentração no salão comunitário, com falas de lideranças que contam a história de luta da comunidade e da Romaria. Após esse momento – que poderia ser considerado mais “leigo” – se dirigem à igreja, que fica ao lado, para um momento mais “religioso”, onde rezam e executam cânticos escolhidos e preparados especialmente para a ocasião. No entanto, mesmo nesse momento em que ocupam um espaço sagrado, as letras de várias músicas, puxadas pelas lideranças e acompanhadas em coro pelos presentes, não escondem a opção dos comunitários por uma religiosidade que possa unir fé e política: “É por causa do meu povo machucado que acredito em religião libertadora...”²⁴ Algumas denotam, por exemplo, a inversão de poderes entre opressores e oprimidos: “... Na nossa terra o fraco, o pobre e o injustiçado, serão juízes nesse mundo de pecado...”²⁵.

À saída da igreja, enquanto vão se formando pequenos grupos ou filas para darem início à caminhada, surge à frente a imagem de São Francisco²⁶, dessa vez segurada por um garoto de uns 10 anos de idade, trajado de uma túnica amarronzada, à semelhança da representação que se tem do santo. O menino aguarda o sinal para começar, sendo responsável por carregar a imagem no trecho inicial. Para a subida até o destino, não há muita combinação sobre os procedimentos a serem adotados, podendo cada participante seguir de forma livre, individualmente ou em grupo, segundo seu ritmo. Assim, enquanto a imagem do Santo vai passando de mão em mão, segundo o desejo de quem queira carregá-lo, cada bloco de participante vai promovendo situações que se alternam entre momentos festivos e outros reflexivos. Ora ouvem-se cânticos de um bloco, ora proseiam. Enquanto outros contam causos diversos, ouvem-se memórias da luta e dos embates com empresários que degradaram o lugar. Essas memórias são reavivadas enquanto perpassam por trechos de um cerrado que se regenera – devido aos desmates que sofrera no passado –, trechos com monocultivo de eucalipto e outros com mata nativa – até o momento a salvo. Ao chegarem ao centro da chapada, em meio a dezenas de pequizeiros e outras plantas cerratenses, circundam a “Pedra Fundamental”,

²⁴ Domínio público.

²⁵ Domínio público.

²⁶ Adotado como padroeiro da RDS “Nascentes Geraizeiras”.

um santuário feito de uma pequena base de concreto com uma cruz de madeira, instalado ali devido a uma revelação bíblica – explica D. Lúcia, uma das líderes da comunidade, ao ler o capítulo 48 do livro de Ezequiel²⁷. Nesse local, o ritual se desenrola em cultos religiosos, manifestações culturais, palestras e falas em geral, que enaltecem, sobretudo, a importância do local como espaço em disputa e como centro biofísico de crucial importância para o abastecimento dos lençóis freáticos, fazendo voltar à tona a centralidade da questão da água:

... de lá da igreja até a hora que chegou aqui é obra do Criador e tudo que foi criado é pra poder dar continuidade a existência das pessoas daqui e às vezes o ser humano não consegue perceber isso e saber que ele faz parte dessa natureza tão bonita que Deus criou. Aqui tá a condição pra vida continuar né? Lá nas baixa, nas cabeceira... a água que brota ali ela vem daqui dessa área, é como se fosse o seio que amamenta a criança. (Elmy, liderança da comunidade Vereda Funda).²⁸

É um momento em que a devoção a São Francisco é associada à proteção da biodiversidade local, dominada pelos pequizeiros e outras árvores do Cerrado, em que a comunidade conseguiu evitar o desmate por meio da reação que se iniciou com a “parada de máquina” (DAYRELL, C.; DAYRELL, L., 2012), para proteger suas fontes de água. Dessa forma, o ritual promove uma pedagogia baseada na interlocução entre sentidos espirituais de elementos da natureza – inclusive com fundamentação bíblica –, a religiosidade popular e aprendizagens também no âmbito geológico e sócio-histórico, que levam à uma transformação no modo de ver e de agir diante de aspectos relacionados à interação entre os humanos e o meio ambiente.

As performances presentes no ritual são formadas de memórias de outras situações. A fala anteriormente registrada foi seguida de um conversatório, no qual lideranças foram relembrando outros momentos, considerados marcos da luta, desde o seu início até o momento atual. É o próprio Elmy quem lembra o ato das mulheres de Água Boa 2 que, ao subirem os morros lá pelos idos de 2002, percorrendo o trajeto hoje feito pela Romaria, em direção à chapada, interditam os trabalhos das máquinas que devastavam o lugar para o plantio de eucalipto. Relembra o primeiro protesto que fizeram nas ruas de Rio Pardo de Minas, o medo que tinham de enfrentar o Fórum, visto que não tinham

²⁷ Esta explanação foi feita por D. Lúcia, no salão comunitário, ainda no momento de preparação para a caminhada. Para mais detalhes, acessar o vídeo documentário “Romaria do Areião” (DAYRELL, C.; DAYRELL, L., 2012)

²⁸ Gravação de áudio, registro pessoal do autor (SOUZA)

familiaridade com um ambiente de poder como este: “era só falar a palavra Fórum...”, disse uma das presentes, remetendo ao sentimento de insegurança que sentiam a qualquer associação com tal estabelecimento. Em seguida, outros relembram a greve de sede e fome realizada em Brasília, há poucas semanas, em forma de protesto para pressionar a então presidente Dilma Rousseff a assinar do Decreto que instituiria a RDS. Uma das lideranças presentes na greve, em resposta a uma jornalista sobre o motivo por que estavam fazendo o protesto, responde que “se for pra morrer de sede lá, nos Gerais, a gente preferiu vir morrer aqui, porque talvez aqui alguém veja”²⁹.

Essas performances que lembram outras performances não guardariam um pouco o sentido de “comportamento restaurado” em Schechner (1981, 2011)? Visto que na performance a reflexividade é um aspecto central, Schechner reconhece nessas expressões sempre a restauração de uma performance anterior, como um “comportamento do comportamento”. Mas e quando, na performance, alguém relembra um caso acontecido por antecipação da dor e do drama de uma performance que estaria por vir? É o que relatou um dos presentes, após as falas anteriores, que dois anos antes, quando articulavam a greve de fome e sede, revirava-se na cama à noite, imaginando – e sentindo efetivamente – o que poderia ocorrer se a greve se efetivasse:

Falando na greve né? Se fosse naquela época, dois anos atrás, se nós faz, nós ia receber uma vaia, nós não estava nada preparado, parece que uma coisa que Deus mesmo já tava marcando: “deixa isso”. Naquela noite, eu mesmo, eu fiquei pensando a noite inteira e a boca seca, falei “meu Deus, eu não vou aguentar essa sede (risos)...”³⁰

Essa última liderança dá continuidade às reflexões que fizeram sobre as articulações para realização do ato da greve. Avaliam que dois anos antes estavam despreparados (a contragosto de outras lideranças) e que acertaram em mudar a estratégia e realizar a greve num momento mais oportuno: durante a Copa do Mundo e nas proximidades das eleições presidenciais, etc., o que de fato funcionou. Os risos ao final da fala, que é tanto do falante quanto dos ouvintes, remetem ao fato de que lembranças dolorosas podem ser ressignificadas como atos cômicos. É um rir de experiências liminares, transformativas, de dores superadas.

²⁹ <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/povos-tradicionais-de-mg-fazem-greve-de-fome-por-criacao-de-reserva>> Acesso em: 04 jun. 2021.

³⁰ Gravação de áudio, registro pessoal do autor (SOUZA).

No entendimento de que uma performance ocorre na interação humana, sendo capaz de gerar transformações em quem as executa ou dela participa, como apontam Schechner (2011) e Langdon (2007), destacamos o caráter de copresença física desses momentos, sejam de enfrentamentos diretos, ritualísticos, ou de processos de conscientização e formação sociopolítica, que demarcam identidades e reafirmam posições dos agentes diante dos confrontos em questão, como ocorre na Romaria do Areião. São situações extracotidianas, que deflagram e/ou expressam o conflito e demarcam, de forma consciente, o *status* de oposição dos geraizeiros em relação à situação de opressão vivenciada. São ações dessa espécie que estamos denominando aqui de performances de desencurralamento, para enfatizar o caráter transformativo de seus efeitos.

Segundo Hartmann (2017), em diálogo com as proposições de Deborah Kapchan, a noção de performance contribui para a investigação de possibilidades de estruturação de identidades individuais e coletivas, por meio de práticas estéticas. Afinal, essas práticas ensinam o desenvolvimento de padrões de comportamento e atitudes corporais (fala, postura, gestual), cuja repetição confere aos atores sociais envolvidos uma percepção própria quanto à sua posição no tempo e no espaço. No conjunto, essas experiências favorecem a estruturação de identidades individuais e de grupo (KAPCHAN *apud* HARTMANN, 2017, p. 4). É também com esse entendimento que abordamos aqui a experiência geraizeira.

Adicionalmente, identificamos – sob inspiração de Schechner (2011), em sua análise sobre o teatro brechtiano –, a performance como vetor de transformações individuais ou coletivas, que levam o sujeito e a quem o assiste – ou de algum modo participa do ato performático – a uma consciência crítica de si mesmo e da realidade social. Em Langdon (2007), vemos as possibilidades transformativas dessa interação, que coloca a experiência em relevo em contexto de reafirmação identitária diante de conflitos político-sociais, como ocorre com povos autóctones, gerando, inclusive, reinvenções de tradições.

Essa noção vai ao encontro do sentido de drama social em Turner, como vimos, enquanto capacidade transformadora dos indivíduos, dos grupos e de suas realidades. Turner (2008, p. 36) chama atenção para a importância de análise dessas situações que ocorrem na terceira fase do drama, quanto ao nível de expressão alcançada, seja pelas “técnicas pragmáticas”, seja pela “ação simbólica”, pois nela, “seja qual for a unidade social, está em seu momento mais “autoconsciente” e pode atingir a clareza de pensamento de uma pessoa encurralada, lutando pela vida”.

As performances de resistência geraizeira manifestam a assunção de uma identidade social e política e de posicionamento diante da situação de opressão. Ocorrem alterações no vocabulário dos moradores, deslocamentos e/ou ressignificações de manifestações culturais e execução recorrente de novas práticas coletivas, mobilizadas em encontros, reuniões, cultos religiosos etc.

A assunção de uma identidade nesses processos não remete somente a aspectos culturais, tradicionais e históricos, mas também de reivindicação de direitos. Falas do dia a dia passam a enfatizar termos como “luta” – que adquire sentidos relacionados ao território e ao coletivo –, “direitos territoriais”, “comunidades tradicionais”, “retomadas” etc., que não eram comuns antes do processo de resistência. As manifestações culturais, como Folia de Reis, passam a não ficar circunscritas somente a ocasiões e datas tradicionais, sendo deslocadas ou referenciadas também nos encontros com fins organizativo, formativo ou de conscientização.

Foi por meio dessas transformações e pelo caráter de protagonismo a elas vinculado que o movimento dos geraizeiros chegou a alguns resultados positivos, e aqui fazemos menção ao segundo termo da expressão título deste tópico, “desencurralamento”. As práticas listadas, enquanto resistência, desencurralam na medida em que promovem formação sociopolítica e organizativa dos moradores, gerando empoderamento coletivo. Desencurralam também pelo fato de contribuírem com a permanência de um estado de animação, dinamismo e movimentação no cotidiano comunitário e mantêm a esperança de superação da situação da opressão, principalmente com base nas conquistas já alcançadas – que são, por si mesmas, concretamente desencurralantes – com o perdão do neologismo (SOUZA, 2019b).

Como resultado de todo o movimento, recentemente os geraizeiros vêm sendo reconhecidos juridicamente. A Constituição Federal de 1988 favoreceu o surgimento de mecanismos jurídicos específicos³¹ em referência a categorias identitárias – como a dos geraizeiros –, ao reconhecer e comprometer o Estado com a valorização e proteção da pluralidade cultural brasileira, nos artigos 215 e 216. Como desdobramentos desse reconhecimento, novos mecanismos foram se estabelecendo nas décadas seguintes, destacando-se aqui, para o caso

³¹ Exemplos: o decreto presidencial 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a Lei 21.147/2014 do Estado de Minas Gerais relativa à política correspondente no nível dessa unidade federativa, bem como a adesão do Brasil à Convenção 169/OIT (Organização Internacional do Trabalho), que representa importantes avanços no reconhecimento internacional de direitos sociais, econômicos e culturais coletivos de povos indígenas e tribais.

específico dos geraizeiros, a aprovação da Lei Municipal 1629/2015 (Lei João Tolentino), de proteção e reconhecimento do território geraizeiro de Sobrado, por iniciativa da própria comunidade em interlocução com o governo local. Esses dispositivos jurídicos já são acionados pelas comunidades em seus processos de resistência e retomada territorial, não obstante o fosso ainda existente entre os aparatos legais e a prática do direito.

Junto a essas conquistas no nível da legislação, cabe também mencionar o acionamento de outras diferentes categorias de ordenamento territorial para a retomada de parte das áreas de ocupação tradicional das comunidades geraizeiras expropriadas pela monocultura de eucalipto e outras frentes econômicas no Norte de Minas Gerais. Assim, essas categorias acionadas variaram de assentamentos da reforma agrária a unidades de conservação de uso sustentável, em um esforço de experimentação social por parte do Movimento Geraizeiro. A comunidade de Vereda Funda (Rio Pardo de Minas) retomou mais de 5.000 hectares de seu território, onde implantou um Projeto de Assentamento Agroextrativista, o PAE Veredas Vivas em 2013; a comunidade de Água Boa II, juntamente com dezenas de outras comunidades de municípios vizinhos conquistou, em 2014, a decretação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS “Nascentes Geraizeiras” em mais de 47.000 hectares. Outras comunidades geraizeiras seguem mobilizadas pela retomada e reconhecimento de seus territórios de ocupação tradicional.

Considerações finais

Demonstramos neste texto que os conflitos socioambientais vivenciados pelos geraizeiros podem ser analisados a partir da base conceitual proposta por Victor Turner e que enfeixa noções como “drama social”, experiência e performance. O drama geraizeiro evoca o desenrolar de fases que vão da ruptura com os modos de vida tradicionais e com as relações territoriais estabelecidas historicamente, após a invasão da eucaliptocultura, e avança para crises e situações de ameaça à permanência das famílias em seus locais de origem, até chegar a um movimento organizado de resistência, em esforços de reparação à situação de opressão vivenciada pelas comunidades. É possível perceber que alguns dos resultados alcançados pelas lutas sociais ocorridas sinalizam em direção a uma reintegração, mesmo que parcial, do território e dos modos tradicionais de as comunidades geraizeiras se relacionarem com o mesmo.

Os conflitos sociais, para autores como Turner, são momentos geradores de transformações no seio dos grupos, sendo considerados como fases liminares, ocasionando a vivência de uma verdadeira “experiência” do coletivo. Significados e símbolos do passado são acionados nos momentos de crise, mas em correlação com demandas e sentidos da atualidade do grupo, que apontam para modificações de seu modo de ser, expressar e se relacionar com ambiente em volta.

No caso dos geraizeiros, a situação de crise fez surgir um comportamento coletivo vinculado à resistência e aos enfrentamentos à situação de opressão vivida, que opera significados e símbolos, do passado e do presente, definidores de uma identidade de defesa das águas, da restauração da biodiversidade e da retomada territorial. Na busca pela superação da situação de encurralamento, as performances geraizeiras surgidas no processo de luta demarcam aspectos das transformações ocorridas no cotidiano das comunidades e nos indivíduos. Isso se dá a partir da assunção de uma identidade desenvolvida historicamente, mas relacionada a uma atitude consciente, emancipatória e protagonista diante da realidade social enfrentada – ainda que, como ocorre às vezes, algumas dessas performances tenham sido engatilhadas em momentos de efervescência emotiva e corporal, à moda de um felino em situação de autodefesa, mas que geralmente evoluem para situações de um corpo a corpo mais brandas e dialogadas, não obstante a permanência do estado de revolta.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2008). *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. (2013). *Ecologismo dos gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no norte de minas gerais*. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.
- CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS GERAIS (CAA/NM). (2017). *Relatório antropológico de caracterização de identidade étnica e de territorialidade da comunidade do Moreira – Rio Pardo de Minas*.
- DAYRELL, Carlos Alberto. (1998). *Geraizeiros e biodiversidade no norte de minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Rural apresentada à Universidade Internacional de Andalucía, Huelva, Espanha.

- DAYRELL, Carlos A; DAYRELL, Luciano.
(2012). *Romaria do Areião: luta pela sobrevivência étnica no Norte de Minas*. Rio Pardo de Minas, AFTRAJ. Vídeo documental. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wjBIC84zG9s>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- DAWSEY, J. C.
(2005). Turner, Benjamin e Antropologia da Performance: o lugar olhado (e ouvido) das coisas. *Campos* - Revista de Antropologia Social, v. 7, n. 2, p. 17-25.
- HARTMANN, Luciana.
(2017). Desafios da diversidade em sala de aula: um estudo sobre performances narrativas de crianças imigrantes. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 37, n. 101, p. 45 - 64.
- LANGDON, Esther Jean.
(2007). Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *Ilha* - Revista de Antropologia, Florianópolis, n. 94, p. 162 - 183.
- LANGER, Susanne.
(2003). *Sentimento e forma*. São Paulo: Perspectiva.
- LITTLE, Paul E.
(2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Brasília.
- NOGUEIRA, Mônica C.
(2017). *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília, Mil Folhas.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.
(2006). *A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. Buenos Aires: Clasco.
- ROCHA, Deyvisson F. B.; CÉSAR, Fabiano C.; FONSECA, Graziano L.; DAYRELL, Carlos A.
(2016). Estratégias modernas de reapropriação de territórios tradicionais: o caso de vale das cancelas. In: *Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social*. Montes Claros/MG, p. 5-14.
- SCHECHNER, Richard.
(1981). Restoration of Behavior. 7 (3), 2-45. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/svc/vol7/iss3/2>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- (2011). Performers e espectadores: transportados e transformados. *Revista Moringa Artes do Espetáculo*, v. 2, n. 1, p. 155-185.
- SOUZA, Jonielson Ribeiro de.
(2019a). O Sistema Agrícola Tradicional da Comunidade Sobrado, MG: ordenamento e uso coletivo de seu território. In: EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion (Editoras técnicas). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil* (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, Vol.3). Brasília/DF, Embrapa. p. 319 - 332.
- (2019b). Gritos de desencurralamento: o teatro como instrumento de luta da comunidade geraizeira de sobrado. In: *Anais do 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais - Democracia e Direitos Humanos: crises e conquistas*. UFG. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Jonielson_completo.pdf. Acesso em 01 set. de 2021.
- (2017). *Terras geraizeiras em disputa: os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial de comunidades tradicionais de Rio Pardo de Minas frente à concentração fundiária*. 228 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF.

TURNER, Victor.

(2005). Dewey, Dilthey e drama: um ensaio em Antropologia da Experiência. *Cadernos de Campo*, n.13, 177-185.

(1986). *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press.

(2008). Dramas sociais e metáforas rituais. In: *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF.

Recebido em
janeiro de 2020

Aprovado em
junho de 2021

Sobre seringas e cuidados: o papel do HIV no desenvolvimento da política de redução de riscos para usuários de drogas na França

Camille Porto¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o processo de elaboração e implementação da abordagem de redução de riscos direcionada a usuários de drogas na França, cujas bases remetem à epidemia de Aids da década de 1980. Parto do pressuposto de que o contexto epidêmico viabilizou não somente o redirecionamento da política pública do país, até então baseada em um modelo repressivo de combate às drogas, como também produziu a erosão de uma barreira moral, engendrando a concepção de novos modos de pensar e representar usuários e suas práticas de consumo. Minha hipótese é que o principal elemento responsável por essa mudança paradigmática foi o processo de publicização em torno do compartilhamento de seringas, ancorado em duas situações problemáticas específicas: o consumo crescente de heroína e a emergência de um vírus letal.

Palavras-chave

Usuários. Drogas. Riscos.

Abstract

This article aims to analyze the process of developing and implementing a risk reduction approach directed at drug users in France, arguing that it was rooted in the AIDS epidemic emergence of the 1980s. The text suggests that the epidemic context not only made it possible to refocus public policy in the country, hitherto based on a repressive model of combating drugs, but also created the erosion of a moral barrier, engendering the conception of new ways of thinking and representing users and their consumption practices. The hypothesis is that the core element responsible for this paradigmatic turn was the process of publicization around the sharing of syringe, an issue anchored in two problematic situations and represented as public problems: the growing use of heroin and the emergence of a lethal virus.

Keywords

Users. Drugs. Risks.

¹ Doutoranda em Sociologia no IESP/Uerj e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. E-mail: camilleporto@outlook.com.

Considerações iniciais

Este trabalho se insere no quadro de uma discussão sobre estratégias de redução de riscos (RDR) voltadas a usuários de drogas, a partir de uma pesquisa realizada na cidade de Paris, França (PORTO, 2022). Um dos eixos de análise se pretende a uma genealogia da abordagem francesa de RDR, difundida no país a partir do final da década de 1980. A pesquisa foi dividida em duas etapas. A mais proeminente, de caráter etnográfico, compreende o período de agosto de 2019 a janeiro de 2020, no qual realizei um trabalho de campo na condição de voluntária em três dispositivos de RDR localizados no norte parisiense: um Centro de Acolhimento e de Acompanhamento em Redução de Riscos para Usuários de Drogas (Caarud), um Centro de Saúde, de Acompanhamento e de Prevenção em Adictologia (Csapa) e um Programa de Troca de Seringas (Step), administrados pelo serviço Espoir Goutte d'Or (EGO) da associação chamada Aurore. Trata-se de estabelecimentos médico-sociais regulamentados pelo Código de Saúde Pública desde 2004, ano em que a redução de riscos alcançou o reconhecimento legislativo no país. Eles fazem parte de uma rede mais ampla de atendimentos voltados a essa população, concentrados na cidade de Paris em 40 dispositivos dessa natureza, contando também com outras iniciativas mais recentes, como a Sala de Consumo de Menor Risco (SCMR), destinada a usuários de drogas injetáveis, e os chamados Espaços de Repouso, direcionados a usuários de crack, os quais se pretende transformar em novas Salas de Consumo para esse agrupamento (PORTO, 2022). Todos os estabelecimentos citados acolhem e acompanham os usuários em seus modos de consumo, com propostas complementares de redução de riscos.

Antes disso, porém, empreendi, em caráter exploratório, no período de março a agosto de 2019, uma extensa revisão bibliográfica sobre a trajetória da RDR na França, desde sua gênese aos dias atuais, e entrevistei personagens-chave dessa história, os quais eu identificava ao passo que me aprofundava na bibliografia e estabelecia uma rede de contatos para a investigação. Foram entrevistados profissionais e militantes atuantes na defesa dessa abordagem desde suas primeiras manifestações de cunho fundamentalmente humanitário e associativo, ainda longe da institucionalização, e também sociólogos encarregados de pesquisas de acompanhamento de dispositivos de RDR implantados em Paris e em outras comunas da França. Do primeiro agrupamento participam figuras como o ex-presidente da associação chamada Auto Suporte de Usuários de Drogas (ASUD). Trata-se do primeiro sindicato

francês de usuários, criado em 1993, como resposta à expansão da epidemia de HIV entre consumidores de drogas injetáveis – ao qual o entrevistado é vinculado desde 1996. Do segundo agrupamento participam pesquisadores, como a coordenadora da pesquisa de acompanhamento e avaliação da SCMR, encomendada pela prefeitura de Paris. Trata-se de uma pesquisadora do Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica (Inserm), professora da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) – cujos seminários lecionados nessa instituição também acompanhei durante todo o ano de 2019 –, e uma personagem central na cena de redução de riscos parisiense.

Com a proposta de uma genealogia, ancorada em uma sociologia pragmatista e da moral, busco compreender as disputas morais em jogo na elaboração e na instituição da abordagem francesa de redução de riscos, demonstrando como se deu um processo de transformação moral naquele país em relação ao uso de drogas e ao público consumidor. Se, para Foucault (1993, p. 22), “a genealogia, como análise da proveniência está (...) no ponto de articulação do corpo com a história”, meu objetivo, mais especificamente, é compreender como a história se materializa na gestão atual do corpo de usuários de drogas e como o corpo dessa população acabou por modificar os rumos da história. A esse respeito, ouvi inúmeras vezes, nas mais diversas situações, ao longo de meu trabalho de campo, uma declaração que guia este texto: “Tudo começou com a Aids”. As conclusões aqui apontadas foram ratificadas continuamente por profissionais, e, por vezes, também usuários, com quem trabalhei na segunda etapa da pesquisa, ajudando a iluminar os dados da primeira e permitindo a compreensão do advento da epidemia de HIV como um *momento de definição* acompanhado de uma série de processos investigativos (DEWEY, 1960) que ajudaram a criar as condições para a justificação dos dispositivos de redução de riscos.

Como demonstrarei a seguir, a maneira como a RDR se estabeleceu na França não é análoga à maneira como se estabeleceu em alguns de seus vizinhos europeus, ainda que todos esses países tenham experimentado o que lhe serviu de estopim, em circunstâncias mais ou menos similares. Por outro lado, o processo de abertura política analisado muito se assemelha à história de outros países, dentre eles o Brasil, cuja concepção e operacionalização da chamada redução de danos também remetem à epidemia de HIV que se difundiu concomitantemente aqui. Segundo Taniele Rui (2012), nos primeiros anos da década de 1990, recursos disponíveis para a prevenção da Aids somaram-se às pressões de ativistas que estavam circulando por congressos internacionais de *harm reduction* e possibilitaram a implantação de projetos de

trocas de seringas em solo brasileiro – cuja iniciativa, como demonstrarei a seguir, também inaugura a abordagem francesa de redução de riscos. O desenvolvimento desses programas, suas formas de atuação e inserção institucional, contudo, seguiram rumos qwdistintos aos da França. No Brasil, a questão do uso abusivo de drogas, bem como a de suas propostas terapêuticas, associou-se aos esforços advindos da reforma psiquiátrica, também ocorrida em meados da década de 1980 e fortemente pautada na luta antimanicomial, que levou à criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Com isso, os projetos de redução de danos foram sendo deslocados dos programas de combate e prevenção à Aids para as pastas de saúde mental, e os CAPSad (Álcool e outras Drogas) se tornaram os principais espaços de recepção e operacionalização dessa abordagem – cuja transição reflete múltiplas possibilidades de atuação fundamentadas em leituras divergentes do conceito de redução de danos (RUI, 2012).

O processo narrado por Taniele Rui é caracterizado por Francisco Inácio Bastos *et al.* (2007) como um caso paradigmático de descentralização das ações direcionadas ao HIV: embora o programa de Aids brasileiro tenha sido, desde sua implantação, em 1985, altamente centralizado, a partir de 2000, as organizações que pleiteavam recursos nesse campo, como as instituições executoras de programas de trocas de seringas, tiveram de sair da esfera federal para disputar seus projetos no âmbito de Estados e municípios. Assim sendo, os gestores municipais e estaduais passaram a ter autonomia para decidir se iriam investir ou não em redução de danos, o que exigiu daquelas instituições a reconstrução de espaços de negociação e de articulação técnica e política com os poderes locais – levando-os, muitas vezes, a enfrentar cortes de recursos, e, eventualmente, interromper suas atividades. Como mostra Rui (2012), em função desse processo de fragmentação da política de saúde, para angariar fundos, as organizações direcionadas à redução de danos concorrem em editais públicos, cuja aprovação de projetos parece se justificar no risco epidemiológico ligado ao uso de drogas e na representação de usuários como possíveis vetores de doenças infecciosas.

Em suma, se, por um lado, as estratégias de redução de danos no Brasil se desassociaram gradualmente da luta de combate e prevenção à Aids, o que permitiu ampliar o seu escopo de atuação e o seu público-alvo, inicialmente limitado aos programas de trocas de seringa e aos usuários de drogas injetáveis, angariando fundos posteriormente também para a produção de material descartável de consumo de drogas inaladas oralmente, como crack, e por via nasal, como cocaína; por outro lado, essas estratégias parecem se ancorar, como

outrora, no paradigma epidemiológico de combate a doenças específicas, como as hepatites e a tuberculose, após a epidemia de Aids. Na França, em contrapartida, a redução de riscos descola-se da Aids e da epidemiologia – em minha leitura, pela emergência do conceito de adição como categoria de ação pública e de intervenção estatal (FORTANÉ, 2010) e da ascensão da Adictologia como disciplina e principal porta-voz dessa abordagem –, dando lugar à criação de dispositivos como os já citados Caaruds, Csapas e SCMRs, e também a novas formas de atuação direcionadas a populações relativamente livres do risco de contrair infecções virais, como os frequentadores de festas de música eletrônica, os quais consomem, sobretudo, por via oral. Como me disse o presidente da associação chamada Techno+, pioneira nesse tipo de intervenção: “a gente não mobiliza mais a RDR porque há um risco [*epidemiológico*], mas porque há um consumo”.

Os motivos pelos quais essa abordagem tomou diferentes rumos no Brasil e na França, apesar de se manifestar em ambos os territórios como resposta ao mesmo fenômeno, ultrapassam o objetivo deste artigo, e também o da pesquisa que lhe deu origem. Para tanto, seria necessário realizar uma investigação sobre a trajetória da redução de danos brasileira e compará-la à experiência francesa. O que minha análise permite afirmar é que certas especificidades da França – que a diferenciam do Brasil e de outros países – parecem ecoar e justificar a permanência e o desenvolvimento da redução de riscos no país até hoje, e é sobre elas que me debruço neste texto. Posto isto, me concentro na RDR especificamente a partir da conjuntura francesa e dos elementos que lhe serviram de base nesse território, ciente de que a história dessa abordagem não é uma só. Com a proposta de destrinchar e analisar uma dessas histórias, meu objetivo é identificar os processos sociais mais amplos que atravessam o fenômeno estudado e que podem indicar pistas para a sua análise em outros locais, sobretudo aqueles que dispõem de uma estrutura mais frágil de redução de riscos, como o Brasil.

O pecado original

Em 31 de dezembro de 1970, a França adotou uma lei definindo os três pilares de sua política de drogas: prevenção primária, reabilitação e abstinência. Seguindo o movimento vigente em boa parte dos países ocidentais, que viria a culminar na declaração de “guerra às drogas” do então presidente dos EUA, Richard Nixon, em 1971, qualificando o consumo de entorpecentes como “o inimigo público número um”, é instituída a criminalização dessa prática no

território francês. Com uma queda de braço entre duas instituições, o aparelho penal e o aparelho médico, os usuários de drogas eram representados ora como criminosos dignos de punição ora como doentes dignos de tratamento – isto é, de um lado, como seres culpáveis por um comportamento indevido, de outro, como vítimas dele, ou ainda, em outras palavras, ora como seres dotados de agência, conscientes e responsáveis por seus atos, ora como seres cooptados por um agente externo responsável por seu descontrole agencial. Assim, a nova legislação sentenciava essa população seja ao encarceramento seja a uma intervenção terapêutica, o que significa, na letra da lei, se abster das drogas em um centro de reabilitação.

O fato é que ocorre na França uma cruzada – simbólica, no sentido de Gusfield (1963) e também moral, no sentido de Becker (2008[1963]) –, como chamam Chappard e Couteron (2013), executada por *empreendedores morais* (BECKER, 2008[1963]), isto é, atores interessados no reconhecimento público da negatividade moral de um ato, cujo êxito se estabelece na produção de uma lógica de segregação e/ou de punição daqueles que o praticam (Cf. WERNECK, 2013). Trata-se, portanto, de criar não somente um novo conjunto de regras redefinindo determinadas práticas e comportamentos como “certos” e “errados”, com base em um ponto de vista dominante e que atribui a esse processo uma relação de poder inerente, mas também um novo conjunto de *outsiders* (BECKER, 2008[1963]). Nesses termos, o consumo de drogas passava a ser interpretado como um “mal social” (BECK, 2005; BERGERON, 2009) e os usuários, como um tipo particular de desviante.

O que deriva disso é um processo de rotulação que invade a dimensão identitária dos rotulados por meio de uma adjetivação perene, cujo conteúdo – como previsto pelos precursores da teoria (TANNENBAUM, 1938; LEMERT, 1951; BECKER, 1963; GOFFMAN, 1963) – não diz respeito à essencialidade subjetiva dos indivíduos, mas a uma construção socialmente operada e efetivada (WERNECK, 2013), o que significa que o rótulo não é intrínseco ao alvo, mas à regra que o identifica como tal (BECKER, 2008[1963]). Segundo Tannenbaum (1938), o que está em jogo na “delinquência” – e a ideia de desvio permite incluir nisso o que é aqui tomado como “doença” – é um conflito de “pontos de vista”. Nesses termos, a reificação de um deles em uma pauta legal reconhecida – por exemplo, o Código Penal – configura uma operação essencialmente “moralista” (WERNECK, 2012) na medida em que se estabelece não como uma diferença de posições, mas simplesmente como *erro* de um dos lados (WERNECK, 2013).

O consumo de opiáceos, outrora restrito a meios artísticos e viajantes, se difundiu na juventude francesa ao longo da década de 1960, tornando-se parte constituinte dos movimentos estudantis e de contracultura pós-Maio de 1968. Produzida em áreas de cultivo de papoula da Turquia, do Líbano e do Triângulo Dourado do Extremo Oriente, a heroína ascendeu na França e encontrou na região de Marseille, cidade portuária ao sul do país, uma de suas mais importantes refinarias, cuja produção se destinava, principalmente, ao mercado americano. Localizada na interseção entre os movimentos de contestação juvenil e o crime organizado, a substância passou a ser representada como um entrave moral (KOKOREFF; COPPEL; PERALDI, 2018). É nesse contexto que a lei de 1970 é instituída e destinada a conter uma opinião pública inquieta que alegava estar ocorrendo em seu território uma inversão de valores, cujo produto seria uma “sociedade da tolerância que envenena a juventude” (CHAPPARD; COUTERON, 2013, p. 46).

Para Patrice Pinell e Markos Zafiroopoulos (1982), o aspecto particularmente repressivo dessa legislação pode ser interpretado como uma vontade de normalizar os comportamentos e controlar a juventude contestadora vinculada ao consumo de drogas, interligando comportamentos aditivos, a revolução de maio de 1968 e a transgressão de normas sociais dominantes na época. Destarte, a resposta penal engendra uma tentativa de reestabelecer as ordens moral e social, consideradas ameaçadas por uma massificação do consumo de drogas nas sociedades ocidentais (BACHMANN; COPPEL, 1989) e pela notificação de óbitos decorrentes do uso. Na França, o caso de Martine, uma jovem de 17 anos encontrada morta no banheiro do cassino Bandol, em Toulon, sul do país, por overdose de heroína, em agosto de 1969 – “o ano terrível da droga”² – se tornou fato paradigmático dessa representação de ameaça (CHAPPARD; COUTERON, 2013) em função da intensa midiática que prenunciou o movimento de revisão da legislação nacional de drogas. Com a adoção de uma abordagem binária opondo substâncias ilícitas a autorizadas sem distinguir os efeitos e fatores de periculosidade inerentes a cada uma delas, tampouco sem diferenciar o consumo simples do abuso de drogas, a lei de 1970 exerce, assim, uma função moral de “luta contra a droga e a dependência” (Idem, p. 16).

Sucedendo a mesma lógica de erradicação das drogas, em 1972 é decretada a proibição da venda de agulhas e seringas em farmácias do país, com o intuito de conter a “epidemia de heroína”³ (COPPEL; DOUBRE, 2012, p. 18), que

² Título de uma matéria publicada pelo jornal intitulado Paris-Press. Fonte: Retronews, plataforma digital dedicada aos arquivos de imprensa das coleções da Biblioteca Nacional da França (BnF).

³ Considero digno de nota o fato de que o consumo de drogas é lido dessa forma até hoje por

parecia se estabelecer naquele território, tornando-se parte integrante da realidade urbana em menos de dez anos após suas primeiras manifestações (KOKOREFF; COPPEL; PERALDI, 2018). No decorrer da década de 1970, a substância se proletarizou e migrou para as cidades suburbanas, tocando as classes populares em um contexto de crise econômica, social e urbana (DUPREZ; KOKOREFF, 2000).

A despeito da legislação em curso, as chamadas “cenas abertas”, que concentram pessoas em torno da venda e da compra de drogas ilícitas em áreas públicas, surgem na capital do país em 1978, no 14º *arrondissement*⁴ da cidade. Conforme aumentava o uso clandestino de heroína, cresciam também os níveis de insalubridade e periculosidade da prática, bem como o aparecimento de novos delitos nas grandes cidades, como roubos a farmácias – o que levou o jornal *Le Figaro*, tradicional veículo localizado mais à direita do espectro político, a afirmar, em 1984, que todas as 20 regiões de Paris têm “como denominador comum o problema da droga”⁵. E o que tornou a passagem pela prisão – seja pelo uso de drogas, seja por outras transgressões ligadas ao consumo – se tornar uma das etapas frequentes da carreira (GOFFMAN, 1961) dessa população (KOKOREFF; COPPEL; PERALDI).

De fato, ainda não se sabia na época, mas o decreto de 1972 viria a impulsionar muito mais do que pequenos delitos praticados por usuários de heroína – motivo pelo qual Chappard e Couteron (2013) o caracterizam como o *pecado original*. Nesse caso, o pecado ao qual se referem não seria o de usuários sucumbirem à *tentação* (JAUFFRET-ROUSTIDE, 2009) de consumir drogas

determinadas agências internacionais, como o Departamento das Nações Unidas contra as drogas e o crime (ONUDC), que interpreta em seu relatório mundial sobre as drogas, de 2012, o crescimento exponencial do consumo como uma das fases de uma epidemia. A primeira seria a de iniciação ao uso, na qual um pequeno número de usuários pode recrutar um grande número de novos consumidores em seus ambientes imediatos, o que atribui a esse processo um caráter contagioso, ainda que não exista um agente patógeno responsável pela transmissão. Após a fase de expansão do número de usuários, o nível de iniciação atinge seu pico e começa a reduzir. Duas hipóteses complementares viriam a explicar esse fenômeno: a primeira relaciona a intensificação do uso de drogas à disseminação de uma determinada substância em uma população finita de indivíduos expostos, que nunca estiveram em contato com ela anteriormente. Uma vez que essa população se esgota, a iniciação viria a cessar naturalmente. A segunda hipótese relaciona o uso massivo de uma determinada substância – e, sobretudo, as consequências disso, como a dependência – ao surgimento de um imaginário social negativo que viria a frear a iniciação de novos indivíduos expostos.

⁴ Os *arrondissements* de Paris consistem em divisões administrativas que dividem a cidade em 20 regiões distribuídas em espiral (cada bairro pressupõe um passo no movimento de “rodar” – *arrondir* – a cidade) a partir do centro do mapa.

⁵ Disponível na matéria intitulada « Paris: L’insecurité au quotidien » do dia 11 de dezembro de 1984.

ilegais, mas, diferentemente, o do Estado tentar inviabilizar o consumo, restringindo o acesso popular a seus instrumentos. Historicamente, o compartilhamento de seringas é um ritual comum entre usuários de heroína e de outras drogas injetáveis (BLACK *et al.*, 1986; BROWN *et al.*, 1987), representando uma forma de vínculo social entre aqueles que compartilham os artefatos (FRIEDMAN *et al.*, 1986) e os aprendizados (BECKER, 1963) da iniciação ao uso (POWELL, 1973; HARDING; ZINBERG, 1977); mas é, sobretudo, uma obrigação quando as seringas não são vendidas livremente.

A “peste negra” do século XX

No início dos anos 1980, uma nova doença é detectada nos EUA, caracterizada por sintomas de pneumonia e sarcomas de Kaposi, um tipo de câncer de pele raro que acometia um número inesperado de homossexuais em um curto período de tempo – motivo de sua designação inicial como o “câncer gay”⁶. Pouco tempo depois, usuários de drogas injetáveis, principalmente de heroína (então chamados de heroinômanos) também apresentaram os sintomas, seguidos de hemofílicos e... haitianos⁷ – levando à alcunha de “a doença dos 4H’s” e estabelecendo as bases da definição dos chamados “grupos de risco”. Sua origem e transmissibilidade são reconhecidas somente após um período de dois anos e meio marcado por indefinição, especulações sem embasamento científico, e, sobretudo, rumores – fenômenos delineados por seu aspecto

⁶ Cognome apresentado no jornal A2, edição das 20h, da emissora pública Antenne 2 (hoje, France 2), do dia 27 de março de 1982, no qual se falava do “desenvolvimento [nos Estados Unidos] de uma forma de câncer (sarcoma de Kaposi) entre homossexuais masculinos, cuja evolução ocorre muito rapidamente. Até o momento, todas as hipóteses são possíveis: um vírus que enfraqueceria a resistência do organismo humano e que encontra na multiplicidade de contatos da comunidade gay condições favoráveis à transmissão? (...) Seria a vida sexual muito intensa?”. Em uma reportagem em Nova York, médicos entrevistados declaram, ainda, o interesse que essa situação nova e rara representa, à medida que “possibilitará fazer novas descobertas para a luta contra o câncer”.

⁷ Segundo Farmer (1992), no início dos anos 1980, jornalistas e médicos epidemiologistas americanos designaram o Haiti e os haitianos como responsáveis pela origem e extensão da epidemia de Aids nos Estados Unidos, o que levou o médico e antropólogo a se questionar sobre os mecanismos que conduziram à tamanha acusação de um povo e de toda uma sociedade. Seus dados apontam para um processo de “responsabilização étnica” como um resultado de categorias epidemiológicas, médicas e científicas produzidas por agências americanas, como o Center for Diseases Control (CDC) e o Food and Drug Administration (FDA); e de representações embasadas no processo de dominação social, cultural, histórica, econômica e política entre os EUA e o Haiti. As práticas de culto vodu, consideradas desde o século XVIII como ritos primitivos, sanguinários, satânicos e antropofágicos, foram classificadas por médicos como um dos modos de transmissão da doença, levando os haitianos a representar um dos “grupos de risco”.

cíclico e fundamentados tanto na memória quanto nos conhecimentos de grupos sociais, que os leva a desempenhar um papel de transformadores da realidade (REUMAUX, 1994). Inicialmente, sabia-se apenas que ser contaminado equivalia a uma sentença de morte, o que permitiu a comparação da doença com outras já conhecidas, como o já citado câncer, a lepra e a peste – que também envolvem um prognóstico fatal e uma rejeição coletiva –, quando não associada a um castigo divino contra transgressores da lei e da moral. Destarte, ela engendrou preconceitos e discriminação contra as populações mais afetadas, mas também mediatização e ativismo em favor de suas demandas, como demonstrarei a seguir.

Em 1982, os primeiros casos são identificados na França, mas somente no ano seguinte o vírus da Aids (HIV1) é descoberto e isolado no Instituto Pasteur⁸. A partir de então, é sabido que sua transmissão ocorre por via sexual e/ou sanguínea, e se sabe, portanto, que homossexuais são acometidos em função especialmente de sexo desprotegido – e não por práticas sexuais específicas; hemofílicos, pela transfusão de sangue contaminado – remetendo para ausência ou mal testagem sanguínea a ameaça principal (HERMITTE, 1995); e usuários de drogas injetáveis pelo uso de seringas contaminadas – endereçando a ameaça ao seu compartilhamento. O que resulta disso é uma dupla estigmatização, no sentido atribuído por Goffman (1963), de grupos sociais já marginalizados por seus comportamentos e/ou estilos de vida, que também são representados, nessas circunstâncias, como portadores (e transmissores) de uma infecção fatal (PASCAL, 2007). Não raro, homossexuais e consumidores de heroína eram culpabilizados por disseminar a doença, como se responsáveis – quando não merecedores – fossem pela calamidade que os acometia e que mostrou poder acometer a qualquer um, inclusive os considerados “inocentes” – neste caso, hemofílicos e o restante da população, infectada, sobretudo, por via sexual (Idem).

No caso específico de usuários de drogas, ocorre, portanto, um processo de reificação da negatividade moral já atribuída a eles desde o início da década de 1970: se, até então, eram definidos como doentes (quando não criminosos), cujo estatuto viria a afirmar o vício como uma forma de agência externa sobre a

⁸ A autoria da descoberta do HIV foi cercada de controvérsias entre dois grupos: o de Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, na França, e o de Robert Gallo, do Instituto Nacional do Câncer (NCI), nos EUA. Criou-se um litígio internacional em torno dos direitos de patente, que culminou com um acordo firmado entre os presidentes de cada um dos países, Ronald Reagan e Jaques Chirac, segundo o qual o Instituto Pasteur e o NCI dividiriam em partes iguais os ganhos oriundos da descoberta.

agência individual – o que pode ser lido, nos termos da *accountability* social (SCOTT; LYMAN, 2008[1968]), como uma desculpa (WERNECK, 2012); no contexto epidêmico, o rótulo de doente é materializado no HIV, que é lido, ao contrário, como forma afirmadora da agência de si e atribui a eles não somente o signo da culpa, mas também o do contágio. Neste caso, falamos de traços que marcam um estigma no sentido mais literal do termo, seja pelos sintomas da doença, como a perda de peso e os sarcomas de Kaposi; seja pelos efeitos secundários da medicação, não raro acompanhada por síndromes como lipodistrofia e lipoatrofia, modificando a aparência corporal dos doentes e tornando os soropositivos bastante fáceis de identificar (RESENDE, 2018).

Conforme Osório (2009), a lipodistrofia retira da pessoa infectada pelo HIV a liberdade de expor (ou não) a sua condição de saúde a terceiros, exibindo em sua aparência física os sinais que levam ao seu julgamento e marginalização. Trata-se, portanto, de marcas físicas da patologia que tornam o doente irreconhecível para si mesmo, mas reconhecível para os outros, e que engendram processos de discriminação e estigmatização sofridos “à flor da pele” (RESENDE, 2014). A Aids se torna, assim, uma marca identificadora de usuários de drogas, de suas rotinas de consumo e de seu estilo de vida, operando na manutenção de uma “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1963), agora também identificada como metonímia da doença. Assim, sobre os portadores do vírus, uma figura como Jean-Marie Le Pen, então presidente do partido político francês de extrema direita Front National – denominado Le Rassemblement National desde 2018 –, diz, no programa televisivo político *L’heure de la vérité*, da emissora pública Antenne 2 (hoje, France 2), em 6 de maio de 1985: “Os aidéticos⁹ são terrivelmente contagiosos... por sua transpiração, suas lágrimas, sua saliva e seu contato. É preciso isolá-los em sidatórios” (LE PEN, 1985).

Para Michel Misse (2002), a representação popular em torno da violência urbana pode ser comparada à representação de uma epidemia, isto é, como um vírus ou micróbio a ser exterminado. Com a proposta do conceito de *sujeição criminal*, o autor se refere à identificação (pela representação difundida na sociedade) de indivíduos como “portadores” da violência urbana e cujos crimes não são interpretados como um tipo particular (e eventual) de desvio, mas como traço inscrito na própria subjetividade desses *sujeitos criminais*

⁹ Considero digno de nota que a própria concepção do termo, amplamente mobilizado durante a epidemia da doença, revela o mecanismo mais fundamental do processo de elaboração e imputação de um rótulo: o de adjetivação. Neste caso, esse processo foi tão bem-sucedido que o adjetivo tornou-se, ele mesmo, um substantivo.

(1999). Em minha leitura, o processo descrito por Misse ultrapassa o âmbito da segurança pública e alcança outros âmbitos passíveis de rotulação, como o da saúde, sobretudo em uma conjuntura como a epidemia de Aids, na qual as populações mais expostas à ameaça viral se apresentam, simultaneamente, como uma ameaça em si. Desse modo, não seria exagero dizer que, assim como a sujeição criminal engendra a produção de representações identitárias sobre um “outro” que viria a encarnar a violência urbana, o mesmo pode ocorrer em relação a um “outro” que viria a encarnar a doença e torna-se alvo de uma *sujeição patológica* – principalmente quando uma população específica, como a de usuários de drogas injetáveis, tem cerca de 50% a 80% de seus integrantes infectados (CHAPPARD; COUTERON, 2013).

Diante do considerável índice de contaminação entre usuários, da violência comumente empregada por eles (KOKOREFF; COPPEL; PERALDI, 2018) e das cenas abertas que dominavam o espaço público das regiões de Paris mais tocadas pela heroína – e pela Aids –, diferentes agrupamentos da sociedade, afetados em maior ou menor grau por essa conjuntura, começaram a se mobilizar e a reivindicar a elaboração de políticas públicas direcionadas a essa população, extremamente vulnerável de partida e ainda mais no então contexto epidêmico. A própria associação EGO-Aurore, à qual me vinculei em meu trabalho de campo, é fruto dessas mobilizações, surgindo, em 1985, como uma demanda comunitária de usuários, ex-usuários de drogas e moradores do bairro da Goutte d’Or, aos quais alguns trabalhadores sociais se reuniram voluntariamente e profissionalizaram sua intervenção no decorrer das décadas seguintes. Tratava-se de uma mobilização diante do quadro sanitário e social alarmante naquele território, que se tornou, no início dos anos 1980, o epicentro da venda e do consumo das chamadas drogas “duras”¹⁰ da cidade.

Essa rede informal de moradores, usuários e profissionais articulava-se em reuniões públicas semanais, podendo ser descrita como pessoas “envolvidas em relações cotidianas (...) [que] chegam à conclusão de que algo está errado; de que não podem manter-se daquela forma por mais tempo; de que algo deve mudar” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 359), empreendendo, assim, movimentações que ultrapassam o plano agencial dos atores e se direcionam ao plano social, constituindo o que Thévenot (2006) chama de *ações em comum no plural*, cujos participantes se envolvem e são envolvidos por comportamentos comuns, engajando-se em torno deles. Em 1987, essa rede

¹⁰ A distinção entre drogas “leves” e “pesadas” (ou “duras”) remete à Convenção Única da ONU sobre Entorpecentes, de 1961, precursora da globalização relativa à proibição e à classificação de psicotrópicos.

comunitária constituída no seio da Goutte d'Or alcança o estatuto de associação, época marcada pelo aparecimento de outras associações na cidade, igualmente consagradas aos usuários drogas e aos moradores dos bairros mais tocados pelo consumo, pelo tráfico e pelo HIV.

O que essas associações propunham era uma abordagem de saúde coletiva, reivindicando, sobretudo, a liberação da venda e troca de seringas nas farmácias do país. A oposição, por outro lado, formava uma base ideológica fundamentada em três argumentos principais: a) a liberação de seringas significaria abandonar um “verdadeiro” suporte a usuários de drogas, significando também o abandono da luta contra a droga e um primeiro passo em direção à legalização; b) essa medida viria a engendrar uma banalização do uso de drogas, ou, pior, um encorajamento ao consumo; e c) o uso pessoal de seringas não seria uma prática adotada por usuários de drogas, então representados como seres suicidas, inaptos e desinteressados demais para aderir a um comportamento responsável e abandonar velhos hábitos (CHAPPARD; COUTERON, 2013).

Mas, a despeito dessas concepções – sustentadas pela maior parte de profissionais da saúde e farmacêuticos, das agências nacionais (como a Inspeção Geral de Assuntos Sociais, Igas) e internacionais (como a Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, CND) –, a população francesa se via cada vez mais comprometida pela doença, chegando a representar 30% dos infectados de todo o continente europeu (CHAPPARD; COUTERON, 2013). Em minha leitura, se, no início dos anos 1970, o consumo de drogas injetáveis se configurava, para os governantes, como um problema de ordem social e moral que exigia a instituição de uma legislação repressiva, proibindo a venda de seringas no país; essa proibição se configurava, no então contexto epidêmico, como um problema público (GUSFIELD, 1963, 1981; CEFÁI, 1996, 2017) de ordem sanitária capaz de mobilizar diferentes públicos. Em seu posfácio a Joseph Gusfield, Daniel Cefai (2009) define um problema público como um problema social – cujo inconveniente, perigo ou risco não se reduz a um “problema individual”, portando consequências nefastas para um conjunto de indivíduos, que, a despeito de seus interesses imediatos e opiniões pessoais, compartilham a percepção e a experimentação dessas consequências – dotado de características suplementares.

Segundo Cefai (Idem), o problema público é aberto a um público indefinido de sujeitos que se mostram capazes de se constituir como cidadãos, sensíveis ao sentido e ao alcance de projetos que transcendem o horizonte de suas experiências imediatas e suas atividades privadas. A diferença entre ambas as

categorias citadas é que um problema social pode ocorrer sem que tal dinâmica de publicização se configure em torno dele. Em síntese, para o autor, a exigência de definição e de resolução de um problema público provoca uma intensa atividade de *associação*, de *comunicação* e de *cooperação* entre atores, organizações e instituições – e também de argumentações, denúncias e reivindicações, seja em estúdios de mídia seja em assembleias públicas, recorrendo ao repertório de ações coletivas e constituindo coletivos que se mobilizam para interpelar não somente a opinião pública, mas também os poderes públicos.

Como afirma Marie Jauffret-Roustide (2017), após a irrupção da epidemia de Aids e de seus efeitos nefastos na França, a erradicação das drogas é considerada como um utopia irrealista e potencialmente perigosa – visto que, a despeito da legislação de 1970, que criminaliza o uso de drogas, e do decreto de 1972, que pulveriza seus artefatos, o consumo de heroína se desenvolveu no país de forma ascendente e viabilizou uma calamidade sanitária. Foram diversas as situações em que ouvi, seja no interior de dispositivos de redução de riscos seja em entrevistas com representantes da abordagem, o argumento de que de nada adianta proibir o uso de drogas ou restringir os materiais de consumo, porque os usuários irão consumir do mesmo modo. A diferença, como afirmam os profissionais, é que se tiverem acesso a artefatos descartáveis, eles estarão vulneráveis a um conjunto menor de riscos ligados ao consumo. Com efeito, outros elementos constituintes do processo de institucionalização da RDR na França contribuíram para a consolidação dessa percepção entre os defensores e executores da abordagem – como os fundamentos da já citada Adictologia. Contudo, interpreto essa conjuntura histórica como um fator relevante que reverbera até hoje justificando a necessidade de manutenção e desenvolvimento da redução de riscos, manifestando-se com alguma regularidade nos discursos de profissionais que fazem alusão ou citam explicitamente o decreto de 1972 como viabilizador da tragédia experimentada nos anos 1980.

0 ato de reparação

As circunstâncias dramáticas do contexto epidêmico levaram a um processo de investigação em nível social e epidemiológico, dando lugar a experimentações como o chamado Decreto Barzach¹¹, em 1987, que autorizava a venda livre de

¹¹ Em menção a Michèle Barzach, ministra da Saúde responsável por sua instituição.

seringas em farmácias do país, mediante a suspensão das disposições da peça legislativa anterior por um ano e uma avaliação técnica para sua permanência. Tratava-se da primeira medida não repressiva depois da votação da lei de 1970, que começou a deslocar o debate acerca das drogas do âmbito da segurança pública para o da saúde, marcando o anúncio tímido da política de redução de riscos na França. O Decreto Barzach é considerado o ato fundador da abordagem, que nunca mais seria questionada a partir de então (JAUFFRET-ROUSTIDE, 2017). A prometida avaliação da medida chega em 1988 provocando um choque cognitivo: contrariamente ao que previam os opositores, não foi observado o aumento do consumo de drogas injetáveis posteriormente à liberação de seringas. Além disso, sua comercialização revelou provocar um impacto significativo sobre a prática de compartilhamento. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa em Epidemiologia da Farmacodependência (Irep), apresentada por Rodolphe Ingold (1988), e, posteriormente, outra realizada pelo Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica (Inserm), apresentada por Françoise Facy (1989), aponta que 52% dos usuários encontrados nas ruas afirmaram utilizar somente seringas pessoais, compradas em farmácias, em contraponto aos 71% que outrora declaravam compartilhar o material. A partir disso, os usuários viriam a ser representados, cada vez mais, como atores de sua própria saúde (CHAPPARD; COUTERON, 2013).

Em suma, é estabelecido nesse segundo momento da epidemia um novo referencial paradigmático que se opõe à visão proibicionista anterior, baseado em uma proposta de redução do conjunto de riscos e danos sanitários e sociais ligados ao uso de drogas, a partir de um movimento pragmático de hierarquização. A proposta carrega a seguinte mensagem: “Se possível, não use drogas. Se não, tente consumir por via nasal em vez de intravenosa. Se não, utilize uma seringa limpa. Se não, reutilize sua própria seringa. No pior dos casos, se compartilhar uma seringa, limpe-a com água sanitária” (JAUFFRET-ROUSTIDE, 2017). Em outras palavras, esse paradigma propõe uma forma de “viver com as drogas”, domesticando o uso e promovendo a noção de *medida* como alternativa à noção de abstinência (EHRENBERG, 1996). O fundamento próprio à abordagem consiste em oferecer a essa população um acompanhamento baseado em suas demandas individuais – o que pode incluir incapacidade ou desinteresse, temporário ou permanente, de se abster das drogas – e nas circunstâncias específicas de sua vida cotidiana – como o difícil acesso a seringas limpas em determinados horários e locais da cidade, mesmo após a liberação de venda.

Muito embora os primeiros testes de diagnóstico sorológico tenham surgido em 1985, permitindo aos infectados pelo HIV tomarem consciência de sua condição, a elaboração e comercialização de medicamentos eficazes contra a Aids vieram a passos lentos, o que levou a França a contabilizar cerca de 30 mil vítimas até o ano de 1995¹². Nesse contexto, a mensagem endereçada a médicos, pesquisadores e poderes públicos, por parte da população de usuários, era a seguinte: “Já que vocês não podem fazer nada para salvar nossas vidas, ao menos escutem o que nós temos a dizer sobre a nossa experiência com a doença e nos reconheçam como senhores de nossas próprias vidas” (JAUFFRET-ROUSTIDE, 2017), reivindicando alguns dos pressupostos que orientam a prática de redução de riscos que opera na França até hoje, como pude observar ao longo de todo o trabalho de campo: a participação ativa dos usuários em seu próprio acompanhamento, a absorção dos conhecimentos oriundos de suas vidas cotidianas e de rotinas de consumo e a identificação dessa população pelos profissionais como um conjunto de agentes competentes (GARFINKEL, 1967), e não de indivíduos dopados, pela droga ou pela condição de usuário.

Após a inauguração do primeiro ato fundador, a abordagem se desenvolverá no país de maneira lenta e progressiva, marcada por intensos debates na arena pública (JAUFFRET-ROUSTIDE, 2017). Como sinalizei anteriormente, embora sua origem remeta a 1987, a institucionalização da RDR como política pública ocorre somente em 2004, com longos intervalos entre a adoção de novas medidas. A título de comparação, o acesso aos chamados Tratamentos de Substituição a Opiáceos (TSO)¹³, que disponibilizam substâncias como Metadona e Subutex a usuários, veio a ocorrer quase uma década após a liberação da venda de seringas; ao passo que, no Reino Unido, o acesso à Metadona havia sido permitido nos anos 1920, e uma experiência de distribuição controlada de heroína havia sido realizada nos anos 1980 – e o resultado disso foi uma taxa de contaminação particularmente baixa na cidade

¹² Dado disponível no « Numéro thématique – L’infection à VIH-Sida en France » do Bulletin épidémiologique hebdomadaire (BEH) do Institut de Veille Sanitaire (INVS), publicado no dia 1º de dezembro de 2008, sob o nº 45-46.

¹³ O termo se refere a uma modalidade de tratamento neurobiológico destinado a usuários de opiáceos (derivantes da morfina, como heroína, codeína e outros analgésicos), mediante a prescrição de um opióide de substituição (normalmente, metadona ou subutex), cuja administração produz uma atividade farmacológica similar à do psicotrópico ilegal. O objetivo é estabilizar, e, por vezes, reduzir gradativamente o consumo de usuários que desejam fazê-lo. Desse modo, o tratamento pode incorporar uma medida temporária, visando à abstinência, ou permanente, sem fins de abstenção.

de Liverpool se comparada a outras cidades no começo da epidemia de Aids (COPPEL, 1996).

Desse modo, a política francesa de redução de riscos se desenvolve de maneira progressiva e com um retardo significativo em comparação a alguns de seus vizinhos, como a Suíça e a Holanda, além do já citado Reino Unido (JAUFFRET-ROUSTIDE, 2017). Se, na França, a comercialização de seringas foi permitida após alguns anos de enfrentamento à epidemia, a Holanda – cuja paternidade da RDR é incontestada (MINO, 1994; WIEVIORKA, 1996; BERGERON, 2009) – já havia favorecido o acesso ao material desde os anos 1970, quando evocou pela primeira vez o conceito de redução de riscos (BUNING; BRUSSEL, 1995), no âmbito da prevenção à hepatite B, operacionalizando essa abordagem antes mesmo do surgimento da Aids. Isso se dá porque havia naquele país um processo de normalização das drogas e uma lei relativamente tolerante ao consumo (MARLATT, 1998), que diferencia, desde 1976, drogas de risco aceitável, como maconha e haxixe, de drogas de risco inaceitável, como cocaína, heroína, anfetaminas e LSD (DOMANICO, 2006, 2006). Na França, diferentemente, a política de redução de riscos nasce em oposição ao modelo repressivo até então vigente, ancorada em um registro das urgências e na ideia de que “não se pode salvar [das drogas] usuários mortos de Aids” (CHAPPARD; COUTERON, 2013).

Considerações finais

Pesquisadores e profissionais do âmbito da RDR concordam que a implantação dessa abordagem na França foi viabilizada pela epidemia de Aids – o que leva alguns deles a representá-la como uma espécie de “mal que veio para o bem”. Em minha leitura, disso decorre não somente uma transformação paradigmática na política pública do país, mas também, e principalmente, a erosão de uma barreira moral que impulsiona a concepção de novos modos de pensar e representar as drogas, os usuários e as práticas de consumo, efetivados até hoje. A despeito da lei de 1970, que permanece em vigência, paralelamente se desenvolvem políticas no âmbito da saúde pública fundamentadas em um pressuposto incontornável de tolerância ao uso de drogas. Assim sendo, a legislação que criminaliza essa prática, afirmando a validade de uma moral única, a partir da qual o consumo é simplesmente *errado*, vai cedendo lugar a uma concepção menos moralista (WERNECK, 2012), isto é, mais aberta a moralidades outras, inclusive aquelas que orientam as condutas de usuários.

O que considero parte integrante e fundamental desse cenário de mudança – quiçá responsável direto por sua inauguração – é o processo de publicização em torno do compartilhamento de seringas no período de coexistência entre o decreto francês de 1972 e a epidemia de Aids. Para Cefaï (2017), só se pode compreender o processo de publicização a partir de seus pontos de ancoragem em uma situação problemática, e dos equipamentos materiais, das crenças práticas e das alavancas institucionais desenvolvidas para resolvê-la. Esse processo, produtor de perspectivas dotadas de consequências, é constantemente mediado por objetos que giram em torno da situação problemática na qual se apoia, como “barras, garrafas, estradas e carros para dirigir alcoolizado, moléculas químicas, hospitais, orçamentos e equipamentos nas mobilizações pela saúde pública” (2019, p. 10). Segundo o autor, pode-se dizer, ainda, que os fins do processo de publicização se concretizam, passo a passo, no esforço de organizar meios, num processo de discussão, investigação e experimento (DEWEY, 1927): “[A] descoberta daquilo que se objetiva é feita na reorganização progressiva da situação e de sua experiência (...) por meio de medidas sociais, econômicas, jurídicas ou políticas” (CEFAÏ, 2019, p. 11).

O processo de publicização ao qual me refiro é oriundo de duas situações problemáticas específicas: de um lado, o consumo crescente de heroína; de outro, a emergência de um vírus letal. Esse processo é mediado em ambos os casos pelas seringas, objetos que assumem ao mesmo tempo o estatuto de fatos, provas, evidências, ou, ainda, de instrumentos de intervenção e de metas a alcançar (Idem). Trata-se, portanto, de um dispositivo híbrido entre dois mundos, o mundo da droga como destruição de si (que implica uma resposta repressiva) e o mundo da epidemia como destruição externa (que implica uma resposta preventiva). Em última análise, estamos diante de uma dissonância, aquilo que Stark (2009) descreve quando concepções diferentes, ou mesmo antagônicas, se sobrepõem, estabelecendo um confronto entre princípios avaliativos que competem entre si e cuja consequência é a recombinação de recursos disponíveis, visto que não há uma única métrica possível, mas – neste caso – duas coevoluindo, o que leva a organização até então estabelecida a se tornar sistematicamente incapaz de seguir sua rotina e seus conhecimentos cristalizados.

Nesse contexto, aquilo que era experimentado como problema especificamente por usuários de drogas – a proibição da venda de seringas – ultrapassa “o círculo de pessoas imediatamente envolvidas, para se referir a um maior número de pessoas” (CEFAÏ, 2017, p. 190), sensibilizando e afetando diferentes públicos e reorganizando a situação por meio da elaboração de

novas medidas, pontos de vista, técnicas, conhecimentos, regras e instituições que viriam a fundar a política da redução de riscos na França. Em minha leitura, a institucionalização da RDR nesse país representa a “história natural” (BECKER, 1963) de um problema público, em torno do qual diferentes atores, grupos e instituições – nesse caso, usuários, ex-usuários, soropositivos, moradores de bairros periféricos, trabalhadores sociais, organizações não governamentais, associações de redução de riscos etc. – empreenderam um movimento demandando mudança. E o resultado disso é a sobreposição entre um Código Penal que criminaliza o consumo de entorpecentes, e um Código de Saúde Pública que o permite e, ao fim e ao cabo, o viabiliza.

Referências

- PORTO, Camille.
(2022). *Sobre drogas e cuidados: estratégias e dispositivos de redução de riscos em Paris, França*. Tese de doutorado a defender.
- BACHMANN Christian; COPPEL Anne.
(1989). *Le dragon domestique : deux siècles de relations étranges entre l'Occident et la drogue*. Paris, Albin Michel.
- BASTOS, Francisco Inácio *et al.*
(2007). Descentralização, AIDS e Redução de Danos: a implementação de políticas públicas no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 9.
- BECK, François.
(2005). Dénombrer les usagers de drogues: tensions et tentations. *Genèses*, v. 58, n. 1, p. 72-97.
- BECKER, Howard S.
(2008 [1963]). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BERGERON, Henri.
(2009). *Sociologie de la drogue*. Paris, Éditions La Découverte.
- BLACK, J. L.; DOLAN, M. P.; DEFORD, H. A.; RUBENSTEIN, J. A.; PENK, W. E.; ROBINOWITZ, R.; SKINNER, J. R.
(1986). *Sharing of needles among users of intravenous drugs*. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJM198602133140712>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent.
(1999). The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359-377.
- CEFAÏ, Daniel.
(2019). *Público, Socialização e Politização: Reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead (Parte 2)*. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2019/07/18/publico-socializacao-e-politizacao-reler-john-dewey-na-companhia-de-george-herbert-mead-parte-2-por-daniel-cefai/>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- CEFAÏ, Daniel.
(2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 1. p. 187-213.

- CEFAÏ, Daniel.
(1996). La construction des problèmes publics: Définitions de situations dans des arènes publiques. *Réseaux*, v. 14, n. 75, p. 43-66.
- CHAPPARD, Pierre; COUTERON, Jean-Pierre.
(2013). *Salle de shoot*: Les salles d'injection supervisée à l'heure du débat français. Paris, Éditions La Découverte.
- COPPEL, Anne.
(1996). Les intervenants en toxicomanie, le sida et la réduction des risques en France. *Communications*, volume único, n. 166, p. 75-108.
- COPPEL, Anne ; DOUBRE, Olivier.
(2012). *Drogues*: sortir de l'impasse. Expérimenter des alternatives à la prohibition. Paris, Éditions La Découverte.
- COURTY, Pascal.
(2007). Prévention et toxicomanie. *VST - Vie sociale et traitements*, v. 94, n. 2, p. 40-46.
- DEWEY, John.
(1960). *Logic*: The Theory of Inquiry. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- DEWEY, John.
(1927). *The Public and Its Problems*. New York, Henry and Co.
- DOMANICO, Andrea.
(2006). *Craqueiros e cracados*: bem-vindo ao mundo dos nôias. Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos piloto do Brasil. Tese de doutorado (UFBA).
- DOMANICO, Andrea.
(2001). *A redução no contexto do uso de cocaína injetável*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DUPREZ, Dominique; KOKOREFF, Michel.
(2000). *Les mondes de la drogue*: Usages et trafics dans les quartiers. Paris, Odile Jacob.
- EHRENBERG, Alain.
(1996). Vivre avec les drogues. *Communications*, volume único, n. 62, p. 5-26.
- FACY, Françoise.
(1989). *Enquête épidémiologique*: toxicomanes et partage des seringues, Inserm U 302, rapport.
- FARMER, Paul.
(1992). *AIDS and Accusation*: Haïti and the geography of blame. Berkeley, University of California Press.
- FORTANÉ, Nicolas.
(2010). La carrière des «addictions»: D'un concept médical à une catégorie d'action publique. *Genèses*, v. 1, n.1, p. 5-24.
- FOUCAULT, Michel.
(1993). *A Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRIEDMAN, Samuel R.; Des JARLAIS, Don C.; SOTHERAN, Jo L.
(1986). AIDS health education for intravenous drug users. *Health. Education Quarterly*, v. 13, n. 4, p. 383-393.
- GARFINKEL, Harold.
(1967). *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, The Free Press.
- GOFFMAN, Erving.
(1963). *Stigma*: Notes on the Management of Spoiled Identity. Nova York, Prentice Hall.
- GOFFMAN, Erving.
(1961). *Asylums*: Essays on the social situation of mental patient and other inmates. New York, Anchor Books.
- GUSFIELD, Joseph.
(2009). *La culture des problèmes publics*. L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique. Traduit et commenté par Daniel Cefai. Economica, coll. « Études sociologiques ».
- GUSFIELD, Joseph R.
(1981). *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago, University of Chicago Press.

- GUSFIELD, Joseph R.
(1963). *Symbolic Crusade: Status Politics and the American Temperance Movement*. Urbana, University of Illinois Press.
- HARDING, W.; ZINBERG, N.
(1977). The effectiveness of the subculture in developing rituals and sanctions for controlled drug use. In: Brian M. DU TOIT (ed.); *Drugs, Rituals, and Altered States of Consciousness*. Rotterdam, A. A. Balkena.
- HERMITTE, Marie Angèle.
(1995). *Le sang et le droit: essai sur la transfusion sanguine*. Paris, Le Seuil.
- INGOLD, Rodolphe.
(1988). *Les effets de la libéralisation de la vente des seringues: rapport d'évaluation*. IREP, Paris.
- JAUFFRET-ROUSTIDE, Marie.
(2009). Un regard sociologique sur les drogues: décrire la complexité des usages et rendre compte des contextes sociaux. *La revue lacanienne*, v. 5, n. 3, p. 109-118.
- JAUFFRET-ROUSTIDE, Marie.
(2017). *Le modèle français de réduction des risques*. Disponível em: <https://vih.org/20170321/le-modele-franc%C3%A7ais-de-reduction-des-risques/>. Acesso em : 05 mar. 2021.
- KOKOREFF, Michel; COPPEL, Anne; PERALDI, Michel (dir.).
(2018). *La catastrophe invisible: Histoire sociale de l'héroïne*. Paris, Amsterdam Editions.
- LEMERT, Edwin M.
(2012[1951]). *Social Pathology: A Systematic Approach to the Theory of Sociopathic Behaviour*. Whitefish, Literary Licensing.
- MARLATT, Gordon Alan.
(1998). *Harm reduction: pragmatic strategies for managing high-risk behaviours*. New York, Guilford Press edition.
- MINO, A.
(1994). Les nouvelles politiques de la drogue: exemple genevois. *Psychiatrie de l'Enfant*, v. 37, n. 2, p. 577-600.
- MISSE, Michel.
(1999). *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- MISSE, Michel.
(2002). *Violência: o que foi que aconteceu?*. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Viol%C3%83%C2%Aancia%20o%20que%20foi%20que%20aconteceu.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- ONU DC,
(2012). *Rapport mondial sur les drogues* (Publication des Nations Unies, numéro de vente: F. 12.XI.1).
- OSÓRIO, D.
(2009). Lipodistro a versus liberdade. *Boletín Ação e Tratamentos*, v. 17, pp. 10-11.
- POWELL, Douglas H.
(1973). A pilot study of occasional heroin users. *Archives of General Psychiatry*, v. 28, n. 4, p. 586-594.
- REMAUX, Françoise.
(1994). *Toute la ville en parle: esquisse d'une théorie des rumeurs*. Paris, Éditions l'Harmattan.
- RESENDE, José Manuel.
(2018). ¿Y si el portador fuese persona? Entre el secreto y la revelación: el conflicto a flor de piel. In: Juan Carlos Guerrero Bernal, Alicia Márquez Murrieta, Gabriel Nardacchione y Sebastián Pereyra (coordinadores); *Problemas públicos: Controversias y aportes contemporáneos*. Ciudad de México, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. p. 509-533.

ROZENBERG, Jacques.

(2009). Les fondements d'une pragmatique du sida: l'approche bio-psycho-patho-culturelle. *Cités*, v. 4, n. 4, pp.161-175.

RUI, Taniele.

(2012). *Corpos abjetos*: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 335 p. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SCOTT, Marvin B; LYMAN, Stanford M.

(2008 [1968]). Accounts. *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, n. 2, pp. 139-172.

STARK, David.

(2009). *The sense of dissonance*: accounts of worth in economic life. Princeton, Princeton University Press.

TANNENBAUM, Frank.

(1938). *Crime and the Community*. Nova York, Columbia University Press.

WERNECK, Alexandre.

(2012). *A desculpa*: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira.

WERNECK, Alexandre.

(2013). Rotulação, teoria da ('Labeling theory'/teoria do 'etiquetamento') (verbe-te). In: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio de [e] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs), *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto/FBSP.

WIEVIORKA, Sylvie.

(1996). *La réduction des risques*. Lyon, Toxibase.

ZAFIROPOULOS, Markos; PINELL, Patrice.

(1982). Drogues, déclassements et stratégies de disqualification. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 42, p. 61-75.

Recebido em

março de 2020

Aprovado em

julho de 2021

Mierle Ukeles entre a arte e o trabalho de manutenção

Carolina Gallo Garcia¹

Resumo

O presente artigo apresenta o trabalho da artista feminista norte-americana Mierle Laderman Ukeles (1939) em sua contestação pela visibilização dos trabalhos de “manutenção”. Ao longo de 40 anos, Ukeles tem se dedicado a pensar a arte como um processo que se assemelha à vida cotidiana, sobretudo nas atividades de manutenção diária e sempre repetida da vida que sustentam as sociedades. Desde 1977, Ukeles é artista residente no Departamento de Saneamento da cidade de Nova Iorque, evidenciando seu profundo engajamento com a cidade e a reprodução da vida coletiva. Em 1969, ao escrever o *Maintenance Art Manifesto!*, um marco na história da arte feminista, desafia o papel social da mulher no âmbito doméstico, expandindo a questão de sua “arte de manutenção” à esfera pública e urbana. Ao evidenciar o baixo status social associado às atividades de manutenção – cuidado de crianças, idosos, limpeza, cozinhar, lavar –, a artista torna essas atividades públicas tanto ao publicizar seu trabalho doméstico quanto ao realizá-las na rua e nos museus de arte. Assim, este artigo toma como método a análise de imagem para debater a obra de Ukeles à luz dos conceitos de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009).

Palavras-chave

Arte feminista. Mierle Ukeles. Trabalho de manutenção. Partilha do sensível.

Abstract

This article presents the work of American feminist artist, Mierle Laderman Ukeles (1939), in her contestation for enabling the visibility of "maintenance" work. Throughout 40 years, Ukeles has dedicated herself to thinking art as a process that is similar to our daily lives, especially in the always repeated maintenance activities of life that sustains the societies. Since 1977, Ukeles is the resident artist in the New York City Department of Sanitation, highlighting her profound commitment to the city and the reproduction of collective life. In 1969, when she wrote *Maintenance Art Manifesto!*, a landmark in the history of feminist art, she challenges women's social role in the domestic sphere, expanding the issue of her "maintenance art" to the public space and the city. When highlighting the low social status associated to maintenance chores – the caring of children, elderly people, cleaning, cooking, washing –, the artist makes these activities public by publicizing her domestic work as well as carrying them out in the streets and

¹ Doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP). E-mail: c261209@dac.unicamp.br.

art museums. Thus, the method of this article is the analysis of the image to debate Ukeles' work according to the concepts of the distribution of the sensible (RANCIÈRE, 2009).

Keywords

Feminist art. Mierle Ukeles. Maintenance work. Sharing the sensitive.

Introdução

Eu sou uma artista. Eu sou uma mulher. Eu sou uma esposa. Eu sou uma mãe. (Ordem aleatória). Eu faço um monte de lavagem, limpeza, cozinhar, renovo, preservo, etc. Também, até agora, separadamente, eu “faço” arte. Agora, eu vou simplesmente fazer essas tarefas de manutenção diárias e trazê-las à consciência, exibindo-as como arte [...] MEU TRABALHO SERÁ O TRABALHO. (UKELES, 1969, grifo da autora)

O trecho acima é retirado do *Manifesto For Maintenance Art 1969! Proposal for an Exhibition “CARE”*, de Mierle Laderman Ukeles, artista que desenvolve ações de manutenção doméstica e urbana desde 1969. No manifesto, afirma: “tudo que eu digo que é arte, é arte. Tudo que eu faço que é arte é arte” (UKELES, 1969), aproximando a noção de arte e política, ou melhor, dispondo da arte enquanto uma ferramenta política, uma vez que seus suportes de ação se tornam a casa, a cidade e o museu. O texto marca, portanto, o início de uma carreira na “arte de manutenção”, ao passo que torna pública sua experiência cotidiana de dona de casa e de sua condição enquanto artista mulher (VIJ, 2016).

Nascida em 1939 em Denver, Estados Unidos, Mierle Ukeles passou a estudar artes no Pratt Institute de Nova York em meados da década de 1960. Em um dos seus primeiros trabalhos formais, a artista passou a desenvolver uma atenta produção ativista – feminista, ecológica, social – que buscava lançar luz ao invisível, no entanto fundamental, trabalho de manutenção e reprodução social da vida familiar e coletiva. “*Care*” consistia em uma proposta de exposição, nunca realizada, na qual Ukeles aponta para a manutenção como uma estratégia de produção artístico criativa.

Ao comparar a sua experiência com seus contemporâneos e renomados colegas homens, Ukeles (SCOTT, 2016) ironicamente chama atenção para os atravessamentos de gênero no campo artístico: “Eu descobri que Jackson [Pollock], Marcel [Duchamp] e Mark [Rothko] não trocavam fraldas”. A partir

de sua localização social como artista mulher, seu precursor manifesto – ainda hoje pouco conhecido – marca uma virada conceitual no campo artístico para questionar o papel do trabalho de manutenção à reprodução social, tão essencial quanto proporcionalmente menosprezado e relegado ao salário mínimo ou a nenhum pagamento, como às donas de casa. Assim, a obra de Ukeles inaugura uma crítica feminista que se volta tanto à arte quanto ao trabalho (DURÁN, 2019).

Desafiando o papel social doméstico associado ao feminino, declara-se uma “artista da manutenção”, ou seja: passa a empregar a manutenção como centro de suas ações artísticas, que será transposto à esfera pública, seja pela publicização de imagens realizando a manutenção doméstica, como na série fotográfica *Private Performances of Personal Maintenance as Art* (1970-73), ou urbana, expressa em grande parte em suas ações como artista inserida no Departamento de Saneamento de Nova Iorque ao longo de 40 anos. Transgredindo as fronteiras que distinguem arte e trabalho, arte e vida cotidiana, trata-se, antes de mais nada, de tornar públicos os atos de manutenção basilares tanto no contexto doméstico quanto urbano.

Sua obra, a partir do Manifesto, passa a questionar as esferas separadas ao afirmar “meu trabalho [artístico] será o trabalho [reprodutivo]”. Assim, entre trabalho de manutenção (reprodutivo) e trabalho (produtivo), chama atenção ao desprestígio social, econômico e cultural associado às atividades de manutenção civil e doméstica. Em performances artísticas que desempenham tarefas diárias de manutenção da casa e da cidade, evoca o papel de artista enquanto ativista, capaz de produzir visibilidades que instigam tomadas de consciência, mudanças de valores e normas sociais. Assim, Ukeles também atribui à arte uma nova concepção processual: torna-se processo contínuo, igualmente à vida cotidiana.

Foi após o nascimento de seu primeiro filho, em 1968, que Ukeles toma consciência do trabalho de manutenção e cuidado, que consistem em uma gama de atividades altamente exaustivas e repetitivas, mas que raramente são reconhecidas enquanto tais, e menos ainda enquanto trabalho. Segundo a autora declarou em uma entrevista, logo após ser mãe:

As pessoas me perguntavam: “você faz algo?” Eu nunca tinha trabalhado tão duro em toda minha vida como quando tive um bebê. Nunca. Tentando ser uma mãe decente, tentando me manter viva enquanto artista, tentando fazer algum dinheiro. Eu estava trabalhando como uma louca. Mas não havia palavras na cultura que dessem valor ao trabalho que eu estava realizando. (UKELES, 2000, tradução minha).

Aqui, Ukeles inicia seu questionamento sobre o significado prático e teórico acerca do trabalho de manutenção. Tratando de visibilizar a necessidade básica de reprodução social das condições de produção, ao fazê-lo, estabelece a noção de que o trabalho de manutenção está na base de todo trabalho “produtivo” (DURÁN, 2019).

O debate aberto por Ukeles no campo estético é contemporâneo ao movimento internacional Wages For Housework², que defendia que o trabalho doméstico também deveria ser remunerado, por produzir uma mercadoria central à reprodução do capital: a força de trabalho. De mesmo modo, o conjunto da obra de Ukeles dialoga diretamente com as teóricas feministas marxistas (ARRUZZA, 2014; FEDERICI, 2012) uma vez que a reprodução – categoria central ao pensamento social marxista tal qual a produção – é condição para o trabalho produtivo, pois assegura a manutenção e sobrevivência coletiva. Ao dedicar sua obra a um tema “banal” como a manutenção, Ukeles dá valência política na valorização da reprodução como arte, subvertendo visualmente a clássica divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo (VISHMIDT, 2019).

Ao considerar a manutenção um campo de atividades socialmente invisível e desvalorizado, mas absolutamente necessário ao sustento à vida social e coletiva, Ukeles propõe um olhar atento àqueles que desempenham tais funções, normalmente incógnitos na esfera pública e hierarquicamente subalternizados, ao desnaturalizar o trabalho doméstico como responsabilidade feminina, mas antes evidenciando seu caráter performativo que se torna naturalizado mediante uma série de atos constantemente repetidos (BUTLER, 1990), atualizados, reiterados e consolidados por meio das práticas sociais.

Desse modo, explora a intersecção entre a esfera do trabalho e o feminismo, estabelecendo uma potente conexão entre o que consideramos privado e público. Ao unir o pensamento ativista feminista à sua prática de visibilização, afirma tanto o trabalho de saneamento da cidade quanto aquele dentro do lar como atividades altamente estigmatizadas pela falta de prestígio social e que são pouco, ou ainda nem mesmo, remuneradas. Nesse sentido, o espaço

² A International Wages for Housework Campaign (IWFHC), ou Campanha Internacional de Salários por Trabalho Doméstico em tradução livre, foi uma campanha iniciada em 1972 em Manchester, na Inglaterra, que teve como base a reivindicação de pagamento por todo o trabalho de cuidado, desempenhado majoritariamente de forma gratuita por mulheres dentro e fora do ambiente doméstico. Em 1975, Silvia Federici estabeleceu o Comitê do Wages for Housework na cidade de Nova Iorque, que resultou em uma grande visibilidade nos EUA.

público assume posição para além de um cenário, mas, como o próprio integrante da ação, na qual a presença de uma mulher e de trabalhadores são visual e laboriosamente afirmadas. Assim, seus trabalhos tipicamente ligados ao conceitualismo não dão origem a objetos de arte, mas antes a diversas ações sobre o espaço que resultam em registros fotográficos potentes de uma afirmação feminista – de viés marxista – de contestação ao trabalho invisível.

Assim, na próxima seção do artigo faço um breve debate teórico acerca das contribuições feministas para refletir sobre processos sociais de visibilidade e invisibilidade; sobre as possibilidades de reconfiguração do sensível (RANCIÈRE, 2009) e sobre a centralidade que o trabalho doméstico assume para a reprodução da vida social, como corroborado por Young (2005).

Arte e Crítica Feminista: “o pessoal é político”

[...] a racionalidade nos dá modos de criar categorias, enquanto a arte nos dá formas de resistir a elas. (RECKITT; PHELAN, 2001, p.18, tradução minha)

A crítica à constituição da dicotomia público-privado foi fundamental para as lutas feministas dos séculos XIX e XX; mais que isso, foi, “em última instância, a base do movimento feminista” (PATEMAN, 1989, p.118, tradução minha). Tal crítica, todavia, adquire contornos mais claros a partir da segunda onda feminista, compreendida entre as décadas de 1960 e 1970, que viria trazer uma afirmativa contundente ao debate contemporâneo, “o pessoal é político”, evidenciando a resoluta necessidade de abordar a cisão entre vida pública e privada como problema central à submissão do gênero feminino e do trabalho reprodutivo majoritariamente realizado pelas mulheres.

Embora os termos público e privado se apresentem de modos bastante variados nos debates feministas, os pressupostos da dicotomia são sempre presentes, uma vez que implicam uma ordem binária hierárquica que deve ser constantemente negociada. Mais ainda, as correntes do pensamento feminista vêm buscando evidenciar que o espaço privado, longe de representar o lado oposto do público, também compõe tais relações, não podendo ser pensado de modo dicotômico ou apartado.

De acordo com Duncan (1996), uma vez que as relações sociais são reflexo das relações de poder, não há espaços que sejam politicamente neutros, tampouco descorporificados. Preciado (2013) teoriza sobre a espacialização do poder e as formas de produção e subjetivação dos sujeitos por meio da

organização espacial; ou seja, afirma como, nas sociedades modernas, as identificações de gênero e sexualidade podem ser vistas como resultantes da gestão dos espaços públicos e privados e suas respectivas visibilidades e invisibilidades.

A impossibilidade de conceber o privado como um espaço despolitizado também implica um impasse à aceção de espaço público enquanto expressão máxima dos ideais democráticos e, portanto, politizado, no qual as disputas possam ser suspensas em prol de uma racionalidade comunicativa, como preconizou Habermas (1984). Ao transbordar a vida privada como um problema público e político, pode-se compreender os movimentos feministas enquanto movimentos sociais que emergem evidenciando, sobretudo, os limites acerca da concepção de espaço público como bem comum e de condições de acesso universais.

Iris M. Young (2005), em diálogo com debates feministas acerca da ideia de lar (*home*), propõe que não nos desfaçamos tão cedo desse conceito como algo necessariamente opressor às mulheres, propondo pensá-lo enquanto um valor profundamente ambivalente. Ao mesmo tempo que a domesticidade produz efeitos de privação às mulheres no contexto das sociedades ocidentais, sugere que “casa” e “lar” também carregam um potencial crítico e libertador, pois expressam valores humanos cruciais. A ideia de preservação, tipicamente associada como papel feminino e subalternizado, no entanto, corresponde a uma gama de atividades que produzem o suporte material à identidade das pessoas que ali habitam, pois permitem produzir um senso de continuidade aos significados individuais e coletivos que dão sentido às narrativas que permitem a formação de identidades.

Nesse sentido, Young sugere que “lar” possa ter um significado político enquanto local de dignidade e resistência. Uma vez que dispor de um lar atualmente consiste em um privilégio não disponível a todos, argumenta que os valores de lar devem ser democratizados ao invés de rejeitados. Assim, define “lar” como

[...] um significado positivo central, como âncora material para um senso de agência e uma identidade variável e fluida. Esse conceito de lar não opõe pessoal ao político, mas antes descreve condições que tornam o político possível. O material de apoio à identidade do lar pode ser fonte de resistência e também de privilégio [ibid, p. 149, tradução minha]

Assim, segundo a chave de leitura propiciada pela autora, proponho como essas atividades de manutenção e preservação também são passíveis de

assumir uma valência positiva quando consideramos o valor “lar” como aquele que permite a preservação das identidades individuais e coletivas, a continuidade da vida, bem como torna o político possível.

Em 1974, a teórica da arte Lucy Lippard (1995) lança um paralelo entre as atividades que as mulheres desempenhavam na arte – como curadoras, historiadoras e as atividades das donas de casa: ambos são trabalhos secundários, de manutenção das atividades produtivas/artísticas e, logo, “naturalmente” mais bem desempenhadas por mulheres. Evidenciando a efervescência desse debate dentro de um arcabouço feminista estadunidense nos anos 1970 na arte e na crítica, cabe destacar que as diversas vertentes do movimento também reverberaram fortemente nas artes visuais, projetando escapes à arte retiniana dominante até então e produzindo embaralhamentos entre vida cotidiana e arte.

Atravessadas tanto pela disseminação dos movimentos feministas quanto de crítica aos espaços institucionais das artes, como museus e galerias que excluía a maior parte das artistas mulheres das exposições, os anos 1970 foram fortemente marcados por uma renovação nas práticas estéticas, sobretudo no âmbito da performance. Como busquei demonstrar em minha dissertação de mestrado (GARCIA, 2018), a partir de uma pesquisa documental iniciada pelo projeto *re.act.feminism* que reuniu mais de 200 nomes de artistas e coletivos em um repositório de performances artísticas com abordagem de gênero, a arte pode fornecer as pistas empíricas para a investigação social e, portanto, das relações entre gênero e espaço público. Reckitt e Phelan (2001) argumentam como os feminismos do século XX redefiniram os próprios termos das artes, expondo pressupostos culturalmente determinados sobre gênero a fim de politizar os vínculos entre público e privado e enfatizando as especificidades de habitar corpos socialmente codificados como femininos.

Nos contextos norte-americano e europeu, aos quais temos maior acesso e documentação sobre a arte feminista do período, Ukeles não esteve sozinha na abordagem ao trabalho doméstico: Martha Rosler, com *Semiotics of the Kitchen* (1975), protagoniza uma paródia dos programas televisivos de culinária voltados às mulheres; o coletivo norte-americano *Mother Art* realizou uma série de performances chamadas *Laundry Works* (1977), no qual as artistas realizavam performances durante o tempo de lavagem de roupas, tornando esse tempo privado em público. O experimento *Womanhouse* (1972), idealizado por Judy Chicago e Miriam Shapiro no âmbito do Programa de Arte Feminista do California Institute of the Arts (CalArts), visava abordar as experiências das mulheres por meio de uma exposição de artistas. Cerca de vinte estudantes de

artes se engajaram na reforma de uma casa abandonada em Los Angeles para receber a exposição que teve duração de dois meses. Ainda que disruptivas em seus próprios termos, criando novos espaços de contestação para a arte feminista desenvolvida por mulheres, todos esses exemplos tratam apenas tangencialmente da ideia de trabalho socialmente desvalorizado e em diálogo direto com a classe trabalhadora, como fez Ukeles.

Desde a década de 1960, o campo das artes visuais de modo geral se esforçou em produzir aproximações entre arte e vida, em um contexto em que a performance se consolidou como um modo importante de investigação das intersecções entre as fronteiras do político e do pessoal e com protagonismo das artistas feministas (RECKITT; PHELAN, 2001).

A história da performance artística confunde-se com a dos movimentos e teorias feministas, evidenciando-se uma relação simbiótica persistente. A performance autobiográfica feminista é, contudo, a mais consonante com a dimensão política daquilo que é pessoal, explorando criticamente a dialética público/privado, tão significativa para as perspectivas feministas. (PINHO; OLIVEIRA, 2012, p.57).

Posto que a própria história da performance de arte se entrelaça aos movimentos e críticas da teoria feminista, a contestação política da dicotomia público/privado se evidencia como uma dimensão central às práticas performáticas feministas.

A arte feminista de Ukeles, nesse ensejo, conecta as questões políticas e artísticas ao debate sobre o trabalho de reprodução social, articulando inteligibilidade às estruturas de poder inscritas no espaço público e privado. Questões de corpo, controle, invisibilidades e visibilidades foram centrais ao debate feminista, inauguradas dentro desse contexto artístico do qual a artista participa.

Chantal Mouffe (2013) propõe uma profunda indissociabilidade entre os termos “estética” e “política”. A partir de uma abordagem agonística, a autora defende o caráter sempre dissensual do espaço público, no qual a arte crítica pode assumir papel de desvelar tais dissensos, tornando visível o que “o consenso dominante tende a obscurecer e obliterar” (ibid, p.190). Nesta linha, aponta que é impossível pensar arte e política de modos separados, pois “existe uma dimensão estética na política e uma dimensão política na estética” (ibid). Uma vez que as práticas artísticas cumprem seu papel na produção e preservação das ordens simbólicas, não seria possível pensá-las de modo despolitizado, pois a própria política constitui as ordens simbólicas das

relações sociais. É nesse contexto que a arte se torna nosso vetor para a investigação das relações de visibilidade e invisibilidade de determinados tipos de trabalhos que cumprem a reprodução social da vida.

Assim, há uma inseparabilidade entre os campos da arte e da política: antes de serem campos autônomos entre os quais necessitaríamos criar um vínculo, toda prática artística terá dimensão política, uma vez que toda expressão estética atua na reprodução ou refutação das ordens simbólicas dominantes. Ao dar visibilidade e inteligibilidade ao que o senso comum hegemônico busca obliterar, a arte crítica pode proliferar os dissensos. A partir dessa perspectiva, as artes tanto constituem e preservam determinadas ordens simbólicas quanto são capazes de desafiá-las, e, portanto, serão sempre políticas. Por seu turno, a política é relativa à ordem simbólica das relações sociais, o que evidencia a dimensão estética do próprio corpo social (ibid).

A arte crítica, nesse entendimento, condiz às práticas dissidentes passíveis de questionar os projetos hegemônicos dominantes ao produzir espaços públicos agonísticos que dão visibilidade ao que está suprimido no aparente consenso.

[...] só reconhecendo a necessidade de uma pluralidade de formas de intervenções, acontecendo numa variedade de espaços públicos, que práticas de arte crítica podem contribuir para a formação de uma variedade de espaços agonísticos, em que uma concepção plural e radical de democracia poderia ser realizada. (MOUFFE, 2013, p.191).

Assim, a potência da arte oportuniza à sociedade “refletir coletivamente sobre as figuras imaginárias das quais depende sua própria consistência, sua autocompreensão” (HOLMES *apud* MOUFFE, 2007, p.60). A arte crítica consiste em produções estéticas das minorias, que reivindicam posições de alteridade e diferença, como a arte feminista, a arte *queer*, além de uma miríade de influências de grupos marginalizados por questões de etnia, raça e classe.

Diversas artistas mulheres se empenharam em consolidar a indissociabilidade entre estética e política, evidenciando o caráter agonístico intrínseco a toda disputa política por reconhecimento. Phelan (ibid, p.20, tradução minha) afirma que a arte feminista é a promessa de uma “criação performativa de novas realidades”, atraindo-nos aos possíveis do pensamento que ainda devem ser criados e experienciados. Esses novos possíveis irrompem da reorganização de códigos de representação complexos, mas que se referem ao trivial e ao cotidiano, que são característicos das produções feministas, como limpar a casa, um museu ou uma cidade. Assim, problematizam os binarismos,

utilizam-se da arte para atravessar as fronteiras do público e privado e evidenciam que toda identidade é necessariamente inacabada, uma performance sempre em processo (ibid.).

O Dissenso, o político e a partilha do sensível

Uma vez que este trabalho pretende evitar a ideia de consenso, cabe conceituar o que propomos em seu lugar: o dissenso. Com base em Rancière (2006), compreendo que a definição consensual da razão política nos dias de hoje é inseparável aos modos de racionalidade intrínsecos da política, sendo o dissenso, portanto, aquilo que o autor nomeia como a racionalidade política per se:

[...] a razão política, a razão dissensual tal como procuro defini-la, tem a especificidade de estar sempre à beira de seu desaparecimento. Essa razão, com efeito, não é a razão dos Estados, não é a dos indivíduos ou grupos que buscam se entender para otimizar seus interesses respectivos. É a razão de atores ocasionais e intermitentes que constroem aquelas cenas singulares em que o próprio conflito é o que produz uma comunidade. Essa razão está, assim, cercada de abismos, sempre ameaçada a desaparecer. (ibid., p.381).

Isso posto, o autor resgata as origens gregas do termo democracia enquanto o poder do povo, daqueles que não dispõem de títulos ou poder para governar; é dizer que a instauração de uma democracia se fundamenta no princípio da igualdade e da ruptura com quaisquer lógicas de dominação existentes. Tal paradoxo é precisamente onde se situa a racionalidade política: o princípio de igualdade se efetiva por meio do dissenso, que consiste na “ruptura das formas sensíveis da comunidade” (ibid., p.370). Isto é, o dissenso deve suspender as lógicas hegemônicas sensível e consensualmente estabelecidas como naturais. Nesse contexto, o dissenso seria o espaço de evidência dos conflitos e, portanto, apresenta-se como um conceito bastante próximo da noção de agonismo mouffiana tratada na seção anterior.

Cabe apresentar, então, uma distinção central entre o conceito de política e polícia: aquilo que tradicionalmente se associa ao termo política, enquanto ordem e gestão social, Rancière (2006) propõe nomear de polícia, compreendendo-a como as formas amplas de organização e vigilância “da distribuição sensível dos corpos em comunidade” (ibid., p.372). Essa noção impõe uma ordem do que é visível e dizível em determinados espaços sob os

quais atua. Por conseguinte, compreende-se “política” como aquelas ações heterogêneas que desestabilizam a ordem estabelecida pela polícia. É precisamente nesse ponto que o dissenso se torna próprio da política: “é uma perturbação no sensível, uma modificação singular no que é visível, dizível, contável” (ibid., p.372).

A partir de Rancière (2006), proponho pensar a obra de Ukeles como peças-chave para a constituição dos dissensos no âmbito artístico, uma vez que aquilo que pode ser visto e ouvido nesses espaços institucionalizados é determinado pela polícia. A histórica negação da condição e *status* político às mulheres, aos trabalhadores de baixa qualificação, negros e às diversas minorias consiste especificamente em sua relegação espacial ao privado – seja o espaço doméstico ou o público invisibilizado.

[...] o próprio do dissenso político, como vimos, é que sempre pelo menos um dos elementos da cena não está constituído: seu lugar, seu objeto, os sujeitos aptos a falar dele, etc. Consequentemente, o interlocutor dissensual fala em dois mundos ao mesmo tempo, e a relação argumentativa entre esses dois mundos não é dada senão pela invenção conflitual. (RANCIÈRE, 2006, p.377).

É nesses dois mundos dos quais fala o autor que podemos situar a obra de Mierle Ukeles, que atravessa as fronteiras entre mundos, evidenciando sua ficcionalidade e seu caráter socialmente estabelecido: o trabalho valorizado e o desvalorizado são reconfigurados no espaço simbólico da arte e seus espaços de enunciação.

Semelhantemente, Mouffe (2013) identifica uma diferença entre “política”, enquanto espaço do antagonismo e da dimensão conflitual constitutiva de toda sociedade, e “políticas”, que consistem nos arranjos institucionais que instauram a ordem hegemônica e os modos de vida dominantes. Insisto nesses pares de polícia-política e política-políticas, pois eles são elaborações conceituais fundamentais que evidenciam tanto o pensamento crítico presente na obra de Ukeles quanto sua materialidade artística, que coloca o espectador frente a frente com esses tensionamentos: há um trabalho invisível, porém central à reprodução social, que passa a ser documentado ao longo das últimas cinco décadas pela artista.

Isso posto, voltemos à noção de sensível, ou melhor, da proposição de uma “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2009) como um sistema que evidencia a existência de um comum compartilhado e partes exclusivas/excludentes.

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. A partilha do sensível define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum, etc. (ibid., p.16).

Logo, a partilha do sensível nada mais é do que o espaço das visibilidades, pois a política se refere exatamente àquilo que pode ser visto e dito. A relação entre política e estética é abordada como modo de representar esse comum, compreendendo que as práticas artísticas podem reconfigurar o comum para produzir novos efeitos de real. Nesse sentido, a estética proposta por Ukeles – que torna a dona de casa e o trabalhador urbano foco de desenvolvimento artístico – desvela sua capacidade de reconfiguração do mundo sensível ao dar inteligibilidade e materialidade àquilo que é naturalizado como trabalho mal remunerado, ou ainda não remunerado, no caso das donas de casa.

Situando a artista nos três regimes históricos da arte identificados por Rancière (2009) – o regime ético das imagens, o regime representativo ou poético e o regime estético – sua obra opera um vetor da transição do regime representativo, que se orienta pelo ideal da mimese ao regime estético, cujas distinções não mais se dão nos modos de fazer interno à esfera da arte, mas a partir da “distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte” (ibid., p.32).

Se a partilha do sensível determina os modos de experienciar e organizar o comum, então as práticas artísticas, como a de Ukeles, são passíveis de rearranjar as partilhas que estão dadas, abandonando o regime mimético para tornarem-se potência heterogênea, criativa, que participa do comum. Uma vez que a partilha do sensível se refere às visibilidades estabelecidas como possíveis, as disputas políticas serão sempre estéticas, visto que objetivam redefinir os visíveis e os enunciáveis de determinadas sociedades. Assim, as artes “são uma recomposição da paisagem do visível, da relação entre o fazer, o ser, o ver e o dizer. [...] as práticas artísticas não constituem “uma exceção” às outras práticas. Elas representam e reconfiguram as partilhas dessas atividades” (RANCIÈRE, 2009, p. 69). Logo, se a arte é um espaço de representações, ela pode também ser agente na produção dos espaços sob os quais atua, interagindo em suas disputas.

Desse modo, interessa pensar as obras de Ukeles como estratégias artísticas que trazem à mostra o que não era visível, rearticulando signos, imagens e significados preestabelecidos. Tal reorganização condiz com a definição do

trabalho da ficção, que altera as formas de apresentar o sensível e os modos de enunciar, elaborando outras novas inteligibilidades, uma vez que não existe um real “em si”, mas somente articulações que produzem efeitos de realidade.

O “real” é sempre objeto de uma ficção, ou seja, de uma construção do espaço no qual se entrelaçam o visível, o dizível e o factível. É a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção, fazendo-se passar por realidade (RANCIÈRE, 2012). A ficção também é associada à produção de dissensos, pois interfere nos modos de configurar o sensível, resultando em novas percepções, multiplicando novos enunciados, tornando-se heterotopia. As heterotopias são as utopias localizáveis, um termo que produz lugar localizável a partir da transformação do sensível (ibid.). Assim, se a arte trata de produzir visibilidades, também proporciona modos de pensar o espaço que perturbam os modos tradicionais de refletir sobre as questões políticas do espaço público e privado.

Ora, se considerarmos a possibilidade da arte em dar visibilidades, trazer ao sensível e ao comum o que é ativamente apagado e banido ao espaço privado, então teremos a visibilização desses corpos que desempenham a manutenção cívica e doméstica como um ativador de dissensos, um catalisador de narrativas contradiscursivas e contra-hegemônicas. Cabe destacar, também, que essas performances permitem não apenas um modo singular de produção de conhecimento, mas também uma perturbação nos modos de apreensão da ordem simbólica dominante, pois trazem ao inteligível – ou ao menos ao sensível – outras tipologias para apreender o sentido de trabalho doméstico e da manutenção. Ao dar protagonismo ao trabalho de reprodução social da vida íntima e coletiva, a arte de Ukeles destaca-se como experiência sensível sobre o espaço de visibilidade; como possibilidade de criar visibilidades para o tema das assimetrias de gênero, raça e classe presentes nos trabalhos de manutenção.

Para dialogar com a elaboração teórica que proponho, utilizo a técnica de análise de imagem enquanto procedimento que estabelece o recurso imagético como fonte de conhecimento teórico e empírico. Enquanto fonte de pesquisa, a imagem será o modo primário e privilegiado de contato com as performances apresentadas. A imagem é tanto feita de sentidos quanto de sintomas: “uma das grandes forças da imagem é a de produzir ao mesmo tempo sintoma (ruptura dentro do saber) e conhecimento (ruptura dentro do caos)” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 31).

Nesse contexto, torna-se evidente a potência polissêmica das imagens, para a qual Didi-Huberman (2010) propõe o princípio da incerteza: ao aproximar os verbos *voir* (ver) e *savoir* (saber), o autor sugere uma extensão análoga das

imagens diante das quais o olhar não pode ser neutro ou desinteressado, e sim uma produção relacional entre o visível, o dizível e as categorias de pensamento. Tal ideia permite operacionalizar a leitura das imagens a seguir apresentadas a partir de um princípio investigativo nos espaços lacunares entre elas: o que podemos ver e saber, que trata de produzir modos de inteligibilidade ao que não está dado *a priori*, mas que pode ser visto, entendido e investigado a partir da arte, suas imagens e seus relatos.

Mierle Ukeles: Obras em análise

Nesta seção, apresento e descrevo algumas obras da artista voltadas ao tema amplo da manutenção. A obra *Hartford Wash: Washing, Tracks, Maintenance: Outside* (1973, Fig. 1, Fig. 2 e Fig. 3), consiste em uma ação da série de performances desempenhadas por Ukeles entre os anos de 1973 e 1976, que resultaram em 12 imagens documentais da ação nas quais a artista se engaja em uma série de atividades de manutenção nos espaços públicos. Nessas imagens, realiza uma limpeza nas escadarias e calçadas do Museu de Arte Wadsworth Atheneum, em Hartford (EUA) e, posteriormente, dentro do museu: as imagens consistem na artista passando um esfregão pela calçada, molhando as escadas para limpá-las e passando um pano na beira das escadas. Limpando ruas e escadarias de museus, suas ações convocam o espectador a refletir acerca desses trabalhos invisíveis de manutenção.

A série fotográfica *Dressing to Go Out/Undressing to Go In* (1973, Fig. 4) consiste em 95 fotografias em preto e branco nas quais aparece Ukeles vestindo e desvestindo blusas, casacos e sapatos em seus filhos, aludindo à repetição diária das várias etapas necessárias até poder levá-los às suas atividades externas, bem como para retornar ao domínio privado. Ao exibir como obra de arte esse tipo de trabalho tão trivial, cotidianamente e repetitivamente executado no âmbito doméstico sobretudo pelas mulheres, agora no âmbito público primordialmente reservado aos homens, Ukeles propõe ressignificar esses trabalhos e sua invisibilização ao trazê-los à luz do *status* artístico.



**Figura 1 – Mierle Ukeles (1973). Hartford Wash:
Washing, Tracks, Maintenance: Outside.
Fonte: Reckitt e Phelan (2001, p.92).**



**Figura 2 – Mierle Ukeles (1973). Hartford Wash: Washing steps outside.
Fonte: Timeline (2016). Cortesia da galeria Ronald Feldman Fine Arts.**



Figura 3 – Mierle Ukeles (1973). Hartford Wash: Washing steps outside.
Fonte: Columbia University (s.d.).



Figura 4 – Mierle Ukeles. *Dressing to Go Out/Undressing to Go In*, 1973, (detalhe).
Fotografias em PB.
Fonte: Panorama (2019). Cortesia da artista e da Ronald Feldman Gallery, New York.

Do mesmo modo, a obra *Touch Sanitation* (1978-1980) opera igualmente uma ação de produção de visibilidades ao obliterado trabalho de manutenção. Entre 24 de julho de 1978 e 26 de junho de 1980, Ukeles se dedicou a conhecer e apertar as mãos de cerca de 8.500 trabalhadores do setor de saneamento público da cidade de Nova Iorque. Assim, fazendo um trabalho de legitimação dessas atividades tão pouco reconhecidas socialmente, a artista vislumbra pôr em evidência as engrenagens que mantêm nossas sociedades em andamento, mas que raramente são assim identificadas ou estimadas.

Mierle Ukeles apresenta performances nas quais os critérios de exclusão de determinadas atividades são levados ao escrutínio, evidenciando o quanto o reconhecimento dado a determinados trabalhos são fruto de uma produção social de hierarquias e prestígios desiguais, produzindo uma arte que é feminista, mas também atenta às hierarquias de modo amplo, ao reconhecer publicamente o trabalho de manutenção urbana desempenhado primordialmente por homens de classes baixas. Na Figura 5, a artista aparece junto a sacos e latas de lixo com dois trabalhadores do departamento de saneamento da cidade, imagem da série *Touch Sanitation: Follow in Your Footsteps* (1977-1980), que consiste em seguir os passos, acompanhar e registrar o trabalho da equipe de saneamento.

A imagem na qual Ukeles aparece ao lado de uma fila de caminhões apertando a mão de um trabalhador (Figura 6) é parte da mesma série, *Touch Sanitation: Handshake Ritual* (1977-1980), na qual dedicou-se a acompanhar os trabalhadores e apertar as mãos das pessoas empregadas na manutenção da cidade, agradecendo-lhes por manter a cidade de Nova Iorque não apenas limpa e em atividade, mas sobretudo “viva” (UKELES in: BROOKLYN MUSEUM, s.d.). Nos termos da artista: “Eu não estou aqui para observá-los, analisá-los ou julgá-los. Eu estou aqui para estar com vocês: todos os turnos, todas as estações, para caminhar por toda a cidade com vocês” (UKELES in: BROOKLYN MUSEUM, s.d., tradução minha).



Figura 5 – Mierle Ukeles (1980) Touch Sanitation: Follow Your Footsteps.
Fonte: New York Public Library (2016).



Figura 6 – Mierle Ukeles (1979) Touch Sanitation.
Fonte: Arnolfini Art House (2013). Cortesia da galeria Ronald Feldman Fine Arts.

Em seu famoso “Manifesto”, Ukeles pergunta-se quem irá recolher o lixo depois da revolução – fazendo uma alusão à centralidade que a realidade material da vida cotidiana tem e evidenciando novamente o protagonismo dos

agentes invisíveis – mães, lixeiros, funcionários públicos da manutenção da cidade. Assim, as obras produzidas no âmbito de sua residência artística consistem em enormes documentações de conversas com os trabalhadores, suas histórias de vida, que têm por objetivo enfrentar os estereótipos associados ao estigma dos trabalhos socialmente desvalorizados.

Diferentemente da maioria dos artistas contemporâneos que realizam arte pública, geralmente materializada em uma peça monumental comissionada pelo poder público e instalada em um local de grande visibilidade e circulação de pessoas, Ukeles assume uma posição ímpar enquanto artista residente em um órgão governamental da cidade. Identificando-se como uma artista “pública”, fica evidente como sua proposta é inédita na mudança de papel que a arte pode assumir para questionar fronteiras do público e privado, deslocando a prática artística de uma produção objetual para um trabalho baseado no processo contínuo de ações de conscientização ao trabalho de manutenção (VIJ, 2016).

Essas imagens apresentadas transmitem a relação que a artista busca estabelecer com o espaço público; como vimos, ainda que algumas performances sejam realizadas no âmbito interno dos museus, na casa da artista, suas práticas tratam sempre de trazer à luz uma invisibilidade social, politizando a esfera pública a partir de uma perspectiva tacitamente feminista, atenta às questões de classe e das mulheres nas sociedades contemporâneas. O trabalho incógnito desempenhado para manter a calçada de um museu, uma casa ou uma cidade inteira, como transparece a obra de Ukeles, torna-se impreterivelmente presente dada sua natureza de publicização de trabalhos invisíveis. Cerca de cinquenta anos após Ukeles, Françoise Vergès (2020) nos propõe uma perspectiva feminista decolonial, destacando novamente a profunda invisibilidade que o trabalho feminino e racializado protagonizado por uma maioria migrante do “sul global” nas grandes metrópoles do “norte” ainda desempenham papel central ao funcionamento da manutenção dos espaços públicos, transportes, escritórios, restaurantes e todos espaços que sustentam a vida coletiva social.

A partir das imagens, é manifestada uma feminização do público, que põe em ação o slogan feminista “o pessoal é político”, que não se refere somente à exclusão das mulheres da vida pública, mas também a uma série de assimetrias de acesso e visibilidade que se produzem no seio da cultura marcada por desigualdades. É interessante perceber que em quase todas as imagens, não vemos o rosto da artista – ora de cabeça baixa esfregando um degrau, ora de cabeça baixa mexendo no lixo, ora concentrada em seu balde de água. Todavia,

seu comportamento e postura são sempre ativos: limpando, varrendo, apertando a mão de um motorista, retirando o lixo. Quanto aos seus companheiros de trabalho, tampouco podemos identificá-los: não enxergamos o motorista do caminhão; há um trabalhador negro na margem direita de uma das fotografias e dois homens que usam óculos escuros nas fotografias de coleta do lixo. Assim, podemos sugerir como o conjunto de imagens põe em xeque um não ver: sujeitos cujos rostos não identificamos e, portanto, que não tomam parte no “espaço de aparência” butleriano (BUTLER, 2015). Em seus registros de performance que reivindicam o trabalho como arte, Ukeles forja modos de visibilidade às ausências estruturantes (ibid.) que constituem o que toma parte, ou não, sobre quais corpos e quais atividades devem, ou não, ser vistos no espaço público.

Outro aspecto que emana das imagens é uma certa submissão da artista: ainda que sempre em uma postura ativa em todas as imagens, na fotografia em que limpa um degrau, agachada sobre os joelhos, com a cabeça baixa, vemos no primeiro plano uma perna que atravessa a cena – a calça e o sapato são masculinos. De algum modo, essa presença na imagem opera um reforço à iconografia de subalternidade feminina e do trabalho de limpeza e manutenção da vida coletiva. Quando a artista toma a rua para realizar sua performance, opera uma ruptura nos códigos dominantes precisamente ao evidenciar em uma mesma imagem quais códigos estão em jogo: há um homem e há uma mulher no espaço público, mas é a figura feminina que está designada deslocada nesse espaço.

Nas imagens que compõem a série *Touch Sanitation*, Ukeles aparece ao lado dos trabalhadores, que usam luvas e uniformes, dando indícios de uma profissionalização do trabalho de manutenção urbana. Quando a artista se coloca em ação ao lado desses trabalhadores sem luvas ou uniformes, vestindo roupas informais e tênis, há uma cisão no que vemos: integra-se às ações de saneamento da cidade e permanece como uma *outsider*, assumindo sua semelhança de trabalhadora na manutenção da vida cotidiana, mas também tornando manifesta a sua diferença. Chama a atenção que em nenhuma das fotografias encontradas ao longo da pesquisa Ukeles apareça usando luvas. No desempenho das tarefas domésticas, raramente as mulheres utilizam uniformes ou luvas, pois a posição social de mantenedora do lar não é um papel a ser assumido, mas antes o papel social que lhe compete, portanto naturalizado. Se compreendemos essas obras apresentadas como passíveis de evidenciar o que tendemos a relegar à invisibilidade – política, social, e sobretudo espacial –, podemos afirmar que a dimensão política do trabalho de

Ukeles “rompe com a evidência sensível da ordem “natural” que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou à privada” (RANCIÈRE, 2012, p.59).

Ou seja: essas imagens trazem ao âmbito do sensível o que se vê ou não se vê na esfera pública, enfrentando as formas de ocultação de determinadas atividades como modos de produzir consenso. A partir das performances, é possível vislumbrar essa iconografia da subalternidade das tarefas socialmente designadas às mulheres e às classes trabalhadoras que traçam um paralelo bastante singular entre os diferentes modos de subordinação que não encontram expressão em uma esfera pública única³.

Ora, se há diferentes papéis desempenhados nas esferas pública e privada, de modo que Ukeles (1969) chega a afirmar em seu manifesto sentir-se “duas pessoas diferentes”, ao desempenhar uma vida de artista e uma vida de dona de casa que marcam a experiência de trabalho reprodutivo feminino invisibilizado, torna-se evidente como a estruturação social produz diferentes relações sociais marcadas por gênero, raça e classe – ainda que a acepção dominante moderna reivindique uma igualdade universal. Desse modo, a determinação consensual da razão política é precisamente o apagamento do dissenso, que é, em si, a racionalidade própria da política. Pois a política não se trata do modo como grupos e indivíduos combinam e negociam interesses, mas antes um modo de ser socialmente compartilhado.

A partir da obra de Ukeles, sugiro que há modos de produzir recortes do mundo sensível que, antes de desfrutar de qualquer universalidade, são sempre expressões de um projeto hegemônico que se impõem como tal. Aquilo que compreendemos como um mundo comum e compartilhado socialmente não é mais que um comum assim tornado pela própria divisão do mundo sensível. Desse modo, a justaposição acima das imagens selecionadas parece transbordar um manifesto visual que vai além da reivindicação de direitos daqueles que se ocupam da manutenção da vida social e privada; torna-se uma crítica política e estética que desafia a própria posição de subordinação e invisibilidade ao interferir nessa constituição do mundo sensível no qual as ruas, como visto, são centrais à possibilidade de evidenciar as disputas sociais (BUTLER, 2015).

Tomo, assim, a ideia de uma partilha do sensível como um conceito central para compreendermos a obra de Ukeles; e a própria obra como prática central à compreensão do conceito. Considerada um sistema que evidencia tanto a

³ Sobre a contestação de uma esfera pública unificada, ver Fraser (2013 [1990]); Negt e Kluge (1993).

existência de um comum como seus recortes existentes, e no qual alguns tomam posição de dominância, as partilhas dos espaços, tipos de atividades e de tempos são sempre marcadas por essas assimetrias.

Ukeles busca, há mais de 40 anos, tornar visível, dar parte a certas invisibilidades, às “partes exclusivas”, ou excluídas, no plano social. Como vimos, em vez de produzir uma instalação monumental no espaço público, que geralmente condiz com uma materialização assertiva e autoritária das dominações sociais, preocupa-se em reordenar o sensível que dá a vez àqueles não tomam parte no comum em nome do trabalho da manutenção, no tempo espaço em que se produzem. Ora, seja no âmbito privado, no trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres ou nas calçadas da cidade, despojados de qualquer valorização social, percebe-se como se estrutura o que pode, ou não, ser visível no espaço comum. Assim, a artista leva às ruas a possibilidade de negociar as relações de poder que são sempre social e espacialmente produzidas. A crítica à constituição da dicotomia público/privado como categorias que determinam uma desvalorização a determinados interesses ou temas ordena uma legitimação do que deve pautar o espaço público e o que deve permanecer excluído e, portanto, privado (FRASER, 2013 [1990]). Será a partir do dissenso, que opera um “recorte do sensível” na ordenação entre espaços público e privado, que se definem os “assuntos que neles se trata ou não, e dos atores que têm ou não motivos de estar aí para deles se ocupar” (RANCIÈRE, 2006, p. 373).

Logo, se pelas imagens a que temos acesso Ukeles torna visível o que até então não era objeto da arte, o que não se encontrava legitimado em um campo estético, que permite em consequência uma validação política, então trata-se de afirmar esse conjunto da obra como aquilo que interfere na constituição do comum. O disruptivo instaurado por essas imagens atua sobre o espaço público, aqui compreendido como a materialidade do mundo comum, para tensionar o que nele é permitido. Ao expulsar atividades alocadas ao espaço privado para o público, torna claro como a categoria “público” adquire seu significado sempre em relação ao privado. A cisão das esferas pública e privada convencionalmente recai sobre uma divisão sexual do espaço e do trabalho, que assinala ao público o espaço de atividades tipicamente masculinas, como a política, os negócios, a vida cívica; às mulheres, o mundo da manutenção, cuidado e domesticidade. Sendo essa dicotomia permeável, a arte denuncia que a presumida neutralidade do espaço público só é possível quando relega os antagonismos e a diferença ao âmbito privado (DAWSEY, 2008). Uma leitura nos interstícios das imagens de Ukeles nos permite perfazer uma profunda

relação com a prática do dissenso enquanto uma interpelação que permite entrever dois mundos: aquele no qual mulheres e classe trabalhadora são vistos e aquele em que são invisíveis reprodutores da vida social. É nesse mundo em que são vistos que as imagens de Ukeles também podem falar e produzir um saber que é da ordem do dissenso.

Considerações finais

As obras de Ukeles se referem a temas extremamente cotidianos: por vezes chegam a ser banais. Ukeles limpa a rua e dá ênfase ao departamento municipal de saneamento básico; seu trabalho opera no ponto fronteiro daquilo que delegamos ao espaço privado e daquilo que não encontra visibilidade no público, mas que é sempre matéria pública – não apenas a manutenção da vida urbana e social, mas todos os corpos que são socialmente designados ao privado. A visibilidade, como nos mostrou Butler (2011), é pré-condição para as lutas políticas contestadoras e, portanto, a reivindicação por direitos políticos: são estes corpos de “ausência estruturante” no espaço público que perturbam os rígidos limites entre público e privado. Os corpos presentes nas ruas, em exercício do seu direito de aparência, podem, performativamente, exigir outras condições de existência, pois a separação entre espaço doméstico e espaço urbano servem de suportes materiais à reprodução das dicotomias do pensamento.

Em conjunto, busquei pôr à mostra performances de Mierle Ukeles que explicitam uma hegemonia nos modos de ordenar o espaço público, mas propõem, a todo tempo, outros modos de visibilidade: operam em conjunto o agonismo, a partilha do sensível e o dissenso. Esses três conceitos centrais não são mais do que o resultado da indução de eventos inesperados, que produzem alterações no curso das coisas: são práticas disruptivas e são ações corporais sobre o espaço que produzem novas ordenações sensíveis.

A promessa da arte que cria novas realidades e supera os binarismos do pensamento se compromete diretamente com a interferência na “distribuição do sensível” (RANCIÈRE, 2009), que se define por aquilo que compartilha (o “comum” social) e a cisão em partes exclusivas. Assim, qual é o entendimento que cabe sobre a ideia de uma partilha do sensível para pensar o trabalho de manutenção? Ora, a ideia de partilhar o sensível opera no nível de legitimação e deslegitimação de certas acepções sociais dadas como a ordem natural das coisas e, assim, é um processo impreterivelmente político. Ao lograrem se estabelecer como naturais, lembramos como as coisas sempre podem ser de

outro modo, pois a ordem é sempre contingente, como nos ensinou Mouffe (2013), e determinada por um certo modo de organização do sensível. Logo, a própria ordenação do que é considerado público/privado, valorizado/desvalorizado é, em si, um modo de partilha que Mierle Ukeles insiste em embaralhar: seu trabalho de mais de cinco décadas se dedicou a trazer à luz insistentemente o trabalho necessário à manutenção e reprodução social, evidenciando as hierarquias entre corpos, códigos e condutas, a valorização e desvalorização de dois tipos de trabalhos que são ficcionalmente cindidos entre produtivo/reprodutivo.

Referências

- ARNOLFINI.
(2013). Disponível em:
<https://www.arnolfini.org.uk/whatson/mierle-laderman-ukeles-maintenance-art-works-196920131980> Acesso em: 15 fev. 2019.
- ARRUZZA, Cinzia.
(2014). *Considerações sobre gênero*: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro, n. 23.
- BUTLER, Judith.
(1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- BUTLER, Judith.
(2015). *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- DAWSEY, Jill Christina.
(2008). *The uses of sidewalks: women, art and urban space, 1966-80*. Tese de Doutorado em História da Arte. Stanford University.
- DUNCAN, Nancy.
(1996). Renegotiating Gender and Sexuality in Public and Private Spaces. In: DUNCAN, N. *Bodyspace – Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality*. New York: Routledge. p. 127-145.
- DIDI-HUBERMAN, Georges.
(2013). *A imagem sobrevivente – história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- DIDI-HUBERMAN, Georges.
(2010) *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- DURÁN, José María.
(2019 Spring). Artistic Labour as a Form of Class Solidarity and Contributive Justice Revisiting Mierle Laderman Ukeles's Work. *Parse*, Issue 9. Disponível em:
<https://parsejournal.com/article/artistic-labour-as-a-form-of-class-solidarity-and-contributive-justice-revisiting-mierle-laderman-ukeless-work/> Acesso em: 20 abr. 2021.
- FEDERICI, Silvia
(2012). *Revolution at point zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. Brooklyn: PM Press.
- FRASER, Nancy.
(2013 [1990]). Rethinking the public sphere. A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: *Social Text*, n. 25/26, pp. 56-80.

GARCIA, Carolina Gallo.

(2018). *Gênero da Cidade em Disputa*: Práticas artísticas como manifestação do dissenso. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre.

HABERMAS, J.

(1984). *The theory of communicative action*. vol. 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press.

LIPPARD, Lucy.

(1995). *The Pink Glass Swan*. Selected Feminist Essays on Art. New York: The New Press.

MEDIA CENTERR FOR ART HISTORY.

(s.d.) Columbia University. Disponível em: http://www.learn.columbia.edu/courses/fa/htm/fa_ck_ukeles_1.htm Acesso em: 15 dez. 2019.

MOUFFE, Chantal.

(2013). Quais espaços públicos para práticas de arte crítica?. In: *Arte & Ensaios*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – EBA / UFRJ. Rio de Janeiro: PPGAV-EBA/UFRJ, ano XXI, n. 27.

MOUFFE, Chantal.

(2007). Prácticas artísticas y democracia agonística. *Museu d'Art Contemporani de Barcelona Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona*. Barcelona; Bellaterra (Cerdanyola del Valles).

NEGT, Alexander, KLUGE, Oskar.

(1993). *The Public Sphere and Experience*: Toward an Organizational Analysis of Proletariat and Middle-Class Public Opinion. Minneapolis: University of Minnesota Press.

NEW YORK PUBLIC LIBRARY.

(2016). Disponível em: <https://www.nypl.org/events/programs/2016/03/02/seven-work-ballets-mierle-laderman-ukeles-and-kari-conte-and-special> Acesso em: 15 fev. 2019.

PANORAMA.

(2019). *Journal of the Association of Historians of American Art*. Disponível em: <https://editions.lib.umn.edu/panorama/article/mikva-dreams>

PATEMAN, Carole.

(1989). Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy. in: *The Disorder of Women. Democracy, Feminism and Political Theory*, Cambridge: Polity Press.

PINHO, Armando F; OLIVEIRA, João Manuel.

(2012). O olhar político na performance artística autobiográfica. *Revista Ex aequo*, n. 26, pp. 57-76. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n27/n27a05.pdf> Acesso em: 15 set. 2019.

PRECIADO, Beatriz.

(2013) *Gender, Sexuality, and the Biopolitics of Architecture: From the Secret Museum to Playboy*. Tese (Doutorado em Teoria da Arquitetura). School of Architecture – Princeton University, Princeton.

RANCIÈRE, Jacques.

(1996). O dissenso. In: *A crise da razão*. Org: NOVAES, Adauto. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte.

RANCIÈRE, Jacques.

(2009). *A partilha do sensível*. São Paulo: EXO experimental org. Ed. 34.

RECKITT, Helena; PHELAN, Peggy.

(2001) *Art and Feminism*. New York City: Phaidon Press.

SCOTT, Andrea K.

(2016 28 outubro). Mierle Laderman Ukeles and the Art of Work. The New Yorker, New York. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2016/11/07/mierle-laderman-ukeles-and-the-art-of-work> Acesso em: 19 abr. 2021.

TIMELINE.

(2016). *Meet the artist who called out a museum by scrubbing the floor for hours*. Disponível em: <https://timeline.com/mierle-ukeles-cleaning-museum-64d274a0a19c> Acesso em: 15 dez. 2019.

UKELES, Mierle Laderman.

(s.d.). In: Brooklyn Museum, Mierle Laderman Ukeles, Nova York. Disponível em: https://www.brooklynmuseum.org/eascfa/feminist_art_base/mierle-laderman-ukeles Acesso em: 22 fev. 2019.

(s.d.). *Manifesto for Maintenance Art, 1969!*, Ronald Feldman Gallery, New York, Disponível em: http://www.feldmangallery.com/media/pdfs/Ukeles_MANIFESTO.pdf Acesso em: 23 fev., 2019.

(2000). Interview: Mierle Laderman Ukeles on Maintenance and Sanitation Art. In: Finkelpearl, Tom. *Dialogues in Public Art*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, pp. 295-322.

VERGÈS, Françoise.

(2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.

VIJ, Diya.

(2016). *Sanitation Celebrations: Mierle Laderman Ukeles's Performative Monument with/for/by Sanmen*. Hunter College at City University of New York. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Nova Iorque. Disponível em: http://academicworks.cuny.edu/hc_sas_etds/69 Acesso em: 23 fev. 2019.

VISHMIDT, Marina.

(2016). "What Do We Mean By 'Autonomy' and 'Reproduction'?" In *Reproducing Autonomy. Work, Money, Crisis & Contemporary Art*. Kerstin Stakemeier and Marina Vishmidt (eds.) London and Berlin: Mute Publishing.

WOMAN HOUSE.

(s.d.). Disponível em: <http://www.womanhouse.net/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

YOUNG, IRIS M.

(2005). House and Home: Feminist Variations on a Theme. In: *On female body experience: "Throwing like a girl" and other essays*. New York: Oxford University Press.

Recebido em

dezembro de 2019

Aprovado em

abril de 2021

Memoriais

Memorial¹

Valter Sinder

Do Rigor na Ciência, Jorge Luis Borges

“...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era inútil e não sem impiedade o entregaram as inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.”

(Suarez Miranda: Viagens de Varões prudentes, livro Quarto, cap. XLX, Lérida, 1658).

Em seu discurso de posse na Real Academia Espanhola, em 2008, o escritor Javier Marias reflete *sobre A dificuldade de contar*. A arte de contar, ele nos diz, seja ou não como ofício, está destinada ao fracasso e, além do mais, é algo quase impossível. Principalmente “quando se trata de fatos reais, de coisas que acontecem de verdade”. Por mais que queira contar “o acontecimento tal como ocorreu”, e não tenha intenção de inventar coisa alguma, pretende-se realizar uma tarefa impossível. No momento que a palavra intervém e se aspira que a palavra reproduza o acontecimento, o que se está fazendo “é suplantar e falsear este último (...). Ao ser fragmentado, o que antes foi simultâneo se transforma em sucessivo. Assim, o acontecimento é delimitado com um princípio e um fim

¹ Este memorial, escrito no segundo semestre de 2019, foi defendido em 02 de março de 2021 devido à pandemia de coronavírus. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Glaucia Villas Boas, José Reginaldo Gonçalves, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Roberto DaMatta. Agradeço a Vania Belli e Antoneli Matos Belli Sinder as sugestões e revisões efetuadas no texto.

artificiais, que ficam a critério, sempre discutível, do narrador; é ele que os estabelece. Inevitavelmente se introduz um ponto de vista e, portanto, uma subjetividade. Quando menos se espera, as pessoas adjetivam, e os adjetivos habitam no reino da imprecisão~.

Aqui, trata-se aqui de realizar a narrativa de uma trajetória acadêmica - produção de um memorial, uma biografia, forma cultural de narrar a experiência - que, para tomar de empréstimo uma expressão de Pierre Bourdieu, é uma ilusão; uma ilusão biográfica, pois a narrativa da experiência é distinta da vivência em si e, como nos ensina M. Halbwachs, o presente interfere no passado.

Arrumar os acontecimentos, de forma a produzir uma biografia acadêmica, implica em estabelecer conexões - tanto as que entendemos como necessárias como as que são vistas como intercontingentes (Becker, H.). O memorial não segue regras estabelecidas, mas faculta ao autor a liberdade de mostrar sua própria abordagem sobre sua história (profissional). São nessas diferentes abordagens que os autores (afinal, what is an author?) acabam por se separar, pois elas são produtos não apenas do que se fez, mas fundamentalmente dos valores que se atribui, no momento mesmo da escrita, a cada coisa que se fez.

Destaco, a seguir, acontecimentos e questões que atravessaram e marcaram minha formação como pesquisador e docente. A fim de produzir tal narrativa, adoto aqui a postura do caçador Cree que teria ido a Montreal testemunhar em um julgamento relativo às terras onde caçava, no novo projeto hidrelétrico de James Bay. Como nos conta James Clifford, em *Verdades Parciais*, ele deveria descrever seu modo de vida, mas quando foi fazer o juramento, (~jura dizer toda a verdade, somente a verdade e nada mais do que a verdade~), hesitou - ~Não tenho certeza se posso dizer a verdade... só posso dizer o que sei~.

Início

Meus avós maternos, oriundos da Bessarábia (então uma fronteira móvel entre a Rússia e a Romênia), vieram para o Brasil no início da década de 20 do século passado fugindo dos pogrons que vinham ocorrendo de forma sistemática. Com o apoio de amigos e parentes que haviam chegado anteriormente, conseguiram se estabelecer como pequenos comerciantes em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Tiveram cinco filhos, dois homens e três mulheres, todos estudavam e trabalhavam na loja. O mais velho estudou e formou-se em Odontologia, o mais novo tornou-se comerciante, dando continuidade ao comércio dos meus avós. Minha mãe veio para a cidade do Rio de Janeiro

trabalhar e estudar na Academia de Comércio Cândido Mendes, ou Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, tendo se formado em contabilidade enquanto suas duas irmãs tornavam-se mães de família.

A família do meu pai, também oriunda da Bessarábia, repete a história de tantos imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século passado. Meu avô viajou para o Brasil sozinho, deixando a esposa e dois filhos pequenos na Bessarábia. Aqui conseguiu apoio e ajuda de parentes e amigos que haviam chegado anteriormente, tendo então conseguido trabalhar e juntar dinheiro para trazer a família algum tempo depois. Meu avô tornou-se prestamista e, até onde sei, sofreu fortemente o impacto da crise de 1929, que fez com que meu pai (filho primogênito) deixasse os estudos no final do curso primário, para trabalhar e ajudar no sustento da família. Meu pai prosseguiu trabalhando no comércio enquanto seus irmãos, posteriormente, acabaram por completar seus estudos, formando-se, respectivamente, um em Direito e o outro em Medicina.

Com a ajuda dos meus avós, meus pais conseguiram abrir um pequeno comércio em Neves, bairro de São Gonçalo. Tiveram um primeiro filho - que nasceu com um problema cardíaco e acabou por falecer ainda com um ano de idade. Posteriormente, nasceu meu irmão e cinco anos mais tarde eu, o caçula.

Meus pais sempre trabalharam muito e de forma ininterrupta. Fomos educados de forma a não precisar ganhar a vida atrás de um balcão, como dizia minha mãe. Meu irmão tornou-se economista e eu, antropólogo e professor universitário. A educação, a instrução e a cultura sempre foram um bem privilegiado em nossa casa, não somente como meio de ascensão social, mas como uma forma de articulação entre a tradição e o porvir.

Meus primeiros anos de escola foram no Centro Israelita de Niterói, que oferecia o ensino regular até a quarta série primária. A continuidade dos estudos deveria se dar através de concurso para ingresso no ginásio em algum outro estabelecimento escolar. Lembro de ter feito prova para três escolas em Niterói: Liceu Nilo Pecanha, Colégio Brasil e Centro Educacional de Niterói. Fui aprovado em todas as três. Como quase todos da minha turma do primário, ingressei no Centro Educacional de Niterói, em 1969, para cursar a admissão.

Fundada em 1960, sob a direção da Profa Myrthes Wenzel, a Fundação Centro Educacional de Niterói tinha como proposta ser uma escola diferente, uma escola de formação que desse ao aluno oportunidade de desenvolvimento, fundamentado na liberdade e responsabilidade deste e do professor. Dentro da filosofia da Escola Nova, apresentavam-se propostas curriculares alternativas, em que a experimentação e a construção do conhecimento e da singularidade eram prioridades. Era uma escola de vanguarda e experimental. Nesse

ambiente, em pleno governo Medici, aprendi a usar a criatividade com autonomia. Lembro de professores e disciplinas que deixaram marcas - tanto no plano do conhecimento como no da criação. Em especial, recordo-me das aulas de História, ministradas pelo Prof. Aldemir Batissaco, quando estava na 3a ou 4a serie do ginásio, em que tínhamos painéis, pesquisa de campo, seminários e simulados inovadores. Lembro de ter lido, em 1972 ou 1973, a *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman, traduzido e editado pela Zahar para o português em 1970. Fiquei fascinado com a apresentação de uma nova perspectiva para conhecer a história, nas palavras de Huberman, “explicar a história pela teoria econômica e a teoria econômica pela história”. Nesta época, eu fazia parte de um movimento juvenil judaico (sionista-socialista) onde leitura e discussão de questões nacionais, em geral, e nacionalismo judaico, em particular, eram objeto de reflexão. Como leituras fundamentais, lembro em especial das propostas de Theodor Herzl e de Ber Borochov.

Frequentei esse grupo até 1977, tendo morado e estudado em Israel durante todo ano de 1976. Morei parte do tempo em Jerusalém onde fiz um curso junto com jovens judeus do hemisfério sul e parte em um kibutz, onde experimentei a vida em uma colônia agrícola. Em 1977, já de volta ao Brasil para concluir o ultimo ano do segundo grau, comecei a preparar minha volta para Israel e apresentei minha candidatura à Universidade de Jerusalém, onde pretendia estudar Sociologia no ano letivo de 1978, que começaria em setembro. Tinha então 19 anos e, como nesse momento, muitas possibilidades se abriam, fiz também vestibular para Ciências Sociais, tendo colocado como primeira opção a Universidade Federal Fluminense - UFF.

Fui aceito em Jerusalém e fui aprovado na UFF. Terminado o segundo grau, resolvi fazer um “mochilão” na América do Sul antes da próxima escolha. Viajei junto com meu irmão, Mauro, por parte da Argentina e do Chile durante dois meses. Nessa viagem, experimentei uma modalidade de pertencimento nova: ser sul-americano. Quando voltamos, comecei a frequentar o curso de Ciências Sociais na UFF, ainda sem perceber que já tinha feito uma escolha.

Formação

Em março de 1978 comecei o curso de Ciências Sociais na UFF. Éramos, no total, 40 alunos nos cursos introdutórios - Sociologia, Política e Antropologia. O curso de Ciências Sociais estivera paralisado por uma greve no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia durante o segundo semestre de 1977. A agitação na Universidade era grande nesse momento. Dentre os primeiros cursos, tenho

lembrança especial do curso de Introdução à Antropologia que, à época, era uma breve apresentação das principais questões da Antropologia – em especial questões relativas ao etnocentrismo e ao relativismo, e uma apresentação cronológica das “escolas do pensamento antropológico” (lembro de ler a História da Antropologia, de Paul Mercier, Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas, organizado por Jean Copans e textos de vários antropólogos). Tudo isso no ritmo acelerado do meu primeiro professor de antropologia, Roberto Kant de Lima – que estava, naquela ocasião, fazendo mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGAS/MN-UFRJ. Sua situação acadêmica fez com que os pescadores de Itaipu – sujeitos da pesquisa de Roberto Kant, estivessem oportunamente presentes em nossas aulas, independente de qual escola do pensamento antropológico estivéssemos discutindo. Durante o curso, fomos encarregados de apresentar seminários e o texto que coube ao meu grupo me marcou profundamente: *Raça e História*, de Claude Lévi-Strauss. (em especial, a questão do etnocentrismo e o *optimum de diversidade*)- Fomos introduzidos à Sociologia por uma jovem e tímida professora, Aurila, curso que tenho pouca lembrança, e à Ciência Política, por Chico Ferraz – em uma viagem de Platão a Rousseau. Tenho ótimas lembranças deste início de curso e dos novos amigos que fiz já no primeiro trabalho de grupo dos muitos que viriam. Não me lembro de todos, mas, se não me falha a memória, nosso primeiro grupo de seminário era composto por Germana, Cecília, Cançado, Mabel, Luzia e Luis Fernando.

Estávamos vivendo a ‘abertura política’ e o clima dentro da Universidade ainda era tenso. Lembro do clima de desconfiança, de debates no DCE, do desaparecimento de colegas e de discussões políticas intermináveis. Em meio a tudo isso, nossos cursos iam acontecendo – a grande maioria de forma satisfatória. O curso de Ciências Sociais era estruturado de forma a obrigar todos os estudantes a cursarem, no ciclo básico, 4 disciplinas de Antropologia, 4 de Sociologia e 4 de Ciência Política – em conjunto com outras que completavam o *currículum* mínimo (História, Economia, Filosofia, Estatística, Metodologia das Ciências Sociais). O restante da carga horária deveria ser concluído com optativas oferecidas pelo próprio Departamento e algumas poucas eletivas que poderiam ser cursadas em outros Departamento da Universidade. Cursei praticamente todas as disciplinas optativas oferecidas na área de antropologia – Antropologia Urbana, trabalho de campo em antropologia, sociedades camponesas, Antropologia econômica, Antropologia política, Antropologia de Lévi-Strauss, Antropologia de Marcel Mauss. Os professores foram Simone Lahud Guedes, Marco Antonio da Silva Mello,

Delma Pessanha Neves, Almir Abreu dos Santos, Roberto Kant de Lima, Laurita Andrade Sant'Anna dos Santos e Wagner Neves Rocha. No que diz respeito às disciplinas cursadas fora do Departamento, tive a oportunidade de ser aluno de Clauze Abreu, do Departamento de Psicologia e Claudio Ulpiano do Departamento de Filosofia – saudosos mestres do livre pensar que muito contribuíram para minha formação. Durante o curso, fui monitor de Antropologia junto a Wagner Neves Rocha, que foi orientador de minha monografia de conclusão do bacharelado. Apreendi muito com ele.

Ainda em 1978, comecei a frequentar um grupo de estudos com o professor Clauze, onde líamos e discutíamos epistemologia – Bachelard, Koyre, Canguilhem e, em especial, Michel Foucault. Esse grupo era composto por alguns outros professores e alunos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia /ICHF. Dentre os membros permanentes do grupo de estudos, lembro que faziam parte Luis Carlos Cançado Peixoto, Marcio Goldman, Tania Stolze e Zairo Chieub. As reuniões começavam no final da tarde e acabavam já de madrugada em algum bar ou restaurante de Niterói. Neste grupo, conheci Vania Belli, então aluna do curso de Psicologia. Começamos a namorar em outubro deste ano e em 1979 juntamos nossa paixão e nossos livros e fomos viver juntos. Companheira inseparável desde então – faz com que seja impossível pensar minha trajetória sem a sua presença, - que agradeço e que me faz muito feliz.

Li muito durante o período que cursei a graduação em Ciências Sociais e vários autores e obras foram importantes. Entretanto, no que diz respeito a Antropologia, disciplina que escolhi desde o início da graduação, dois livros que apareceram em 1979 foram marcantes. O primeiro havia sido publicado originalmente em inglês, em 1976, e foi traduzido e publicado em português em 1979, *Cultura e Razão Prática*, de M. Sahlins e o segundo, *Carnavais, Malandros e Heróis*, publicado por Roberto DaMatta neste mesmo ano.

Lembro do impacto produzido pela leitura de Sahlins e a descoberta da possibilidade de pensar tanto a antropologia quanto a sociedade desde as relações estabelecidas a partir da razão cultural e da razão prática. Li também, nesse mesmo ano, o artigo de Sahlins – *A primeira sociedade de afluência*, junto com leituras e releituras do Prefácio de Marx da *Contribuição à crítica da economia política*, assim como *A Sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres, publicado em português em 1978.

Carnavais, Malandros e Heróis, foi outra história. Ouvíamos falar muito de Roberto DaMatta em nossos cursos de antropologia. Vários de nossos professores tinham cursado ou estavam cursando o Mestrado em Antropologia

Social do Museu Nacional e eram, ou tinham sido, alunos/orientandos dele no Programa. Ouvíamos falar que o “Matta” estava terminando um livro sobre rituais. A publicação deste livro era esperada.

Quando o livro foi publicado em 1979, eu já havia lido o artigo *O carnaval como um Rito de Passagem*, publicado em Ensaios de Antropologia Estrutural, 1973 e o artigo *Carnavais, Paradas e Procissões - Reflexões sobre o mundo dos ritos*, publicado no primeiro número de Religião e Sociedade, em 1978. A leitura de *Carnavais* foi uma grata surpresa. Encontrei no livro, não só uma discussão com autores e teorias que havia estudado nos cursos de teoria antropológica, como uma reflexão original sobre o Brasil através destes diálogos (além de referências a autores e obras que me encantavam, como Otavio Paz e Thomas Mann). Para além das explicações históricas e ou ideológicas, vi descortinar a possibilidade de pensar o Brasil como drama social, parafraseando Geertz – através das histórias que os brasileiros contam para eles mesmos, sobre eles mesmos.

Em julho de 1980, faltando um semestre para a conclusão da graduação, fiz a prova de seleção e fui aprovado para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ. Comecei a cursar o mestrado do Museu Nacional, em março de 1981, com a intenção de trabalhar com relações interétnicas, provavelmente, com grupo indígenas. Tenho boas memórias dos cursos que frequentei durante o mestrado. No primeiro semestre, cursei, com Rubem César Fernandes, a disciplina obrigatória de Teoria Antropológica e uma disciplina oferecida por Giralda Seyferth sobre relações interétnicas. Em seguida, lembro da segunda obrigatória de teoria, que tinha também uma entrada como Organização Social e Parentesco, que cursei com Anthony Seeger e uma eletiva, oferecida pelo Professor Visitante Pierre Maranda, especialista em mitologia, estruturalismo e semiótica. Este foi um curso marcante onde fizemos a leitura comparada do livro de A. Seeger, *Nature and Society among the Suyá* e de *Carnavais, Malandros e Heróis*, através da proposta de Maranda de construção de cubos semiográficos. Hoje, olhando para a forma como meus interesses se articulavam, acredito que, nesse período, a epistemologia e as teorias, em especial o estruturalismo, se tornaram o centro dos meus estudos. Cursei também um seminário oferecido pelo Professor Visitante Terence Turner, quando voltei a ler Marx, e uma disciplina ministrada por Roberto DaMatta em que, para minha grata surpresa, discutíamos Brasil através de leituras de Weber e Tocqueville.

Lembro de ter participado pela primeira vez, ainda como aluno, de uma reunião da ANPOCS, em 1981, em Nova Friburgo, num momento de grande efervescência política, marcada pela abertura.

No fim do primeiro semestre do curso no PPGAS, conversei com meu orientador, Eduardo Viveiros de Castro, que então se dividia entre suas atividades docentes no Museu Nacional e sua pesquisa de doutoramento entre os Arawete, e mudei meu projeto de dissertação de mestrado. Sem muita clareza sobre o que exatamente queria fazer, comecei a aprofundar meus estudos sobre estruturalismo, linguística, mitologia e teoria literária.

Partindo de Lévi-Strauss, comecei a entender a possibilidade de pensar a sociedade como se fosse linguagem, ou melhor, estruturada como se fosse linguagem – social, sistemática e inconsciente. Hoje vejo a importância que teve na minha formação aprender antropologia a partir das leituras de Lévi-Strauss. *Tristes Trópicos*, *Antropologia Estrutural*, *Antropologia Estrutural Dois*, *Introdução à obra de Marcel Mauss*, *Estruturas Elementares do Parentesco*, *Pensamento Selvagem*, *Mitologias*, *Mito e Significado* – me (re)apresentaram autores e teorias de forma bastante distinta. Estudiosos do estruturalismo também fizeram parte desta minha viagem. Em se tratando do estruturalismo de Lévi-Strauss, lembro, em especial, de Yvan Simonis e Mireille Marc-Lipiansky. Foi marcante também a leitura de *Estruturalismo: antologia de textos teóricos e os artigos de G. Deleuze* – *Em que se pode reconhecer o estruturalismo?* e o de L. Althusser, *Freud e Lacan* – *Marx e Freud*.

Quanto mais eu lia mais ia ficando seduzido pelo estruturalismo e me dava conta de generalizações e simplificações. Questões fundamentais como a relação entre história/etnologia e sincronia/diacronia eram, de maneira geral, tratadas de maneira apressada e com soluções por demais definitivas. Ora declarava-se a “vitória” da história ora da etnologia – reforçando as análises sincrônicas ou as diacrônicas. Os que criticavam os estruturalistas eram tachados de historicistas que, reagiam, chamando os estruturalistas de a-históricos.

A leitura do capítulo “A estrutura e a forma” (cap. VIII) e “Respostas a pesquisas jornalísticas”, em especial “Estruturalismo e crítica literária” (Cap. XV, 2), ambos publicados em *Antropologia Estrutural Dois*, foram fundamentais para nortear o trabalho que eu estava fazendo. As reflexões sobre o livro *Morfologia do Conto*, de Valdimir Propp, em “A estrutura e a forma”, conjugado com a resposta de Lévi-Strauss sobre a possibilidade de introduzir os métodos estruturalistas em uma tradição crítica que provinha essencialmente do historicismo, orientaram e embasaram a questão de fundo que acabou por orientar minha dissertação de mestrado a qual caminhava para uma reflexão sobre antropologia da literatura. Como alertava Lévi-Strauss, o problema não era a introdução do estruturalismo em uma tradição fortemente historicista, mas, ao contrário, era

a própria existência desta tradição histórica que poderia fornecer uma base aos empreendimentos estruturais: “... a condição de possibilidade para que a crítica literária e a história das ideias possam tornar-se verdadeiramente estruturais, é encontrarem-se, fora delas, os meios de uma dupla verificação objetiva. (...) De um lado, ao nível da análise linguística e mesmo fonológica, em que os controles podem-se fazer independentemente das elaborações conscientes do autor e do seu analista; e de outro, ao nível da investigação etnográfica, isto é, para sociedades tais como as nossas, ao nível da história externa (1976, p. 282).

Comecei a entender, para além de generalizações e simplificações, a formulação de Lévi-Strauss de que, se um pouco de história nos afasta do estruturalismo, muita a ele nos conduz.

Já a leitura de Roland Barthes, nesse momento, principalmente, *Mitologias e Elementos de Semiologia*, me fez entender o alcance de pensar o social como sistema simbólico. Aos poucos, fui caminhando para a leitura de teoria da literatura (junto com minha paixão antiga pela literatura, *tout court*). Tenho lembrança de ler *Teoria da literatura em suas fontes e Estruturalismo e teoria da literatura*, de Luiz Costa Lima, de *Os Universos da Crítica*, de Eduardo Prado Coelho, *Historia Social da Literatura e da Arte*, de A. Hauser e e da *História da Literatura* de Vitor Manuel de Aguiar e Silva, que me serviram de guia para entrar neste universo até então pouco conhecido. Saussure, Benveniste, Martinet, Jakobson, os formalistas russos e os estruturalistas tchecos, L. Goldman, Escarpit, Lukacs, Auerbach – passaram a fazer parte de minhas estantes e fui entrando cada vez mais no universo da semiologia e da semiótica.

O mapeamento desse campo que só fazia se alargar – tinha como intenção uma reflexão sobre antropologia da literatura e, se possível, a realização da análise de algum autor brasileiro. Lembro de ter pensado em Guimarães Rosa e em Jorge Amado. Cheguei a ensaiar a realização de uma etnografia com esses autores e suas obras, mas o tempo passava e acabei decidindo que isso poderia ficar para uma etapa posterior – talvez o doutorado. O apoio e as conversas que tive com Vania, Luis Carlos Cançado Peixoto, Helio R. Silva, Luiz Eduardo Soares e Italo Moriconi foram fundamentais tanto para a defesa da dissertação quanto para a aposta em projetos futuros.

Defendi a dissertação *Antropologia da literatura: a obra literária como mediação do simbólico*, antes do início do primeiro semestre de 1986, tendo na minha banca, além do meu orientador, Eduardo Viveiros de Castro, a presença de Luis Fernando D. Duarte e de Heidrun O. Krieger.

Neste trabalho, mediante a delimitação de um mapa que serviu como fator de inteligibilidade de percursos no campo dos estudos literários, procurei

delinear questões que uma análise antropológica da literatura teria que se defrontar. O paradoxo da irredutibilidade do romance a uma realidade que, no entanto traduz, emergiu como fundamental. Através dos ensinamentos contidos principalmente na antropologia estrutural de Lévi-Strauss, tentei chegar a uma superação do paradoxo apontado, apresentando a obra literária como mediação do simbólico. Por fim, a partir do questionamento da função simbólica, conjugado com a questão da história, procurei indicar o que me pareceu constituir os limites da análise antropológica da literatura, apontando novas frentes que podem se constituir a partir dos ensinamentos estruturalistas. Essas questões acabaram por apontar para um possível encontro entre o estruturalismo e a hermenêutica.

A partir da pesquisa da dissertação de mestrado publiquei o artigo *À procura da cultura: reflexões a partir do labirinto da Saudade*, no volume dedicado aos Territórios da Língua Portuguesa, culturas, sociedades, políticas, em publicação oriunda do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

Em março de 1986 comecei o doutorado em Literatura Comparada na PUC-Rio; ou melhor, começamos – Vania e eu. Vania havia defendido sua dissertação de mestrado no Programa de Psicologia da PUC-Rio em meados de 1984 e nosso primeiro filho, Thiago, nasceu em janeiro deste mesmo ano.

Ambos queríamos dar continuidade às nossas formações específicas em Psicanálise e em Antropologia articuladas à Literatura. O programa de Literatura Comparada da PUC-Rio oferecia então a possibilidade de desenvolvimento de estudos interdisciplinares.

Fomos alunos de Affonso Romano de Sant’Anna, Silviano Santiago, Luiz Costa Lima, Cleonice Berardineli, Heidrun Krieger, Junito Brandão, Jorge Fernandes da Silveira, em um ambiente acadêmico em que antropologia, sociologia, psicanálise e filosofia faziam parte do universo em discussão. Após a conclusão das disciplinas do doutorado, aplicamos e foram concedidas bolsas para conclusão de doutorado, na categoria pesquisador visitante, do Fulbright Program, que iria propiciar nossa primeira experiência acadêmica fora do Brasil com o o Capes/Fulbright Program Scholarship.

Entre 1989-90, fomos passar um ano em South Bend, no Kellogg Institute da Universidade de Notre Dame, Indiana, como *Visiting-Scholars*, onde fomos recebidos pelo meu ex-professor do Museu Nacional, Roberto DaMatta e por sua esposa Celeste. A ajuda, a hospitalidade e o apoio que recebemos do casal, desde antes mesmo de nossa chegada, foram fundamentais, não só para uma ótima experiência na Universidade de Notre Dame como, principalmente, para a consolidação de uma amizade que não para de se fortalecer desde então.

A comunidade acadêmica brasileira em South Bend era pequena. Conhecemos e nos tornamos amigos de Luis Antonio Paixão, que na época era *Fellow* no Kellogg Institute, Caio Blinder, aluno do curso de doutorado em Ciência Política na Universidade e sua esposa Alma, Mario e Nancy, ambos matemáticos da UFF, que estavam fazendo pôs doutorado e Fred Xavier, professor do departamento de Matemática da Universidade.

A experiência em uma Universidade norte-americana, frequentando seminários, cursos como ouvinte e, principalmente, tendo acesso à biblioteca e suas múltiplas possibilidades, foi fundamental para o sucesso de nosso trabalho. O prédio de 14 andares da Biblioteca Hesburgh, com seu sistema de open-stack, onde, além dos livros, tínhamos acesso a coleções completas de revistas acadêmicas, jornais diários e revistas de todo o mundo, nos proporcionava uma experiência de estudo e pesquisa que nem imaginávamos possível. Compramos, na loja da Universidade, nosso primeiro computador e impressora da Macintosh, no qual instalamos um editor de texto, programa de organização de bibliografia e fichamento de leituras.

Tudo isso gerou uma experiência acadêmica inteiramente nova e gratificante. Durante o período de vigência da bolsa, tivemos a oportunidade de participar na University of California, Los Angeles/UCLA, de um *Symposium on Portuguese Traditions*, seminário promovido pelo *Portuguese Studies Department*.

Neste simpósio, apresentei um *paper* sobre Literatura e Sociedade em Jorge Amado, posteriormente publicado na Revista do *Latin American and Portuguese Studies*. Essa experiência somente foi possível graças à bolsa que recebia como Fulbright Scholar.

Durante nossa estadia em Notre Dame, a busca, leitura e cópia xerox de bibliografia relacionada a antropologia e literatura começaram a se avolumar. Praticamente todas as referências que apareciam em algum texto que lia, fichava e anotava, eu encontrava no acervo da biblioteca que, ao ser lido, indicava outras possibilidades. Vários foram os textos lidos naquele momento que foram fundamentais para o meu trabalho. Comecei a mapear e delimitar a discussão sobre etnografia e literatura presente, principalmente, em ensaios publicados em revistas de antropologia e livros editados nos EUA desde o início dos anos 1980. Revistas como - *Representations*, *Dialectical Anthropology*, *Current Anthropology*, *Cultural Anthropology* e autores - novos e antigos conhecidos, como C. Geertz, J. Clifford, G. Marcus, M. Fischer, D. Cushman, S. Tyler, V. Crapanzano, M. L. Pratt, R. Rosaldo, J. Boon, K. Dwyer, J. Fabian, S.

Ortner, S. Fish, P. Rabinow, B. Scholte, G. Stocking Jr. e tantos outros foram sendo incorporados na trama teórica que eu estava começando a tecer.

Dentre tantos autores e ensaios, foi fundamental, inicialmente, a leitura do artigo de G. Marcus e D. Cushman, *"Ethnographies as Text"* (1982), o artigo de J. Clifford, *"On Ethnographic Authority"* (1983), o livro editado por J. Clifford e G. Marcus, *Writing Culture- The Poetics and Politics of Ethnography*, publicado em 1986, assim como vários experimentos de escrita etnográfica. O artigo de Marcus e Cushman veio ao encontro de minhas reflexões sobre antropologia e literatura, ao problematizar a possibilidade de entender a antropologia/etnografia como texto – como escrita da cultura. O livro, organizado por Marcus e Clifford, fruto de um Seminário realizado na School of American Research em Santa Fé, em abril de 1984, me possibilitou o encontro, nos diversos ensaios ali publicados, de novas maneiras de pensar e fazer etnografia/antropologia, assim como o diálogo com várias questões relativas à antropologia e à literatura que vinham me provocando ainda sem muita clareza. Li também *Anthropology as Cultural Critique – An Experimental Moment in Human Science*, de Marcus e Fischer (1986) e fui apresentado ao livro de J. Clifford, *Predicament of Culture – Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art* (1988). Aos poucos, o volume de cópias xerox de artigos se avoluma ainda mais e a compra de livros recém descobertos, ou de difícil acesso no Brasil, ia se intensificando.

Em nossas idas a Chicago éramos presença constante na Seminary Co-op Bookstore, livraria na Universidade de Chicago, que tinha um dos maiores acervos de livros acadêmicos do mundo. Ainda em Chicago, lembro também do impacto que me causou a visita ao Field Museum of Natural History, ao me deparar com coleções fantásticas e ver os objetos do Kula, descritos por Malinowski e com uma quantidade enorme de totens de grupos nativos da costa noroeste da América do Norte, que conhecia através dos livros de Boas.

No retorno ao Brasil, em meados de 1990, minhas explorações pelo universo da antropologia e da literatura estavam me conduzindo para uma viagem tipicamente antropológica, ou seja, operando um deslocamento que me colocava, cada vez mais, do ponto de vista do nativo. Se no mestrado eu havia adotado o ponto de vista das teorias antropológicas para pensar a literatura, agora, no doutorado, caminhava cada vez mais para pensar a antropologia a partir das teorias da literatura e, se possível, produzir uma diálogo entre esses saberes. A leitura de V. M. de Aguiar e Silva, M. Foucault, H. White, R. Koselleck, P. Veyne, W. Benjamin, T. Todorov, junto com cronistas, historiadores, etnógrafos e viajantes em suas aventuras reais e ficcionais,

demarcavam novos rumos para minha viagem. A escrita impunha diferentes articulações e discussões, cada vez mais transdisciplinares.

Defendi a tese *Configurações da Narrativa: Verdade, Literatura, Etnografia* no segundo semestre de 1992, tendo na banca meu orientador Affonso Romano de Sant'Anna e os professores Roberto DaMatta, Patricia Birman, Karl-Eric Shcollhamer e Everardo Rocha. A Professora Heidrun O. Krieger, presidiu a banca e representou meu orientador que teve que se ausentar do país nesta data devido a um compromisso agendado em cima da hora, onde ele, como Presidente da Biblioteca Nacional, deveria comparecer. Quando soubemos da coincidência da data da defesa e daquele compromisso, optamos por realizar a defesa na data agendada dado a dificuldade de compatibilizar dias e horários de todos os membros da banca.

A defesa da tese aconteceu em uma sexta-feira e dois dias depois, no domingo, fui acordado pelo telefonema de uma amiga perguntando se eu já havia lido a crônica semanal do Affonso Romano de Sant'Anna, no caderno B, do Jornal do Brasil. Para minha grata surpresa, a crônica daquele domingo, intitulada *Don Quixote e Colombo*, era um generoso comentário sobre a minha tese, no qual, ao discutir questões relativas às configurações das narrativas históricas e ficcionais, eu havia dedicado um capítulo à comparação das viagens destes dois personagens, a partir do relato de Cervantes em *Don Quixote* e de Colombo em seu Diário.

Como fruto da tese de doutorado, publiquei em 1992, no livro *America: Descoberta ou Invenção*, comemorando os 500 anos da America, artigo intitulado *O Encontro com a diversidade da Linguagem*. Publiquei na Revista *Travessia* (UFSC), no número dedicado a gêneros ex-cêntricos (1995), artigo produto da tese, intitulado *A (Autor)idade da Escrita - etnografia e Narrativa* e o artigo *A Escrita da Cultura*, em *Paradoxa -Projetivas Múltiplas em Educação* (1999). Além disso, ainda como produto da tese, realizei junto com Luis Eduardo Soares e João Trajano Sento-Sé entrevista com George Marcus, publicada em *Interseções*, v.1, n1, 1999 (Uerj).

Atividade docente e pesquisa

Contando desde o final da minha graduação, 14 anos haviam se passado e durante todo esse período, além de participar em diversos eventos acadêmicos, escrever inúmeros relatórios, publicar artigos, sempre mantive atividades docentes em diferentes universidades desde o início do meu mestrado.

Ainda durante a realização do Mestrado no PPGAS-Museu Nacional, iniciei minha trajetória docente na Faculdade de Direito Candido Mendes, onde permaneci de 1982 até 1986, ministrando o curso de Introdução à Sociologia para o curso de Direito. Logo em seguida, no segundo semestre de 1982, indicado por Luis Eduardo Soares, comecei a dar aula também na Faculdade da Cidade, de Introdução a Antropologia, onde permaneci até dezembro de 1987. Em março de 1987, fui admitido no Quadro Complementar do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e logo em seguida como Professor Colaborador no Departamento de Ciências Sociais da UERJ, entre maio e dezembro de 1987 e entre abril e dezembro de 1988. No início de 1989, fui aprovado no concurso público para a área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais, junto com o saudoso Luis Rodolfo Paixão Vilhena. Nesse mesmo concurso, ingressaram também, para Sociologia, Helena Bomeny e José Augusto Rodrigues e para Ciência Política, Hugo Lovisoló.

Havia pouco tempo que a UERJ estava realizando novos concursos para a carreira docente. Tínhamos então como Reitor, Ivo Barbieri, primeiro reitor eleito pelo voto direto da comunidade universitária em 1988, e como Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Reinaldo Guimarães. Promessa de novos tempos.

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dirigido à época por Sandra Carneiro, estava começando a se estruturar em novos moldes, em um movimento na Universidade que apostava na capacitação dos docentes, assim como fortalecimento da pesquisa junto com a docência e a extensão. Já em 1990, movido pelo desejo de estruturar e fortalecer o Departamento de Ciências Sociais, foi organizado um Seminário para discutir a formação do Cientista Social no Brasil, que contou com a presença de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Os textos apresentados e discutidos no seminário foram publicados no livro *As assim chamadas Ciências Sociais (1991)*, editado e organizado por Helena Bomeny e Patricia Birman.

O seminário que discutiu as Ciências Sociais no Brasil serviu como substrato para o amadurecimento da reflexão que vínhamos fazendo sobre o curso de Ciências Sociais na Uerj e a produção de projetos e propostas. Foi discutido e aprovado um novo currículo para a graduação e teve início o movimento que culminou na criação do nosso Programa de Pós-Graduação que nasceu em 1994. No final de 1994, uma surpresa bem-vinda se incorporou a nossas vidas: nascia também nosso segundo filho, Bruno.

Éramos poucos e nem todos doutores nesse momento. Eu havia sido sub-chefe de Departamento em 1990. Em 1993, logo após a defesa de minha tese de

doutorado, assumi a tarefa de conduzir os tramites burocráticos de aprovação de nosso programa de Pós-Graduação, tendo me tornado seu primeiro coordenador em 1994-1995. Fui editor da Revista do PPCIS, Interseções, junto com Clarice Peixoto e Miriam Santos, desde seu primeiro número em 1999 até 2005.

Aos poucos, o Departamento der Ciências Sociais foi se reestruturando e conseguimos que novos concursos fossem realizados. Durante os anos 1990, juntaram-se a nós, a partir de concursos, ou oriundos de outras unidade da Universidade, Maria Luiza Heilborn, Claudia Barcellos Rezende, Clarice Ehlers Peixoto, Rosane Prado, Maria Claudia Coelho, Silvana Miceli, Marcia de Vasconcelos Contins Goncalves, Alba Zaluar, Clara Cristina Jost Mafra, Patricia Monte-Mor Alves de Moraes, Antonio Carlos Peixoto, Luis Eduardo Soares, João Trajano Sento-Sé, Myrian Sepulveda dos Santos, Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, Cecília Marinz e Clara Araujo.

Além das atividades acima mencionadas, continuei como Professor do quadro complementar do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio até 1994, quando fui promovido ao Quadro Principal. O Departamento era então dirigido por Lélia Gonzales, falecida em 1994. Fui Diretor do Departamento na gestão 1995-96, quando fui um dos responsáveis pela reestruturação do Curso de Ciências Sociais da Universidade junto com Maria Sarah da Silva Telles, Sonia Giacomini e Eduardo Raposo. Desde então, venho desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, administração acadêmica e extensão nesta Universidade, atuando solidamente na graduação e na pós-graduação.

Em 1996, fui aceito como *Visiting Scholar* no Institute of Latin American da Universidade do Texas, em Austin, para realização de pós-doutorado e para trabalhar junto ao Prof. Eynlton do Sá Rego. Seu apoio foi inestimável e uma nova amizade começou ali a ser gerada. Nesta ocasião, conheci também Hal Langfur, que estava realizando seu doutorado na Universidade, com especialização em História Colonial do Brasil, e sua esposa Kerry. Nossa parceria e amizade vem se solidificando desde então. A participação nos seminários do Institute of Latin America Studies e no Brazil Center da Univertsy of Texas, a possibilidade de frequentar alguns cursos como ouvinte e, principalmente, o acesso às bibliotecas da universidade, em especoal a Benson Latin American Collection, reconhecida pelo seu admirável acervo em Latin Studies, foram fundamentais para meus estudos e pesquisas.

Antes da minha viagem para Austin, Helena Bomeny, minha colega na UERJ, recomendou um grande amigo, historiador mexicano, Mauricio Tenorio-

Trillo, professor no departamento de História da Universidade. Entrei em contato com ele e, desde então, estabelecemos uma ótima parceria acadêmica e uma boa amizade.

O ano que passamos em Austin foi extremamente produtivo e gerou vários desdobramentos. Eu estava trabalhando com o que se convencionou chamar no Brasil de Pensamento Social Brasileiro, e vinha frequentando já há algum tempo o GT de Pensamento Social Brasileiro na Anpocs e na ABRALIC. Estava relendo a literatura deste vasto campo, novelas, contos, os chamados intérpretes do Brasil e alguns críticos.

Mauricio Tenorio havia sido convidado para um Congresso - IV Coloquio Internacional de Investigación en las Humanidades - *El Otro Yo. Un enfoque interdisciplinar de la alteridad*, a ser realizado na Universidad Iberoamericana, na cidade do México. Acreditando que seria interessante contar com a presença de alguém falando a partir do ponto de vista do Brasil, Mauricio fez a mediação e fui convidado para participar em uma das mesas do Seminário. Escrevi um ensaio mapeando paradigmas do pensamento social brasileiro e sinalizando paradoxos que ali despontavam. Mauricio gentilmente traduziu o artigo para o espanhol e apresentei o trabalho "*Escritura y Construcción de Identidad en el 'Pensamiento Social Brasileño'*".

Neste congresso conheci Alfonso de Toro, chileno, radicado na Alemanha, Diretor do Instituto für Romanistik da Universidade de Leipzig. Durante nossas conversas, pudemos estabelecer vários paralelos sobre nossos interesses acadêmicos em comum e, posteriormente, para minha grata surpresa, fui convidado para atuar como Professor Visitante para a Universidade de Leipzig.

O convite do Professor de Toro foi concretizado com minha estadia como Professor Visitante no Instituto für Romanistik da Universidade de Leipzig de novembro de 1998 até fevereiro de 1999 e de novembro de 1999 até fevereiro de 2000, onde lecionei cursos sobre Pensamento Social Brasileiro e Cultura Brasileira. As conversas que tive com os saudosos Ricardo Benzaquén de Araujo e Santuza Cambraia Naves foram fundamentais para a elaboração destes cursos.

A partir desse período foi possível estabelecer um convênio entre a Uerj e a Universidade de Leipzig, mais precisamente, entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o Institut für Romanistik, que também possibilitou a ida dos Professores Helena Bomeny e João Trajano Sento-Sé, com Professores Visitantes em 2001 e 2002, respectivamente, assim como o desenvolvimento de projeto de cooperação internacional, *Communication in the*

Context of Postmodernism and Postcoloniality, coordenado na Uerj por mim e na Universidade de Leipzig pelo Prof. de Toro.

No âmbito deste convênio, publiquei dois artigos em 2002, um sobre o novo romance histórico brasileiro, produto de trabalho apresentado no GT de Pensamento Social Brasileiro da ANPOCS em 1999; e outro, com Paulo Jorge da Silva Ribeiro, sobre o Panorama da Crítica Cultural Brasileira, produto de trabalho que apresentei no Seminário *Humanwissenschaften unter Diktatur und Demokratisierung in Brasilien*, realizado na Universidade de Leipzig em 1999.

Alem disso, através do Prof. de Toro, recebi o convite da Editora Iberoamericana - Vervuert para publicar minha tese de doutorado na coleção *Teoria y Critica de la Cultura y Literatura*, que redimensionei e reescrevi durante esse período, para a publicação em 2002.

Em 1999, Paulo Jorge Ribeiro, meu primeiro orientando de mestrado, defendeu sua dissertação em nosso programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Paulo Jorge havia sido meu orientando na graduação, e estaria também sob minha orientação no doutoramento, com tese defendida em 2005. Desde então, estamos cultivando nossa amizade e parceria intelectual. Publicamos diversos artigos em conjunto, participamos de mesas, GTS, orientações, comissões e bancas em diversas ocasiões. Atualmente, somos docentes do Instituto de Ciências Sociais da UERJ, onde continuamos a cultivar nossa parceria.

Entre os anos 1999 e 2000, como parte de minha inserção no grupo de reflexão sobre pensamento social brasileiro na ANPOCS, publiquei um artigo na Revista de Estudos Históricos do CPDOC, número dedicado aos Descobrimentos, artigo dedicado à reflexão sobre a reinvenção do passado e articulação dos sentidos nos novos romances históricos brasileiros (2000) e um capítulo sobre as fronteiras da nação e a construção das identidades plurais, no livro *O Brasil não é para principiantes - homenagem aos 20 anos de Carnavais, Malandros e Heróis de Roberto da Matta* (2000). Esses trabalhos foram apresentados e discutidos também no âmbito da ABRALIC - Associação de Literatura Comparada, de que participo desde a realização do meu doutoramento.

Em dezembro de 2000, indicado pelo Prof. Roberto da Matta, fui convidado para inaugurar a Notre Dame's Visiting Chair in the Study of Brazilian Culture, tendo apresentado a palestra *Nation and Narration in the Brazilian Historical Novel*, assim como aulas-palestras durante o mês que permaneci na Universidade de Notre Dame.

Naquela ocasião, tive a oportunidade de conhecer o Prof. Fred Dallmayr, que me convidou para co-editar com Jesse Souza um livro sobre pensamento sócio-político-cultural, na coleção *Global Encounters*. Fiquei responsável por redigir um artigo e pela organização da parte sobre Literatura e Cultura - e o livro, *Imagining Brazil*, foi publicado em 2005 pela Lexington Book, republicado em 2007 em paperback.

Em 2000, convidado pelo Prof. David Jackson, apresentei minha candidatura e fui selecionado como Professor Visitante - *Associate Visiting Professor of Anthropology and Rice Family Foundation Visiting Professor*, associado ao *Department of Anthropology and International and Area Studies*, na Yale University para o período que se iniciava em setembro de 2001 até maio de 2002. Durante essa etapa, dei continuidade a minhas pesquisas sobre pensamento sócio-cultural brasileiro, participei em seminários e ministrei cursos na graduação e na pós-graduação desta Universidade. Como produto parcial de pesquisas aí desenvolvidas, publiquei entre 2001 e 2002 artigo intitulado *Roberto da Matta and the in-between place of Brazilian culture*, em *Brazil 2001 - a Revisionary History of Brazilian literature and culture*, número especial de *Portuguese Literary & Cultural Studies*, University of Massachusetts Dartmouth, organizado por João Cesar de Castro Rocha, traduzido e publicado posteriormente em português no livro *Nenhum Brasil Existe - Pequena Enciclopedia*, em 2003. Publiquei em 2003, *Considerações sobre antropologia e literatura: o ensaio como escrita da cultura*, em *Literatura e Cultura*, livro organizado por Heidrun Krieger Olinto e Karl-Eric Scholhammer e em 2005, junto com Vania Belli, *Um país se faz com homens e livros: Monteiro Lobato e a formação de uma comunidade de leitores*, no livro *Pensamento Social Brasileiro*, Organizado por João Trajano Sento-é e Vanilda Paiva, também em 2005.

A partir de 2004, devido a questões familiares, nossas estadias no exterior ficaram restritas a curtos períodos, somente para participação em Congressos e Seminários de pesquisa. Em 2009, realizei um pós-doutoramento, desta vez no Rio de Janeiro, onde fui recebido como pesquisador visitante no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, pelo colega Celso Castro.

Fruto deste período, publiquei em 2010, o artigo *Construção da identidade no Pensamento Social Brasileiro*, no livro *Cenários Construtivistas - temas e problemas*, organizado por Daniela Beccaria Versiani e Heidrun Krieger Olinto.

Venho oferecendo cursos e desenvolvendo pesquisas na área de Pensamento Social Brasileiro - em diversas ocasiões junto com Helena Bomeny e João Trajano Sento-Sé, assim como Antropologia, Sociologia e Literatura, também compartilhado em várias ocasiões com Helena Bomeny, cursos sobre

Teoria Antropológica e Metodologia das Ciências Sociais, também partilhados em várias ocasiões com Maria Claudia Coelho e Claudia Rezende e recentemente com Waleska Aureliano. Resultados desses cursos e dessas pesquisas, tenho participado de eventos científicos, apresentando artigos e publicando em revistas e livros especializados. Publiquei, em 2004, junto com Maria Claudia Coelho, o artigo *De que Lugar Falamos: Reflexões sobre os Movimentos Pós-Moderno e Pós-Colonialista na Antropologia Brasileira*, em *Tudo e Brasil*, livro organizado por Lauro Cavalcanti para a mostra *Tudo e Brasil*.

Em 2007, publiquei *Considerações em torno do novo romance histórico brasileiro*, no livro *Expresiones liminales en la narrativa latinoamericana del siglo XX. Estrategias postmodernas y postcoloniales*, livro organizado por Alfonso de Toro e Rene Ceballos. Em 2013, em um dossiê sobre antropologia e literatura, organizado por Moacir Palmeira e Ana Carneiro, *Revista de Ciências Sociais da UFC*, publiquei *A produção da verdade narrativa nos Diários da Descoberta da América e nos relatos das aventuras de Dom Quixote de la Mancha*. Ainda em 2013, tive a oportunidade de participar junto com Clarice Peixoto, na realização do *Portrait Roberto DaMatta*, projeto desenvolvido com o apoio da FAPERJ. Em 2014, publiquei junto com Paulo Jorge da Silva Ribeiro, *O fazer etnográfico: entre práticas e representações da violência*, em *Redemocratização e mudança social no Brasil*, livro organizado por Maria Celina d'Araujo. Em 2016, publiquei *Mapping the Paradigms of Brazilian Social Thought*, no *International Journal for Innovation, Education and Research*. Em 2017, junto com Elaine Perdigão, publiquei em *Interseções, Etnografia e ficção em perspectiva*. Em 2018, publiquei em *Enlaces – estudos de folclore e culturas populares*, o registro da memória do Seminário sobre Folclore e Ciências Sociais (2017), que organizei com Maria Laura Cavalcanti e Joana Correa, em homenagem ao querido amigo Luis Rodolfo Paixão Vilhena e em 2019, em co-autoria com Paulo Jorge da Silva Ribeiro, publiquei *Brazilian Modernism and Cultural Criticism*, no *International Journal of Comparative Literature & Translation Studies*.

Atualidade

Desde 1982, quando iniciei minhas atividades docentes e, em especial, desde 1987, quando ingressei na UERJ no Departamento de Ciências Sociais, na área de Antropologia e na PUC-Rio no Departamento de Sociologia e Política, igualmente na área de antropologia, venho ministrando cursos tanto na graduação quanto na pós-graduação (a partir de 1995 na UERJ e 2005 na PUC). Tenho imenso prazer em dar aula. Venho oferecendo disciplinas obrigatórias e eletivas - tanto na graduação quanto na pós-graduação. Dentre estas,

Introdução à Antropologia, Teoria Antropológica, Escola Sociológica Francesa, Antropologia Social Inglesa, Teoria da Cultura, Pensamento Social Brasileiro, Antropologia e Literatura, Antropologia de Levi-Strauss, Teorias Sociais, Teoria Antropológica Contemporânea e diversos seminários especiais. Por diversas vezes tenho tido oportunidade de ministrar disciplinas juntos a colegas do Departamento, caracterizando uma experiência muito produtiva tanto para nós professores quanto para os estudantes.

Venho já há algum tempo, oferecendo disciplinas de Metodologia e Pesquisa tanto na graduação quanto na pós-graduação. Meu interesse pela história e, em especial, pela epistemologia vem balizando minha viagem intelectual no campo das ciências humanas e sociais. A leitura iniciada na graduação de Bachelard, Koyre, Canguilhem, Foucault, Deleuze continua se desdobrando e múltiplos campos vem se descortinando. Além disso, a leitura dos *founding fathers*, clássicos e contemporâneos, continua sendo prazerosa e proveitosa. Tenho ministrado cursos de Metodologia e Métodos de Pesquisa Qualitativos nas Ciências Sociais, em que tenho tido a oportunidade de dar continuidade a minhas reflexões sobre epistemologia e, em especial na antropologia, sobre trabalho de campo. O texto de Mariza Peirano, “Etnografia não é método”, o de Howard Becker, “Foi por acaso”, o de Helio R. S. Silva, “A situação etnográfica: andar e ver”, o de Jorge Luis Borges, “Do rigor na ciência”, são presenças constante na introdução e desenvolvimento dessas temáticas com os estudantes.

Venho orientando monografias de graduação e iniciação científica desde o início da década de 1990, em torno de uma centena de estudantes e jovens pesquisadores. Além disso, orientei mais de 40 alunos de pós-graduação, distribuídos entre especialização, mestrado, doutorado e supervisão de pós-doutorado, além de ter participado em mais de duas centenas de bancas de trabalhos de conclusão de curso e de comissões julgadoras para concursos públicos docentes e premiações. Minha participação na Chefia de Departamento, Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de área, Iniciação Científica e diversas comissões, tem sido uma constante.

* * *

Em *A Pesquisa*, romance de Juan Jose Saer, logo no início da narrativa somos interpelados pelo narrador “Vocês devem estar se perguntando, se bem os conheço, que posição ocupo neste relato, posto que pareço saber dos fatos mais do que aquilo que eles mostram à primeira vista e falo sobre eles e os transmito

com a mobilidade e a ubiquidade de quem possui uma consciência múltipla e onipresente, mas quero fazer-lhes notar que o que estamos percebendo nesse momento é tão fragmentário quanto o que sei acerca do que lhes estou contando, mas que quando o recontarmos amanhã a alguém que tenha estado ausente ou simplesmente o recordarmos de forma organizada e linear, ou, sem ao menos esperar até amanhã, se simplesmente nos pusermos a falar do que estamos percebendo, neste momento ou em qualquer outro, o corolário verbal também daria a impressão de estar sendo organizado, enquanto é proferido, por uma consciência movediça, ubíqua, múltipla e onipresente. E prossegue nosso narrador “Desde o primeiro momento, tive a prudência, para não dizer a cortesia, de apresentar estatísticas com o propósito de demonstrar a veracidade do meu relato, mas confesso que, no meu modo de ver, esse protocolo é supérfluo, uma vez que, só pelo fato de existir, todo relato é verídico e, caso se pretenda extrair dele algum sentido, basta ter em conta que, para obter a forma que lhe é própria, às vezes lhe é necessário produzir, graças a suas propriedades elásticas, certa compressão, alguns deslocamentos e não poucos retoques na iconografia”. (Saer, 1999, p. 19).

Ao longo do texto, faço referência a algumas publicações cujos dados completos constam em meu Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4017037880197153>.

Memorial¹

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna

Primeiras Palavras

Iniciei minha graduação na Universidade de São Paulo/USP no ano letivo de 1969. Meses antes do meu ingresso, o curso de Ciências Sociais /USP deixara seu antigo prédio, na Rua Maria Antonia, área central da cidade, transferindo-se para o distante *campus* da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, no bairro do Butantã. Por trás desse deslocamento, existe uma pequena história que merece ser contada.

Voltando alguns meses no tempo, antes de meu ingresso, no mês de outubro do emblemático e inquietante ano de 1968, os estudantes de duas universidades, com tendências políticas e ideológicas conflitantes entraram em confronto; a Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Vizinhas, ambas situadas na Rua Maria Antonia, Vila Buarque, área central de São Paulo. Esses alunos, nos dois casos, tinham histórico de militância estudantil, ainda que em extremos opostos.

O prédio da *Maria Antonia*, como era conhecido, abrigava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, reunindo os cursos de Filosofia, Letras, Geografia, História, Matemática e Economia. Fundada em 1934 a FFCL - um dos núcleos fundadores da Universidade de São Paulo - teve suas primeiras sedes instaladas nas dependências de outras unidades acadêmicas até se fixar em 1947 na Maria Antonia. Muitos uspianos eram ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), em luta contra a ditadura militar e contra a reforma de ensino, configurando uma militância de esquerda.

Do outro lado da rua, a Universidade Mackenzie com seus estudantes simpáticos ao regime militar, em luta contra o comunismo, legitimando a presença daqueles universitários ligados ao Comando de Caça aos Comunistas/CCC, configurando uma militância de direita. Havia ainda a versão de que esses grupos estudantis do Mackenzie eram orientados, em suas ações, por militares.

¹ Este memorial foi defendido em 04 de março de 2021. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Cecilia Loreto Marins (presidente), Myrian Sepúlveda dos Santos, Angela Moulin Simões Penalva Santos, José Reginaldo Santos Gonçalves e Aduino Lúcio Cardoso.

Destaco que embora o quadro político, ideológico e de militância estudantil fosse, como se sabe, muito mais complexo do que o aqui relatado, com cisões políticas internas e vários outros problemas de cunho político e ideológico, neste relato busquei situar apenas as linhas mais gerais que definiriam os dois grupos que atuaram nesse embate.

Os confrontos começaram devido a um pedágio criado na Rua pelos Estudantes da USP, que visava custear a organização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes do Mackenzie reagiram a esse fechamento da rua. As mencionadas diferenças políticas e ideológicas entre os estudantes somadas à tensão da época - em plena ditadura militar - fez com que uma batalha campal logo se espalhasse entre os alunos das duas instituições. Durante dois dias os estudantes se enfrentaram, no começo com ovos, depois com pedras, paus, tiros e até bombas, enquanto a polícia assistia a tudo sem intervir. O estudante secundarista José Guimarães, do Colégio Marina Cintra, da Rua da Consolação, foi atingido por um tiro e morto. Sua camisa ensanguentada foi levada como estandarte pelos alunos da USP em passeata pelas ruas do centro paulistano.

Ao final do confronto, a Polícia invadiu os prédios da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Economia. O edifício pertencente à USP foi parcialmente incendiado e destruído, nessa contenda conhecida como a *“Batalha da Maria Antonia”*, que efetivamente levou ao encerramento abrupto das atividades no edifício, em outubro de 1968, com a consequente transferência, definitiva, de seus cursos para a Cidade Universitária.

Os estudantes ali antes instalados resistiam, lutando pela permanência no complexo Maria Antonia, localizado na área central da capital paulista, com um entorno de efervescência política e cultural, com rede de cinemas, como o Cine Bijou, cineclubes e livrarias, além de bares, como o Redondo e restaurantes, como a Baiúca e o Gigetto. Ainda nas suas vizinhanças localizavam-se o Teatro Municipal, o Teatro de Arena, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, enfim, uma vida ligada à cultura, quando a esquerda se constituía como vanguarda cultural. Enfim, naquele momento a Rua Maria Antônia era o berço e o centro da agitação política e cultural paulista.

O *campus* da Cidade Universitária, em contrapartida, localizado no bairro do Butantã, zona Oeste da Cidade, um tanto distante fisicamente da área central e sem a mesma movimentação política estudantil, provocava o isolamento dos estudantes. Sua configuração espacial favorecia a dispersão e impedia a criação de locais de convívio entre alunos das diversas faculdades e entre alunos e professores. Obviamente, lá não havia a vitalidade acadêmica

característica da Maria Antonia. A transferência era, portanto, largamente rejeitada pelos estudantes, que apesar de resistirem, foram vencidos. Para o regime militar essa era uma solução há muito desejada.

Relembrando esse fato em 2010, em entrevista publicada pela Revista Tempo Social, o professor José de Souza Martins afirmaria que “de um modo geral, a saída da rua Maria Antônia impôs a vários de nós um modo radicalmente diverso de relacionamento com a universidade, marcado sobretudo pela pobreza de esperança”.

Uma vez na Cidade Universitária, os alunos de Ciências Sociais e dos demais cursos transferidos passaram a conviver com espaços precários e pouco adequados, logo apelidados de “barracões”. Muito quentes no verão, muito frios no inverno, seus telhados de material plástico ou resina ampliavam o barulho da chuva. Eram provisórios, mas cursei toda minha graduação ali. Os barracões expressavam a precariedade física da rápida transferência e as dificuldades políticas que a Universidade enfrentava naquele momento.

As primeiras aulas aconteciam nos barracões, enquanto nos espaços abertos do *campus* ocorriam ações estudantis de resistência, como os “comícios relâmpagos”; manifestações rapidíssimas, de modo a não dar tempo à repressão. Essa estratégia permitiu que um mínimo de contestação sobrevivesse no espaço da Universidade, no duro e longo período da ditadura militar. Vivia-se uma época na qual toda manifestação pública era proibida. Um momento bastante tumultuado e o medo fazia parte do nosso cotidiano. A Universidade enfrentava a presença da polícia em seu *campus*, convivia com a cassação política de professores, com a prisão e mesmo a morte de estudantes, além da aposentadoria compulsória e consequente exílio de vários docentes de renome das Ciências Sociais. Com base no Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968, foram aposentados compulsoriamente, entre outros: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Jr., Paula Beiguelman, Emília Viotti da Costa, José Arthur Giannotti.

Enfim, foi este o cenário que marcou meus anos de graduação entre 1969 e 1972. Trago essa narrativa porque entendo como relevante retomar o momento e as contingências sociais e políticas com as quais uma geração de estudantes conviveu enquanto cursava Ciências Sociais, pois elas definiram novos arranjos necessários à viabilidade e continuidade do Curso naquele momento. Minha formação na graduação é produto dessas circunstâncias.

Passadas cinco décadas da *Batalha*, em outubro de 2018, uma Exposição nomeada *Re Vou Ver* instalou-se exatamente no mesmo local onde ela ocorrera,

com o intuito de rememorá-la². Essa reviravolta foi possível porque, já há alguns anos, o histórico prédio da Rua Maria Antônia voltara para a USP e hoje abriga o Centro Universitário Maria Antônia/CEUMA, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, com intensa programação cultural, considerado patrimônio histórico da cidade. A Exposição contou com o acervo histórico e documental do CEUMA, com muitas fotos, documentos históricos, além de intervenções artísticas, relançamento de livros, exibição de filmes sobre a época, leituras cênicas, acompanhados de debates e discussões.-

Por sua vez, a FFLCH superou suas precárias condições de instalação e hoje ocupa na Cidade Universitária, local que conta com três prédios didáticos, além de outras instalações, como os prédios da Administração e da Biblioteca Florestan Fernandes. Os barracões hoje são apenas objeto de memória.

Formação Acadêmica

"Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução."

BENJAMIN, Walter, Rua de Mão Única - Obras escolhidas Volume III. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 73.

Graduação Ciências Sociais/ FFLCH/USP 1969 -1972

Ingressei na graduação em 1969, na FFLCH/USP, quando o curso de Ciências Sociais, apesar do quadro adverso antes descrito, contava com excelentes jovens professores, que ali vinham se formando como mestres e doutores, e que assumiram as responsabilidades didáticas e acadêmicas de seus mestres aposentados compulsoriamente.

Ao longo dos quatro anos de graduação trabalhei ministrando aulas pela manhã como professora primária, concursada pela Prefeitura de São Paulo e frequentava meu curso no decorrer de todo o período da tarde.

Nas várias áreas das Ciências Sociais, competentes mestres, garantiam aos alunos uma formação de qualidade. Na área de Antropologia frequentei cursos conduzidos por professoras como Gioconda Mussolini, Ruth Cardoso, Eunice Durham, em disciplinas básicas e optativas, que me revelaram a dimensão e a importância da análise antropológica, tanto em seu olhar voltado para o outro, no estudo das sociedades tribais, como na abordagem direcionada para a

² <http://jornal.usp.br/cultura/exposicao-relembra-a-batalha-da-maria-antonia/>

cidade, tema mais recente de estudo, nessa área. Ruth Cardoso foi das primeiras dentre os antropólogos a focalizar o estudo do fenômeno urbano como tema para a análise antropológica, com destaque para suas pesquisas sobre novos movimentos sociais. Em Ciência Política as aulas de professores como Francisco Weffort, Lucio Kvarick, José Álvaro Moisés constituíram referências marcantes para a reflexão em Teoria Política e História das Ideias Políticas. Seus programas de pesquisa tinham como temáticas o populismo na política brasileira, marginalidade urbana, espoliação urbana, movimentos sociais. Eles iniciariam uma tradição de estudo, com contribuições originais, que mais tarde singularizou a Ciência Política da USP como disciplina acadêmica

A área de Sociologia, da qual eu mais me aproximei, vivia o impacto da recente cassação de professores como Florestan Fernandes, que como regente da antiga Cadeira de Sociologia 1 reunia um núcleo denso de jovens professores assistentes e pesquisadores, dentre os quais, Fernando Henrique Cardoso, seu primeiro assistente, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, igualmente cassados³.

Mesmo em face desse quadro inquietante, a área de sociologia ainda contava com ótimos professores formados na própria USP, herdeiros de uma tradição acadêmica muito respeitada. Tive o privilégio de cursar disciplinas de teoria sociológica com professores, cuja relevância na academia se tornaria notória. Mestres como José de Souza Martins (também ligado ao núcleo Florestan Fernandes), Gabriel Cohn, Maria Alice Mencarini Foracchi, cuja sólida formação se expressava em suas aulas. O professor Leôncio Martins Rodrigues introduziu de modo pioneiro a reflexão sobre a Sociologia do Trabalho no Brasil, a partir de seus estudos sobre sindicalismo, classes trabalhadoras e relações de trabalho. Com grande interesse acompanhei suas aulas pela novidade de suas temáticas e pelas pesquisas empíricas que desenvolvia no espaço da fábrica e diretamente junto aos operários.

A Sociologia Rural contava com figura de grande prestígio nacional e internacional, a professora Maria Isaura de Queiroz, autoridade de destaque nessa área. Seus temas de pesquisa incluíam movimentos religiosos e messiânicos, o ambiente rural, o camponês, o sertanejo e o cangaceiro, o mandonismo político, a cultura brasileira e o carnaval.

Entretanto, era o universo urbano que instigava minha curiosidade de pesquisa e a motivação de tomar a cidade como objeto de estudo. A disciplina

³ <https://jornal.usp.br/universidade/1964-1985-anos-de-perseguiacao-na-usp/>

de Sociologia Urbana, oferecida pelo professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, foi decisiva nesse sentido. Suas aulas me colocaram em contato com sua experiência docente nas áreas de organização social, sociologia demográfica, sociologia do urbanismo e planejamento urbano, inspirando a escolha de minha temática de pesquisa no Mestrado.

Nesse período, o contato com uma bibliografia mais extensa sobre a cidade me permitiu criar um repertório de referências teóricas e conceituais, que incluíam a concepção de espaço urbano, de construção social do espaço, de processo de espacialização da cidade, centralidade urbana, unicidade do centro, urbanismo e planejamento urbano.

A Sociologia Urbana Francesa, por meio de seus representantes entre os quais - Raymond Ledrut e Henri Lefebvre, Manoel Castells, Jean Lojkin, Christian Topalov - propõe novos marcos para a renovação da reflexão sobre a cidade, por meio de uma produção de inspiração neomarxista. Para esses sociólogos franceses (bem como para os norte-americanos fundadores da *new urban sociology*, C. Wright Mills e Floyd Hunter), a cidade deveria ser compreendida como espaço socialmente produzido, assumindo diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político. Ganha importância a interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano, o que *politiza a questão urbana*. Surgem, assim, novas questões de investigação: os movimentos sociais urbanos, os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização.

Nessa perspectiva, meu interesse era refletir sobre a configuração espacial da cidade tratando o espaço como categoria de análise. A premissa de Ledrut de que "*olhar sobre a cidade é um olhar sobre o espaço*", não reduz, entretanto, a cidade à sua dimensão espacial. Para o autor *a cidade é espaço*, porque o engendramento de um certo número de relações e de ligações entre elas produz uma estrutura concreta e faz surgir uma espacialidade particular. O espaço é determinado pelo conjunto das relações vividas que definem uma sociedade, uma cultura, e que dizem respeito tanto a relações de produção, como a relações com o mundo. O espaço não é jamais um elemento distinto, desvinculado, das relações sociais.

Essa ótica aproxima-se da visão de Henri Lefebvre de que "a cidade é essa totalidade, onde se ligam estreitamente a forma, o sentido social, espaço e política". Tal reflexão trazia novas proposições teóricas e de abordagem empírica para as cidades, ampliando minha percepção sobre o urbano.

Os mencionados sociólogos urbanos, de inspiração marxista, politizam a questão urbana e formalizam uma severa crítica à tradição de pensamento sobre a cidade, expressa pela Escola de Chicago, que menciono a partir de agora como Escola (que retomamos adiante). Castells, de quem parte a crítica mais contundente e sistemática à Escola - com a anuência seus colegas - indica uma ruptura teórica com essa “sociologia urbana”, principalmente a partir da França e expressa o descontentamento desses teóricos, com a ideia de que haveria um urbano *per se*, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais urbanos.

No entender do autor, a abordagem ecológica da Escola não fornece nem objeto próprio nem conhecimento específico à sociologia urbana; na verdade, refletiria sobre a sociologia da integração ou da cultura. As teorias que concebem a cidade como variável determinante da cultura são, para o autor, *teses ideológicas sobre a sociedade urbana*. Podem ser tanto de *direita*, como no caso de Louis Wirth, que defende a ideia de que a cidade produz cultura, expressa na formulação do *urbanismo com o modo de vida*, quanto de *esquerda* como no caso de Henri Lefebvre, com quem Castells tem algumas divergências, em especial, sua definição de sociedade urbana, a partir de um conteúdo que é o reino da liberdade e do novo urbanismo, concebendo o urbano como cotidianidade, ou seja, como o eixo do desenvolvimento social e da conclusão cultural da história.

A crítica do autor espanhol volta-se para a *ideia de que o espaço determina o comportamento*; em sua visão ambas as formulações são ideologias, embora contribuam com grandes achados do ponto de vista empírico, as articulações teóricas são fracas, porque todas contêm um pecado original: desembocam no lugar do espaço na estrutura social.

Essa crítica, entretanto, não é consensual entre os pesquisadores urbanos, dentre os quais, David Harvey, geógrafo britânico, atualmente professor da Universidade da Cidade de Nova York. De orientação marxista, ele é dos principais nomes na interpretação do capitalismo moderno, para quem o espaço está associado à reprodução, ao consumo coletivo; não é uma página em branco, ele é determinado pela reprodução; o espaço não existe em si, ele é socialmente determinado.

A sociologia urbana mereceria um novo ponto de partida, diria Castells: a criação de um novo campo teórico, que seria a análise sociológica da produção

do espaço, que resultaria numa “sociologia do planejamento urbano”; solução discutível, segundo Gonçalves⁴.

O autor propõe uma análise da cidade como um “espaço de *consumo coletivo*”, onde se desenvolvem as relações capitalistas de produção. Essa interpretação, contraposta à de Lojkin, permite, diz ele, uma leitura mais ampla da cidade.

A contribuição de Lojkin (1983), que discute a questão do Estado na sociedade de capitalismo avançado, traz como hipótese que a urbanização, como uma forma desenvolvida da divisão social do trabalho, representa um dos maiores determinantes do Estado, tal como ele se apresenta. Lojkin analisa o papel do Estado na urbanização capitalista, a relação da política urbana e suas dimensões com a luta de classes e a questão dos movimentos sociais urbanos diante do Estado.

Divergindo de Castells, Lojkin (1981) entende a cidade como “o *espaço da produção*”. Afirma que a cidade não serve somente para a reprodução da força de trabalho, mais sim satisfazer as condições gerais da produção, que abrange todo o aparato legalizado para garantir a propriedade privada, livre circulação de mercadoria, serviços e a provisão de infraestrutura básica, tanto para o consumo produtivo como para o consumo individual.

Ainda que por caminhos diferentes, ambos partilham da concepção de que o desenvolvimento urbano no capitalismo tem uma especificidade determinada pelos mecanismos sociais, que vão se criando, tendo em vista a articulação entre o Estado e o processo urbano capitalista.

Tais formulações teóricas e conceituais orientaram a abordagem que utilizei em minha dissertação, e foram de grande valia, principalmente nos anos 70, para criação de novas perspectivas de análise e de pesquisa, nas quais o urbano ganha diferenciadas abordagens. Elas foram igualmente valiosas para as discussões teóricas na minha parceria acadêmica no IPPUR (que retomo adiante), além de me permitir aprimorar as propostas de disciplinas oferecidas na área de Sociologia Urbana, tanto na graduação, quanto na pós-graduação *lato sensu*, e mais tarde no mestrado e doutorado do PPCIS.

4 GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa. *Espaço e Debate*, n. 28, 1989, p. 67-79,

Mestrado em Ciências Sociais: Área Sociologia/FFLCH/USP – 1974-1981

Terminada a graduação em 1972, iniciei meu mestrado em 1974, prosseguindo minha formação na mesma instituição (USP/FFLCH), na área de Sociologia. Eu buscava dar continuidade ao contato de pesquisa que tivera com o professor Mourão na graduação, agora, como sua orientanda.

Contei com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, pelo período de um ano, no qual realizei minha pesquisa de campo.

No mestrado cursei, entre outras, disciplinas ministradas pela professora Eva Blay, duas outras oferecidas por meu orientador, professor Mourão, sempre envolvendo a reflexão sobre a questão urbana, o que me forneceu subsídios para um tratamento teórico e conceitual do tema que escolhi, além de uma crítica ao modelo da cidade funcional, à racionalidade que marcava sua intervenção planejada no espaço urbano. Fui aluna também do professor Lucio Grinover da FAUUSP, na disciplina externa “O processo de Comunicação em Ambiente Urbano”, com ênfase na ideia de que a comunicação visual, se torna o traço característico da cidade, concebida como um lugar de comunicação, criatividade e progresso. Essa dimensão visual da cidade contribuiu muito para o entendimento dos aspectos mais subjetivos e simbólicos, que permitem a leitura da cidade.

Quanto à pesquisa para o mestrado *sua* referência empírica e espacial foi a Área Central da cidade de São Paulo, e teve como foco de análise, a Avenida Paulista⁵, entendida como área de expansão do Centro. Seu título: *A Avenida Paulista no Contexto da Expansão da Área Metropolitana de São Paulo. Proposição para um conceito de centro expandido.*

Essa expansão é percebida como produto do processo produtivo da cidade. Nesse sentido, entendo as mudanças socioespaciais analisadas, como indicadoras das transformações econômicas mais amplas da metrópole de São Paulo. Contrapondo-se ao seu caráter eminentemente industrial, comum às suas últimas décadas, a cidade, nos anos de 1970, começa a se distinguir como grande centro de serviços especializados (setor terciário superior ou

5 A Av. Paulista, idealizada por João Eugênio Lima (inaugurada em 8 de abril de 1881), torna-se uma das áreas residenciais mais nobres da cidade. Contudo, o ano de 1940 marcaria uma ruptura no sólido domínio das mansões – que expressa mudanças mais amplas no âmbito da cidade – com a construção do primeiro prédio de apartamentos na esquina com a rua Frei Caneca, iniciando uma crescente ocupação da Avenida por Altos edifícios. Para uma análise do processo de transformação da Av. Paulista, de área nobre residencial a um centro prestador de serviços do tipo terciário superior, ver Sant’Anna, 1981.

quaternário). O centro urbano que se delineava indicava um novo desenho socioespacial que retratava tais mudanças mais amplas e decisivas para um novo arranjo socioeconômico da cidade.

A São Paulo da década de 1970 vinha ganhando ares de um novo centro financeiro e de sede de serviços mais sofisticados, o que exigia a expansão do centro para uma área com grande *status* de localização, que espelhasse o requinte dos serviços ali oferecidos, por empresas de consultoria técnica, financeiras e/ou ligadas ao comércio de luxo, à moda etc.

Em linhas muito gerais pode-se identificar o Centro Histórico ou Centro Antigo da cidade como aquele formado pelo tradicional triângulo composto pelo Largo São Francisco, o Largo São Bento e a Praça da Sé, onde surgiu o Colégio Jesuíta que originou o povoado. Um desdobramento desse primeiro centro incorpora o Centro Novo, em área próxima, que corresponde ao distrito da República, localizado na extremidade do Viaduto Santa Ifigênia ao Viaduto do Chá. A reunião dessas duas áreas configura o *Centro Histórico Tradicional*/CHT. Entendida como uma área que perdia qualidade e atratividade, com a migração de algumas de suas atividades econômicas para novas áreas.

Autores como Nestor Goulart Reis Filho, Paul Singer, José de Souza Martins, trouxeram reflexões preciosas que revelam o processo de urbanização e de metropolização de São Paulo. Em particular para a análise do longo processo de evolução da cidade de São Paulo e de seu centro histórico, tomei como referência, principalmente, o estudo de Nestor Goulart Reis Filho, que parte do Brasil Colônia/século XVI e chega até o processo de metropolização da cidade, o que derivava de meu interesse no processo de transformação de São Paulo de uma cidade essencialmente industrial para uma cidade de serviços especializados.

O tratamento teórico dessa realidade social exigia a definição de uma série de conceitos, dentre os quais, o de espaço, cidade, e centro urbano. Dialogando com as proposições de Raymond Ledrut, Henri Lefebvre, Manoel Castells, às vezes com proposições distintas, construí o referencial teórico da pesquisa.

Conforme já mencionei, a Sociologia Urbana Francesa traz uma crítica severa ao urbanismo funcionalista, ligada a seu formalismo, que resultava na cidade fragmentada pelas suas diferentes funções, que se especializavam para atender aos preceitos. Esta era uma crítica que eu considerava bastante pertinente a ser incorporada à análise.

Considero minha dissertação de mestrado de grande importância para meu aprendizado na área de pesquisa, tanto pela temática tratada como pela

abordagem adotada. O processo pesquisado era muito marcante e definidor do novo momento da cidade. O delineamento de um novo desenho da área central, expressava diferentes mudanças espaciais, socioeconômicas e simbólicas vivenciadas pela cidade, permitindo identificar uma tendência que viria a se consolidar posteriormente. O Centro Histórico Tradicional vivia um período de perda de qualidade e de migração de suas atividades. Enquanto isso, a Av. Paulista, antiga área residencial nobre da cidade, vinha ganhando ares de centro financeiro e de prestação de serviços sofisticados.

Deve-se destacar que esse processo expressava o delineamento de uma nova estrutura espacial do centro metropolitano de São Paulo. Começava a perder importância, enquanto modelo estruturador da metrópole, o desenho radioconcêntrico historicamente implantado. Por sua vez, ganhava força um novo desenho marcado por corredores urbanos, como a Av. Paulista, direcionando-se no sentido sudoeste da cidade.

É importante destacar essa constatação. Significa dizer que nesse processo de delineamento de uma nova estrutura espacial do centro metropolitano de São Paulo, perde importância seu histórico desenho radioconcêntrico, historicamente implantado e estruturado a partir de seu centro histórico, Praça da Sé e seu entorno. Esse desenho, como se sabe, remete às proposições da Escola de Chicago, em especial, as de Robert Park e Ernest Burgess, em suas formulações sobre o crescimento da cidade marcado pela teoria da estrutura urbana em círculos concêntricos, conforme formulada em artigo por Burgess. Nesse processo ganhava força um novo desenho marcado por corredores urbanos, direcionando-se no sentido sudoeste da cidade, conforme revelava, em sua atuação como urbanista, o arquiteto Candido Malta Campos Filho, cujo trabalho retomo adiante.

A vocação inicial da Avenida em abrigar uma camada social bastante rica e sofisticadas em luxuosas mansões consagrou-lhe a tradição de uma Avenida aristocrática. Era exatamente esse *status* que grandes empresas, inclusive, multinacionais, grandes bancos, queriam herdar ao se instalarem na Av. Paulista, evidenciando que a cidade estendia sua área central para um espaço sofisticado e com atividades econômicas altamente especializadas.

A parte empírica da pesquisa foi também muito reveladora da riqueza de possibilidades dos recursos metodológicos. A transição da Av. Paulista de área residencial de luxo, com seus casarões posteriormente demolidos devia ser mostrada com dados precisos e confiáveis, bem como o início de sua transformação em centro sofisticado de prestação de serviços do terciário superior.

Por sugestão de meu orientador realizei um longo e cuidadoso levantamento com base na ocupação do solo das unidades de serviço que se instalavam na Avenida, em contraposição ao uso residencial de luxo. Como fonte desses dados utilizei as Listas de Assinantes/Endereços de São Paulo /CTB (Edições 1960, 1965, 1969/1970, 1972/73) e ONDE 1976 /77 São Paulo - Jardim América 1ª. Edição de Guias LTB/AS.

Uma sistematização desses dados foi inscrita em figuras com desenho da Av. Paulista, no qual são assinalados os serviços implantados em cada período pesquisado. Um gráfico recupera essas informações como um todo, permitindo verificar como evoluiu, no todo, o número de unidades de serviços instaladas na Avenida. Essa curva indica que a maior taxa de implementação de serviços ocorreu no período 1965 a 1970. Essa taxa, embora menor, manteve-se positiva de 1970 até o final do período pesquisado, 1976/1977.

Outro recurso de pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas realizadas com empresas localizadas na Av. Paulista. Algumas delas haviam deixado o Centro Histórico Tradicional, e o fizeram devido a vários fatores: sua saturação e congestionamento, dificuldade de acesso à área, instalações que não atendiam às necessidades de grandes e modernos espaços. As entrevistas permitiram confirmar que a Av. Paulista representava um novo espaço central.

Destaco como de grande importância para o encaminhamento e delineamento de minha dissertação a reflexão e a prática de planejamento de Candido Malta Campos Filho, professor, pesquisador, urbanista e planejador urbano, hoje professor emérito da FAUUSP. Seu trabalho sobre os corredores metropolitanos de São Paulo foi de grande valia para mim, na identificação das novas tendências de desenho espacial da área central da cidade.

Gostaria, por fim, de mencionar uma experiência positiva que vivenciei nessa fase. No início do Mestrado, 1974, meu marido e eu nos mudamos de São Paulo para o Rio de Janeiro. Como mostro mais adiante, eu iniciaria no Rio, uma atividade de trabalho como socióloga assistente de pesquisa, no Centro de Pesquisa Urbana/CPU do Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM. Essa conjunção do Mestrado com meu trabalho de pesquisa no CPU auxiliou-me bastante. Ao mesmo tempo em que fazia as disciplinas de Mestrado - viajando uma vez por semana para São Paulo - eu convivía diariamente com experientes profissionais de diferentes áreas do conhecimento, um grupo de competentes pesquisadores, em projetos que me mantinham conectada com a tarefa de pesquisar empiricamente diferentes questões sobre o urbano.

A defesa da minha dissertação de mestrado ocorreu apenas em 1981, quando retornei da França, onde permanecera, como já mencionei, de meados de 1977 até meados 1980. Os prazos de conclusão eram muito amplos naquelas décadas, bastantes distintos das atuais exigências de integralização da Capes. Minha Banca Examinadora reuniu os professores doutores Juergen Richard Langenbuch, Eva Alterman Blay, e, naturalmente, meu orientador Fernando Augusto Albuquerque Mourão.

Na sequência relato minha experiência na Université de Toulouse /França, na qual realizei um curso de aperfeiçoamento.

Toulouse/França: Diplôme d'Études Approfondies/DEA 1978-1979

Nos primeiros dias de minha chegada à Toulouse dirigi-me à *l'Université de Toulouse II - Le Mirail* (UTM, França) para os procedimentos formais de seleção ao curso de DEA/*Diplôme d'Études Approfondies*, cuja especialidade era *Urbanisme et Aménagement*. À época o DEA correspondia ao primeiro ano do *Doctorat de Troisième Cycle*. Quando cursado unicamente esse primeiro ano, conferia-se ao estudante aprovado o referido Diploma. Esse sistema correspondia ao antigo mestrado e doutorado da França, anterior à reforma que uniformizou as titulações de pós-graduação naquele país, em consonância com as diretivas da comunidade europeia.

O curso exigia cumprimento das seguintes etapas: *Participation à un travail Collectif ou Metodologie de la Recherche*; *Rapport D' Advancement des travaux personnels*, et *Interrogation Orale sur les deux Rapports*, além de um *Memoire* apresentado e defendido ao final de um ano do curso. Outra atividade importante eram Seminários sobre temáticas urbanas coordenados pelo professor Raymond Ledrut, figura de destaque na Sociologia Urbana Francesa, nos anos 1970.

O *Memoire* que defendi tratava de um dos temas discutidos nos Seminários, relativo aos centros urbanos. Incluía ainda um projeto inicial de pesquisa, a ser desenvolvido caso eu fosse dar continuidade ao curso nos anos seguintes em direção ao *Doctorat de Troisième Cycle*.

Conforme relatei acima, já havia iniciado em 1973, meu Mestrado da FFLCH/USP e conduzia a pesquisa de mestrado sobre questões constitutivas da centralidade urbana na cidade de São Paulo, mesmo residindo em Toulouse. Procurei então, trabalhar questões que eu ainda não privilegiara no estudo dos centros urbanos. Utilizando como recurso a pesquisa bibliográfica, cheguei a uma polêmica discussão sobre a crise dos centros urbanos, trazida por

estudiosos urbanos franceses como Jean Claude Soucy e inclusive Castells trazia sua visão sobre assunto, em texto de 1969⁶, que até então eu desconhecia.

Nessa ótica, os centros urbanos de grandes cidades europeias e norte americanas estariam vivendo uma situação de crise, ainda que em cada caso com características distintas. Essa discussão ocorria no final dos anos 1969 e se estendeu aos anos 1970.

Meu interesse era entender como esses autores definiam essa crise, que fatores a condicionavam, e suas distintas formulações sobre a configuração da crise, bem como sobre suas causas. Em geral os autores associavam essa crise ao crescimento desordenado da cidade e à forma rápida e sem normas que marcou seu crescimento. O pressuposto era o de que o centro urbano incorporava e expressava de forma mais intensa esses problemas, do que as demais áreas da cidade. Busquei demarcar também uma visão crítica a essa proposição de crise defendida pelos autores acima mencionados.

Minha meta era avaliar se o processo que a área central da cidade São Paulo vivia nas décadas de 1960 e 1970, com perda de qualidade de seu centro tradicional, além do problema da migração de muitas de suas atividades econômicas para outras áreas, poderia ser entendida como uma situação de crise do centro urbano. Seria esse processo indicativo de um sintoma de crise?

Minha indagação era se essa realidade poderia ser concebida, no quadro dessa discussão sobre a crise dos centros urbanos, como um sintoma de crise, ou se haveria uma especificidade própria à cidade de São Paulo, sobretudo quando se considera o contexto do Brasil, enquanto país em desenvolvimento, situação não considerada na discussão antes realizada.

Após um intervalo de vários anos, já como professora da UERJ, iniciei meu doutorado na FAU/USP, experiência que relato a seguir.

Doutorado FAU/USP 1994-1998

Conforme mencionei, nas décadas de 1970 e 1980, o Mestrado era um título valorizado na academia, pois poucos professores eram mestres e mais raros aqueles titulados como doutores. Com meu título de mestre pude ingressar no Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Sociologia, inicialmente como professora, e mais tarde como coordenadora. Do mesmo modo, no concurso para professora no então Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UERJ, o

⁶ CASTELLS, M. *Le centre urbain: projet de recherche sociologique Cahiers internationaux de sociologie*, 1969 – JSTOR.

Mestrado conferia uma alta pontuação na contagem geral de pontos, o que favoreceu que eu alcançasse o primeiro lugar. Enfim, o Mestrado permitia uma boa inserção na academia. A prática mais comum naquele momento era realizar o doutorado anos depois do mestrado, pois este já era um título valioso.

Assim, depois de alguns anos como professora assistente na UERJ decidi me candidatar ao exame de seleção para o curso de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Sempre tive muita atração por essa área de conhecimento e pelo tipo de formação que facultava aos arquitetos urbanistas atuar no espaço da cidade, uma atuação que os inseria, muitas vezes de forma crítica, no processo de produção da cidade. Atuação que, como socióloga, não alcançaria devido à ausência de uma formação técnica. Mesmo assim, procurava me aproximar desse olhar e dessa atuação na cidade. Meu interesse era o de criar uma reflexão sobre a cidade que explorasse a interface entre Sociologia Urbana e Arquitetura e Urbanismo. Buscava assim conjugar duas óticas de análise da cidade ampliando os recursos de investigação.

Meu curso de doutorado teve início em 1994, sob a orientação da professora Suzana Pasternak. Graças ao Programa de Capacitação Docente/PROCAD da UERJ, programa zelosamente administrado pelos servidores da Sub-Reitoria de Pós-Graduação/SR2, obtive licença para cursar o doutorado em São Paulo. A CAPES, no quadro do PROCAD/UERJ, concedeu-me a bolsa PICD que viabilizou recursos para a realização do meu doutorado na USP, tanto na etapa dos cursos, quanto na fase de realização da pesquisa empírica.

Na FAUUSP cursei um conjunto de disciplinas, como *Teorias da Urbanização*, ministrada pelos professores Rebeca Scherer e Celso Monteiro Lamparelli; *Estudos de População*, que tinha como responsável, minha orientadora Suzana Pasternak Tachner, curso particularmente importante, com muitas contribuições para o meu tema de tese, além do acesso a uma literatura internacional recente. A disciplina *Leituras Programadas sobre Áreas Metropolitanas*, oferecida pelos os professores Lauro Bastos Birkholz, José Carlos Caruso Ronca e Carlos Eduardo Zahn, trouxe um amplo painel sobre as Áreas metropolitanas brasileiras quanto à sua delimitação, administração, legislação e bases econômicas financeiras. Um dos seus pré-requisitos era a integração de seu conteúdo ao tema da tese, o que favoreceu bastante o conhecimento mais aprofundado e sistemático da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, meu referencial empírico de tese. A temática de cada Seminário deveria gerar uma questão específica a ser discutida com os demais alunos, beneficiando uma reflexão constante sobre o conteúdo da tese, o que considero

um mérito do curso em favor dos alunos. Uma disciplina externa foi realizada no antigo IUPERJ, Metodologia: *Introdução à análise de dados*. Em seu conjunto, tais disciplinas foram de grande valia para o desenvolvimento de minha tese.

A pesquisa para o doutorado tinha a cidade do Rio de Janeiro como referência empírica. Buscava investigar os vínculos históricos entre industrialização, urbanização, metropolização, terceirização, mundialização da economia, entre outros, em sua correlação com as transformações que a família urbana vivenciava e seus impactos sobre as formas de morar. Tratava-se de refletir sobre a história da cidade, entrevista pelas transformações que têm ocorrido no mundo da família, na tentativa de identificar seu impacto nas formas de morar, bem como a possível emergência de uma demanda por novos tipos de moradia -- ainda que restrita aos segmentos sociais de alta renda -- como os flats com serviço e hotéis-residência.

Pesquisei a História da Arquitetura e da Moradia buscando uma perspectiva de análise que permitisse correlacioná-la à história da cidade e da família, em seus processos de transformação.

A tese, sob o título *Cidade, Habitação e Família Contemporâneas: os flats cariocas como uma nova forma de morar*, buscava, assim, identificar, nas emergentes relações sociais que o capitalismo moderno produz, os processos mais amplos que articulam essas três esferas da vida social. Adotando uma ótica histórica, buscava identificar quais os prováveis vínculos existentes entre elas, pressupondo que as diferentes conjunturas urbanas corresponderiam distintas estruturas familiares e diferentes formas de morar.

Para a reflexão contemporânea pesquisei as transformações nos projetos da habitação urbana, e a dinâmica de mudanças nas famílias e nos formatos familiares. Verificou-se que as famílias se transformam em seus formatos, sem que se altere a concepção de sua moradia.

O processo de transformação da família é abordado particularmente em relação à família carioca. Para isso, utilizei uma tipologia de arranjos familiares e suas correspondentes variáveis demográficas e socioeconômicas, cuja base de dados é censitária. Busquei explorar um nexu novo na literatura habitacional e demográfica existente, relacionando o espaço de morar a tipos de famílias.

Em termos urbanísticos, tratava-se de caracterizar as tipologias de famílias com base em três níveis espaciais de referência: o Estado do Rio de Janeiro (rural e urbano); a Região Metropolitana do Rio de Janeiro/RMRJ, cuja divisão intrametropolitana compreende o Município do Rio de Janeiro, o Município de Niterói e os demais Municípios da RMRJ. O arranjo espacial intraurbano baseava-se nas Regiões Administrativas/RAs dos seguintes bairros:

Copacabana, Tijuca, Barra da Tijuca e Campo Grande. Nesse nível espacial, cada tipo de família é trabalhado por meio do cruzamento de variáveis socioeconômicas, de modo a caracterizar o tipo familiar associado aos tipos de moradia.

As mudanças do ciclo de vida familiar contemporâneo, cujo desenrolar não é mais necessariamente linear, permitiram trabalhar com a ideia de *transitoriedade do ciclo de vida familiar* (Bonvalet e Merlin⁷), isto é, o aparecimento de períodos transitórios, seja de vida solitária, seja de uniões informais, de descasados, ou ainda, de casados, mas cada um na sua casa.

A hipótese formulada é a de que à transitoriedade do ciclo de vida familiar, corresponderia uma demanda por formas de moradia também transitórias, provisórias ou temporárias, com espaços mais funcionais e flexíveis permitindo múltiplos usos e, muitas vezes, demandando áreas mais centrais da cidade. Entretanto, não foi isso que encontrei empiricamente, mas, sim, uma possível inadaptação da habitação tradicional - projetada para a família conjugal moderna - às necessidades dos novos grupos familiares. Tais necessidades de habitação, são ignoradas especialmente pelas políticas públicas habitacionais, limitadas ao modelo da família nuclear e à concepção de um ciclo linear de vida familiar.

Tomei os *flats e hotéis residência* como objetos de investigação, concebendo-os, como um espaço alternativo de habitação face à moradia convencional, que atenderia à demanda de novos grupos familiares de alta renda. Construí uma tipologia de famílias de base qualitativa a partir dos tipos familiares empiricamente encontrados nos flats e hotéis -residência.

Ao pesquisar formas alternativas de habitação elas se mostraram raras nas grandes cidades brasileiras. Os *lofts* são uma dessas raridades. Esse tipo de habitação urbana, resulta de uma prática arquitetural de reconversão de edifícios industriais em habitação. Surge em um contexto de renovação residencial em áreas centrais degradadas em Nova York nos anos 60, com forte apelo e aceitação entre intelectuais e artistas em geral. Inspirado nesse modelo nova-iorquino, os *lofts* aparecem na França na década de 80 e atraem, mais uma vez, basicamente pessoas que não integram grupos domésticos tradicionais.

O loft é a *habitação do instante, do transitório, de um modo de vida não planejado* (Biau:1987)⁸. Opõe-se assim à visão tradicional sobre a moradia como um bem

⁷ BONVALET C; MERLIN P. (1987). L'évolution des structures familiales: quelles conséquences pour l'habitat. *Espaces et Sociétés*, n. 51. Paris, Privat, pp. 183-202.

⁸ Biau, V. (1987) *Le loft: un nouvel habitat urbain* Espaces et Sociétés. 51, p.143-163, Privat, Paris

material e definitivo. O *loft* também se mostra bastante adequado à atual transitoriedade do ciclo de vida familiar.

O fato de cursar a pós-graduação na área de Arquitetura permitiu-me tratar, como eu queria, a moradia a partir do projeto de edificação. Nessa linha, recorri aos trabalhos do arquiteto Marcelo Tramontano. Sua avaliação é que no Brasil há carência de dados, além da ausência de uma prática arquitetural e de projetos de edificação direcionados para a habitação alternativa. As iniciativas mais recentes da arquitetura contemporânea direcionadas para a moradia flexível, igualmente raras, expressam-se em projetos de habitação, que têm em comum a incorporação da noção de *flexibilidade do espaço*, uma inovação face à noção de função. A tendência é planejar a unidade residencial como um grande espaço flexível, que favorece múltiplos usos segundo diferentes necessidades. Nessa linha, o espaço não seria mais definido por sua *função*, mas por seu *equipamento*⁹.

A pesquisa que realizei permitiu comprovar que são vários os indícios – além da pluralidade dos formatos familiares – que apontam a necessidade de multiplicar as soluções da habitação.

Nos países industrializados, apesar de bastante embrionárias, as iniciativas de repensar a habitação, “têm conquistado espaço na mídia e começam a atrair os olhares dos promotores”, destacando que vários jovens arquitetos europeus “têm contribuído para esboçar bases do desenho de novos espaços de morar”, além de arquitetos mais consagrados nessa área, em países como Estados Unidos, Suíça e Inglaterra, e sobretudo na “atual efervescência japonesa” (idem, Tramontano, 1993:15).

Essa percepção vai ao encontro de meu interesse em pesquisar as propostas oferecidas pelo mercado imobiliário e direcionou minha definição pelos hotéis-residência e flats como objeto empírico de pesquisa. Como se viu, a singularidade dessa forma de morar reside na conjugação inédita em um mesmo espaço, da oferta de moradia, serviços, equipamentos e infraestrutura.

Minha tese de doutorado rendeu-me vários artigos, dos quais destaco a publicação *Dinâmica Socioespacial, Habitação e Família na Metrópole do Rio de Janeiro*, Cadernos Metrópole 4, PUC/SP, 2000, no qual explorei alguns dos resultados da tese. Anos depois, 2006, publiquei um novo artigo na Revista Interseções PPCIS /UERJ com título sugestivo: *Mudanças no Mundo da Família e seu Impacto nas Formas de Morar: Os Flats, Os Descasados, Os Independentes e A*

⁹ TRAMONTANO, M. (1993[A]) *Novos modos de vida, novos espaços de morar*. São Carlos, Departamento de Arquitetura e Planejamento Escola de Engenharia de São Carlos/USP

Esposa Invisível. Trata-se de um recorte que entrevê a história da cidade a partir das transformações ocorridas no mundo da família, de seu impacto nas formas de morar, e da emergência de uma demanda - ainda que restrita aos segmentos sociais de alta renda - por novos tipos de moradia, como os *flats* com serviços e os hotéis-residência.

A temática interdisciplinar da tese propiciou ainda minha participação em congressos internacional e nacionais, como o X CONGRESO DE FIEALC. Simposio 8. - *Estrategias y Modelos del Desarrollo*. Mesa 8.5.- *Los modelos de desenvolvimiento latinoamericanos en Brasil: resultados en educacion, economía, religion, políticas públicas y demografía*. Minha exposição versou sobre "*Desenvolvimento e Demografia no Brasil: novas tendências e decorrências no âmbito da família, da moradia, dos novos modos e estilos de vida*" 2001. Moscou, Rússia.

No XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, 1999, apresentei em parceria com Luiz Cesar Ribeiro, no GT 07- *Cidade, Metropolização e Governança Urbana*, o trabalho *Dinâmica Socioespacial, Habitação e Família na Metrópole do Rio de Janeiro*.

Nesse mesmo Encontro, fui debatedora na Sessão1 da Mesa Redonda-03 - que tinha como tema de discussão *Tendências da estrutura socioespacial: novas desigualdades*.

Conforme destaquei, defendi meu doutorado em 1998, mas foi apenas em 2009 que realizei meu pós-doutorado, experiência que relato a seguir.

Pós-Doutorado IPPUR/UFRJ 2009-2010

Durante vários anos mantive uma parceria acadêmica - como professora e pesquisadora do PPCIS/UERJ - com o professor Luís Cesar de Queiroz Ribeiro do Observatório das Metrópoles¹⁰/IPPUR/UFRJ, um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/INCT, do MCT/CNPq/FAPERJ. Essa experiência me permitiu o convívio com professores, pesquisadores, mestrandos e doutorandos, interlocutores com os quais estabeleci um campo de reflexões e

¹⁰ O Observatório das Metrópoles é uma rede de instituições de pesquisa, formação e extensão universitária. Era naquele momento coordenado pelo professor Luís César de Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Reúne equipes de pesquisadores trabalhando no estudo das tendências e das transformações das metrópoles brasileiras, geradas pelos efeitos das mudanças econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos, em diversas metrópoles, nomeadamente, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e na aglomeração urbana de Maringá.

de debates. Participei também de Seminários internos e de várias bancas examinadoras, enfim uma interlocução bastante rica. -

Esse convívio acadêmico propiciou a realização do meu Pós-Doutorado em 2009, no Programa de Pesquisa do Observatório das Metrópoles: *Território, Coesão Social e Governança Urbana*, integrante do IPPUR/UFRJ, sob a supervisão do Prof. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. As atividades de pesquisa que desenvolvi tinham por base o projeto de pesquisa *“Segmentação Social, Segregação Urbana, Desigualdade Social: o “efeito vizinhança” e o “efeito escola” no modelo dominante de integração social”*, do qual eu participava desde 2006 e que se estendeu até 2010.

Considero esta uma oportunidade gratificante e profícua, derivada da generosa acolhida do professor Luiz Cesar, desde o início de nossa parceria. A equipe de supervisão, da qual eu participava, era formada por professores/pesquisadores tanto do IPPUR, como da área de Educação da PUC-Rio e do IFCS/UFRJ. Juntavam-se a essa equipe 13 alunos pesquisadores originários da UFRJ, meus bolsistas PIBIC/UERJ, além dos mestrandos do IPPUR; um grupo muito motivado e competente.

Para testar os pressupostos básicos da pesquisa e buscar seus referenciais empíricos toda a equipe de pesquisa foi treinada para desenvolver o trabalho de campo. Um total de 15 escolas públicas municipais compunha o universo pesquisado. As crianças cursavam a 4ª série do ensino fundamental, localizadas em bairros típicos da divisão social da cidade do Rio de Janeiro. Parte dos alunos dessas escolas é originária de famílias pobres em situação de vulnerabilidade social, vive em áreas segregadas como favelas, bairros pobres etc.

Os produtos desse projeto coletivo foram apresentados pelos vários integrantes da equipe em congressos, seminários, palestras, além de registrados em várias publicações. O livro de 2010 organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Mariane C. Koslinski; Cristiane Lasmar *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*, trazia um conjunto de resultados da pesquisa, reunido em artigos de vários integrantes da equipe.

Nesse livro publiquei dois artigos, escritos em coautoria. O primeiro em parceria com Maria Lígia Barbosa, professora do IFCS/UFRJ, especialista em Sociologia da Educação, pesquisadora e consultora da pesquisa. Investigamos, com base nos dados das escolas pesquisadas, o quanto é efetiva a associação entre valor atribuído pela família à educação e a melhoria dos resultados ou dos desempenhos escolares dos filhos de tais famílias. Constatamos que o maior valor atribuído à educação, não se associa aos melhores desempenhos

escolares, embora a literatura afirme o contrário. As escolas de nossa amostra parecem ser incapazes de valorizar esse capital social – o valor atribuído à educação – das famílias mais pobres, das demais formas de capital. Sendo assim, essas escolas simplesmente reproduzem as desigualdades sociais.

O segundo artigo, em coautoria com André Salata, intitula-se *Entre o Mercado de Trabalho e a Escola: os jovens no Rio de Janeiro*. A distribuição das oportunidades escolares, assim como de oportunidades de emprego aos jovens de classes populares, é a base da investigação realizada, e tem como hipótese que as variáveis relacionadas ao local de moradia dos indivíduos ajudam a explicar as escolhas de jovens entre a escola e o mercado de trabalho. Os dados estudados permitem sugerir que as chances de jovens entrarem no mercado de trabalho e abandonarem a escola aumentam significativamente, quando residentes em localidades marcadas por moradias de baixo nível socioeconômico, distantes do centro da cidade, em regiões favelizadas.

Maria Ligia e eu produzimos um novo artigo, “*O Espaço Urbano na Escola: efeitos sobre a distribuição da qualidade*” publicado, em 2010, pela Revista da Educação da PUC-Rio. Buscou-se avaliar se a qualidade da escola é um bem que se distribui de forma homogênea no espaço social da cidade do Rio de Janeiro e identificar quais os fatores que estariam associados a esta distribuição. A dimensão espacial inova a análise, ao ser entendida como um possível fator interveniente na definição de trajetórias escolares. Assim, a dimensão do *território*, até recentemente ausente nos estudos de Sociologia da Educação, permite associar “cidade” e “escola”. Favorece, ainda, a inclusão de novas variáveis de análise, que podem clarificar melhor a relação entre a localização da escola e do aluno no espaço social e possíveis obstáculos originários do lugar, que conduzem a desigualdades de oportunidades educativas.

Discutimos os resultados dessa reflexão, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia /SBS, em 2009, na Mesa Redonda MR03 “*A cidade contra a escola? Divisões do território urbano e eficácia escolar*”. Coordenada pela professora Maria Ligia Barbosa, a Mesa contou com a presença de outros professores da equipe, além de convidados. A Mesa agregava investigações relacionadas aos temas de desigualdade de oportunidades educacionais, políticas educacionais e equidade. A investigação sobre o efeito escolar evidenciava que a escola importa, que os resultados escolares não seriam mera consequência da origem social dos alunos. Tinha-se como pressuposto que a dimensão do território também é capaz de influenciar a distribuição das oportunidades educacionais, e identificava-se a necessidade de construir um campo de interlocução entre as

políticas urbanas e educacionais. Tais questões constituíram focos de um debate bastante produtivo.

Em outros eventos científicos pudemos apresentar os resultados dessa experiência de trabalho coletivo: no 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006 - GT 01, no qual, o professor Luiz Cesar Ribeiro e eu expusemos o texto "*Segregação Residencial e Reprodução das Desigualdades: testando os "efeito vizinhança" e "efeito escola" na explicação dos diferenciais de desempenho escolar*"

Em 2007 apresentei no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS o trabalho intitulado "*Segregação Residencial e reprodução das desigualdades: o papel do território nas oportunidades educativas*" no GT Educação e Sociedade. No 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, apresentamos André Salata e eu, o texto "*Jovens pobres em contexto urbano: entre a escola e o trabalho.*"

Em 2010, participei do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano: as classes populares e a valorização da educação no Brasil, organizado pelo Observatório das Metrôpoles, que contou com vários participantes do grupo de pesquisa, inclusive, aqueles que no início do projeto eram bolsistas de iniciação científica, como é o caso de André Salata.

Faço uma última referência a mais um produto da pesquisa; a dissertação de Gabriel da Silva Vidal Cid, meu bolsista de iniciação científica, que inicialmente integrou a equipe de pesquisa como graduando UERJ, e mais tarde, como mestrando do IPPUR. A orientação de sua dissertação foi compartilhada entre o professor Luiz Cesar e eu. Sua análise trazia a questão *da segregação urbana e segmentação escolar* - abordada com o auxílio de conceito de *efeitos de lugar* de Bourdieu - que ocorreria em uma das escolas públicas pesquisadas, instalada no interior de um condomínio fechado na Barra da Tijuca, - interessantes situações de convívio entre o Condomínio e a Escola, bem como, entre os alunos da escola pública e os alunos moradores do Condomínio que frequentavam uma escola particular que se situava fora desse espaço.

Semestre Sabático PPGSA/IFCS/UFRJ 2015

Gostaria ainda de mencionar a experiência acadêmica originária de minha licença sabática, em 2015, quando fui convidada pelo Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia a integrar - como Pesquisadora Visitante - a equipe do Laboratório

de Antropologia da Arquitetura e Espaços/ LAARES, reconhecido centro de excelência, sob sua coordenação.

Eu já conhecia a dinâmica e as temáticas de discussão do Laboratório, pois, já participara de algumas de suas sessões semanais. A licença sabática, representou um contato mais direto e contínuo com o LAARES, um espaço profícuo de discussão e de aprendizado entre mestrandos, doutorandos, professores e pesquisadores, num ambiente acadêmico de muitas trocas e de aprendizagem.

A proposta de pesquisa que apresentei ao LAARES esboçava as primeiras ideias sobre o processo de criação de novas centralidades urbanas, uma das marcas do urbanismo contemporâneo. Com este fim, interessava focalizar a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, a partir da atuação da Operação Consorciada Porto Maravilha, e identificar suas propostas de criação de novas centralidades culturais.

As intervenções urbanísticas na área portuária ambicionavam torná-la um *Porto Maravilha*. O bairro da Gamboa foi bastante afetado. Sua Praça mais antiga, a Praça da Harmonia e seu entorno, conviviam com as obras, fechamento de ruas, mudanças nas linhas de ônibus, incômodos reais ao cotidiano local.

Indaga-se que dinâmicas estariam presente no processo de transformar esse espaço numa possível nova centralidade. Que reconfiguração de usos, de práticas sociais e qual visibilidade a região ganharia ao longo desse processo? Que conflitos sociais estão na origem desse tipo de atuação?

A Praça da Harmonia demarcava um ponto estratégico da revitalização da região; todo seu entorno estava sendo requalificado, e, além disso, viria a sediar uma estação dos Veículos Leves sobre Trilhos/VLT, que, pretendia-se, seria o principal transporte da Região do Porto, ligando pontos como a Rodoviária Novo Rio, Central do Brasil, Terminal das Barcas e Aeroporto Santos Dumont. Sua proximidade física em relação ao Aquário do Rio, à Fábrica de Espetáculos do Teatro Municipal e o Instituto dos Pretos Novos, sugeria uma reconfiguração de usos e um ganho de visibilidade da região.

Outro fator que deveria ter grande peso na criação dessa nova centralidade referia-se à provável desativação do majestoso Moinho Fluminense - símbolo arquitetônico tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) - situado ao longo das laterais da Praça. O Moinho iniciou suas atividades em 25 de agosto de 1887. Desde 1914, a BUNGE, multinacional de alimentos e agronegócios, assumiu o comando da Moinho Fluminense, mas depois de histórica e longa presença na área portuária, em 2013, foi negociado pela

BUNGE e desativado em 2016, quando transferiu-se para Duque de Caxias onde se instala atualmente.

A ideia da desativação daquele imenso espaço e toda sua estrutura existente tinha como aposta ambiciosa, as incontáveis potencialidades que as mudanças trariam ao lugar, ao transformar do Moinho em um grande e moderno complexo empresarial, residencial e hoteleiro. Confiava-se no destaque e importância que ganharia a Zona Portuária graças à Operação Porto Maravilha, que com a possibilidade da parceria público-privada - enaltecida nas normas do planejamento estratégico - teria todas as chances de sucesso nesse idealizado empreendimento, que assumia todos os quesitos da lógica do capital. Entretanto, até agora nada foi implementado.

As reuniões do LAARES de apresentação dos trabalhos e de sua discussão permitiram estimulantes debates, com compartilhamento de ideias, trocas de informações. Cada sessão com sua temática própria, envolvia uma nova bibliografia e textos obrigatórios de leitura.

Nesta linha, fiz minha palestra no LAARES, em 26/11/ 2015 para a apresentação e discussão desta linha de investigação antes mencionada, que rendeu interessante discussão com o grupo presente, inclusive com algumas críticas, mas sempre estimulantes.

Outro ganho acadêmico foram as reuniões com o professor José Reginaldo, nas quais tomei contato com aspectos particulares da pesquisa de campo antropológica, que muito me auxiliaram, além da adoção de uma postura mais atenta e refinada aos pequenos detalhes de caráter mais qualitativo na observação direta em campo. Recebi também sugestões primorosas para minha bibliografia.

Enfim, os diálogos, debates, e as trocas sistemáticas entre professores com mestrandos, doutorando, pesquisadores convidados, sobre suas temáticas de pesquisa, tornaram possível estabelecer uma troca acadêmica bastante profícua.

Produtos desse trabalho foram apresentados em dois congressos; XVII Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS, Porto Alegre/2015; e no Congresso Internacional da RAM/ Reunión de Antropologia del Mercosur realizado na Universidad de la República Uruguai; Montevideo/2015 em parceria com minha colega Sandra Maria Corrêa de Sá Carneiro.

Destaco ainda o artigo *“Criação de novas centralidade no Rio de Janeiro contemporâneo: Praça da Harmonia e seu entorno na Gamboa”*, em coautoria com meu ex-orientando de doutorado Leopoldo Guilherme Pio, publicado em 2015, na Revista *ARGUMENTOS* do Departamento de Ciências Sociais da

UNIMONTES. Trata-se de uma discussão inicial sobre os espaços que poderiam se configurar como novas centralidades urbanas e culturais na nova área portuária carioca.

Na sequência, exponho as atividades profissionais que desenvolvi a partir de minha chegada ao Rio de Janeiro como moradora. Inicialmente como assistente de pesquisa no Centro de Pesquisa Urbana/ CPU/ IBAM, 1974/1977. Relato a seguir, meu primeiro contato com a UERJ no CEPUERJ, em 1981, com contrato de prestação de serviços. Tornei-me professora efetiva da UERJ com minha aprovação no concurso público de 1983, para professora assistente do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UERJ, atual Instituto de Ciências Sociais/ICS/UERJ.

Atividades profissionais

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Centro de Pesquisa Urbana/CPU - 1974 a meados 1977

Aportando no Rio de Janeiro

Em 1974, meu marido e eu deixamos São Paulo rumo ao Rio de Janeiro. Ele iniciaria seu mestrado na Coppe/UFRJ, onde vários antigos colegas da Escola Politécnica/USP já eram mestrandos; outros colegas vieram no mesmo ano que ele. Eu estava deixando meu ofício de professora e já pedira minha demissão à prefeitura de São Paulo, decidida a procurar trabalho na área de pesquisa urbana. Meu professor orientador Fernando Mourão mencionara a existência do Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM, aqui no Rio. Eu não conhecia o IBAM. Quando lá estive, me dirigi ao setor de informações e fiquei sabendo que o Centro de Pesquisa Urbana/CPU, integrava o IBAM. Entrei em contato com esse setor, buscando alguma chance de trabalho. Conheci a arquiteta Esperança Bezerra, com quem fiz uma entrevista. Fui aceita no CPU para trabalhar, a cada projeto, sem vínculo formal, como assistente de pesquisa, inicialmente nos projetos coordenados pela arquiteta Esperança. Parece-me que contou positivamente o fato de eu ser formada pela USP e estar cursando o mestrado na mesma Instituição. Depois comecei a participar das novas pesquisas contratadas pelo CPU trabalhando com diferentes coordenadores.

O IBAM era naquele momento uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1º de outubro de 1952, com sede no Rio de Janeiro. No CPU tive uma experiência muito enriquecedora, não apenas pelos projetos de pesquisa de que

participei (VER ANEXO), mas também pelo convívio direto com um grupo de pesquisadores de grande importância em diversas áreas das Ciências Humanas. Equipes multidisciplinares que se dedicavam ao estudo das cidades e permitiam um diálogo constante com a prática de pesquisa e as circunstâncias da teoria e da pesquisa acadêmica no mestrado.

O convívio com o arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi bastante próximo e representou um aprendizado constante, pois era uma das mentes mais brilhantes e lúcidas a refletir sobre a cidade. Constantemente debatendo o uso e a apropriação do espaço nas cidades e reafirmando nos estudos urbanos que a prioridade deve ser dada à solução dos problemas humanos. Ele esteve por catorze anos no IBAM, a maior parte desse tempo como chefe do CPU.

Em 1977, como assessora de pesquisa no CPU/IBAM, com contrato formal de trabalho, solicitei minha saída voluntária da Instituição. Foi com muita tristeza que me despedi. Embora o motivo fosse promissor: viagem, juntamente com meu marido para França, onde iria morar e estudar por um período, em Toulouse, Sudoeste da França. Mesmo assim, eu lamentei muito deixar o IBAM - tanto pelas pessoas queridas com as quais eu convivía, trabalhando em competentes equipes de pesquisa, quanto pelo tipo trabalho que realizava, pesquisa urbana, do qual gostava muito. Minha experiência de vida e prática acadêmica em Toulouse foram muito boas.

Quando voltei da França, em 1981, reencontrei Carlos Nelson. Fui ao CPU procurá-lo para saber que possibilidades de trabalho, eu poderia encontrar ali ou em outras instituições. Na verdade, nem no CPU e nem em outros lugares parecia haver perspectivas de trabalho. Quando deixara o IBAM em 1977, havia em torno de setenta pessoas - entre estagiários, pesquisadores e assessores do quadro formal do CPU, e outros com contratos temporários, distribuídos em várias equipes de trabalho. Nesse momento em que eu buscava retornar, lá estavam apenas o contador geral, François, e Carlos Nelson, como chefe do CPU. Ele me perguntou se eu gostaria de assumir a disciplina de Antropologia Urbana, que ele oferecera no ano anterior, pois estava impossibilitado de dar continuidade a essa atividade. Tratava-se de uma disciplina do Curso Pós-Graduação *Lato Sensu*, em Sociologia Urbana, à época, recém-inaugurado na UERJ. O Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/CEPUERJ, era o órgão administrativo responsável pela gestão desse Curso, e de vários outros. A Coordenação Acadêmica era de responsabilidade do então Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH/UERJ. Realizados os contatos necessários

e cumprindo todos os vários quesitos formais, iniciei, como mestre em Sociologia, minha atividade docente em Antropologia Urbana, disciplina que compartilhei com Maria Laura Cavalcanti, mestre em Antropologia, à época. Foi assim, por intermédio de Carlos Nelson, que fiz meu primeiro contato com a UERJ. Retomo abaixo essa experiência ao discorrer sobre minhas atividades profissionais nesta Instituição, algum tempo depois.

Em meados de 1983, voltei ao IBAM, quando fui convidada a oferecer a disciplina de *Metodologia de Pesquisa Qualitativa* na pós-graduação *lato sensu* do Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano/CEMUAM, voltado para a formação de gestores públicos visando habilitá-los para sua atuação em suas respectivas localidades de origem. Por três anos consecutivos, com duração de três meses, oferecia anualmente essa disciplina.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPCIS/ICS Desde 1983

Em 1983, prestei concurso público para professora assistente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, Departamento de Ciências Sociais, na área de Sociologia. Ingressei em setembro do mesmo ano, com carga horária de 20 horas semanais, que em 1986 passaram para 40 horas. Em agosto de 1999 passei para o regime de dedicação exclusiva, no qual estou até hoje.

Trabalhei de início como professora e pesquisadora na graduação, na pós-graduação *lato sensu*, e mais tarde, na pós-graduação do PPCIS, como exponho na continuidade do texto. As orientações de bolsistas PIBIC, de trabalhos de final de curso, de monografias, mestrado, e doutorado distribuíram-se nesses três níveis de ensino. No total foram sessenta e quatro orientações, somadas as monografias de graduação, especialização, de iniciação científica, dissertações e teses.

Departamento de Sociologia - Atividades de Graduação

Em minhas atividades ligadas à docência ofereci disciplinas obrigatórias na graduação, entre as quais: Introdução à Sociologia, Sociologia Geral, Teoria Sociológica e eletivas: Tópicos Especiais em Sociologia Urbana, com recortes temáticos que contemplavam Segregação Urbana e Desigualdades Sociais; Cidades, Família e Moradia; e mais recentemente Megaeventos Esportivos, Dinâmicas Urbanas e Conflitos Sociais. Ministrei ainda por alguns anos,

disciplinas externas de Sociologia para turmas do Serviço Social, Enfermagem, Nutrição.

Das monografias que orientei na graduação algumas se destacaram por suas interessantes temáticas e por suas abordagens promissoras. Destaco as seguintes: de Bianca Feire Medeiros, *O Sonho de Ser Paris: Rio de Janeiro e Buenos Aires na Virada do Século: as reformas urbanas como caminho para a modernidade*, defendida em 1992; a de Francisco Manoel de Moura Preto, intitulada *Favela e Direito de Laje: considerações sobre a favela de Mangueira*, defesa em 1998, a de Edna Santos Ribeiro, *Direito à moradia urbana: um estudo de caso sobre as ocupações em São Gonçalo*, defendida em 2000. Dentre as mais recentes menciono a de André Ricardo Salata, *Nova Pobreza Urbana e Reprodução das Desigualdades Sociais: um estudo sobre os efeitos do local de moradia sobre as possibilidades de ascensão social*, defendida em 2007 e a de José Leonardo da Silva Paiva “*Estudo preliminar das ocupações Vitto Giannotti, Manoel Congo e Mariana Crioula, ocupações exitosas da área central do Rio de Janeiro*”, com defesa em 2018.

Mais adiante mencionarei outras orientações ao discutir meus projetos de pesquisa, apresentando-as como produtos da investigação em destaque.

Ainda em relação a atividades junto a graduação na UERJ, integrei o Comitê Consultor Interno do Programa Institucional de Iniciação Científica/SEMIC da UERJ/SR-2, desde a 12^a. até a 16^a. Semana de Iniciação Científica, realizadas nos anos de 2003 a 2007.

Participei ainda como Membro do Comitê Avaliador das 7^a. 8^a e 10^a Semana de Iniciação Científica nos anos 1998, 1999 e 2001.

Nos anos 1998 e 99 atuei como Coordenadora Adjunta do Convênio UERJ-IUPERJ - Banco de Dados Urbandata - Brasil, idealizado e criado no final da década de 1980 pela querida amiga Profa. Dra. Licia Valladares, com uma trajetória que se estende até hoje. Tratava-se de um banco de dados bibliográficos sobre o Brasil Urbano, pioneiro, em um mundo anterior à internet, quando não existiam informações disponíveis *online*. Utilizava-se a tecnologia de informática para a montagem do banco bibliográfico relativo aos estudos e pesquisas sobre o Brasil Urbano. Vários alunos da graduação de Ciências Sociais da UERJ participaram como estagiários nesse convênio.

Menciono três publicações do Urbandata, das quais participei como coautora. O catálogo bibliográfico, *Teses sobre o Brasil Urbano*¹¹. A publicação *O Rio de Janeiro em Teses: Catálogo Bibliográfico*¹², um dos produtos do Convênio

¹¹ Valladares, L.do Prado; Sant’Anna, M.J.G. Caillaux; A, M. L.;. *1001 Teses sobre o Brasil Urbano: catálogo bibliográfico (1940-1989)*, Rio de Janeiro: URBANDATA, 1991.

¹² Valladares, Licia do Prado, Sant’Anna, Maria Josefina Gabriel. *O Rio de Janeiro em Teses: Catálogo*

antes referido, teve como autoras Licia Valladares e eu. Organizei a publicação *quem faz a pesquisa urbana no Brasil? – Catálogo de Pesquisadores*¹³ com Carlos Augusto, estagiário do Urbandata e aluno do nosso curso de Ciências Sociais. O Urbandata nasceu e se constituiu, nos seus primeiros anos, com uma relação direta e muito próxima ao então Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

Desde 2014 o Urbandata-Brasil conta com a competente coordenação da Profa. Dra. Bianca Freire-Medeiros, nossa querida e brilhante ex-aluna na graduação de Ciências Sociais e do curso Sociologia Urbana *lato sensu*, uma das primeiras estagiárias do Urbandata, que desenvolveu com Licia uma forte relação acadêmica e afetiva. Sua trajetória merece destaque. Bianca atualmente é professora e pesquisadora no Departamento de Sociologia da USP e no Programa de Pós-Graduação, além de Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Metrópole/ (CEM/CEPID). Essa vinculação permitiu a associação do Banco Urbandata ao CEM em 2018, contando atualmente com uma equipe de seis bolsistas de Iniciação Científica, além de colaboradoras/es em diferentes etapas de formação, da Graduação ao Pós-Doutorado.

Hoje o UrbanData-Brasil/CEM é um banco de dados bibliográficos, como na sua origem, que busca suprir a necessidade de acompanhamento, registro, classificação e difusão do conhecimento científico sobre as cidades brasileiras. Para além das referências bibliográficas disponibiliza informações sistematizadas sobre artigos de periódicos, livros, coletâneas, dissertações e teses, entre outros formatos editoriais. O banco de dados permite, ainda, o avanço do conhecimento acumulado a partir da realização de balanços dessa produção multidisciplinar. Destacam-se ainda as suas Áreas Temáticas (ATs), critério de indexação criado, desde sua origem, pelo UrbanData-Brasil para agregar referências bibliográficas conforme os vários *corpi* da literatura sobre o Brasil urbano.

Bianca além de ter sido minha orientanda em sua monografia de graduação e na de pós-graduação *lato sensu*, foi também minha bolsista de pós-doutorado com bolsa financiada pela FAPERJ. Sempre uma relação acadêmica muito fértil, eficiente, produtiva e permeada de muito afeto.

Cabe aqui agradecer Licia Valladares, por todo seu talento e sua presença marcante ao longo da construção da história da sociologia urbana brasileira. Com a criação do Urbandata nos finais dos anos 1980, Licia antecipou as

Bibliográfico 1960-1990.URBANDATA (IUPERJ), CEP:RIO (UERJ)1992.

¹³ Sant' Anna, Maria Josefina Gabriel; Lima Junior, Carlos Augusto F. *Quem faz a pesquisa urbana no Brasil? – Catálogo de Pesquisadores* URBANDATA -BRASIL (UCAM), 2001.

potencialidades das ferramentas de busca bibliográfica que hoje fazem parte do nosso cotidiano de pesquisa.

Licia Valladares acompanhou toda a trajetória do Urbandata, em suas várias inserções institucionais. Mantém hoje sua ligação, presença e participação no UrbanData-Brasil/CEM como Coordenadora Emérita.

Especialização em Sociologia Urbana UERJ/CIS/CEPUERJ

Conforme mencionei, minha primeira atividade docente na UERJ foi na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Sociologia Urbana em 1981. Depois da minha admissão por concurso em 1983, como professora assistente do Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UERJ, ampliou-se minha relação com o referido Curso. Assumi a sua coordenação e mantive a oferta de disciplinas e orientação de monografias. Orientei muitas monografias e participei de numerosas bancas de defesa.

Permaneci como Coordenadora do Curso ao longo dos anos 1998 a 2004. Participei como Membro da Comissão Examinadora para ingresso no Curso em 1998, 1999, 2000, 2001.

Dentre as monografias que orientei nesse curso algumas relacionavam-se aos meus projetos de pesquisa. Como exemplo, cito a monografia de minha primeira orientanda, Shelley Muniz Azambuja Neves de Souza, e que se conectava com meu projeto *Habitação em Área Central para Famílias de Baixa Renda*, que retomo adiante. Os resultados dessa pesquisa foram também expostos em três Congressos, que igualmente, apresento na continuidade do texto.

Em 2005 o Curso de Sociologia Urbana comemorou 25 anos de existência e ao longo do ano seguinte, 2006, várias atividades foram realizadas para comemorar a data. A conferência do querido professor Luís Antonio Machado da Silva, abriu o ano letivo do Curso e inaugurou as comemorações. Alguns meses depois a professora Sandra de Sá Carneiro e eu organizamos um Seminário que contou com o apoio da FAPERJ. Participaram desse evento professores de diversas formações disciplinares, vários deles do nosso Departamento de Ciências Sociais, além de professores convidados, todos com larga e competente trajetória na reflexão sobre a cidade, que apresentaram diferenciadas pesquisas sobre distintas realidades que se expressam no mundo urbano problematizando, com pertinência, sua complexidade.

Essa reflexão coletiva foi disponibilizada e socializada em livro que também contou com apoio da FAPERJ, organizado por Sandra e por mim. Com o título

Cidade: olhares e trajetórias, o livro, publicado pela Garamond em 2009, traduz as diversas temáticas que animam a reflexão dos estudiosos urbanos¹⁴.

Nos dias atuais permaneço como docente; ofereço a disciplina obrigatória de sociologia urbana ou tópicos especiais nessa área, com um leque de temáticas urbanas mais amplo. Continuo orientando as monografias e participo das bancas de defesa.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS/ICS/UERJ - desde 1999

Terminei o doutorado em finais de 1998, e no ano seguinte, passei a integrar o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/PPCIS. Como docente, ofereci disciplinas obrigatórias, e várias vezes ministrei cursos eletivos vinculados à minha linha de pesquisa, entre eles, *Segregação Urbana e Desigualdades Sociais*; *Cidade, Família e Moradia em Contexto Urbano*; e nos anos mais recentes, *Megaeventos Esportivos*, *Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais* e outras eletivas com essa temática. Tive o prazer de ministrar cursos preparados e oferecidos em parceria com colegas, como Marcia Contins, Cecília Mariz, Sandra de Sá Carneiro, que resultaram sempre em ótimas experiências de trabalho.

A seguir relato as atividades administrativas que realizei, os convênios que coordenei, e a organização e participação em seminários.

Atividades Administrativas

No biênio 2003-2004, a professora Cecília Mariz e eu fomos Coordenadoras do PPCIS. Como Cecília relata em seu Memorial, publicado recentemente pela Revista *Interseções*, foram dois anos nos quais enfrentamos greves de funcionários e nos preparamos para uma avaliação trienal da CAPES. O resultado foi bastante promissor para o PPCIS, que graças a todo o investimento acumulado de anos de trabalho do conjunto do colegiado e estudantes, foi promovido naquela avaliação, passando de conceito quatro para cinco na escala da CAPES.

Anos depois, no biênio 2007-2009 fui Coordenadora Adjunta do PPCIS tendo a professora Myriam Sepúlveda dos Santos como Coordenadora. Foi

¹³ CARNEIRO, S. S. e SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. v. 1. 280 p.

igualmente uma experiência importante realizada com espírito bastante fraterno e com bons resultados para o Programa.

Hoje participo da Comissão de Ensino do PPCIS coordenada pela professora Lia Rocha, na Comissão de Acompanhamento Acadêmico Discente (CAAD) tendo como colegas as professoras Waleska Aureliano e Roberta Guimarães, além dos representantes discentes Viviane Herindger e Armindo Feliciano de Jesus.

Ainda como atividades relativas ao PPCIS participei em vários momentos da Comissão de Bolsas do Programa. Participei também em variados anos de bancas para a seleção de mestrado e doutorado do PPCIS.

Coordenação de Convênios

Das atividades ligadas a Convênios, considero importante destacar que coordenei o Programa de Doutorado Interinstitucional/DINTER firmado entre a UERJ/PPCIS e a UNIMONTES, Universidade de Montes Claros/MG, que tinha como Coordenadora Maria da Luz Alves Ferreira; ao longo de quatro anos de trabalho, nos tornamos grandes amigas.

Em setembro de 2011 assumi formalmente a Coordenadoria do convênio DINTER-CNPq. O curso de doutorado começou em março de 2012, com a aulas oferecidas no campus da UNIMONTES e, durante um semestre, as disciplinas foram oferecidas no campus da UERJ. O convênio foi concluído em março de 2016. Tivemos um ótimo resultado nessa experiência DINTER. Todos os alunos inscritos defenderam suas teses, obtendo o título de doutor.

Em 2014 solicitei meu desligamento da Coordenação, por problema de incompatibilidade com o regime de dedicação exclusiva/DE, mas continuei no Convênio participando como professora até a fase de defesa das teses, em março de 2016, inclusive participando de bancas de defesa.

Coordenei ainda um interessante convênio de cooperação internacional. Em julho de 2009 fui nomeada pelo Reitor para a coordenação do Convênio de Cooperação entre a UERJ e a *Università Degli Studi di Roma "Tor Vergata"*, através de portaria de 22 de julho de 2009. Por ser um convênio com universidade europeia, tem grande significado para o PPCIS, inclusive, quanto ao quesito internacionalização. Ele foi firmado, graças à iniciativa da professora e grande amiga Cleia Schiavo, que trabalhou muito para essa exitosa cooperação. Quando a professora Cleia transferiu-se para outro Programa da UERJ, ela convidou-me para assumir a coordenação do Convênio, e ao meu colega professor Dr. Dario Souza e Silva, a coordenação adjunta.

Posteriormente o professor Dario tornou-se professor convidado da Universidade *Tor Vergata*.

Coordenador do Convênio pela Tor Vergata, o professor Enzo Rossi desenvolvia um trabalho com seus alunos, em fase de preparação de suas pesquisas de conclusão de curso. Esses estudantes mantinham-se por um período no Rio de Janeiro, quando realizavam atividades em nosso Departamento, como encontros e seminários relativos à realidade carioca, que muito lhes interessava. Também desenvolviam algumas atividades de campo relacionada aos seus projetos. O professor Enzo coordenava essas atividades.

Destaco como produtos do Convênio os Seminários realizados na UERJ na área de Sociologia Urbana. Em 2012 foi igualmente realizado um Seminário, esse mais amplo, que contou com a presença dos coordenadores do Convênio, além de vários pesquisadores italianos e brasileiros, que apresentaram seus trabalhos.

Nesta linha, menciono ainda como produto do Convênio, o livro publicado em Roma e organizado pelos coordenadores do Convênio, ROSSI, Enzo; SANT'ANNA, Maria Josefina; FILHO, Dario de Sousa e Silva, *Bambini e adolescenti in condizioni di vulnerabilità*, Roma, 2011, ARACNE Editrice; O livro conta com um artigo meu em parceria com Dario de Sousa e Silva: *Organizzazione socio-spaziale e povertà. Profili e traiettorie dei Meninos de Rua a Rio de Janeiro*.

Em fevereiro de 2013 foi apresentada a primeira dissertação de mestrado produzida no âmbito do Convênio, por uma aluna orientanda do professor Dario.

Organização e Participação em Seminários

Ao expor as atividades desenvolvidas neste tópico faço referência inicialmente aos Seminários que tiveram UERJ como sede.

Com meus colegas, Angela Moulin dos Santos Penalva e Gláucio Marofon, organizamos uma sequência bienal de Seminários interdisciplinares que se tornaram referência entre os professores e pesquisadores das diferentes áreas envolvidas. Em 2009, planejamos o primeiro evento denominado Seminário/ *Rio de Janeiro, um território em mutação*; em 2011 igualmente, o *Seminário II - Rio de Janeiro, um olhar socioespacial*, seguido em 2013 pelo *Seminário III - Rio de Janeiro, Transformações territoriais no Rio de Janeiro do Século XXI*.

O IV *Seminário Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense* rompeu essa sequência bienal devido aos conhecidos problemas

pelos quais passou nossa Universidade, e que felizmente vem superando. Aconteceu em 2017, num momento em que a Universidade não estava funcionando regularmente, mas consideramos que era um momento importante para realizar esse evento, para marcar a presença desse tipo de atividade acadêmica no *campus*.

O Seminário teve sempre um desenho interdisciplinar, reunindo as áreas de conhecimento dos seus coordenadores, Economia, Direito da Cidade, no caso de Angela; Geografia (inclusive rural) área de Gláucio e Sociologia Urbana, minha área de trabalho. Professores, pesquisadores, nossos mestrandos e doutorandos, professores convidados de várias universidades dele participaram. A programação incluía quatro Mesas, distribuídas nos dois dias do evento. Todos os participantes além de sua exposição, apresentavam um texto completo, posteriormente publicado em livro, conforme assinalo abaixo.

Angela, Gláucio e eu sempre preparamos esses eventos com muito gosto, com uma boa relação de amizade. Nossa avaliação era a de que fazíamos um trabalho coletivo importante, incentivando os seminários internos na UERJ com colegas de diferentes áreas, e de diferentes instituições, além de incentivar a produção de novos mestrandos e doutorandos, que, a cada evento, dispunham da Mesa 4 para apresentar e discutir seus trabalhos em andamento.

A rica experiência de trabalho a partir de nosso pequeno grupo gerou muito produtos. No total foram realizados quatro Seminários, que permitiram a publicação de quatro livros. Três deles financiados pela FAPERJ. No quarto Seminário optamos pela publicação de um número temático na Revista de Geo UERJ n. 32 (2018): jan./jun., além de sua publicação em livro pela Editora EDUERJ, em 2019, na qual Sandra de Sá Carneiro e eu publicamos nosso artigo *Espacialidade urbana e usos e apropriações de espaços públicos: estudo de duas praças na cidade do Rio de Janeiro*.

Os demais artigos que publiquei nos referidos livros são indicados na sequência do texto, como produtos de pesquisa.

O Seminário *MINHA CASA É MEU PORTO*, realizado na UERJ em outubro de 2015, organizado e coordenado em parceria com meu colega arquiteto e professor Humberto Kzure-Cerquera, do **Departamento de Arquitetura e Urbanismo** do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ. Esse Seminário visava discutir a produção da moradia de interesse social na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, a perspectiva da inclusão social e apropriação qualificada dos espaços públicos pelos beneficiários, a necessária e urgente discussão sobre a maneira como vem se configurando a participação dos movimentos sociais ante as decisões políticas

que levam à implementação de empreendimentos habitacionais. Partia-se da ideia de que as intervenções urbanísticas da Operação Consorciada Porto Maravilha, atuavam no sentido contrário a essas proposições.

Participaram as instituições de ensino superior, UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UFRRJ/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a UFRJ/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFF /Universidade Federal Fluminense e o IPPUR/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, bem como, os representantes de coletivos de movimentos sociais, que reivindicam a produção de moradias de qualidade.

A necessidade de avaliação dos impactos das muitas intervenções no tecido urbano e na produção da habitação de interesse social na cidade do Rio de Janeiro, naqueles últimos anos, justificou a proposta do Seminário. Avaliava-se que administração pública procurava vencer o déficit habitacional, implantando várias unidades de moradia por meio do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida – MCMV ao mesmo tempo em que intensificava a política de remoções de famílias de baixa renda, para atender demandas exigidas pelos setores privados da economia. Os novos empreendimentos imobiliários ou de infraestrutura seguem a lógica dos já conhecidos Megaeventos - Copa do Mundo e Olimpíadas.

Enfim, buscava-se com o Seminário discutir a produção da habitação de interesse social na Cidade do Rio de Janeiro, com ênfase na Zona Portuária, visando à formulação de proposições que garantam a inclusão sociocultural, socioeconômica e socioambiental desses empreendimentos de moradia com as intervenções urbanísticas ligadas aos megaeventos.

Uma das marcas desse Seminário foi o entusiasmo e a pronta adesão de nossos colegas, que consideraram muito oportuna a discussão proposta, tendo em conta o contexto de política pública de habitação do MCMV, combinada com as intervenções urbanísticas na área portuária da operação Porto Maravilha, que levaram à expulsão dos moradores das várias ocupações daquela área, sem que nenhuma solução fosse pensada em termos de habitação social, que por lei deveria ter sido implementada e que foi simplesmente ignorada, sem qualquer penalização aos responsáveis.

Em dois dias de intensa discussão, três Mesas Redondas e um Fórum de Debates reuniram pesquisadores de diferentes especialidades nesse Seminário. Outro mérito do Seminário foi aproximar essas pessoas que se conhecem, que trabalham na mesma área, mas que raramente se encontram e discutem suas ideias, devido à conhecida e habitual correria vivida por todos nós,

Outro produto a destacar foi uma carta aberta elaborada pelo grupo, com análise crítica sobre o plano da prefeitura. Uma das críticas direcionou para a má qualidade dos projetos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e de infraestrutura para habitação de interesse social que vêm sendo executados no país, como os do MCMV, que não levam em consideração as especificidades locais, regionais, econômicas, culturais e sociofamiliares. Essa carta foi lida em evento do IABRJ e depois encaminhada para divulgação voltada para um público maior.

Por fim, considero relevante mencionar um evento, importante para minha pesquisa, ainda que não seja exatamente um seminário acadêmico. Organizado por Glaucia Santos Garcia, historiadora e então redatora chefe do jornal Viva Gamboa, pelo antropólogo Rogério Duarte, e por mim, no ano de 2016. Intitulado - *“Prosa na Praça: Memórias, Relatos, e Imagens da Região Portuária do Rio de Janeiro* - foi realizado na própria Praça da Harmonia, referencial empírico de minha pesquisa, voltado para os moradores da Praça e de seu entorno.

Buscava-se uma troca com eles, moradores do lugar, suas vivências e suas lembranças. Supunha-se que isso os envolveria mais com a Praça e lhes forneceria mais informações, sobre as intervenções urbanísticas do Porto Maravilha, que traziam inseguranças quanto à manutenção da Praça e eventuais mudanças.

Apresentamos também o significativo vídeo “Praça da Harmonia” realizado pela produtora de Luís Carlos Barreto. O vídeo reúne imagens de um passeio pela Praça da Harmonia e seu entorno, realizado por algumas das figuras mais significativas do bairro, moradores de longa data do lugar, que contaram suas histórias e suas vivências no bairro e na Praça. Entre eles o Seu Lula com quem eu tive contato mais direto, inclusive com entrevistas.

Exibimos ainda, em *powerpoint*, mapas, fotos antigas, e atuais da Praça, algumas delas verdadeiros achados de pesquisa de minha amiga historiadora Glaucia Santos Garcia. Por fim, apresentamos também um depoimento de um casal de antigos moradores do bairro, seguido de um debate. Contamos com o Apoio da Associação dos Moradores da Gamboa/AMAGA.

Na sequência apresento algumas das dissertações e teses que orientei, com pequenos comentários.

Orientações de Mestrado e Doutorado

Dos sessenta e quatro trabalhos que orientei, oito foram dissertações e cinco, teses. Destaco aqui apenas alguns. Outras orientações serão mencionadas, abaixo, quando trato dos meus projetos de pesquisa.

Destaco inicialmente a dissertação de Luiz Kleber Rodrigues Farias, *A favela do Rio das Pedras: a imagem da paz como ensejo para crescer?* Defendida em 2007, identifica alguns elementos propulsores do crescimento demográfico e geográfico de Rio das Pedras, nas últimas décadas, como o estabelecimento de uma relação diferenciada com o Poder Público, a proximidade física da *favela* com o mercado de trabalho, com forte influência das redes de parentesco em seu interior e a presença da chamada *polícia mineira*, também identificada como milícia. Problematisa a imagem - construída internamente - de uma *favela* positiva, onde a paz predominaria de forma permanente.

Por sua vez, a dissertação de Marina Cavalcante Vieira sob o título, *Visões da modernidade nas histórias em quadrinhos: Gotham e Metrópolis em finais de 1930*, tem sua temática bastante ligada às teorias da cidade e ao urbano. Defendida em 2012, tem como objetivo investigar a imagem das cidades de Metrópolis (Super-Homem) e Gotham (Batman), em seu contexto de criação. Situa a metrópole e os seus problemas como a causa da necessidade de existência de super-heróis. Sua investigação expressa a excelente formação teórica de Marina, sua criatividade, originalidade, e sua grande capacidade de lidar com a teoria e a empiria. A dissertação se desdobrou em vários artigos com muito boa aceitação entre os estudiosos do tema, e muitas apresentações em congressos e seminários. Atualmente Marina já é doutora. Defendeu sua tese também no PPCIS.

Dentre as orientações mais recentes ressalto a dissertação de Marcia Menezes T. Pereira - *A construção social da identidade da sociologia como disciplina escolar - que sociologia é essa?* Defendida em 2013. Debate a respeito da Sociologia como disciplina escolar e tem por objetivo investigar qual sua identidade na escola. Indaga que Sociologia é esta? e propõe-se a perceber como a Sociologia está sendo construída - em algumas das escolas da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro - pelos professores(as) regentes na sua relação cotidiana com essa matéria. Trabalha com quatro elementos articulados, relevantes para se aproximar da identidade da Sociologia. São eles: a sua trajetória na Educação Básica; os sentidos atribuídos, sintetizados nos objetivos e na especificidade desta disciplina em relação às demais; os conteúdos e metodologias mobilizados na construção cotidiana de seu conhecimento

escolar; e, por fim, os lugares que ela vem ocupando na escola. Suas fontes baseiam-se em trabalhos acadêmicos, documentos oficiais de âmbito nacional e estadual, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores e professoras desta rede de ensino.

A primeira tese de doutorado que orientei foi a de Lídia Alice Medeiros: *Receitando normas e arquitetando soluções na habitação social: Victor Tavares de Moura e Affonso Eduardo Reidy em busca de uma modernidade para o Rio de Janeiro*, defendida em 2010. Traz uma ampla reflexão sobre a política pública voltada para habitação social, entrevista pela atuação de duas figuras públicas, Victor Tavares de Moura (1892-1960) e Affonso Eduardo Reidy (famoso arquiteto modernista; 1909-1964), ambos funcionários públicos, em departamentos distintos, da Prefeitura do antigo Distrito Federal. Suas propostas de atuação são distintas, porém, convergentes, na busca por soluções inéditas para o grave problema da moradia popular. A abordagem comparativa recupera as recorrentes coincidências ao longo de suas trajetórias profissionais ao partilhar a mesma preocupação – a habitação social.

Orientei a tese da aluna caboverdiana Fernandina Lopes Fernandes em parceria com meu colega muito querido Dorian Borges. A pesquisa versava sobre *Crime, juventude e medo: a visão de moradores, polícia e jovens desviantes sobre o crime na cidade da Praia em Cabo Verde*. Defendida em 2016. Analisa as opiniões sobre o crime na cidade da Praia, em três públicos-alvo: (1) os residentes de dois bairros da cidade (Ponta D'água e Palmarejo); (2) os jovens considerados responsáveis pelos crimes (os *thugs*) e (3) os agentes de dois batalhões da Polícia Nacional que combatem o crime (BAC e Piquete). Propõe alguma cautela quanto a relação linear formulada quanto aos “thugs” e aumento do crime, e a necessidade de considerar o contexto social em que vivem. A pesquisa empírica envolveu 26 entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, junto aos os três públicos alvos. As principais conclusões sinalizam que, os sujeitos de pesquisa, em geral, acreditam na influência do contexto social na prática criminosa; os *thugs* são vistos como responsáveis pelo aumento do crime na cidade, embora o estudo tenha apontado que tal aumento não pode ser apenas atribuído a eles, mas também ao tratamento e à visão que as autoridades propagam dos *thugs*, o que gera sua estigmatização e rotulação levando à maior revolta destes. Uma visão moralista é percebida por parte dos moradores e dos integrantes da Polícia Nacional, que atribuem aos pais, uma ausência de acompanhamento dos filhos, contribuindo para que entrem na vida do crime.

Duas das pesquisas que orientei no PPCIS foram publicadas em livro. O primeiro, uma excelente dissertação de autoria de Fernando Ribeiro Gonçalves Brame, que resultou no livro *O Império sobre trilhos: Estado, disputas políticas e articulação socioespacial no Rio de Janeiro*. A segunda foi a tese de Leopoldo Guilherme Pio, defendida em 2014, intitulada *Novos sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha*, que mantendo o título da tese, foi publicado em 2017. Fui convidada para escrever o Prefácio, o que fiz com muito prazer.

A tese acima citada, de Leopoldo G. Pio foi realizada num clima de muita convivência, de trocas de comentários, e de percepções, além de coautoria em seminários e publicações dada a proximidade de nossas temáticas de pesquisa.

Na sequência apresento as pesquisas que desenvolvi no PPCIS, indicando seus produtos, e as parcerias realizadas.

Atividades de Pesquisa

Como pesquisadora do PPCIS filiei-me inicialmente à Linha de Pesquisa: *Memória, Espaço Urbano e Cultura*, que mais tarde foi ganhando novas configurações e novos títulos à medida que as Linhas de Pesquisa se redefiniam para se adequarem às novas dinâmicas das áreas de pesquisas da Pós-Graduação. A atual Linha de Pesquisa que integro denomina-se *Cidade, Movimentos Sociais e Religião*, no grupo *Cidade, Poder e Resistências*.

Iniciei minhas pesquisas no PPCIS um ano após ter defendido minha tese em 1998. Assim, em 1999, participei do novo concurso para o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística- PROCIÊNCIA, convênio da UERJ com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, Programa que tem favorecido muito o crescimento da atividade de pesquisa na UERJ. Tive bolsas PROCIÊNCIA durante vários anos.

Nos anos 2003 e 2015 fui nomeada para compor o Comitê Interno do Prociência.

Integro o Grupo de Pesquisa CNPq: *Políticas Públicas Territoriais* (diretório do CNPq), que tem como líder minha amiga Angela Moulin Simões Penalva Santos. Esse grupo atuou diretamente para viabilizar os *Seminários Rio de Janeiro*, acima mencionados.

Em seguida, apresento meus projetos de pesquisa, desenvolvidos em sua maioria com bolsa PROCIÊNCIA.

Pesquisa: “Habitação em Área Central para Famílias de Baixa Renda.” 1999/2002

Minha primeira pesquisa no âmbito do PROCÊNCIA direcionou-se para o “Programa Novas Alternativas” da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro/SMHRJ, que visava “estimular e oferecer novas opções de moradia para a população de baixa renda”, por meio do “projeto Reabilitação dos Cortiços”, “voltado para a recuperação do casario antigo deteriorado, habitado por famílias de baixa renda em condições de risco e insalubridade”. Os cortiços a serem reabilitados eram denominados de casarões.

No caso da reabilitação de cortiços com moradores, estes eram cadastrados e abrigados pelo Programa, em outra moradia e voltavam quando terminada a reforma. Isso ocorreu, de fato, nos Casarões pesquisados. Contatos formais com pessoas da Gerência do Programa Novas Alternativas e da Ong Espiral - responsável pela gestão dos casarões reabilitados - permitiram conhecer bem o Programa e viabilizaram os primeiros contatos com os moradores.

Conheci os casarões reabilitados e fiz o primeiro contato - intermediado pela assistente social da Ong - com os moradores. Participei das “reuniões de condomínio” dos moradores, e na etapa seguinte foram realizadas as entrevistas que visavam identificar suas características socioeconômicas, seus tipos de organização familiar, suas redes de sociabilidade, suas condições de moradia nesse novo espaço reabilitado, as vantagens e desvantagens que atribuem à nova moradia, as formas de utilização dos espaços de uso coletivo.

Pelas normas do Programa os moradores pagavam um aluguel subsidiado, com um valor abaixo daquele do mercado, o que viabiliza uma moradia em boas condições para pessoas de baixa renda. Afora os moradores de cortiços, outras pessoas podiam se candidatar a morar ali. Havia muitas pessoas interessadas, que precisavam se inscrever para se candidatar à moradia. A exigência para a inclusão dos candidatos ao Programa era de renda mensal de 1 até 5 salários mínimos.

O casarão reabilitado mantinha a mesma estrutura física anterior, com nova pintura e novos reparos, uma imagem de ordem, e bem cuidado. Os cômodos individuais são mantidos, e se valoriza muito a existência de pequenos espaços coletivos, utilizados para as pequenas reuniões do Condomínio e para eventuais comemorações. O banheiro continuava sendo coletivo, o que é motivo de muitas queixas e reivindicações por banheiros privados. Reconheciam, entretanto, que o novo casarão era muito mais seguro do que os

antigos cortiços em que moravam. Os espaços coletivos são limpos e tratados com cuidado.

Três cortiços já tinham sido reabilitados pela Prefeitura. Dois deles foram pesquisados: o casarão da Rua Sacadura Cabral, no.295, no bairro da Saúde, zona portuária da cidade, e aquele situado na Travessa Mosqueira, nº 10, na Lapa, bairro do Centro, conhecido como zona boêmia; ambos já estavam habitados. O terceiro casarão, situado na Rua Cunha Barbosa, também no bairro da Saúde, ainda não estava sendo utilizado, por haver problemas judiciais envolvendo sua reabilitação.

O cortiço da Senador Pompeu incluía-se nessa proposta inicial do Programa, mas sua reforma demorou muito tempo para acontecer, para além do tempo da pesquisa. Acompanhando pelo site da Prefeitura sabe-se, atualmente, que no caso desse casarão a atuação foi diferenciada: *“Programa recuperou o primeiro cortiço no Brasil que foi comercializado através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal para a população de baixa renda. Situado na Rua Senador Pompeu 34, o casarão – com cerca de 120 anos e tombado pelo Patrimônio Cultural do Município – foi recuperado mantendo as suas características arquitetônicas. No local, foram construídas 23 moradias”*¹⁵. Deixou de ter, portanto, o mesmo perfil dos dois casarões pesquisados, que se destinavam, exclusivamente, a serem alugados.

Nessa pesquisa contei com a colaboração de Shelley, aluna do curso de Sociologia Urbana, que no processo de elaboração de sua monografia de final de curso, integrou-se ao projeto.

Em ambos os casarões, vários moradores eram originários de cortiços, de casas de cômodo e quartos compartilhados, na área central da cidade, o que coincidia com a proposta de acolhimento do Programa.

Os resultados da pesquisa podem ser encontrados nos textos publicados, que menciono abaixo, com os dados sobre os moradores; sua moradia original, número de pessoas abrigadas em cada Casarão, suas composições familiares, os motivos da escolha do casarão, além do perfil socioeconômico dos moradores, que incluía dados sobre idade, gênero, grau de instrução, atividade de trabalho. As entrevistas mostraram o grau de satisfação dos moradores com a moradia reabilitada, as vantagens e eventuais desvantagens de morar em área central, os fatores positivos e outros negativos da nova moradia.

Tive oportunidade de participar de três eventos científicos para debater os resultados da pesquisa, com enfoques diferenciados, e discussões bastante

15 http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/novas_alt.htm.

interessantes. No ano de 2000 "Seminário Internacional: *Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social*" - Campinas/Unicamp. No ano seguinte participei do II Encontro Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida - O *Desafio para as Cidades no Século XXI*. Belém/2001. Em 2003 apresentei essa discussão no XI Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS. Também como produto da pesquisa, a monografia de Shelley Muniz Azambuja Neves de Souza, que atuou comigo na pesquisa, conforme mencionei antes.

Pesquisa: Espacialização da cidade do Rio de Janeiro e os impactos das transformações econômicas advindas da globalização. 2000 /2002

Paralelamente à pesquisa acima comentada, conduzi outra investigação com o objetivo de apreender os princípios que organizam o espaço social da metrópole do Rio de Janeiro. A espacialização da cidade é entrevista a partir dos impactos que as transformações econômicas, advindas da globalização, produziram sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles. Essa era uma das linhas de pesquisa do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE) com o qual eu mantinha parceria.

Esse propósito exigia uma reflexão teórica - muito avivada naquele momento - sobre os conceitos como globalização, *global cities*, *dual city*, segregação social etc. A hipótese da *global city* (Sassen 1991¹⁶; Borja e Castells,¹⁷) identifica um processo de transformação do papel das cidades, que passam a integrar as redes da economia mundial, com sua divisão social e espacial do trabalho, em decorrência do declínio da atividade industrial e da expansão das atividades financeiras e dos serviços produtivos e pessoais. Emergiria daí uma nova estrutura social, caracterizada pela expansão das camadas superiores e inferiores da hierarquia social, pela concentração da renda e pela retração do peso das camadas médias (Preteceille e Ribeiro, 1999¹⁸).

A globalização das economias urbanas levaria, assim, a uma estrutura social polarizada, dual, tanto a socioprofissional, quanto a de distribuição da renda, com a consequente segmentação do mercado de trabalho, definida por um reduzido número de empregos altamente qualificados e muito bem pagos -

¹⁶ SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

¹⁷ BORJA, J. e CASTELLS, M). Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madri, Taurus/Pensamiento, 1997.

¹⁸ PRETECEILLE, E., RIBEIRO, L. C. de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, ANPOCS, 1999. Revan / FASE, 2000

decorrentes do novo papel de articulação das cidades na rede da economia global - *versus* muitos empregos pouco qualificados e mal remunerados - resultantes do aumento da demanda por serviços produtivos e pessoais. A consequência seria o surgimento e expansão das camadas sociais de alta renda, e a introdução de formas "degradadas" de emprego no remanescente setor industrial. Tais argumentos conduziam à ideia de dualização da estrutura social, gerando novas categorias não redutíveis às classes sociais - como os "novos pobres", marginais e excluídos.

Necessário destacar, entretanto, que não havia um consenso quanto a essa proposição. As interpretações teóricas e conceituais sobre a natureza e dos processos de globalização, eram divergentes. Surgia assim uma visão crítica à *dual city*.

De um lado, a tese de que a *dual city*, produziria uma nova ordem espacial segregada particular, decorrente da segmentação do mercado. De outro, as pesquisas sobre Londres (Hamnett¹⁹) e Paris (Preteceille e Ribeiro)²⁰ contrariavam as hipóteses das *global cities*; não sendo identificada bipolarização das estruturas sociais e espaciais destas cidades. Constataram, sim, o crescimento das desigualdades sociais em termos de renda, entretanto, diferentemente do proposto pelos defensores da ideia de *global city*, esse aumento não é entendido como exclusivamente decorrente dos efeitos da globalização sobre a estrutura social, mas, sobretudo, decorre da redução dos impostos incidentes sobre as rendas e dos limitados aumentos da ajuda pública ao desemprego e às categorias de baixa renda.

A percepção de Ribeiro²¹ seguia nessa direção, mas constatava especificidades para a metrópole do Rio de Janeiro, que desde a década de 1990, delineava um novo desenho, que reconfigurava a clássica dualidade entre *centro/rico* e *periferia/pobre* revelando uma dinâmica social muito mais complexa, gerando novos debates sobre os impactos da reestruturação econômica sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles. Para o autor, entretanto, o Rio de Janeiro indicava um processo particular de

¹⁹ HAMNETT, C. *Les changements socio-économiques à Londres*. Sociétés Contemporaines, n. 22/23, p. 15-32, jun./set., 1995.

²⁰ PRETECEILLE, Edmond. (1995), "Division sociale et globalisation; le cas de la métropole parisienne". Sociétés Contemporaines, 22-23.

²¹ RIBEIRO, L. C. de Queiroz. *Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal / IPPUR-UFRJ, 1997.

especialização das camadas mais ricas, entendido como *autossegregação*, que se afastava da proposta da cidade dual.

Os dados da minha tese também apontavam nessa direção, reforçando a ideia desse novo desenho proposto por Ribeiro. Encontrei sinais de autossegregação, na Barra da Tijuca, que se revela a Região Administrativa/RA, com maior concentração de famílias com chefia de alta renda. Eleita como a nova zona sul da cidade, seus moradores buscavam *status* e prestígio e exclusividade na apropriação desse espaço tornado nobre. Do mesmo modo, indícios do processo de periferização do crescimento metropolitano revelam-se no crescimento de domicílios periféricos da RMRJ com chefes de famílias de menor renda, crescendo 25,3% na década, índice bastante superior, à de seu município núcleo, Rio de Janeiro, que foi de 11,6%. Mesmo o município de Niterói, que tem um perfil socioeconômico mais próximo ao do Rio de Janeiro, apresentou percentuais mais elevados (18,2%). Dados indicadores de que o crescimento da metrópole fluminense se faz graças à sua periferia, e não no sentido da proposição da cidade dual.

Nesta linha, outra tendência, identificada por Brito²² (1990:175), revela que a periferização metropolitana, acontece como contraponto à "desperiferização" de algumas áreas da periferia, tal o que ocorre no bairro de Campo Grande. A "desperiferização" é entendida, pela autora, como o processo de expansão de formas de produção capitalista nessa área, com a incorporação da zona oeste ao mercado imobiliário da cidade, o que acarreta uma "elitização" de partes significativas dessa região.

Enfim, essas proposições resultam de pesquisas sistemáticas que mostram as especificidades da metrópole do Rio de Janeiro, afastando-se da tendência proposta de dualização da estrutura social, que se expressaria no espaço como cidade dual.

Como produtos dos projetos de pesquisa acima apresentados destaco minha participação no *IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas: Desafios Sociales de América Latina en El Siglo XXI. em Bratislava/Eslôvaquia, 2004*. Apresentei dois trabalhos com diferentes abordagens, em duas Mesas distintas. O primeiro sob o título *Cidade e Habitação em Área Central: Políticas habitacionais de âmbito local na cidade do Rio de Janeiro, exposto na Mesa Dilemas e Desafios de uma Sociedade Pluricultural: Brasil Século XXI. Bratislava: Universidade de Economia de Bratislava*.

²² Britto, A.L. (1990) Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro. Dissertação/Mestrado. IPPUR/UFRJ.

O segundo trabalho inscreveu-se na Mesa Deuda Externa, Trabajo y Seguridad Social: los desafios de Latinoamerica en el Siglo XXI., intitulado Crise Econômica e Habitação: a reciclagem de edifícios para uso habitacional de baixa renda na área central da cidade do Rio de Janeiro. Bratislava: Universidade de Economia de Bratislava/ Eslováquia, 2004.

**Pesquisa “Efeito vizinhança” e “efeito escola” no modelo dominante de integração social/
2006/2009/2010**

Em 2006, devido à minha inserção como professora e pesquisadora do PPPCIS/UERJ, na rede do Observatório das Metrópoles /IPPUR/UFRJ, à época um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), do MCT/ CNPq/ FAPERJ. Iniciei minha participação no projeto de pesquisa intitulado *Segmentação Social, Segregação Urbana, Desigualdade Social: o “efeito vizinhança” e o “efeito escola” no modelo dominante de integração social*. Fiz parte desse longo projeto de quatro anos, desde seu início em 2006. No ano de 2009 ele tornou-se objeto do meu pós-doutorado, conforme já mostrei, encerrando-se apenas em 2010.

Como já referi, uma parte desse projeto tornou-se minha proposta de pesquisa para o PROCIÊNCIA/2006, que teve continuidade e foi ampliado em minha pesquisa de Pós-doutorado.

A originalidade desta investigação apoia-se na interface entre duas áreas do conhecimento: a sociologia urbana e a sociologia da educação, tanto em relação à sua aproximação teórica, quanto à sua estratégia metodológica.

Estudiosos da cidade vêm mostrando que a segregação residencial leva ao isolamento dos segmentos sociais vulnerabilizados – quer pela economia, quer pelos novos padrões de políticas públicas – e fragiliza os laços de integração social, desencadeando mecanismos sociais de reprodução da pobreza e das desigualdades. Era meu interesse reforçar que a segregação conduz ao isolamento territorial, e que este afeta as relações dos indivíduos com a sociedade e suas instituições. Morar em territórios pobres, isolados, contribui para que os indivíduos permaneçam excluídos das principais correntes de influência da sociedade, vivenciando situações de fragilização social, tanto frente ao mercado de trabalho, quanto frente à família, à escola e à moradia. Na ausência de mecanismos que permitam romper com essa situação de precariedade, seja por meio da renda gerada pelo trabalho, seja por meio da mobilidade social propiciada pela educação, recria-se o processo de causação

circular da pobreza, ou ciclo vicioso da pobreza. As oportunidades de trabalho e educativas podem, portanto, representar um diferencial nesse processo.

Por sua vez, no campo da sociologia da educação, particular atenção tem sido dada a certos atributos existentes nas escolas - como organização e instituição - na explicação dos diferenciais de desempenho escolar de crianças e adolescentes. Tais atributos aparecem sistematizados na noção de “efeito escola”, definido como a capacidade que a escola - organizada institucionalmente - tem de reduzir, pelo menos em parte, os efeitos das diferenças de posição social dos alunos sobre o seu desempenho escolar (Maria Lígia Barbosa).

Como referencial empírico de análise, focalizava-se o processo de socialização e aprendizagem de crianças da 4ª série do ensino fundamental, num total de 15 escolas públicas municipais pesquisadas, localizadas em bairros típicos da divisão social da cidade do Rio de Janeiro. Boa parte desses alunos é originária de famílias pobres em situação de vulnerabilidade social, vive em áreas segregadas como favelas, bairros pobres etc.

A pesquisa volta-se, assim, para o estudo da relação entre segregação residencial, efeito vizinhança, e as chances de escolarização de crianças originárias das camadas sociais pobres.

Interessava enfatizar que a educação é dos poucos mecanismos que possibilitam às camadas populares eventuais trajetórias ascendentes de mobilidade social, ou seja, tudo indica que no Brasil a educação tem ainda papel fundamental no processo de mobilidade social. Se o êxito escolar das crianças pobres se inviabiliza, seja pelas condições de vizinhança, seja pelas condições da escola, ou mesmo da família, a pobreza se reproduz continuamente de uma geração a outra. Para que essa realidade não se perpetue, é necessário, no caso deste recorte específico, condições de vizinhança favoráveis, famílias que valorizem a educação e escolas que funcionem como um fator de democratização de oportunidades.

Apresentei essa discussão na Mesa 02 do Seminário comemorativo dos 25 anos do Curso de Sociologia Urbana Pós-Graduação *lato sensu*, que já mencionei acima. Essa comunicação foi publicada como artigo, intitulado, *O papel do território na configuração de oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança*, no livro derivado do Seminário, que registrei acima em nota de rodapé. Não me alongo mais nesse relato, pois ao falar sobre meu pós-doutorado, detalhei toda a pesquisa, nesse momento, em sua fase inicial, e seus diferentes produtos.

Pesquisa: Distinção de favela e não favela no modelo de organização social do espaço da cidade do Rio de Janeiro

Em 2011 retomei a discussão sobre a espacialidade urbana para trabalhar com um novo corte espacial para a cidade do Rio de Janeiro, que se filiava à perspectiva do Observatório das Metrópoles.

Tratava-se da distinção entre espaço *favela* e espaço *não favela*. A área ou espaço *favela* corresponde ao conjunto das favelas existentes na cidade; *não favela* corresponde à área ou espaço total da cidade, menos as favelas, ou seja, os bairros, ou a cidade. Nessa medida, nomeio ao longo do texto como *cidade* e como *bairros*, tomados como *equivalentes* do termo *não favela*. A diferenciação adotada refere-se aos resultados de pesquisa encontrados pelo Observatório das Metrópoles, que demonstram a pertinência desta distinção, na medida em que, ela está associada a distintos padrões de interação social entre os moradores da *favela* e as instituições da sociedade e mesmo com outros grupos sociais (Alves, Franco e Ribeiro: 2006)²³.

O estudo de tal configuração espacial foi possível graças à base de microdados dos Censos de 1960 a 2000, criada pelo Observatório das Metrópoles e validada pelo Departamento de Pesquisa do IBGE. Esta base agrupa em unidades espaciais específicas setores censitários considerados pelo IBGE como *domicílios em aglomerados subnormais*. Denominadas “Áreas IPPUR”, tais espaços foram operacionalizados por meio do afrouxamento da exigência de contiguidade dos setores censitários que formam as áreas de ponderação modificadas. Os setores censitários considerados subnormais (ou seja, as áreas de *favela*) foram agrupados em 39 unidades específicas, obedecendo-se, porém, os limites dos bairros e das regiões administrativas da Prefeitura. Além dessas 39 áreas de expansão, a base de dados inclui também outras 175 áreas de expansão²⁴.

²³ ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. O Território na Herança das Desigualdades de Oportunidades Educativas: estudo da divisão favela x bairro sobre probabilidades de repetência na cidade do Rio de Janeiro. *Workshop on “Neighborhood effects, educational achievements and challenges for social policies”*. Rio de Janeiro, 2006.

²⁴ As unidades espaciais que serviram de base para a construção das variáveis relativas ao local de moradia foram as AEDs (Áreas de Ponderação), que são as únicas referências geográficas intramunicipais fornecidas pelos microdados amostrais do Censo 2000 (IBGE), e correspondem a aglomerados de setores censitários. No entanto, devido às peculiaridades geográficas da cidade do Rio de Janeiro, onde temos dentro de uma mesma AED, áreas favelizadas e não favelizadas, optou-se por fazer uso das “Áreas IPPUR”. Alves, Franco & Ribeiro. *O Território na Herança das Desigualdades de Oportunidades Educativas: estudo da divisão favela x bairro sobre probabilidades de*

Meu interesse era o de mapear as desigualdades sociais manifestas no espaço da cidade – a partir desse novo desenho – que permitiria um novo olhar sobre a distribuição dos formatos familiares (e suas respectivas características socioeconômicas) e da moradia (e suas respectivas características físicas). Importava revelar as características socioeconômicas e demográficas que demarcavam cada uma dessas áreas. Parti do pressuposto de que as desigualdades sociais se expressam no espaço social, configurando situações e segmentação territorial e segregação residencial, perspectiva de análise adotada nos estudos desenvolvidos pelo Observatório das Metrópoles, cuja premissa enfatiza a importância dos processos de segmentação da cidade, na explicação das tendências à reprodução estrutural da pobreza. Para mapear as desigualdades expressas nesses dois espaços iniciei com os dados relativos às características da família e da moradia, além do perfil de seus moradores. Menciono alguns resultados das tabulações, para melhor situar a realidade desses dois universos sociais.

Há padrões familiares diferenciados entre essas duas áreas. As pequenas famílias de uma ou duas pessoas são mais frequentes na *não favela (ou cidade, ou bairro)*, enquanto as de cinco e seis componentes, com menor presença relativa em ambos os casos, são mais frequentes na *favela*. Entretanto, como famílias de três e quatro componentes têm igual percentual nas duas áreas, o tamanho médio da família assemelha-se em ambas as áreas: 2,98/não-favela e 3,33/favela, o que condiz com a tendência de redução do número de membros da família também nas áreas pobres.

Quanto à escolaridade do chefe, os contrastes mais acentuados entre as duas áreas estão nos seus extremos; chefes com curso primário dobram seu percentual na *favela*. Por sua vez, os chefes com escolaridade superior somam na *cidade* 25,3%, enquanto não chega a mais que 2,0% na *favela*. As categorias sócio-ocupacionais mais altas (maior qualificação profissional e maior renda) predominam no espaço *cidade*, sendo o inverso válido para o espaço *favela*.

A renda do chefe correlaciona-se com seu grau de escolaridade, nos dois casos, mas expressa-se com mais nitidez em seus contrastes. Na *favela*, boa parte dos chefes com baixa escolaridade ganham apenas até um salário mínimo, enquanto na *cidade* esse percentual se reduz pela metade. Em contrapartida, quase 11% dos chefes nos *bairros* ganham mais de vinte salários, enquanto na *favela* apenas 0,2% ganham esse valor.

repetência na cidade do Rio de Janeiro. Workshop on “Neighborhood effects, educational achievements and challenges for social policies”. Rio de Janeiro. 2006.

Essas diferenças socioeconômicas apontam para uma desigualdade social – originária da forma como o solo é ocupado e da apropriação do espaço – derivadas, especialmente de diferenças de escolaridade, sócio-ocupacionais e de renda.

A distribuição etária da população mostra que a *favela* concentra mais jovens, em consonância com o que a literatura vem mostrando. Chefes de até 25 anos são mais do que o dobro na *favela*; chefes com mais de 55 anos são mais presentes no espaço *bairros*.

O critério da cor, indica a maior presença de chefes de cor branca na *cidade* e de negros na *favela*, como já se sabe, entretanto, importa ressaltar a grande indefinição constatada quanto à cor sobretudo na *favela*, com o alto índice de chefes que não se declararam nem branco, nem negro, e, sim, de *outra cor*, bem maior que nos *bairros*.

Resumo aqui as características da moradia em cada área. Na *favela* predominam largamente as casas, dadas suas características da ocupação do solo; os apartamentos são a forma de morar predominante na *cidade*, substituindo progressivamente as casas. A *favela* tem percentual relativo de pessoas que moram em um mesmo cômodo, com densidade média morador/dormitório bastante alta, e maior precariedade da moradia. Esse percentual é bem maior do que nos *bairros*.

Quanto aos domicílios próprios, já pagos, estes são majoritários na *favela*, consequência da ausência de regulação fundiária e das peculiaridades de seu mercado imobiliário informal, contrapondo-se à maior presença de domicílios alugados na *cidade*.

Dados já conhecidos foram confirmados. Quanto à existência de sanitários nos domicílios, quase 20% dos moradores da *favela* vivem sem eles. No entanto, ainda que em menor escala, essa precariedade ocorre também na *cidade*, 8,8% nessa mesma condição. O abastecimento de água, sabe-se, é praticamente oferecido à toda a população de ambos os espaços, em oposição à destinação do lixo, cujos resultados mostram que os serviços de limpeza são muito mais generalizados na *cidade*, enquanto na *favela* o recurso ao uso de caçambas é mais frequente.

Quanto aos perfis da família e aos formatos familiares, resumidamente, devo dizer que os tipos familiares se distribuem de modo relativamente similar em ambos os espaços; uma leve maior incidência dos tipos unipessoal e casal sem filhos acontece na *cidade*. No espaço *favela* há leve predominância de casal com filhos, e de mulher chefe sem cônjuge com filhos.

A chefia da família também se diferencia; nos *bairros* predominam as chefias masculinas; na *favela* predominam as chefias femininas. Há também uma variação na chefia segundo o tipo familiar.

Há ainda um conjunto de dados obtidos que seria difícil resumir nesta apresentação. Alguns não apresentam diferenças muito significativas entre as duas áreas, outros são muito específicos. Eles podem ser consultados no texto abaixo indicado.

Nesse trabalho contei com a colaboração de Gabriel da Silva Vidal Cid, meu antigo bolsista de iniciação científica, que, como antes referi, elaborava sua dissertação no IPPUR. André Ricardo Salata, igualmente, antigo bolsista de iniciação científica, elaborou todas as tabelas de que eu necessitava para minha análise, a partir de sua ligação ainda mantida com o IPPUR. Em 2010 ele iniciara seu doutorado no IFCS/UFRJ. Registro meu agradecimento, mais uma vez, a André.

O primeiro produto deste trabalho foi a apresentação da pesquisa no II *Seminário Rio de Janeiro: Um território em mutação. Uerj 2011*. Em seguida, esse texto foi publicado em livro, como mencionei no tópico *Seminários Rio de Janeiro*.

Pesquisa Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: intervenções urbanas e novo desenho para a cidade do Rio de Janeiro - 2014/2018

A partir de 2014 iniciei nova linha de pesquisa que buscava refletir sobre políticas públicas de intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro e seus decorrentes conflitos sociais, nesse processo de produção do espaço. Meu interesse voltava-se para as atuações ligadas à Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, na zona portuária carioca, dotada de forte legitimidade, graças à recepção dos megaeventos esportivos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos), para os quais a cidade deveria se transformar em um cenário urbano renovado de grande atratividade e competitividade do capitalismo global.

No entanto, a produção do espaço urbano, se guiada unicamente pela lógica de acumulação do capital, gera um crescimento excludente, com um espaço social profundamente desigual, marcado pela segregação. Uma das evidências desse processo é observada no acesso restrito à moradia de grande parte da população brasileira.

Minha abordagem trazia uma ponderação bastante crítica a este tipo de atuação, pautada pelos interesses do grande capital, na renovação e sofisticação

da área portuária, por meio da *gentrificação*, ou seja, a requalificação urbana, e a valorização fundiária imobiliária dessa área, cujo intuito era atrair novos moradores das camadas sociais mais altas, viabilizando a ocupação de novos empreendimentos imobiliários habitacionais de luxo. Interessava nesse contexto avaliar os impactos socioespaciais desta prática, que afetava as condições de vida de seus originais moradores, seja pelo aumento dos aluguéis, seja, pela mudança do perfil socioeconômico do lugar, inviabilizando a manutenção dos moradores locais. Interessava nesse contexto avaliar os impactos socioespaciais desta prática. Enfim, entende-se a questão da moradia como geradora de conflitos de interesses.

A literatura indica que as metrópoles sedes de megaeventos esportivos, podem ter esses seus problemas agravados, em especial, aquelas de países em desenvolvimento. Ao final dos grandes eventos esportivos como estariam as cidades sedes em relação às suas disparidades socioespaciais interurbanas? As intervenções, ligadas aos megaeventos acabariam por produzir cidades mais desiguais, mais pobres e mais fragmentadas do que eram antes dos megaeventos?

Interessava perceber os efeitos e impactos dessas intervenções urbanísticas na zona portuária do Rio de Janeiro, decorrentes da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. O foco mais imediato da pesquisa direciona-se para o bairro da Gamboa, com destaque para Praça da Harmonia.

Conforme se verificou, a população atingida por tais ações – devido à valorização da área, decorrente das próprias intervenções que a expulsa – acaba por se deslocar para áreas mais periféricas longínquas, sem infraestrutura, sem transporte e pouco valorizadas da cidade, com enormes prejuízos econômicos e sociais. Não é por outro motivo que os moradores resistem tanto a esses processos de remoções e deslocamentos, que geram verdadeiros conflitos sociais urbanos.

Constata-se igualmente que o ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, não difere da experiência de boa parte das metrópoles que já sediaram esse tipo de evento, em especial, quando ocorrem em países em desenvolvimento.

Interessava revelar as consequências perversas da atuação do poder público ao intervir no espaço da cidade em operações consorciadas como a do Porto Maravilha. É preciso clarificar seu caráter intencionalmente excludente, pois *gentrificação* gera processos que implicam sempre penalização das camadas mais pobres das áreas atingidas.

Graças ao trabalho de campo foi possível avançar a evidência de que os processos de *gentrificação*, como a presente requalificação urbana da área

portuária, afetavam as condições de vida das pessoas, suas relações de trabalho, as escolas de seus filhos, sua relação de proximidade com parentes e vizinhos, e como decorrência, a desarticulação de redes de sociabilidade, que muitas vezes se configuram como estratégias de sobrevivência, expressas no cuidado de filhos por parentes e vizinhos, pequenos empréstimos em dinheiro, além de afetar suas relações afetivas.

As intervenções urbanísticas direcionadas para a recepção dos megaeventos esportivos transformam os espaços urbanos tornando-os menos acessíveis aos pobres, e ao mesmo tempo beneficiam interesses das elites econômicas, em particular, estão alterando para pior a situação de moradia de numerosas famílias da área central e do entorno da Praça Harmonia.

Esse tipo de atuação direciona seus benefícios, quase que exclusivamente, para os setores financeiro e imobiliário, o que onera a cidade na sua totalidade. Privilegiam-se as suas áreas nobres, ou seja, aquelas já dotadas de boa infraestrutura e serviços, enquanto as áreas mais carentes continuam esquecidas, além disso, não priorizam os problemas mais graves de habitação popular, saúde, educação, saneamento e transportes em áreas pobres e afastadas. Trata-se de uma forma de política urbana que reforça a desigualdade social e espacial

Outra questão de pesquisa traz como reflexão a eventual nova centralidade que a Praça da Harmonia e suas áreas vizinhas poderia ganhar em função de suas novas características. Foi possível vislumbrar, por meio de uma primeira aproximação com a história do lugar, que a Praça Harmonia uma área histórica de grande tradição cultural, religiosa, além de sindical. A Praça ainda não tinha sido palco das intervenções urbanísticas, entretanto, as áreas do seu entorno passaram por mudanças profundas.

As “Ocupações” na área portuária também foram objeto de estudo, acompanhando sua trajetória no momento da ocupação, suas estratégias de resistência, e o momento da remoção de seus moradores.

Vários foram os produtos dessa pesquisa. Em 2013, fase mais inicial da pesquisa, meu orientando Leopoldo Guilherme Pio e eu apresentamos o trabalho intitulado *Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: Intervenções Urbanas e Novo Desenho para a Cidade do Rio de Janeiro* que, posteriormente, foi publicado em livro²⁵. Menciono também o artigo elaborado

²⁵ SANT’ANNA, M. J. G.; PIO, L. G. Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: Intervenções Urbanas e Novo Desenho para a Cidade do Rio de Janeiro. In: SANTOS, A.M.S. P.; SANT’ANNA, M. J. G.(orgs) Transformações Territoriais no Rio de Janeiro do Século XXI. Rio de Janeiro. Editora Gramma. 2014.

em parceria com Livia Maria Abdalla Gonçalves, aluna de doutorado do PPCIS, sob o título *Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano*, publicado na Revista Interseções, v. 17 n. 2, p. 378-396, dez. 2015.

Ainda como produto desta linha de pesquisa menciono a tese de Leopoldo Guilherme Pio, defendida em 2014, *Os Novos sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha*, cujo referencial de investigação foi o Museu do Amanhã.

A orientação da monografia de graduação de José Leonardo da Silva Paiva: *Estudo Preliminar das Ocupações Vito Giannotti, Manoel Congo e Mariana Crioula, ocupações exitosas da área central do Rio de Janeiro*, deriva da mesma pesquisa. Sua defesa ocorreu em 2018.

Em fase mais adiantada da investigação orientei Luciana Ximenes, arquiteta, aluna do Curso de Sociologia Urbana pós-graduação *lato sensu*, em sua monografia *Ocupações na zona portuária do Rio de Janeiro: soluções de moradia e ações de resistência no contexto do projeto Porto Maravilha*, de 2017. No ano seguinte, avançando um pouco mais a discussão, publicamos em coautoria o artigo *A Luta pela Moradia Popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos*, na Revista Interseções 19, dez.2018.

Essa temática de pesquisa também propiciou minha participação, em novembro de 2016, no 3º. *Evento Sociabilidades Cariocas* organizado por Renata Menezes (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional, UFRJ, PPGAS) e Sandra de Sá Carneiro (PPCIS/UERJ) quando apresentei o trabalho: *Praça da Harmonia: Festas e Sociabilidades*.

Mantenho essa linha de investigação atualmente com novos enfoques, voltados para a situação socioespacial da cidade em contexto *pós-megaeventos esportivos*, como mostro a seguir.

PPCIS/Projetos de Pesquisas em andamento

Os dois atuais projetos de pesquisa que desenvolvo - associados ao Núcleo CIDADES - propõem uma reflexão sobre a cidade do Rio de Janeiro entrevista no cenário pós-megaeventos esportivos, com previsão para sua conclusão no final de 2022. O primeiro tem como título “Rio de Janeiro pós-megaeventos esportivos: novas espacialidades, novas sociabilidades urbanas?”, e dá continuidade à minha pesquisa sobre os impactos sociais e espaciais e aos conflitos urbanos da fase de intervenção urbanística na área portuária. Trata-se

agora de buscar identificar que novas espacialidades e sociabilidades se configuram.

Busca-se acompanhar o modo como a cidade do Rio de Janeiro se reorganiza social e espacialmente, nesse cenário pós-megaeventos. Importa delinear o desenho de novas espacialidades associadas às novas formas de sociabilidade; ou seja, apreender as dinâmicas socioespaciais em seu movimento. O referencial empírico da pesquisa tem recortes espaciais diferenciados: cidade do Rio de Janeiro, a Área Central da cidade, sua Área Portuária e bairro da Gamboa, no qual se situa a Praça da Harmonia, foco mais imediato da pesquisa. Busco identificar mudanças quanto às formas de sociabilidade, investigando que elementos sociais e simbólicos influenciam na sua composição e que práticas sociais modelam esses espaços.

A segunda pesquisa procura avaliar qual a situação real das novas centralidades, planejadas pela Operação Consorciada Porto Maravilha, na Zona Portuária, da cidade Rio de Janeiro Pós-Olímpico.

Vista como uma das marcas do urbanismo contemporâneo, a tendência observada nas metrópoles contemporâneas de revalorização do seu espaço em Área Central e de criação de novas centralidades urbanas, muitas vezes é associada a projetos de revitalização de suas áreas portuárias. Interessa refletir sobre essas questões e avaliar as propostas de criação de novas centralidades culturais da Operação Consorciada Porto Maravilha.

Meu entendimento é que a área que reúne o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio de Janeiro, os novos armazéns portuários, o Aquário do Rio, a Roda-gigante - o mais novo equipamento instalado na área, a Fábrica de Espetáculos do Teatro Municipal, o Instituto dos Pretos Novos, o Cais do Valongo, toda ela servida pelo VLT, pode se constituir em uma nova área de centralidade, sobretudo, cultural. A pesquisa busca, portanto, acompanhar o processo de uso e ocupação desses espaços e a dinâmica de uso de apropriação desses novos equipamentos urbanos. Supõe-se uma reconfiguração de usos e de serviços e maior dinâmica para a região.

Essa pesquisa vem sendo desenhada com meu antigo orientando, hoje professor da UNIRIO, Leopoldo Guilherme Pio, e já publicamos artigo sobre esse assunto, conforme antes referi.

Palavras Finais

Ao longo desta narrativa muito falei sobre Sociologia Urbana. De fato, é claro meu integral envolvimento nessa área. A cidade como objeto de estudo é também fonte de encantamento. Ainda assim, gostaria de não ter me alongado tanto. Foram longas apresentações, principalmente aquelas que versavam sobre meus projetos de pesquisa, seus resultados e seus produtos, compondo estas extensas cinquenta páginas. Nesse sentido, o melhor é um brevíssimo encerramento.

A longa trajetória aqui descrita pode ser pensada também como uma longa caminhada, no processo de trilhar um caminho, ainda que, para o poeta não haja caminho; *“o caminho se faz ao andar.”*

Encerro, assim, com os versos do poeta sevilhano Antonio Machado (1879/1939); um dos expoentes da Literatura Espanhola de então.

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

Epigrama XXIX del libro *Proverbios y Cantares de “Campos de Castilla”*
(http://www.rinconcastellano.com/biblio/sigloxx_98/amachado_prov.html)

Memorial¹

João Trajano Sento-Sé

Em passagem frequentemente citada da célebre conferência sobre a ideia de nação, Ernest Renan declara que a memória que constitui a liga e estrutura a identidade nacional de um povo não é composta somente por lembranças, mas dela faz parte, sobretudo, o esquecimento. O esquecimento das passagens trágicas e vergonhosas, a supressão dos massacres e das ignomínias salvam da fragmentação o que, não sendo assim, não passaria de um amontoado errático de povos, línguas, linhagens e crenças conflitivas irreduzíveis entre si. Tanto quanto as lembranças, o esquecimento confere unidade e senso de pertencimento a uma pluralidade que, de outro modo, seria marcada por conflitos e guerras incessantes.

Lembrança e esquecimento são parte de um mesmo processo de composição da história de um povo idealizado como tal. Há certo parentesco entre o exercício de composição discursiva da nação com aquele executado pelo memorialista que estabelece, a partir de um certo ponto de sua história, a trajetória que o tornou aquilo que ele julga ou quer que os ouvintes/leitores julguem que ele é. Está em questão não apenas uma trajetória quase teleológica, mas o *telos* provisório, o lugar de onde o relato é enunciado.

O trabalho criterioso de composição do relato memorialista aproxima esse gênero das narrativas nacionalistas num segundo aspecto. Há em ambos um componente ficcional, destacado por alguns dos mais importantes intérpretes do fenômeno nacionalista através do conceito de invenção. A base desse exercício está apontada por Renan, mas os seus desdobramentos vão para muitas direções que coincidem na desessencialização da ideia de nação e de seus conteúdos. Se assim não fosse no que tange aos relatos individuais, a composição de um memorial seria uma insuportável demonstração de impudícia. A proximidade de seu próprio discurso ao discurso da identidade nacional, tal como entendida por alguns dos intérpretes do fenômeno do nacionalismo, protege o memorialista.

¹ Este memorial foi concluído em dezembro de 2019 e defendido em 11 de março de 2021. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Ângela de Castro Gomes, Brasília Sallum Jr, Michel Misse e Renato Lessa.

Há, ainda, uma terceira aproximação que deve ser feita entre ambos os gêneros. Nas abordagens destacadas anteriormente, há, quase sempre, o enunciador do discurso. Pode ser uma classe, um segmento, uma estratégia, mas a sombra da autoria permanece presente, de modo assumido ou não. Pertencente a essa mesma linhagem, Benedict Anderson dá um passo à frente e dilui o lugar de autoria através do conceito de comunidade imaginada. A recepção se torna aspecto central e o discurso nacionalista se torna processo. O mesmo pode caber no caso do memorialista.

A rigor, os significados conferidos a eventos passados se transmudam, se recompõem entre si, ganham novas tinturas à medida que o lugar de que se narra é assumido como instável e mutante. Somente o mais célebre dos memorialistas brasileiros, Brás Cubas, parece safar-se de tal maldição, a um preço, contudo, que nenhum outro gostaria de pagar. A liberdade pode custar caro. No que se descreve a seguir, assume-se apenas o esforço de obter uma boa composição, de que os esquecimentos não representem lacunas e, mais importante, a confortável sensação de que um memorialista não passa de um *ghost writer* de si mesmo.

Tornar-se adulto no período entre o final dos anos de 1970 e a primeira metade da década posterior, no Brasil, foi uma experiência que deixou marcas de diferentes naturezas em muita gente. Uma rápida enumeração basta: retorno dos exilados pelo regime autoritário civil-militar de 1964, reintrodução do pluripartidarismo, primeiras eleições diretas para chefes dos poderes executivos estaduais desde 1965, avanço da lenta exaustão do último ciclo autoritário do Brasil republicano até o presente momento. Estes foram alguns dos episódios que povoaram a biografia de estudantes universitários razoavelmente interessados nas questões da vida pública desse período e que ingressaram na universidade em 1981. A consolidação de um ciclo inflacionário que castigaria a economia brasileira até meados da década de 1990, os sobressaltos quanto ao possível recrudescimento do regime despótico e as bombas que explodiam aqui e ali são o contraponto sombrio dos episódios que inspiravam entusiasmo.

Gosto de pensar que, desde que fiz minha matrícula para cursar ciências sociais no IFCS, no verão de 1981, jamais deixei de ter algum vínculo formal com a universidade pública. Estive na UFRJ, de 1981 a 1985, como estudante de graduação em ciências sociais, e, depois, de 1986 a 1988, no mestrado na Escola

de Comunicação. De 1989 a 1999, mantive o vínculo com a UFRJ como professor de sociologia do Colégio de Aplicação. Desde 1995, sou professor de ciência política da UERJ, no Departamento de Ciências Sociais que se tornaria, em 2014, o Instituto de Ciências Sociais.

As melhores lembranças dos primeiros tempos de IFCS estão mais associadas ao que se passava fora das salas de aula propriamente ditas. O *frisson* das mobilizações políticas, o encontro com novos colegas vindos de lugares sociais variados, os projetos com os amigos do jornal *Patuá*, e muitas confraternizações. Era o tempo das jornadas reichianas, das festas do jornal *Luta e Prazer* e do surgimento do Circo Voador, no verão de 1982, no Arpoador e, depois, na Lapa. Mesmo com tantos estímulos extracurriculares, faz parte da memória o encontro com o professor Jetter Ramalho. Intelectual sem obra. A generosidade e firmeza de sua atividade docente deveriam fazer com que todos que tiveram a sorte de cruzar com ele, na qualidade de seus alunos, escrevessem um memorial para fazer o registro e não deixá-lo num imerecido esquecimento. Já no primeiro período de faculdade, a despeito de todos os demais atrativos acenados aos calouros, dei sorte e tive em Jetter um belo exemplo de professor.

Em tempos confusos e de transição, a década de 1980 no IFCS foi tumultuada, para dizer o mínimo. Tínhamos ao menos uma paralisação por semestre, e algumas delas se estendiam por semanas ou meses. Ainda assim, fazia sentido estar ali.

Alguns daqueles que estariam entre os melhores professores que tive na graduação estavam fora naquele período inicial, fazendo mestrado e/ou doutorado no exterior. Pode-se dizer que o IFCS foi melhorando à medida que o próprio cenário brasileiro se tornava menos sombrio. Jovens professores eram recrutados e algumas referências de que só tínhamos ideia pelo relato dos veteranos retornavam. Mas, em alguns casos, havia também certa ironia amarga em toda a movimentação. O retorno de Manoel Maurício de Albuquerque à Faculdade de História, por exemplo, durou apenas alguns dias. Expurgado pelo regime civil-militar, obrigado a dar aulas de História em cursinhos (quando chegou a ser, por sinal, meu professor de História do Brasil) para sobreviver, Manoel Maurício provavelmente deu vazão às agruras acumuladas, sofreu um enfarte e faleceu logo após sua incorporação à universidade.

Paralelamente à iniciação em ciências sociais, dedicava algum tempo à militância na Associação de Moradores de Laranjeiras (AMAL). Esse também foi o tempo da emergência da sociedade civil organizada em configurações

distintas dos modelos sindical e corporativo que vigoraram na República de 1946. O início dos anos 1980 foi pródigo na criação de associações de bairros, na articulação de movimentos de moradores de favelas, além dos primeiros passos do que viria a ser uma rede minimamente organizada de grupos identitários. Não é verdade que a “sociedade civil organizada” seja um fenômeno inédito desse contexto. Creio que já existia isso nos anos de 1950 e início dos anos 1960 no Brasil. Mas é claro que temos aí uma reconfiguração importante.

No que me lembro, atuar na AMAL não diferia significativamente em relação a estudar no IFCS. Não tinha uma determinação especial em tornar-me um sociólogo ou coisa que o valha. Honestamente, sequer sabia direito o que era a sociologia. Nunca ouvira falar da existência da antropologia ou da ciência política. Mais seguro sobre as opções que não me contemplavam, intuí que o curso de ciências sociais propiciaria alguns anos de formação em uma atividade profissional que implicava leituras de teoria sobre a sociedade. Dei sorte por entrar na universidade e aprender coisas que não sabia que existiam. Acho que deve ser o caso de muita gente.

No caso da militância associativa, não tivera qualquer socialização anterior com a política e suas atividades. Acompanhava com interesse brando as movimentações de então, mas a ideia de tomar parte moderadamente daquilo parecia interessante. É quase paradoxal que simultaneamente à extrema mobilização pela refundação do sistema partidário competitivo, o entusiasmo pelo retorno de gente como Prestes, Arraes, Brizola e tantos outros, houvesse grupos que renegassem a via partidária como alternativa plausível e preferencial para o processo de redemocratização em curso. Entenderia isso melhor, alguns anos depois. Ali, se hoje construo uma memória fidedigna sobre o momento, optava apenas intuitivamente por uma via não partidária de atuação política e fazê-lo no bairro em que morava parecia uma boa escolha.

No jornal da AMAL tive, em parceria com meu amigo, futuro professor de matemática do ensino médio, Marcelo Teófilo, minha primeira experiência literária. Tratou-se de uma coluna permanente no suplemento do jornal produzido por jovens moradores de Laranjeiras vinculados à associação. A coluna se chamava o Lugar de Nostrajanus. Nela publicávamos regularmente horóscopos de nossa lavra e previsões do futuro. Foi aí que comecei a errar projeções e me enganar nos prognósticos, o que representou o primeiro sinal sobre minha vocação para economista ou cientista político.

IFCS e AMAL convergiram para aquilo que se poderia chamar minha formação intelectual e política de base. Além das leituras dos cursos, de que me

desincumbia com dificuldade e com brilhantismo aquém do que deveria confessar, temperei minha formação à base do talento e da criatividade editorial com que a Editora Brasiliense era conduzida à época. As coleções *Primeiros Passos*, *Cantadas Literárias* e *Tudo é História* se somavam à publicação de obras de Walter Benjamin, dos *beatnicks* e de autores não muito alinhados com o *establishment* intelectual ou mesmo de seus críticos mais consagrados daquele momento. Remonta àquele tempo a convicção de que uma política de estímulo à atividade editorial está na base de qualquer projeto consequente para a cultura, a ciência e a tecnologia.

No IFCS, acabei sendo aluno de gente como Renato Lessa, Ferraz, Rosilene Alvim, Reginaldo Gonçalves, José Ricardo Ramalho, Yvone Maggie, Michel Misse, Regina Novaes, Gerd Borheim, Emmanuel Carneiro Leão, Roberto Machado, Guido de Almeida, José Américo Pessanha, e alguns outros que, coincidência ou não, me escapam à memória. Esse tipo de enumeração é arriscada, pelas omissões que pode trazer, mas necessária pelo reconhecimento que se impõe àqueles que povoam a memória. Ao fim e ao cabo, considero que tive uma boa formação.

Visto de forma retrospectiva, o surgimento de personagens como Escadinha, Sílvio Maldição, Maurinho Branco, entre outros, deveria ter chamado mais rapidamente a atenção dos cientistas sociais da década de 1980. Afinal, o crime e a violência em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo ganhavam proporções e contornos nunca antes alcançados e, consequentemente, viraram itens prioritários da agenda pública. O tempo da pesquisa e da construção de grupos e programas, porém, tem um ritmo próprio. O NEV foi criado em São Paulo apenas em 1987 e, em sua origem, era mais focado no fortalecimento do debate sobre direitos humanos e na questão carcerária do que nas questões relativas à criminalidade e à segurança pública propriamente ditas. Os trabalhos que viriam a se tornar referências fundadoras do campo de estudos da violência, da criminalidade e da segurança pública ainda estavam por ser feitos ou em andamento. Dentre os que circulavam, dois me causaram interesse especial. O trabalho de Antônio Serra, professor da UFF, sobre a abordagem da violência pela mídia “espreme sai sangue”, materializada à época nas páginas de *O Dia*, foi um deles. O outro era um pequeno opúsculo editado de forma artesanal de autoria de Michel Misse e Dráuzio Gonzaga. Os dois trabalhos circulavam entre frequentadores do *Socci*,

um núcleo de estudos composto por profissionais das ciências humanas que oferecia cursos livres àquela época. Nunca participei de qualquer atividade do *Socci*, mas tive colegas que não só participavam como, eventualmente, ofereciam cursos ou palestras. O espírito aberto e um tanto anárquico do núcleo encantava estudantes, e não era para menos.

Pensar os personagens que controlavam o comércio varejista de drogas nas favelas cariocas sob a égide do conceito de banditismo social, tal como formulado por Eric Hobsbawn, é algo que talvez se devesse esquecer, mas foram muitos os que cederam a essa tentação. No fundo, bem lá no fundo, havia algo de plausível nessa perspectiva que o tempo, e o amadurecimento heurístico e conceitual, além das leis de mercado, trataram de atirar na vala do esquecimento. Um antigo mercado ganhava novo formato. O comércio varejista de drogas nas favelas deixava de ser uma atividade de comércio local para movimentar um volume crescente de recursos e, conseqüentemente, atrair a cobiça e a disputa por seu controle. Para se garantir no empreendimento, que ganhava contornos de negócio, eram necessárias armas para defender-se dos que vinham de fora e laços de cumplicidade com os que viviam no interior das áreas de comercialização. Era preciso, também, aprender a lidar, no novo contexto, com as forças do Estado.

Essa foi a missão de comerciantes de drogas ilícitas que começaram a ganhar notoriedade na primeira metade da década de 1980 no Rio de Janeiro. Sua relação com as comunidades em que atuavam, em geral as mesmas em que haviam nascido e crescido, passava pela troca de favores, apoio assistencial e proteção em troca de acolhida ante as ameaças de outros traficantes e da polícia.

Juntar a ideia de banditismo social e o que ocorria no Rio de Janeiro parecia uma fórmula relativamente simples e de compreensão quase automática. A mística da Falange Vermelha ainda não se disseminara muito, mas é fácil entender o porquê de ter sido tão bem-sucedida rapidamente. Sugeriu uma espécie de resistência bandida ao *establishment* dotada, àquela altura, de algum *glamour*. Apesar de sua fragilidade, toda essa combinação despertou meu interesse, foi objeto de algum investimento e acabou resultando num pequeno trabalho de fim de curso que me valeu a aprovação em duas matérias, o que não é pouca coisa para um jovem estudante pressionado a colar grau. Talvez, para alguns, esse fosse um feito a ser esquecido, mas não creio nisso.

Verdadeiramente inesquecível foi o impacto causado pela leitura de Jean Genet. Foi nesse período que a Nova Fronteira editou, pela primeira vez no Brasil, obras como *Nossa Senhora das Flores* e *Pompas Fúnebres*. Conhecido até então pela montagem de *O Balcão* e pela publicação, em 1968, de *O Diário de um*

Ladrão, Genet teve vários de seus trabalhos traduzidos e editados, tornando-se um autor razoavelmente conhecido. Para isso, concorreu, também, a versão para o cinema de *Querelle de Brest*, por Fassbinder. Havia um contexto para isso.

Na esteira dos tempos que se queriam novos de redemocratização e ampliação das liberdades, experiências relativamente abortadas eram recuperadas no campo da estética e da cultura, em sentido amplo. Ao mesmo tempo, sem necessariamente denegar a recuperação de experiências pretéritas, novas abordagens para a arte, a política e a vida pública de forma geral eram mais do que bem-vindas. Elas eram um imperativo que se expressava no perfil de autores que eram editados, nas experiências dramatúrgicas que se encampavam, na música e, por que não, na política. Os habitantes malditos das artes e da cultura eram bem vindos à nova cena.

Olhando retrospectivamente, havia cruzamentos possíveis a serem identificados entre as narrativas cotidianas dos feitos e desfeitos da primeira geração de traficantes de drogas no varejo das favelas cariocas e a experiência do crime tal como descrita por Genet em seus romances, peças e novelas. Há em ambos um processo de estetização do crime e da violência que projetam uma espécie de duplicidade especular dos mecanismos de produção de ordenamento do mundo e da vida social. Tais projeções perturbam e fascinam. Em meados dos anos 1980, porém, essas duas narrativas pareciam seguir rotas distantes e paralelas. A escolha da versão da violência em sua dimensão quase mística se mostrou mais atraente, e um programa de pós-graduação em comunicação, que dava seus primeiros passos adotando uma perspectiva definida por seus condutores como interdisciplinar, pareceu o lugar ideal para seguir nessa direção.

Estudar a estetização do crime como uma forma de interpretar a modernidade e algumas de suas versões pareceu empreendimento perfeito para experimentações. O foco de estudo: um diálogo imaginado entre Marquês de Sade e Jean Genet. Recuperando do primeiro seu incansável trabalho de fazer da organização de orgias e festejos eróticos um exercício de construção de figuras geométricas com ângulos, lados e articulações inimagináveis, colocando a “razão que liberta” a serviço da tirania da volúpia individual, e expandindo o cálculo racional num incansável exercício anti-hobbesiano de maximizar a dor para, hobbesianamente, potencializar o prazer. Em Genet, identificando o transe místico na escatologia das ruas, na sordidez dos pequenos subterfúgios e nos amores sórdidos que fervilham nos subterrâneos e nas madrugadas das grandes cidades.

A lide com os textos de Genet foi quase que nulamente mediada. Quando muito, foi processada com o auxílio dos textos críticos do próprio autor. A leitura de alguns capítulos da conhecida obra de Sartre, *Saint Genet, comédién et martyr*, quase levaram à desistência de explorá-lo por dois motivos. Diante da grandiloquência do “ensaio”, é pertinente pensar: o que resta a ser dito depois de tantas páginas? O outro motivo: se Genet é isso, não deve ser tão interessante quanto parece ao primeiro contato. Frente à imposição de fazer uma escolha, pareceu-me que o mais conveniente seria deixar Sartre de lado. Parafraseando o grafite de 1968, em Paris: é melhor errar com Genet, do que acertar com Sartre.²

O primeiro contato com a obra do Marques de Sade foi cru, descomprometido, destinado à pura fruição. Sequer me recordo de como cheguei a ela. A maior parte das edições em língua portuguesa era de Portugal. Elas eram caras e não facilmente acessíveis àquela época. O diálogo aberto com toda a tradição iluminista de língua francesa e o lugar de destaque que Adorno e Horkheimer atribuem a ele na dialética do esclarecimento fizeram da leitura do “divino Marquês” uma coisa a ser levada a sério. Foram as leituras realizadas a partir do interesse em conhecer os interlocutores efetivos ou virtuais do Marquês de Sade que fizeram a escolha da ciência política meu destino mais desejável, quando o retorno às ciências sociais se impôs.

O acesso a livros importados no Rio de Janeiro era parcialmente garantido, nos anos de 1980, por Dona Vana, a apenas aparentemente irascível livreira romena que criou com seu marido, já falecido na época que por lá eu andava, a Livraria Leonardo da Vinci. Cair nas graças de Dona Vana era uma dádiva não propriamente por um interesse utilitário, mas pelo gosto compartilhado pelos livros. Ter conta na Da Vinci era imperativo para quem precisava importar títulos com a regularidade permitida pelos valores das bolsas de estudo, bem maiores do que são hoje, mas ainda assim limitados.

A irascibilidade das bibliotecárias da Maison de France era mais evidente e real. Para quem estudava autores franceses, contudo, elas tinham a chave de um pequeno tesouro. Dei sorte de ter obtido muita solidariedade delas e a licença, inclusive, para retirar por alguns dias os volumes das obras completas de Sade e de Genet, sem sequer ser filiado à biblioteca. Na ocasião achava que era uma grande gentileza, por solidariedade e afeição. Hoje, mais cético, cogito que talvez não houvesse tanta demanda assim por aqueles exemplares.

² Trocadilho com o grafite de maio de 1968, na Sorbonne, que dizia mais ou menos assim: “É melhor errar com Sartre do que acertar com Aron”.

Finalmente, fazia parte da vida maravilhosa de um estudante de pós-graduação, bater os sebos do centro da cidade. Programa inesquecível para as manhãs de sábado, quando o centro não tinha aquela pressa típica dos dias de semana, circular pelos sebos da Sete de Setembro, da Miguel Couto (com vários andares) e correr as prateleiras da São José era invariavelmente uma promessa de grandes achados. Enquanto cobríamos o circuito, eu e Thereza Vianna travávamos diálogos intermináveis e fazíamos planos para os futuros próximo e distante. Ela me ensinou a ler em francês e a escrever em português. Não lembro de ter dado muita coisa em troca, mas entre o tanto que fizemos está Isadora, uma linda garota que viria a se tornar, ela própria, uma cientista social.

Foi nessa atmosfera e circunstância que, com a orientação aberta e generosa de Marcio Tavares D'Amaral, apresentei, em 1988, uma dissertação de mestrado chamada *o Legado de Caim*.

1989 foi um ano especial. Para quem esteve na Candelária, em 1984, no célebre comício pelas eleições diretas, o ato de encerramento da disputa presidencial de 1989, com a presença de Lula e Brizola no mesmo palanque, foi uma espécie de segundo encontro no romance possível entre a ordem política e a mobilização pela democracia, que se recompunha a duras penas. Foi no ano do bicentenário da Revolução Francesa, das manifestações da Praça da Paz Celestial, da Queda do Muro de Berlim e do Colapso da Cortina de Ferro que se deu a decisão pelo retorno às ciências sociais. Duas razões concorreram para isso. Ambas de natureza pragmática.

A experiência na Escola de Comunicação, marcada por total liberdade intelectual e abertura para a experimentação, se revelou não tão consistente do ponto de vista da formação profissional. Num período em que a especialização ganhava mais força, a prudência sugeria não remar contra a maré. Esse foi um sentimento exacerbado pela oportunidade aberta com o ingresso no magistério, mais precisamente pela aprovação em concurso público para lecionar Sociologia no Colégio de Aplicação da UFRJ. Uma vez professor de Sociologia, era desejável que tivesse, de fato, uma formação sólida na área. O campo da ciência política parecia próximo o suficiente desse imperativo, ao mesmo tempo em que, dada a exploração mencionada anteriormente a partir de Sade, não impunha uma distância tão grande das ambições que até então haviam prevalecido.

Embora seja formalmente uma experiência profissional, pode-se dizer que a passagem de onze anos no CAP foi, também, parte de um processo de formação. Poucos estudantes de ciências sociais à época buscavam a licenciatura. Além da disciplina não fazer parte dos currículos escolares, o que tornava quase que absurdo consumir tempo nessa formação, a inserção no ensino médio não parecia uma alternativa desejável, ao menos para os estudantes mais destacados. Quando estava concluindo a licenciatura por achar o magistério uma alternativa plausível para o futuro, o CAP abriu vagas para concurso e uma delas era para sociologia. O empenho de Hebe Goldfeld, professora da Faculdade de Educação e de Prática de Ensino, foi crucial para isso. Dei sorte! Fiz a prova e passei.

No CAP travei contato com alguns parceiros que se tornaram referência profissional e afetiva: Mônica Lima e Souza (a quem já conhecia do IFCS), Fábio Garcez, Clóvis Neves, Laura Mello, João Rua e Américo Freire que, além de colega no CAP, tem sido um interlocutor recorrente em vários trabalhos e debates, especialmente no que tange à sua área de atuação, a política no Rio de Janeiro. Sei que é polêmico, mas acho que todo aquele que postula seguir a carreira docente deveria ter uma experiência inicial no ensino médio.

Havia no CAP uma atmosfera especial em que os docentes realmente dialogavam entre si, buscavam qualificação profissional e, eventualmente, conduziam atividades de pesquisa. No início, era um tanto aterrorizante descobrir que certo aluno era filho ou filha de um ex-professor do IFCS, mas, com o tempo, isso se converteu numa motivação extra para realizar coisas por lá. Foi como docente do CAP que consegui minha primeira verba de pesquisa, pela Fundação José Bonifácio, e realizei um levantamento sobre estudantes e ex-estudantes de ciências sociais que atuavam no magistério. Apresentei os resultados em alguns encontros.

A experiência do magistério no CAP foi um dos fatores que me fizeram reorientar minha trajetória de formação. Ela se traduziu na escolha por retornar às ciências sociais, através do ingresso, em 1990, para o mestrado no Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Em meados dos anos 1980, os alunos de ciências sociais interessados em realizar sua pós-graduação no campo, sendo radicados no Rio de Janeiro ou desejosos de permanecer na cidade, tinham basicamente duas escolhas: O PPGAS, da UFRJ, e o IUPERJ, da Candido Mendes. Em 1985, quando concluía a graduação e terminava a licenciatura, nenhuma delas me atraiu muito. Eu e alguns amigos do IFCS migramos para a ECO. Mas em 1989, estreando no magistério como professor de sociologia,

achei que devia mudar os planos e decidi me candidatar a um segundo mestrado, dessa vez no Iuperj.

Era comum uma parcela dos estudantes de graduação do IFCS se referirem ao Iuperj como uma instituição conservadora em termos políticos e “positivista” em sua linha epistemológica. O suporte de fundos internacionais, em geral de origem estadunidense, funcionava como aliado a essas sentenças. Alguns amigos bem próximos lá matriculados alegavam, convincentemente, que a instituição estava incorporando novos quadros, ampliando suas perspectivas e era profundamente sólida. Tais argumentos aliados à ideia de que uma formação ali implicaria uma chancela institucional importante para a carreira profissional que se iniciava definiram minha escolha.

Ótima escolha, diga-se de passagem. Ao longo de minha estadia no Iuperj, adquirir uma formação consistente, fui aluno de pesquisadores e intelectuais de ponta e contei com uma estrutura extraordinária, com destaque para a biblioteca. Entre 1990 e 1997, cursei, então, um segundo mestrado e integralizei meu doutorado com uma tese sobre o brizolismo no Rio de Janeiro, chamada *Estetização da política e carisma: o caso do brizolismo no Rio de Janeiro*. Nos cursos com Luiz Eduardo Soares, Luiz Werneck Vianna, Luís Antônio Machado, Cesar Guimarães, Olavo Brasil, Ricardo Benzaquen de Araujo, Renato Lessa e José Murilo de Carvalho, pude acrescentar uma literatura que, aliada àquela que acumulei erraticamente na graduação e anarquicamente na ECO, definiu meu perfil e minhas preferências intelectuais. O contato nesta instituição com Luiz Eduardo Soares foi uma espécie de bom encontro, numa inversão do mote de La Boétie.

Luiz Eduardo era um dos quadros a que meus amigos se reportavam ao tratar de um suposto novo perfil do Iuperj. O outro era Ricardo Benzaquen de Araujo. Nessa esteira, logo depois viria Renato Lessa, com quem já fizera alguns cursos na graduação e, um pouco mais adiante, Marcelo Jasmin. Como não poderia ser diferente, também travei contato no Iuperj com alguns dos nomes de sua versão “tradicional” e é imperativo reiterar que ali estavam alguns dos melhores da ciência política e da sociologia no Brasil.

Fui da segunda turma de mestrado que pôde fazer a passagem direta do mestrado para o doutorado sem defesa de dissertação, mediante a apresentação e defesa de um *paper*. Tendo a opção, fiz a escolha e ingressei, após dois anos, no doutorado. Carreguei da ECO o desejo de trabalhar com o problema da estetização. O ajuste seria relativamente simples: em lugar do crime, tive a ideia de trabalhar com processos de estetização da política. Trazia em mim certa percepção da proximidade desses dois campos aparentemente tão distantes:

política e crime – sem prejuízo do reconhecimento de que há certa grandeza na política, que fique claro. Tal aproximação não é, no entanto, moral, mas sim performativa.

As ruas estavam começando a ser tomadas pelos caras-pintadas. A frustração de uma parcela do eleitorado brasileiro com os rumos tomados a partir de 1989 no Brasil aflorava e algo da atmosfera de 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente, e dos comícios de 1989 voltava às ruas. Setores conservadores e uma parcela do centro se uniam à esquerda na criação de um cenário favorável ao pedido de destituição do presidente Fernando Collor de Melo, eleito na primeira rodada de eleições para o executivo federal desde 1961. Luiz Eduardo, a essa altura um grande amigo e principal mentor intelectual, me chamou em sua sala de trabalho e me disse que era hora de ir a campo.

A ideia de Luiz era absolutamente procedente. Em meio à mobilização geral, uma voz quase solitária destoava: Leonel Brizola, que se batera de forma tão aguerrida contra Collor, durante o processo eleitoral de 1989, e que deu seu apoio a Lula, quando perdeu do líder petista a chance de ir para o segundo turno, se posicionava agora frontalmente contra a movimentação, que definia como um golpe. Recuperava, assim, sua vocação de 1961, mas num contexto, e para um caso considerado à época, bem distinto.

Brizola alegava, não sem certa razão, que o afastamento de Collor de setores conservadores do *establishment* político parlamentar alimentara ódios e estaria por trás de toda aquela movimentação. Assumia, assim, uma nova versão para a defesa da legalidade. Difícil a posição assumida por Brizola. Mais difícil ficavam seus correligionários de esquerda ou centro esquerda, obrigados a não aderir à vaga que tomava o país em função do posicionamento de seu principal líder. Luiz Eduardo me disse numa tarde, em sua sala de trabalho no Iuperj que, entre aqueles que não somente aceitavam, mas defendiam as teses de Brizola quanto ao governo Collor, eu encontraria o brizolismo em sua forma bruta, original, inquebrantável. “Vai até eles e escuta o que eles têm a dizer”. Comecei a fazer trabalho de campo na Brizolândia, dois ou três dias depois dessa conversa.

Minha pesquisa de tese de doutorado trouxe a estetização para a política, tendo o carisma como um elemento central nesse processo. Foi bom, muito bom mesmo travar contato com brizolistas históricos e antibrizolistas ferrenhos, conhecer a rotina do partido e frequentar encontros variados, oficiais e extraoficiais, do brizolismo e do PDT. Acompanhei de perto os rompimentos traumáticos com Marcelo Alencar, Cesar Maia e tantos outros. Participei da

campanha de Cidinha Campos, em 1992, e acompanhei a campanha presidencial no Rio, em 1994. Quase virei brizolista.

Logo após o ingresso no doutorado, no início de 1992, Luiz Eduardo me convidou para tomar parte da equipe que estava formando no Instituto de Estudos da Religião (ISER) para estudar a violência no Rio de Janeiro. Sob a direção de Rubem Cesar Fernandes, o núcleo de pesquisas do ISER reunia alguns grupos de trabalho e coube a Luiz Eduardo desenhar um programa de investigação nesse campo específico que, desde o primeiro governo Brizola, iniciado em 1983, era tido como um dos mais sensíveis em políticas públicas.

Dadas as polêmicas envolvendo as linhas de atuação dos dois governos Brizola para o setor, estudar a segurança pública e a violência no estado simultaneamente à realização da pesquisa sobre o fenômeno do brizolismo foram atividades que convergiram em vários sentidos. Por outro lado, foi bem difícil fazer com que o primeiro não abduzisse o segundo. Também para isso contei com a sensibilidade e o apoio de Luiz Eduardo, que não somente me estimulava a fazer essa distinção como me garantia a priorização do trabalho de tese.

Assim como para muitos de minha geração, a passagem por uma ONG como o ISER foi fundamental em minha formação em diversos aspectos. Em primeiro lugar, sendo uma instituição histórica e com trajetória muitíssimo respeitável (sua fundação deu-se em 1970), o ISER primava pela seriedade de suas iniciativas e, em alguns setores, pela admissão da importância da produção de conhecimento. O funcionamento do Núcleo de Pesquisa era um expressivo exemplo dessa vocação, mas não era o único. Acontecia muita coisa no ISER e em ONGs semelhantes como Ibase e Fase, por exemplo.

A experiência no ISER foi fundamental na familiarização com técnicas e procedimentos próprios às pesquisas empíricas. Posso dizer que seria um pesquisador pior, se não tivesse passado por lá. Também no ISER despertei para a importância da articulação entre a produção acadêmica e o que chamaria hoje de certo ativismo público de natureza intelectual. Mantenho um enorme gosto e respeito pelos trabalhos exclusivamente teóricos e acho que eles têm, em todas as suas diferentes configurações, relevância inestimável. Mas pude desmontar um certo preconceito protoaristocrático quanto às variadas possibilidades de combinar pesquisa acadêmica, rigor analítico e compromisso político com agendas específicas. Na verdade, acredito que muitas pesquisas

exclusivamente teóricas e conceituais podem ter muito a ver com tal articulação. Mas no ISER, de qualquer forma, a teoria social foi divisada por mim como algo relacionado à pesquisa empírica, à produção e sistematização de dados e informações. Também sou grato ao convite feito por Luiz Eduardo naquele inesquecível ano de 1992. O ISER foi tão importante em minha trajetória que não hesitei em retornar à casa quando, em 2008, Pedro Strozenberg me convidou a ajudá-lo na condução de alguns trabalhos. Não tenho vínculo formal, mas sigo me considerando parte daquela casa.

O trabalho desenvolvido pela equipe de Luiz Eduardo foi pioneiro e colocou o ISER entre os centros que concorreram para consolidar o campo de estudos sobre violência e segurança pública no Rio de Janeiro e no Brasil. Trabalhar com Barbara Musumecchi, Leonarda Musumecchi, José Augusto Rodrigues (com quem, anos depois, criaria o LAV), Leandro Piquet Carneiro e Jaqueline Muniz foi uma experiência curiosa. Personalidades, vocações e ambições muito díspares aprendendo a atuar em um campo em formação. No final de 1993, ano trágico das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, passamos dez dias produzindo os documentos que funcionariam como base para a fundação do Viva Rio, provavelmente a mais ambiciosa iniciativa de ativismo contra a violência no Rio de Janeiro até então.

Quando desfiz meu vínculo de pesquisador com o ISER, no início de 1995, para ocupar a vaga na UERJ obtida em concurso público em janeiro daquele ano, considerava encerrado meu ciclo de participação em pesquisas sobre violência, crime e segurança. Ajudei Luiz Eduardo a preparar os originais da edição em livro dos trabalhos compostos ao longo de período de pesquisas (*Violência e política no Rio de Janeiro*, editado pela Relume Dumará) e entendi que dava início a outra etapa intelectual. O foco era concluir a tese sobre o brizolismo e iniciar um novo ciclo como docente de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

É claro que a questão da segurança pública, a parceria de Brizola com o Coronel Nazareth Cerqueira e a adoção dos princípios dos direitos humanos como fundamento da atuação das agências de Estado, incluindo as polícias, foram pontos importantes que procurei explorar em minha pesquisa de tese. Mas eles estavam longe de ser meus focos preferenciais. Importava-me destrinçar os processos de construção da imagem pública de Brizola, do que representava o brizolismo segundo seus adeptos e seus inimigos, identificar os signos mobilizados nas construções discursivas, as imagens e representações do brizolismo e a construção do chamado novo trabalhismo. Interessava-me, enfim, entender narrativas que ao se cruzarem eram, ao mesmo tempo,

premissas e construção “poética” de uma cultura política em disputa. A isso chamava estetização da política. Nela o nacionalismo e o líder carismático apareciam como ideias-forças, mais do que recursos heurísticos, que me fascinavam por interpelar a conjuntura em que estava inscrito, tanto quanto conferiam inteligibilidade, além de uma grande dose de virtude cívica, à construção de uma versão plausível da história da República no Brasil.

A conclusão do doutorado abriu a possibilidade de ingressar no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da UERJ (PPCIS-UERJ). A criação do PPCIS, em 1994, com a abertura de sua primeira turma de mestrado, fazia parte de uma onda iniciada na UERJ, alguns anos antes, de expansão de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa. Estava em curso, desde o fim da década anterior, uma alteração importante na estrutura e no perfil da UERJ e tive a sorte de me incorporar a isso. Defendi a tese em dezembro de 1997 e em janeiro de 1998 já tomava parte, mais uma vez sob a liderança de Luiz Eduardo Soares, dos encontros que resultariam no projeto de criação do doutorado em ciências sociais do PPCIS.

Reencontrava no PPCIS um preceito que me atraía ao mestrado da ECO, no já quase longínquo ano de 1985: a ideia da transdisciplinaridade. Por azares do destino, integrei-me ao PPCIS em 1998 e já em 1999 assumi com Claudia Rezende a sua coordenação. Vida administrativa é dura, dela prefiro o esquecimento.

A trajetória pós-doutoramento começa com escolhas. Havia direções possíveis a partir da tese sobre o brizolismo. Duas delas me atraíam especialmente: seguir fazendo pesquisa sobre cultura política, aprofundando meus estudos sobre discurso e construção de imagens públicas, etc.; estudar mais detidamente o pensamento político brasileiro com ênfase na tradição nacionalista. Em ambas as alternativas desenhei roteiros em que coubesse um investimento pesado em teoria e a perspectiva de conciliar esse investimento com trabalhos empíricos, no primeiro caso, e especialização no pensamento social produzido no Brasil, no segundo.

Fiz a segunda escolha e ela valeu-me experiências extraordinárias de pesquisa e, sobretudo, docência. Tenho estado, desde então, muito próximo de colegas e amigos como Válder Sinder e Helena Bomeny, desenvolvendo cursos, travando diálogos e celebrando parcerias institucionais. Há coisas a serem feitas juntos ainda. Fora da UERJ, tive a oportunidade de travar parcerias com Vanilda Paiva, cujo livro sobre Paulo Freire é, em minha opinião, uma das obras mais sofisticadas sobre os anos de 1950 e 1960 no Brasil. Também a partir da parceria com Vanilda, firmei a escolha pelo investimento em estudar teoria

política no Brasil, o que rendeu dois ou três artigos de que gosto muito e a organização de um livro sobre pensamento brasileiro, para o qual contamos com a participação de parceiros e interlocutores contumazes.

Mesmo no breve período em que busquei dedicar-me inteiramente aos rumos definidos após o doutoramento, o campo da violência e da segurança pública se mostraram presentes. Exemplo disso foi uma segunda parceria com Vanilda, que resultou em nova realização editorial, dessa feita sobre o Degase e as políticas para adolescentes e jovens infratores. Dedicada aos estudos sobre educação, Vanilda realizava trabalho sobre os projetos socioeducativos desenvolvidos no Degase. Eu fazia assessoria para uma ONG holandesa, Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss), exatamente em trabalhos por ela realizada no campo da juventude. Já havia também realizado um rápido trabalho no Degase, em parceria com o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania da Ucam, sobre o qual tratarei mais adiante. Assim, juntamo-nos, Vanilda e eu, e fizemos nova publicação.

A despeito da determinação de orientar minha atividade por um caminho mais focado em teoria, as demandas por trabalho no campo da violência e da segurança pública se impuseram recorrentemente. Foram todas bem-vindas.

Em 1999, simultaneamente ao início de minha passagem pela coordenação do PPCIS, participei da criação do Curso Livre de Gestão em Segurança Pública e Direitos Humanos, com o Coronel Jorge da Silva e, mais uma vez, com o apoio de Luiz Eduardo Soares. Com duração de quatro meses, tendo uma turma de cinquenta alunos por semestre. Esse curso reunia profissionais das polícias (civil e militar), agentes penitenciários, seguranças do setor privado e ativistas de direitos humanos. Sendo um curso livre, definimos o segundo grau completo como escolaridade mínima, o que tornou possível reunir nas mesmas turmas, de 1999 a 2006, policiais militares de patentes variadas e soldados, delegados e policiais civis de cargos mais baixos, ativistas vinculados à universidade ou sem qualquer passagem por ela. A ideia de promover encontros de diferentes atores em espaços de diálogo criados no interior da universidade e de transmitir conteúdos importantes para o desenho de abordagens para segurança pública orientadas pelo respeito aos preceitos do Estado de Direito foi a base do curso durante sua existência.

Ainda no campo da segurança, em 2002, eu e meus colegas Ignácio Cano e José Augusto Rodrigues decidimos criar o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ). Naquela época, não éramos especialmente próximos nem trabalhávamos juntos. Tínhamos em comum a passagem pelo ISER e tocávamos avulsamente nossos trabalhos. Reunir forças e criar um núcleo de

referência nos pareceu uma ideia plausível e estrategicamente inteligente para alavancarmos esforços, buscarmos recursos e, uma vez coordenando minimamente aquilo que já fazíamos, dar mais consequência a nossos respectivos trabalhos.

O LAV foi formalizado como programa de formação, pesquisa e extensão e assim tem funcionado até hoje. O laboratório é composto, agora, pelos professores Eduardo Ribeiro (primeiro bolsista de extensão do LAV, quando ainda era aluno de graduação), Dorian Borges e Ignácio Cano, além de mim. Tem sido provavelmente a iniciativa mais organizada e longa de que fiz parte sendo orientada pela ambição de articular uma produção acadêmica pautada, a um só tempo, por rigor analítico e comprometimento com os debates públicos.

Ao longo dos anos, várias parcerias têm sido feitas com agências governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, nos âmbitos nacional e internacional. O LAV tem conseguido cobrir com alguma efetividade os três campos de atuação esperados da universidade. Promovemos palestras, encontros, cursos de apoio e outras atividades formadoras, além dos próprios cursos que seus membros oferecem na graduação e na pós-graduação do Instituto de Ciências Sociais da UERJ. Todos os professores vinculados ao LAV realizam pesquisas, captando recursos nas agências de fomento e integrando estudantes de graduação e de pós-graduação em suas equipes. Ao mesmo tempo, há uma intensa interação do LAV com organizações da sociedade civil e do Estado, seja na formulação de projetos, seja na elaboração de diagnósticos, seja simplesmente na cooperação dialógica, imprescindível para a participação da universidade no debate público.

Mais ou menos na mesma época da formação do LAV, foi criado também o Laboratório de Estudos em Teoria Política. Essa iniciativa, em parceria com Bernardo Ferreira, tinha um perfil bem diferente. Sua ambição era consolidar um núcleo de estudos em teoria política, entendida em sentido largo, e recrutar estudantes do então Departamento de Ciências Sociais que tivessem interesse nesse tipo de atividade. Durante seu funcionamento, o laboratório propiciou um espaço de muitos debates e desenvolvimento de projetos. Sem estratégia de divulgação externa, acabou mesmo assim por atrair, em diferentes momentos, estudantes de outras universidades e vários daqueles que por ali passaram são, hoje, profissionais do campo acadêmico.

É possível dizer, portanto, que entre as alternativas inicialmente postas jamais uma delas foi definida como o rumo a ser seguido. Tenho uma dificuldade aberta com a especialização e ainda espero aprender a lidar com

isso. Mas não acho que essa seja uma singularidade pessoal. Os trabalhos sobre pensamento social e político brasileiro se plasmaram no interesse mais geral em teoria política *tout court*, e este, por sua vez, foi um campo de atividade mais explorado em atividades docentes do que propriamente em projetos de pesquisa. Por outro lado, pesquisas em torno de questões relativas aos estudos sobre violência se sucederam, deslocando-se em eixos temáticos que guardam alguma lógica, creio eu. Uma das práticas que desenvolvi quase que inconscientemente foi tentar produzir ao menos um artigo estritamente teórico-conceitual ao fim de cada ciclo de pesquisas em determinada subárea. Foi assim no caso do estudo sobre prevenção à violência e sobre conselhos de segurança pública, dos quais tratarei mais adiante.

Em 2003, numa parceria LAV e CESEC (Centro de Estudos em Segurança e Cidadania da Candido Mendes) a que aludi anteriormente, realizei, com o apoio do *People Palace Project*, um levantamento do perfil dos adolescentes infratores cumprindo medidas socioeducativas. O *People Palace Project* era um programa que desenvolvia trabalhos associados ao teatro com jovens em situação de vulnerabilidade social. Pretendendo desenvolver um projeto no Degase, decidi começar pela definição do perfil de seu público. O resultado a que chegamos apontava a existência de vínculos familiares razoavelmente estáveis entre quase 80% dos adolescentes. Ao mesmo tempo, quase 70% deles cumpriam medidas por infrações relativas a drogas, uso ou comércio.

Esses resultados, que nada surpreendiam àqueles que já atuavam na área como ativistas ou como profissionais do campo da assistência à criança e ao adolescente, quebra estereótipos do senso comum que tendem a demonizar os adolescentes infratores como figuras sem laços ou referências familiares consistentes. Ao mesmo tempo, reforçavam, como segue sendo até hoje, a intuição sobre a importância de que se envidem esforços para mudanças significativas em duas áreas de políticas públicas: prevenção à violência e revisão das políticas de drogas.

O estudo sobre políticas e práticas de prevenção à violência consumiu alguns bons anos, iniciativas e publicações. A primeira das publicações foi a reunião de estudos de caso e discussões teórico normativas editada pela Civilização Brasileira em 2005, *Prevenção à Violência*, em que pude contar com a cooperação de vários pesquisadores e especialistas no campo. Nessa ocasião,

trabalhei com alguns ex-alunos ou orientandos de doutorado, como Otair Fernandes e Rosane de Oliveira.

Entre 2008 e 2011, o LAV firmou uma parceria com o Observatório de Favelas que resultou em várias iniciativas e publicações. Uma delas foi o estudo de políticas de prevenção à violência em nove regiões metropolitanas do Brasil. Esse foi o período de encampação das iniciativas previstas pelo Pronasci (Política de Prevenção à Violência com Cidadania), lançado no segundo governo Lula. Foi, também, o período de mobilização para a primeira Conseg (Conferência Nacional de Segurança), realizada em Brasília, em 2009.

A perspectiva de mudanças de abordagens para o campo da segurança pública no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular, foi a dimensão normativa de boa parte dos estudos sobre violência que começam a ser produzidos a partir do início dos anos 1990 no país. À altura da realização da Conseg, a despeito de todas as críticas cabíveis ao desenho e encampação do Pronasci e da própria realização da conferência, havia razões para se supor que as bases de um novo tratamento para a segurança pública estavam suficientemente sólidas. Sendo assim, supunha-se, seria uma questão de tempo a supressão das práticas de violência estatal que historicamente pautam a atuação das agências do sistema de justiça criminal, incluindo aí polícias e sistemas penitenciários, tanto quanto o próprio aparato do judiciário. Bem, essa era a percepção de pelo menos alguns dos atores. Sabe-se hoje que não foi isso que ocorreu ou, pelo menos, não ocorreu ainda.

Foi no correr dos estudos sobre prevenção à violência que se deu a aproximação com um novo campo de pesquisas: os estudos sobre os conselhos de segurança pública. Antes de recuperar esse período, que consumiu alguns anos e se tornou uma espécie de programa de pesquisa, cabe o registro de outras frentes de trabalho abertas na mesma ocasião em que atuava nas discussões sobre prevenção.

O PPCIS traz consigo uma proposta interessante de organizar-se não por campos disciplinares propriamente, mas por linhas de pesquisa. Esse foi um mote definido em suas origens e preservado até hoje, para o bem e para o mal do programa. Para o mal porque, de certo modo, a vaga da transdisciplinaridade mede forças com uma segunda tendência, de aprofundamento da especialização e da divisão disciplinar de departamentos e grupos de pesquisa. Mede forças e, a julgar pelo momento atual, perde essa disputa, o que tem consequências institucionais e acadêmicas desfavoráveis. Do ponto de vista substantivo, contudo, os ganhos são enormes.

A longa e já mencionada parceria com Helena Bomeny e Válder Sinder nos campos da teoria social e do pensamento social brasileiro rende frutos maiores do que está traduzido em projetos de pesquisa ou publicações. Mas há outras em que pude cooperar e desenvolver projetos com sociólogos e antropólogos que resultaram em uma sequência de realizações interessantes. Em 2007, iniciou-se uma parceria com Maria Claudia Coelho que, desde então, jamais foi interrompida. Inicialmente, essa parceria se formou em dois projetos que articulavam violência e escola. No primeiro, participamos de um projeto sobre violência e juventude, em que desenvolvemos uma análise comparativa sobre trajetórias de jovens egressos prematuramente da escola e que a ela retornavam, jovens matriculados regularmente e jovens cumprindo medidas socioeducativas em unidades do Degase. A ideia era discutir correlações possíveis entre evasão escolar e potencialização de vulnerabilidade de jovens e adolescentes. O trabalho resultou numa discussão sobre os limites inferenciais de alguns dos postulados próprios dos discursos criminológicos sobre fatores de risco e vulnerabilidade social. Traduziu-se também num artigo, “Sobre errâncias, imprecisões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime”, publicado em 2014, em *Horizontes Antropológicos*.

Quase que simultaneamente, em nova pesquisa, dessa feita contando com a participação de Helena Bomeny, realizamos um trabalho sobre violência nas escolas do Rio de Janeiro. Nesse caso, discutimos a questão da autoridade e dos diferentes significados dados à violência no ambiente escolar, segundo percepções de membros da comunidade escolar (professores, coordenadores, diretores, etc.). Ambos os trabalhos resultaram em artigos publicados em periódicos científicos.

A possibilidade de compartilhar institucional e intelectualmente com colegas de áreas tão distantes como tem sido o caso do(a)s já citado(a)s, assim como com Clarice Peixoto, Clara Araújo, Claudia Rezende, dificilmente se daria num programa estritamente disciplinar. A despeito das dificuldades, portanto, julgo ter dado sorte também por me filiar ao PPCIS.

Desde 2008, o retorno ao ISER, através de convite de Pedro Strozenberg, propiciou uma série de iniciativas em que a atividade de pesquisa e a intervenção pública se articulam. Entre 2008 até 2014, ano em que essa segunda passagem pelo ISER se tornou um vínculo mais brando e intermitente, foi possível participar de várias iniciativas que resultaram em relatórios de pesquisa, documentos orientadores de políticas e uma publicação. Em 2008, realizamos um exaustivo trabalho sobre o sistema de apoio a crianças e

adolescentes em Nova Iguaçu. O objetivo foi identificar as fontes de informações e, a partir daí, verificar os fatores de risco e as áreas mais vulneráveis para crianças e adolescentes no município da Baixada Fluminense.

Também em 2008 demos início a um trabalho, que se estendeu até o ano seguinte, de diagnóstico dos impactos da instalação de uma mineradora canadense num município do interior do Pará. A iniciativa visava verificar o comportamento da incidência criminal e suas eventuais mudanças em Juruti, município às margens do Rio Amazonas, a partir da instalação de um polo de exploração de Bauxita. Pretendia-se, também, estabelecer diretrizes para um programa que evitasse o aumento da violência decorrente das mudanças implicadas no funcionamento da mineradora naquele município.

Financiado pela Senasp, coordenei, em 2011, com a parceria de André Rodrigues, a preparação de material didático para um curso nacional sobre segurança pública e direitos humanos, desenvolvido ao longo de 2011 e 2012 e voltado para profissionais da área em todo o Brasil, sob a coordenação de André. Faz parte desse material um livro com artigos acadêmicos de alguns dos principais pesquisadores do campo da violência e dos direitos humanos no Brasil. Além desse livro e da relevância da própria iniciativa do curso – que pensava a segurança de maneira alternativa ao modelo de guerra às drogas e ao enfrentamento armado que se consagrou no país –, essa empreitada funcionou como a consolidação de uma longa parceria com André. Participante ativo e longo, quando estudante da graduação da UERJ, do laboratório de teoria política, conduzido por mim e por Bernardo Ferreira, André trilhou toda sua formação acadêmica em uma linha de estudos estritamente teóricos. Desse lugar, contudo, tornou-se parceiro constante em vários trabalhos sobre direitos humanos e segurança, sendo, hoje, um dos mais talentosos quadros nesse campo sem, por outro lado, jamais abdicar do investimento intelectual em teoria. Tornou-se, também, de estudante empenhado e extremamente maduro, num dos melhores interlocutores e amigos que tenho no mundo acadêmico.

Também no ISER, e em parceria com André Rodrigues, fiz parte da equipe que realizou um exaustivo esforço de levantamento de informações para a elaboração de um programa de treinamento de policiais que atuariam no programa de polícia de proximidade, modelo desenvolvido a partir das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Infelizmente, essa iniciativa, que consumiu mais de um ano de esforços e resultou em documentos de diagnóstico, análise e, finalmente, num conjunto de materiais para uso didático,

foi finalizada quando o próprio programa das UPPs já dava claras mostras de declínio e esvaziamento.

O programa de atividades desenvolvidas no ISER entre 2008 e 2014 foi orientado por aquela expectativa que começou a tomar forma em 1992, quando de minha primeira passagem por lá. No entanto, a despeito do volume de trabalhos em outras esferas de atuação, o PPCIS e o Departamento de Ciências Sociais da UERJ seguiram como espaço preferencial de parcerias e iniciativas de realização de pesquisas acadêmicas. Do mesmo modo, Maria Claudia Coelho seguiu, após os dois projetos iniciais, como uma das parcerias mais constantes. Foi assim, por exemplo, em projeto desenhado e implementado a partir de 2014, sobre gramáticas emocionais e experiências sobre o exercício da autoridade. A partir da pesquisa, em que cruzamos diferentes referências teóricas de nossas respectivas formações, produzimos três artigos sobre relatos dessa modalidade de experiência em situações de revista de malas em aeroportos e de operações da Lei Seca. Em cooperação com ex orientandos nossos e agora colegas de pesquisa, publicamos “Autoridade policial, riso e polidez – notas sobre interações entre polícias e cidadãos na Operação Lei Seca” (*Análise Social*, 2013); “A experiência da sujeição à autoridade policial: notas sobre a articulação entre cognição e emoção na vida pública” (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2016) e “Gramáticas emocionais e submissão à autoridade: interações entre fiscais e cidadãos em revistas de malas em aeroportos” (*Maguaré*, 2018). Nessa pesquisa e nos trabalhos dela decorrentes, contamos com as parcerias de Anderson de Castro e Silva, Bruno Zilli, Raquel Brum Fernandes e Fábio Rios.

Nas atividades mais estritamente inscritas no LAV, o desdobramento das investigações sobre prevenção à violência levou à abertura de uma nova frente de trabalhos: o estudo das experiências dos conselhos de segurança pública. Recurso desenvolvido em diferentes campos de políticas públicas desde meados dos anos de 1980, os conselhos foram identificados pela literatura especializada como ferramenta com grande potencial de ampliação do escopo da participação política no contexto do último ciclo de redemocratização no Brasil. Incorporado tardiamente ao léxico institucional do campo da segurança pública, os conselhos foram encarados como meio de aproximação do Estado, sobretudo através das polícias, à sociedade civil, de maneira geral. Acompanhar esse processo, compreender suas diferentes configurações no Rio

de Janeiro, em particular, e no Brasil, de forma geral, foi uma atividade desenvolvida desde que meu foco privilegiado estava nas políticas de prevenção, quando realizei com Otair Fernandes, então meu orientando no doutorado, uma breve exploração sobre a criação de um conselho em São Gonçalo, município fortemente conflagrado do estado do Rio de Janeiro. Entre 2008 até 2016, fiz vários trabalhos explorando os conselhos comunitários do Rio de Janeiro e os conselhos municipais e estaduais, em nível nacional. Também neles tive a colaboração de alunos de pós-graduação e ex-alunos como Márcio Lázaro e, novamente, André Rodrigues.

Uma das percepções mais recorrentes que tive nesses trabalhos foi a de que a correlação necessária entre associativismo e democratização é, muitas vezes, um equívoco. Frequentemente, os conselhos funcionaram, em vários pontos do Brasil, como nichos conservadores de aliança entre o poder público e atores locais com o intuito de promoverem estratégias discricionárias de segurança, estabelecer uma espécie de cordões sanitários em determinadas regiões e fortalecer padrões assimétricos de provisão de segurança. Nos trabalhos de campo realizados no Rio de Janeiro não foram poucas as reuniões em que demandas fortemente autoritárias e mesmo extralegis eram encaminhadas por representantes de entidades da sociedade civil, no caso do Conselho Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, ou de participantes não oficiais, no caso dos conselhos comunitários. Nessas ocasiões, era curioso assistir ao comandante de Batalhão da área, muitas vezes em regiões conflagradas e com inúmeros episódios de violação de direitos por parte de agentes do Estado, recorrer à legislação para explicar que as medidas demandadas por atores da sociedade civil extrapolavam as atribuições policiais ou eram gravemente contrárias à lei.

Como desdobramento do interesse nos conselhos de segurança e das pesquisas no âmbito do Rio de Janeiro, um grande mapeamento nacional foi feito, tendo como referência o marco da Conferência Nacional de Segurança Pública, de 2009, e a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), nessa mesma ocasião. Com a colaboração de Eduardo Ribeiro, Marcele Frossard, Leandro Marinho, Orlinda Cláudia de Moraes e, mais uma vez, Anderson Castro e Silva foi feito um levantamento exaustivo dos conselhos estaduais e municipais criados no Brasil antes e depois da Conseg. Mais uma vez, os limites desse recurso enquanto instrumento de democratização do campo da segurança pública chamaram mais nossa atenção do que seus componentes democratizantes.

Após cerca de oito anos estudando arranjos associativos conectados à segurança pública, um novo passo se impõe. Dessa feita, não se trata somente de operar um desejável e necessário deslocamento de objeto, diante da exaustão de possibilidades e mesmo do interesse naquele em que se esteve durante quase uma década. As mudanças recentes na política brasileira devem impor necessariamente um balanço por pelo menos uma parte de pesquisadores, gestores e ativistas do campo da segurança pública sobre o que foi feito nos últimos trinta anos nessa área.

Os avanços no campo das políticas de segurança pública no Brasil são inquestionáveis. Muito se fez desde meados dos anos de 1990, tanto em nível nacional, quanto em quase todas as unidades federativas. No que diz respeito à pesquisa, nesse mesmo período um campo se formou e é, hoje, ocupado por profissionais extremamente qualificados, que acumulam massa crítica ao mesmo tempo que colaboram para a formação de novos e sempre atualizados quadros analíticos. Foi celebrada uma aproximação, impensável até um determinado momento, entre centros de pesquisa e agências estatais do sistema de segurança pública, sobretudo polícias. Modelos de gestão foram desenhados, programas de formação foram criados e encampados, informação qualificada foi produzida, bem como foram estabelecidas metodologias para obtê-las. A segurança pública é hoje um campo de pesquisa consolidado no âmbito das ciências sociais, com direito a várias subáreas de especialização. A despeito disso, está fora de questão que os rumos tomados por esse campo, na reta final da segunda década do presente século, perturbam e impõem um balanço.

Os riscos discricionários gravidade e o conteúdo reacionário implícitos no discurso de algumas figuras públicas que emergem na vida política em grandes centros e nacionalmente não deveriam ser subestimados. O apelo junto a amplas camadas sociais do uso da força, a adoção aberta à retórica e a práticas de guerra contra a população pobre das grandes e médias cidades e a valorização da lógica armamentista impõem uma reflexão sobre o que nos mantém em condições tão precárias no campo da segurança após três décadas de promulgada a atual Constituição. Do mesmo modo, não pode ser menoscabado o quanto a chancela aberta ou velada a mecanismos que violam a isonomia no acesso a direitos, o respeito aos preceitos legais e à pessoa humana evidenciam a fragilidade do Estado de Direito, de suas instituições e da ordem democrática. Há uma nova gramática a ser construída. Essa construção se impõe a partir da perturbadora necessidade de compreender as razões que fazem com que, a despeito de avanços substantivos, o Estado

brasileiro siga funcionando como uma espécie de máquina de triturar vidas, sendo conivente, quando não vetor determinante, na produção de mortes em massa, com seletividade aberta voltada para jovens negros, pobres, do sexo masculino e moradores das periferias, das favelas e das áreas desfavorecidas das cidades grandes e médias do país.

O fim da segunda década do século XXI impõe uma série de questões, dilemas e perplexidades. Impõe, sobretudo, a admissão de que uma nova linguagem deve ser produzida para que se lide com questões relativas ao espaço urbano, ao meio ambiente, à tolerância (sempre ela de volta), ao estatuto da política num mundo em que as transformações parecem apontar muito mais para as projeções sombrias de Adorno e Horkheimer do que para o mundo solar da racionalidade ilustrada de matriz kantiana. O que se impõe, portanto, em vários campos da vida social e da produção intelectual em sentido mais amplo, vale também, e de forma não menos urgente e dramática, para as questões relativas à violência e à segurança pública no Brasil.

Obviamente o desafio não se faz a um grupo restrito de pessoas. Trata-se de um programa, um novo conjunto de indagações, cuja formulação ainda deve ser feita. Esse, provavelmente, será o incitamento das gerações que estão se iniciando agora no campo da pesquisa e da produção intelectual.

Na trajetória aqui apresentada, a pequena tentativa que se inicia presentemente está relacionada à discussão sobre o papel das instituições políticas, mais precisamente as assembleias legislativas estaduais, na formulação do discurso público e de políticas públicas de segurança. Sendo a definição das diretrizes da segurança pública uma prerrogativa dos executivos estaduais, é compreensível que tenham sido eles, até aqui, os focos privilegiados de atenção. Levando-se em conta que as agências mais diretamente afetas à questão e, de certo ponto de vista, as mais problemáticas, foram as polícias e os sistemas prisionais, entende-se que foram elas que consumiram mais tempo, interesse e investimento de estudos e de formulações reformadoras. Sem prejuízo da pertinência de tal abordagem e da continuidade de esforços nessas direções, impõe-se ampliar o arco. Ao ampliá-lo, ele se ressignifica e se torna outro. Na ausência de melhor nome, impõe-se suprir a falta da política, em seu sentido mais poderoso, nas discussões, nos debates e nos programas de pesquisa sobre violência e segurança pública.

No espírito de ampliação do arco de análise, a aposta que começo a perseguir é a de que o poder legislativo, foco convencionalmente privilegiado de estudos em ciência política, deve receber maior atenção no campo de estudos sobre violência e segurança pública. A aposta que começo a perseguir

é de que as casas legislativas nacional e estaduais são um importante *locus* de produção de discursos públicos sobre segurança, bem como de formulação e legitimação de políticas. Trazê-las para o centro dos debates e para o foco de análise é a ambição do novo programa de pesquisas por mim encampado.

O ano de 2016 está gravado na memória de todo frequentador da UERJ, sendo aluno, professor ou funcionário. Havia no prédio da São Francisco Xavier algo que remetia aos cenários criados por Saramago em seu *best-seller*, *Ensaio sobre a cegueira*. Corredores imundos, banheiros fétidos, vazio e risco em cada andar, em todos os cantos. Degradação física total. Quem por lá circulava costumava carregar um ar abatido e apreensivo. Há, hoje, a impressão de que o pior passou. É o que se diz, pelo menos. Talvez sim, mas não é prudente fiar-se nisso. Pode ser que, pelo contrário, aquilo que a UERJ passou em 2016 seja apenas um mau augúrio do que pode vir a suceder às universidades públicas de maneira geral.

A reconstituição de uma trajetória ininterrupta no interior da universidade pública, que remonta a 1981, é sofrida, quando temos em mente a conjuntura brasileira. Foram muitas as promessas acenadas ao longo da década de 1980. São variados os demônios que nos fustigam contemporaneamente. Ainda assim, e a despeito do risco da exacerbação indesejada do apelo emotivo, devo admitir que circular pelos corredores da UERJ no entre aulas é um alento. Prestes a retomar as aulas, imaginando como abordar nossa indignação e nossa temperança absurda, quando do retorno da longa paralisação de 2016, lembrei dos Doces Bárbaros cantando o “Impávido Muhamad Alli”. Gostei do mote. Talvez com boa dose de pretensão, imaginei uma aproximação.

Marrentos, irredutíveis, apanhamos e dançamos, apanhamos e dançamos. Apanhamos mais e dançamos novamente. Escarnecemos da dor, e dançamos. E mais! E no final, é o adversário que vai à lona. Sempre, invariavelmente. Apanhamos, mas não caímos. Caçoamos, balbúrdiamos, apanhamos mais, mas não caímos. Só de marra! Só de birra! Só pra implicar! Que nem Muhamad Alli. É o que tenho dito aos estudantes desde então.